

SHELDON RICHMAN

CHEGANDO A PALESTINA

1ª edição



Instituto Rothbard

Título original

Coming to Palestine

Ano da publicação original

2019

Autor

Sheldon Richman

Tradução

Fernando Fiori Chiocca

Revisão gramatical

Enviar para contato@rothbardbrasil.com

Diagramação

Fernando Fiori Chiocca

Capa

Fernando Fiori Chiocca

RICHMAN, Sheldon.

Chegando A PALESTINA/ Sheldon Richman — São Paulo: Instituto Rothbard, 2024.

1. Israel 2. Sionismo 3. Palestina 4. Judaísmo

5. Guerra I. Título.

Aos palestinos de todo o mundo e a todos os que desejam liberdade, justiça, tolerância e paz na Palestina.

E em amorosa memória do meu avô Samuel Richman.

Sumário

Prefácio.....	7
Introdução.....	11
1 - Por que a Palestina importa	17
2 - Despovoando a Palestina, desumanizando os palestinos.....	27
3 - Sobre o “direito de existir” de Israel.....	37
4 - Os maltratados judeus do Iraque	41
5 - O Oriente Médio colhe amargos frutos imperialistas	45
6 - Shabbos com Zaide	53
7- A instabilidade é o objetivo da política dos EUA para o Oriente Médio?	61
8 - O delírio Trump-Kushner sobre a Palestina	69
9 - Trump se volta para Gaza enquanto acordo do século no Oriente Médio entra em colapso	77
10 - Delírios de Trump no Oriente Médio persistem.....	85
11 - Trump, Spinoza e os refugiados palestinos	89
12 - Definindo o antissemitismo, ameaçando a liberdade de expressão	95
13 - Anti-israelismo e antissemitismo: a confusão indesejável	109
14 - A Arte da Difamação – O lobby de Israel derrubado.....	115
15 - Como uma lei americana antissemita criou o Estado de Israel e muitos problemas.....	119
16 - Os EUA devem rejeitar o grito de guerra de Netanyahu contra o Irã	125
17 - Tentativas árabes de negociar com Israel	129
18 - Quem queria a paz? Quem queria a guerra? História refuta imagem de Israel nos EUA	139

19 - O caminho não percorrido	143
20 - Podhoretz: Revendo a história da espoliação Palestina	149
21 - A guerra de Israel em Gaza: o contexto	153
22 - O ataque de Israel em 1967 foi uma agressão; a ocupação atual de Israel é ilegal.....	157
23 - As Colinas de Golã: uma história de agressão israelense.....	161
24 - A «opção Jordânia» baseia-se numa falsificação flagrante da história	165
25 - A Política da Partição	169
26 - Shimon Peres e o 9/11	177
27 - “Quem é judeu” importa em Israel	183
28 - O sionismo impõe discriminação oficial contra não-judeus .	187
29 - O histórico intervencionista de Washington no Oriente Médio	191
30 - Guerra e Paz no Oriente Médio: uma crítica à política americana	203
31 - Repensando a relação EUA-Israel.....	209
32 - Jornalistas dos EUA ignoram consistentemente o terrorismo do Estado israelense.....	215
33 - 1949: Os primeiros israelenses	219
34 - O papel do rabino Meir Kahane na vida e na morte	227
35 - Embaixadora Jeane Kirkpatrick bate recorde de desinformação no Oriente Médio	231
36 - Táticas dos advogados de tribunal, agenda do ideólogo	235
37 - A direita cristã e a ADL: uma relação controversa	239
38 - Antissionismo: reflexões analíticas	243
39 - Separação, não associação, requer força.....	247
40 - Uma centelha de esperança na sombria Palestina.....	253

Prefácio

Desde o início, a criação de Israel sobre as ruínas da Palestina histórica foi acompanhada por uma narrativa histórica distorcida, que funcionou para mascarar a verdadeira natureza do projeto sionista colonial. Para que isso acontecesse, os sionistas construíram o mito do nascimento milagroso de Israel em um deserto árido e vazio.

Sheldon Richman está ciente da falsificação sionista da história há muitos anos e, de forma hábil e completa, desafiou os mitos israelenses frequentemente repetidos em seus muitos artigos bem escritos. No capítulo “A 'opção Jordânia' é baseada na falsificação flagrante da história”, Richman dissecou partes do discurso político israelense destinado a apagar o povo palestino. Ele direciona o leitor para as infames observações da primeira-ministra israelense Golda Meir (1969-1974), que disse ao jornal britânico *Sunday Times* em junho de 1969 que “não é como se houvesse um povo palestino na Palestina que se considerava um povo palestino e nós viemos expulsá-los e tiramos seu país deles. Eles não existiam.”

Os comentários de Golda Meir, no entanto, não devem ser vistos isoladamente da trajetória sionista israelense profundamente enraizada que tramou para erradicar os palestinos, reivindicação histórica deles à Palestina, sua cultura, sua identidade e, nem é preciso dizer, seus direitos políticos. Esse apagamento ainda é central para a agenda sionista na Palestina. De fato, a noção de que os palestinos não são um povo com um senso coletivo de nacionalidade permaneceu um conceito definidor do sionismo até hoje, e se espalhou muito além das fronteiras de Israel. Os evangélicos cristãos americanos são particularmente ávidos defensores dessa ideia, o que levou alguns políticos americanos a adotá-la publicamente. Em 2011, por exemplo, o então candidato

presidencial dos EUA, Newt Gingrich, disse ao Canal Judaico que os palestinos eram um “povo inventado”.

“Acho que tivemos um povo palestino inventado que na verdade é árabe e que historicamente fazia parte da comunidade árabe. E eles tiveram a chance de ir a muitos lugares, e por uma variedade de razões políticas eles sustentaram esta guerra contra Israel agora desde a década de 1940, e isso é trágico”, disse Gingrich, citado pelo jornal britânico *The Guardian* em 10 de dezembro de 2011.

A falsificação contínua da história tem objetivos maiores do que apagar o povo palestino e a sua reivindicação coletiva de direitos humanos e dignidade. Também visa normalizar a ocupação militar israelense, o apartheid e o colonialismo. Proporciona uma anistia histórica para todos os crimes que Israel cometeu e continuará a cometer.

Das muitas ferramentas destinadas a normalizar o apartheid em Israel estava o longo, doloroso e fracassado “processo de paz”, que renomeou Israel como a parte que busca a paz em um nobre esforço liderado pelos EUA com o objetivo de resolver a tragédia de décadas.

Os acordos de Oslo foram alcançados através de negociações ao estilo dos EUA, que operaram em grande parte fora da estrutura do direito internacional. As conversações iniciadas em Madrid em 1991, seguidas do Acordo de Paz de Oslo em 1993, do Protocolo de Paris em 1994, do Protocolo de Hebron em 1997, de Wye River em 1998, de Camp David em 2000 e de outros acordos e entendimentos apenas levaram à consolidação da ocupação israelita, à triplicação do número de colonos judeus ilegais e à vasta expansão da rede de colonatos israelitas ilegais nos Territórios Ocupados.

“O que os palestinos não aceitarão”, escreveu Richman, “é um ‘Estado’ que é pouco mais do que algumas aldeias incontíguas separadas por um muro, um “Estado” sobre o qual Israel afirma o controle final em nome da segurança. Mas mesmo isso é demais para a maioria dos israelenses. Eles não têm nenhuma objeção a que a Autoridade Palestina exerça um controle autoritário sobre os palestinos – isso é tudo o que os Acordos de Oslo cumpriram, aliviando os israelenses do trabalho sujo de más relações públicas – mas não aceitarão palestinos

encarregados de sua própria segurança contra Israel, o que significa não apenas os militares israelenses, mas também os colonos fanáticos, muitos deles americanos, que não pensam em matar, agredir e humilhar impunemente os palestinos *goyische*.

Isso também é resultado da tentativa implacável de Israel de apagar os palestinos, marginalizando-os a todo momento e negando seus direitos humanos mais básicos. Mas não importa o que Israel faça, a verdade não pode ser alterada para sempre. A história da Palestina é a história do povo palestino, pois ele é vítima da opressão e o principal canal de resistência desde a *Nakba* – a criação de Israel sobre as ruínas de cidades e vilarejos palestinos em 1948.

Este livro é muito mais do que uma merecida celebração da sabedoria intelectual de Richman e das astutas análises políticas e históricas ao longo dos anos. É, antes de tudo, um desafio sério e convincente ao prolongado ardil sionista e às mentiras que antecedem o estabelecimento de Israel. De acordo com a propaganda sionista, apoiada por sucessivos governos dos EUA, Israel é um país pacífico, progressista e democrático que enfrenta hordas de árabes “antisemitas” em guerra.

“Na rica mitologia do Oriente Médio, nenhum mito tem efeitos mais malignos sobre os assuntos atuais do que aquele que diz que (por décadas) Israel está pronto para negociar a paz”, escreveu Richman, e que “a liderança árabe está comprometida (e continua comprometida) com a destruição de Israel”.

Na verdade, Israel precisa de mais para sobreviver em sua atual forma antidemocrática, racista e colonial do que um poderoso exército, armas nucleares e apoio cego dos EUA. Também precisa sustentar, pelo maior tempo possível, o mito de que é um refúgio democrático em um mar tumultuado de árabes autoritários e violentos, que são uma ameaça não apenas para o povo judeu (todos eles), mas também para a civilização ocidental.

O livro de Richman é um livro de quebra de mitos políticos, um ofício que o autor dominou através de muitos anos de erudição moralmente orientada, pesquisa meticulosa e um estilo de escrita eloquente.

Prefácio

E, em última análise, este é o tipo de verdade contumaz que Israel mais teme.

Ramzy Baroud

PalestineChronicle.com

Introdução

Qualquer um que procure entender as complexidades do Oriente Médio, a maneira pela qual o sionismo, ou o nacionalismo judaico, corrompeu o judaísmo e a tradição moral e ética judaica, faria bem em consultar os ensaios ponderados desta coleção. O autor, Sheldon Richman, fez uma contribuição notável para o estudo deste assunto e, ao longo dos anos, ele e eu tivemos a oportunidade de trabalhar juntos.

Em meu papel como editor da *Issues*, a revista trimestral do Conselho Americano para o Judaísmo, tentei promover uma visão do judaísmo que antecede o sionismo – como uma religião de valores universais, não uma nacionalidade. Enquanto os líderes israelenses afirmam que Israel é a “pátria” de todos os judeus, é nossa crença que os americanos da fé judaica são americanos por nacionalidade e judeus por religião, assim como outros americanos são protestantes, católicos ou muçulmanos. A terra natal dos judeus americanos são os Estados Unidos.

Esta tem sido a crença da grande maioria dos judeus americanos ao longo de toda a nossa história. Em seu discurso durante a inauguração da primeira sinagoga da Reforma da América em Charleston, Carolina do Sul, o rabino Gustav Poznanski declarou: “Este país feliz é nossa Palestina, esta cidade nossa Jerusalém, esta casa de Deus nosso templo. Assim como nossos pais defenderam com suas vidas aquele Templo, aquela cidade e aquela terra, assim também seus filhos defenderão este templo, esta cidade e esta terra.”

Theodore Herzl, o falecido fundador do sionismo moderno, não acreditava em Deus ou no judaísmo. O Estado que ele procurava criar seria laico, baseado na ideia de identidade “nacional” e “étnica” judaica e incorporando as características que ele achava mais atraentes na Europa, particularmente na Alemanha. Isso imediatamente suscitou oposição de judeus de uma variedade de pontos de vista, incluindo os ortodoxos e aqueles judeus que se consideravam membros plenos das sociedades em que nasceram e viveram.

Introdução

O rabino-chefe de Viena, Moritz Gudemann, denunciou a miragem do nacionalismo judaico: “A crença em um Deus único era o fator unificador para os judeus”, declarou, e disse que o sionismo era incompatível com o ensino do judaísmo.

Para os judeus reformistas, a ideia de sionismo contradizia quase completamente sua crença em um judaísmo universal e profético. O primeiro livro de oração da Reforma eliminou as referências aos judeus no exílio e a um Messias que milagrosamente restauraria os judeus de todo o mundo à terra histórica de Israel e que reconstruiria o Templo de Jerusalém. O porta-voz mais articulado do movimento reformista emergente na Europa, o ilustre rabino Abraham Geiger, argumentou que a revelação era progressiva e que a nova verdade se tornava disponível para todas as gerações. O povo judeu era uma comunidade religiosa destinada a cumprir a missão de “servir de luz à nação” – dar testemunho de Sua lei moral. A dispersão dos judeus não era um castigo por seus pecados, mas parte do plano de Deus pelo qual eles deveriam disseminar a mensagem universal do monoteísmo ético.

Em 1885, rabinos reformistas reunidos em Pittsburgh escreveram uma plataforma que declarava: “Reconhecemos na era da cultura universal do coração e do intelecto, a aproximação da esperança messiânica para o estabelecimento do reino da verdade, justiça e paz entre todos os homens. Não nos consideramos mais uma nação, mas uma comunidade religiosa e, portanto, não esperamos nem um retorno à Palestina nem um culto sacrificial, nem as leis... em relação ao Estado judeu”. É essa visão dos judeus reformistas originais dos EUA que o Conselho Americano para o Judaísmo procurou preservar e avançar.

Em seu livro *What Is Modern Israel?* O professor Yakov Rabkin, da Universidade de Montreal, judeu ortodoxo, mostra que o sionismo foi concebido como uma clara ruptura com o judaísmo e a tradição religiosa judaica. Ele acredita que o sionismo deve ser visto no contexto do nacionalismo étnico europeu e interesses geopolíticos, em vez de como uma encarnação de profecias bíblicas ou uma culminação da história judaica. A ideia religiosa de um retorno dos judeus à Palestina não tinha nada a ver com o empreendimento político do sionismo. “A tradição judaica”, escreve Rabkin, “sustenta que a ideia de retorno deve ser parte de um projeto messiânico e não de uma iniciativa humana de migração para a Terra Santa. Havia pouco espaço para a tradição judaica no esquema sionista. Não é a geografia física da terra bíblica de Israel que é essencial para os judeus, mas a obrigação de seguir os mandamentos da Torá.”

Os primeiros sionistas não apenas se afastaram da tradição religiosa judaica, mas, em seu desrespeito pela população nativa da Palestina, os valores morais e éticos judaicos também. Falavam de “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Na verdade, a Palestina estava totalmente ocupada. Em seu livro, *Israel: A Colonial-Settler State*, o historiador judeu francês Maxime Rodinson escreve que “querer criar um Estado puramente judeu ou predominantemente judeu na Palestina árabe no século XX não poderia deixar de levar a uma situação de tipo colonial e ao desenvolvimento de um estado de espírito racista e, em última análise, a um confronto militar”.

Somente com a ascensão do antissemitismo na Rússia e no Leste Europeu no início do século XX, seguida pela ascensão do nazismo e do Holocausto, a simpatia pelo sionismo e a criação de um Estado judeu na Palestina começaram a crescer. Mesmo assim, muitas vozes judaicas alertaram contra a ascensão do nacionalismo. Albert Einstein, aludindo ao nazismo, em 1938 alertou uma plateia de ativistas sionistas contra a tentativa de criar um Estado com “um nacionalismo estreito dentro de nossas próprias fileiras contra o qual já tivemos que lutar fortemente mesmo sem um Estado judeu”.

Outro proeminente filósofo judeu alemão, Martin Buber, manifestou-se em 1942 contra o “objetivo da minoria de 'conquistar' território por meio de manobras internacionais”. De Jerusalém, em meio às hostilidades que eclodiram depois que Israel declarou unilateralmente a independência em maio de 1948, Buber gritou em desespero: “Esse tipo de sionismo blasfema o nome de Sião; nada mais é do que uma das formas cruéis de nacionalismo”.

Após a criação de Israel, a comunidade judaica organizada abraçou-o e tornou-o “central” para a identidade judaica. Bandeiras israelenses foram exibidas em sinagogas, grupos de lobby foram criados para promover os interesses de Israel, tornando-o o maior beneficiário de ajuda dos EUA no mundo. Os palestinos foram deslocados e, em 1967, suas terras foram ocupadas. Na realidade, os palestinos tornaram-se as últimas vítimas do Holocausto, pelo qual não têm qualquer responsabilidade.

O que testemunhamos desde 1948 só pode ser considerado uma forma de idolatria, tornando o Estado de Israel, e não Deus e a tradição moral e ética judaica, “central” para a identidade judaica. Isso lembra a história do Bezorro de Ouro na Bíblia.

Introdução

Durante todos esses anos, a antiga tradição judaica de valores universais e uma rejeição do nacionalismo foi mantida viva, entre outros, pelo Conselho Americano para o Judaísmo, bem como por vozes independentes de muitos setores da comunidade judaica. Sheldon Richman tem sido uma dessas vozes importantes e eloquentes. Sua contribuição tem sido vital e aqueles que lerem esses ensaios reconhecerão a amplitude de sua visão e sua compreensão.

Este livro chega em um momento de esperança. Os judeus americanos estão cada vez mais desiludidos com Israel e sua ocupação de 51 anos da Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Eles costumavam acreditar na afirmação de Israel de que era uma democracia de estilo ocidental. Eles agora entendem que Israel é uma teocracia, sem separação entre Igreja e Estado. Rabinos não ortodoxos não podem realizar casamentos ou funerais ou realizar conversões. Judeus e não-judeus que desejam se casar devem deixar o país para fazê-lo. Milhões de palestinos sob ocupação não têm direitos políticos.

É um sinal positivo que muitos israelitas reconheçam o que está acontecendo ao seu país. O professor David Shulman, da Universidade Hebraica de Jerusalém, observa que, “Não importa como olhemos para isso... A menos que nossas mentes tenham sido envenenadas pelas ideologias da direita religiosa, a ocupação é um crime. Baseia-se, em primeiro lugar, na permanente privação de direitos de uma enorme população. No fim das contas, é o fracasso moral contínuo do país como um todo que é mais consequente. O fracasso pesa muito sobre a nossa humanidade. Somos, assim afirmamos, filhos dos profetas... Uma vez, dizem, éramos escravos no Egito. Sabemos tudo o que se pode saber sobre escravidão, preconceito, guetos, ódio, expulsão, exílio. Acho espantoso que nós, de todas as pessoas, tenhamos reinventado o apartheid na Cisjordânia.”

Os ensaios reunidos aqui mostram como o sionismo alterou e distorceu a tradição judaica humana e mostra, também, como os esforços políticos sionistas alteraram a política externa dos EUA e nos tornaram, de fato, participantes da ocupação de Israel. Israel tem recebido mais ajuda externa dos EUA do que qualquer país do mundo. Como estes ensaios nos mostram, os interesses dos EUA e da paz e da justiça na região têm sido mal servidos por essa empreitada.

Para onde o futuro levará é impossível prever. Uma possibilidade esperançosa é que o movimento em direção ao universalismo e à rejeição

do nacionalismo que prosseguiu dramaticamente no século XIX e início do século XX – e foi interrompido pela ascensão do nazismo, pela Segunda Guerra Mundial e pela criação de um Estado judeu na Palestina – volte a avançar no futuro. Há agora todos os indícios de que assim será. As divisões atuais no judaísmo americano certamente apontam nessa direção.

Quando as pessoas olharem para o tempo em que o nacionalismo estreito substituiu a contribuição religiosa histórica do judaísmo, uma crença no monoteísmo ético e em um Deus que criou homens e mulheres de todas as raças e nações à Sua imagem, aqueles que trabalharam para manter essa tradição serão honrados. Sheldon Richman, embora seja um auto-descrito espinosiano, certamente será um desses.

Sheldon cresceu em um período em que, na esteira do Holocausto, muitos judeus acreditavam que a Palestina era de fato uma terra sem povo, como proclamavam os sionistas. Desesperados para encontrar um lugar para os sobreviventes, eles adotaram uma política que deslocou outro povo. Alguns judeus entendiam a realidade do que estava acontecendo. Muitos não entenderam. Sheldon teve a sorte de ter um avô paterno que era cético em relação às reivindicações sionistas. Sempre gostei da lembrança de Sheldon de seu avô presidindo o *Seder* anual da família na Páscoa Judaica e proclamando: “Ano que vem na Filadélfia” em vez do tradicional “Ano que vem em Jerusalém”. Isso deve ter feito Sheldon pensar nessas coisas, o que ele fez pelo resto de sua vida.

Esta coleção de ensaios é uma contribuição essencial para a compreensão do judaísmo, do sionismo e do conflito contínuo no Oriente Médio. Se alguém se pergunta por que a Palestina é importante, este importante livro fornece uma resposta.

Allan C. Brownfeld

Conselho Americano para o Judaísmo

Introdução

1 – Por que a Palestina importa

The Libertarian Institute. 29 de junho de 2018

Por que a Palestina é importante? É uma pergunta que me faço quase todos os dias. Outra maneira de colocá-la é: “A devoção de grande atenção à situação dos palestinos é uma obsessão digna de suspeita ou uma resposta apropriada a uma grave injustiça histórica e contínua?”

Ninguém ficará surpreendido quando eu responder que uma grande atenção é uma resposta adequada. A Palestina importa e deve importar. Vou tentar explicar o porquê.

Em primeiro lugar, talvez mais basicamente, a pura crueldade – o escopo da violação dos direitos humanos, ou seja, direitos naturais individuais – do tratamento dado por Israel aos palestinos justifica a preocupação de todos os que defendem a liberdade e outros valores liberais clássicos: justiça, cooperação social, livre troca e paz.

Começemos pelos Territórios Palestínianos Ocupados. Como diz o B'Tselem, o Centro de Informação Israelense para os Direitos Humanos nos Territórios Ocupados, em seu site: “O regime de ocupação de Israel está inextricavelmente ligado a violações de direitos humanos”. Ninguém que desvencilhe-se das cortinas da Narrativa Oficial pode deixar de sentir dor pelas barreiras institucionais impostas à vida normal, para não mencionar a destruição literal da vida, que são características regulares do domínio de Israel na Cisjordânia (com quase três milhões de palestinos), Jerusalém Oriental (mais de 300.000) e na Faixa de Gaza (quase dois milhões). Não é exagero descrever o sistema como um exemplo de apartheid, que é a palavra usada por organizações israelenses de direitos humanos e ex-funcionários do governo. (O então primeiro-ministro Yitzhak Rabin usou a palavra em um aviso já em 1976. O mesmo aconteceu com o primeiro primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, quando ele estava fora do cargo após a guerra de 1967.)

1 - Por que a Palestina importa

Os palestinos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental vivem sob um duro regime militar há mais de meio século. Essa regra consiste em repressão de “nível leve”, como postos de controle (mesmo para ambulâncias), autorizações de viagem e estradas exclusivas para judeus que submetem os palestinos a humilhações diárias, interrupções e ao capricho arbitrário de soldados encarregados da tarefa de controlar uma população ocupada.

Imagine tentar viver uma vida normal – ganhar a vida, cuidar de seus filhos – quando você não sabe por quanto tempo você será atrasado no caminho do Ponto A para o Ponto B porque você é parado, questionado e revistado por oficiais do governo irresponsáveis e fortemente armados que não gostam de você por causa de sua raça, etnia ou religião ou que desconfiam de pessoas que naturalmente se ressentem de serem dominadas. Imagine, ainda, uma vida de pobreza em que a água (no árido Oriente Médio!), a eletricidade e a educação são escassas e não confiáveis simplesmente porque o provedor governamental desses serviços favorece os colonos judeus subsidiados e confortáveis (muitos dos EUA) que vivem nas proximidades. A justaposição da escassez de água para os palestinos com piscinas para os judeus é um ultraje óbvio demais que dispensa comentários.

Esses maus-tratos diários são frequentemente acentuados pela violência total nas mãos dos governantes militares: espancamentos resultando em ossos quebrados, tortura, assassinatos, demolições de casas por motivos de punição coletiva e limpeza étnica, detenção indefinidamente sem acusação ou julgamento, e assim por diante. Essas medidas são intensificadas sempre que os palestinos organizam intifadas (levantes) em grande parte não violentas e desobediência civil em massa. Tudo isso seria considerado (espera-se) intolerável nos EUA ou em qualquer outro lugar do Ocidente.

Acrescente-se a isso a contínua anexação de fato da Cisjordânia por Israel (Jerusalém Oriental foi anexada *de jure*) por meio da expansão de assentamentos ilegais (pelo direito internacional) exclusivamente judaicos e de um muro que serpenteia pela Cisjordânia, isolando cidades palestinas, separando comunidades umas das outras e de suas terras agrícolas e zombando da “solução de dois Estados”. (Não que os líderes de Israel tenham tido a intenção de desocupar as terras conquistadas em 1967 durante uma guerra expansionista contra quatro nações árabes, durante a qual a força aérea israelense também atacou um navio de

inteligência dos EUA, o USS Liberty, matando 34 marinheiros e ferindo mais de 170.)

Mas esse horror nem começa a descrever como os quase dois milhões de pessoas, mais da metade delas crianças, na densamente povoada Faixa de Gaza vivem todos os dias. Seu território foi descrito – até mesmo por israelenses – como uma prisão ou gueto a céu aberto. Os defensores de Israel afirmam que o Estado judeu “se retirou” de Gaza há mais de uma década sem qualquer dividendo de paz resultante, mas isso é enganoso. Sim, os militares foram embora, e os colonos foram com eles. Mas isso é como parabenizar guardas que se retiram de dentro de uma prisão para ocupar posições fora dos muros. Sob o bloqueio de uma década, o Estado de Israel determina quem e o que pode entrar e sair de Gaza. Como aponta Norman Finkelstein em sua exaustiva pesquisa sobre Gaza, até brinquedos, chocolate e batatas fritas são barrados. A água potável está contaminada devido à proibição de suprimentos necessários para reparar instalações destruídas pelo exército israelense.

Os palestinos que se aproximarem demais da cerca que separa Gaza do resto de Israel e Palestina correm o risco de serem baleados por soldados. Manifestantes pacíficos longe da cerca enfrentam o mesmo risco. Israel também controla a costa mediterrânea de Gaza, incluindo a capacidade crucial de pescar além de um certo ponto. Mais perto os peixes provavelmente serão contaminados por esgoto pelo motivo já apontado.

Essa dificuldade diária (para usar um substantivo grosseiramente leve) é ressaltada por massacres periódicos – indistinguíveis do terrorismo, de acordo com o direito internacional – cometidos por aviões de guerra, drones e tropas terrestres israelenses, ataques incrivelmente brutais que deixaram muitos civis (incluindo crianças) mortos ou mutilados, dezenas de milhares de casas destruídas e toneladas e toneladas de escombros em seu rastro. Essas investidas violentas regulares contra o povo de Gaza – um nível de brutalidade que choca até mesmo as pessoas que estiveram nas piores zonas de guerra do mundo – servem a dois propósitos: demonstrar o poder de dissuasão de Israel aos outros (após derrotas humilhantes do Hezbollah no sul do Líbano) e “aparar a grama”, ou seja, manter o povo em um certo nível baixo de nutrição e moral, limitando, assim, sua capacidade de resistir mesmo sem violência. “O *modus operandi* em evolução de Israel para restaurar sua capacidade de dissuasão”, escreve Finkelstein, “consistiu de uma curva regredindo constantemente para a barbárie”. Com muitos especialistas prevendo

1 - Por que a Palestina importa

que Gaza em breve será “inabitável”, esta é uma campanha de proporções genocidas.

“Mas o Hamas... não é contra-argumento ao exposto. Israel ajudou a nutrir o Hamas muçulmano na década de 1980 em um esforço de dividir para conquistar, ou seja, como um rival da secular Fatah e da OLP, que já haviam reconhecido Israel como um Estado, concedendo assim 78% da Palestina histórica aos sionistas. A influência do Hamas é um resultado direto da recusa de Israel em conversar com a liderança palestina moderada de boa fé. Em outras palavras, o Hamas é uma “ameaça” criada por Israel.

Além disso, Israel em várias ocasiões violou cessar-fogos que o Hamas vinha honrando. Quando o Hamas respondeu com o que são erroneamente chamados de “foguetes”, Israel reagiu com força monstruosa, matando muitos não combatentes, incluindo crianças, e deixando Gaza soterrada em escombros.

Além disso, os palestinos em Gaza, cansados da corrupção e da incompetência da liderança palestina na Cisjordânia, elegeram o Hamas em uma eleição monitorada e justa durante os anos George W. Bush (2006), pelas quais os habitantes de Gaza foram punidos com duras sanções dos EUA e da União Europeia e uma tentativa fracassada de golpe apoiada pelos EUA pela Autoridade Palestina, subcontratada de Israel para a segurança interna nos territórios ocupados. (A falida liderança da OLP assumiu essa lucrativa missão sob o enganoso Acordo de Oslo.)

As autoridades de Bush exigiram uma eleição em Gaza, mas se arrependeram quando viram os resultados. De fato, a senadora Hillary Clinton, crítica de Bush, comentou após a votação: “Não acho que deveríamos ter pressionado por uma eleição nos territórios palestinos. Acho que foi um grande erro. E se fôssemos pressionar por uma eleição, então *deveríamos ter feito algo para determinar quem iria ganhar.*” [Grifo nosso.] (O que é que ela diz agora sobre a suposta interferência russa para impedi-la de ganhar a presidência?)

Mas o mais crucial é que o Hamas mudou seu estatuto para aceitar, *ao contrário dos sucessivos governos israelenses*, as fronteiras de Israel de 1967, ou seja, a solução de dois Estados, que implica uma retirada completa israelense – assentamentos e muro de separação – da Cisjordânia e de Gaza, de acordo com o direito internacional. Mas não importa. O Hamas tem sido uma desculpa demasiado conveniente para

Israel afirmar que não tem um parceiro unificado para a paz. Mas quando o Hamas se juntou à Administração Palestina da Cisjordânia, Israel afirmou que não podia falar com ninguém que se associe ao Hamas – embora o associado tenha cedido 78% da Palestina a Israel, como a OLP fez há 30 anos. (Israel construiu assentamentos para 600.000 judeus e controla diretamente mais da metade dos 22% restantes pelos quais os palestinos estavam dispostos a concordar.)

Seja como for, o Hamas deve ser julgado em função do contexto mais vasto: a saber, a ocupação israelita e a anexação *de facto* de propriedade palestina e a subjugação total do povo palestino. Matar não combatentes é, naturalmente, imoral, mas Israel, que tem rotineiramente como alvo bairros civis em Gaza e na Cisjordânia, dificilmente tem mãos limpas a esse respeito.

Os 1,5 milhão de “cidadãos” palestinos dentro de Israel (20% da população cidadã) vivem em condições melhores do que seus colegas nos Territórios Ocupados, mas apenas um pouco melhores. Depois de estarem sob o regime militar de 1948 a 1966, os palestinos dentro de Israel receberam cidadania de segunda ou melhor, terceira classe. Como o autoproclamado Estado do Povo Judeu (em todo o mundo), Israel não trata os cidadãos não-judeus da mesma forma que trata os cidadãos judeus. (Esta é uma designação etnonacional, em vez de religiosa, embora não haja etnia ou raça judaica.) Embora os palestinos (ou seja, aqueles que conseguiram sobreviver à limpeza étnica de 1947-48) possam votar, formar partidos políticos e ocupar cargos, eles não podem, no entanto, transformar Israel em uma república democrática para todos os seus cidadãos. Uma tentativa recente no Knesset de fazer isso foi anulada sem qualquer debate ou votação. Também não podem acabar com a discriminação sistêmica contra os palestinos no acesso à terra (a maioria das terras está fora do alcance para não-judeus) e na alocação de serviços fornecidos pelo governo, como serviços públicos e educação. Além disso, os palestinos expulsos de suas casas em 1947-48, ou seja, a *Nakba*, podem não voltar, mas ninguém *nascido em qualquer lugar e vivendo em qualquer lugar*, que tenha uma mãe judia ou que tenha sido convertido por um rabino aprovado, pode se tornar um cidadão israelense automaticamente, não importa onde ele nasceu ou está vivendo agora.

À luz de tudo isto, observe o significado da recente exigência israelita de que os palestinianos na Cisjordânia e em Gaza reconheçam Israel

1 - Por que a Palestina importa

não apenas como um *Estado legítimo*, mas como um *Estado judeu*. Tal concessão trairia os cidadãos não judeus de Israel.

A segunda razão pela qual a Palestina importa é que os pagadores de impostos americanos são forçados a financiar este sistema de injustiça e repressão. O governo dos EUA dá a Israel, o único Estado nuclear do Oriente Médio, mais de US\$ 3 bilhões por ano em ajuda militar nos termos mais favoráveis. Até mesmo o governo Obama, supostamente anti-Israel, bateu recordes ao dar ajuda militar a Israel, o que viola a lei dos EUA (e o direito internacional) ao usar as armas para reprimir os palestinos e travar guerra contra civis. Obama nunca penalizou Israel por expandir os assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, embora o governo dos EUA sempre os tenha considerado oficialmente como uma violação do direito internacional.

Alguns justificam esse apoio incondicional e único a Israel com o argumento de que Israel é um “ativo estratégico” americano, e os líderes israelenses cinicamente falam nesses termos. Mas isso não faz sentido. Por um lado, como muitos líderes políticos e militares americanos reconheceram desde 11/9, em vez de ser um ativo, Israel tem sido um passivo. Uma grande motivação para o terrorismo muçulmano dirigido aos americanos é precisamente a assistência militar incondicional dos EUA a Israel, para não mencionar o apoio diplomático. O que ajuda muito a explicar as enormes somas dadas a Israel a cada ano – mais de US\$ 10 milhões por dia – é o influente Lobby de Israel, que se gaba de seu poder sobre os políticos dos EUA. A AIPAC e outras organizações criaram um ambiente em que as críticas a Israel ou ao sionismo são tachadas de antissemitismo, embora essa associação infundada tenha finalmente começado a se desgastar. Vale ressaltar que alguns dos primeiros e mais incisivos antissionistas, eram judeus.

As coisas mudariam drasticamente se a ajuda dos EUA terminasse? É difícil dizer; acabar com a ajuda seria um grande golpe no bolso, mas o compromisso ideológico de manter os palestinos subjugados é forte. No entanto, a cumplicidade forçada dos americanos nessa injustiça deve acabar.

A terceira razão que gostaria de referir é a ameaça de uma guerra mais ampla, que poderia ir além da Palestina e de Israel e mesmo do Médio Oriente. Analistas há muito alertam que a região pode ser um ponto crítico para uma guerra envolvendo o Irã, uma potência regional de longa data, e a Rússia. Basta olhar para a Síria, onde a Rússia e o Irão

intervieram em nome do seu aliado, o Presidente Bashar al-Assad, a quem os EUA e Israel tentando minar – e ajudando grupos relacionados com a Al-Qaeda, os autores dos ataques de 11/9. Não é exagero imaginar um confronto entre as forças americanas e russas naquele país. Além disso, os EUA e Israel conduziram guerras secretas e patrocinaram atos terroristas contra o Irã, que os políticos israelenses consideraram úteis para desviar a atenção de sua opressão aos palestinos. Uma guerra dos EUA contra o Irã, que seria praticamente inevitável se Israel atacasse a República Islâmica, seria uma catástrofe regional, se não mais ampla.

A chamada iniciativa de paz do governo Trump, liderada por seu genro Jared Kushner e outras figuras descaradamente pró-Israel, tomaram a forma de nada mais do que um esforço para unir Israel e os países árabes (especialmente os regimes iliberais da Arábia Saudita e do Egito) contra o Irã – com os palestinos sendo sacrificados no processo. Espera-se que os sauditas “entreguem os palestinos”, uma frase transborda condescendência, para um acordo que essencialmente consagra a dominação de Israel e esmaga as esperanças palestinas de autodeterminação.

A tentativa de subordinar as queixas dos palestinianos à imprudente campanha anti-Irã só irá piorar as coisas, tanto provocando o Irã, que está rodeado por instalações militares dos EUA, como frustrando qualquer esperança que reste de que os palestinianos finalmente vejam alguma justiça. Mesmo por razões pragmáticas, por que deixar que o Irã defenda sozinho os palestinos sofridos?

À luz da minha formação pessoal, não tem sido fácil para mim escrever isto; tem sido enervante e até doloroso. Mas, como Finkelstein em livros fortemente documentados e palestras no YouTube, o “conflito” Palestina-Israel não é realmente complicado. Ao contrário daqueles especialistas solenes que, procurando desencorajar as pessoas de olhar para o assunto de perto, escrevem sobre o “choque de civilizações”, a antiga rixa religiosa e outras coisas do tipo, existe um consenso generalizado entre historiadores (incluindo israelenses) de que a inimizade palestina contra os sionistas foi baseada em um medo justificado de roubo de terras e que Israel foi fundado através da limpeza étnica – o que o estabelecimento de um Estado judeu pode implicar senão a remoção de não-judeus? Antes da ascensão do sionismo, os árabes se davam razoavelmente bem com os judeus, muito melhor do que com os cristãos europeus.

1 - Por que a Palestina importa

Historiadores israelenses relataram sobre os documentos oficiais incriminatórios há mais de 30 anos. O líder nesse esforço foi Benny Morris, que reconhece e documenta a remoção e o assassinato de palestinos enquanto o aprova. De fato, ele escreve: “O medo do deslocamento territorial e da espoliação seria o principal motor do antagonismo árabe ao sionismo”. Morris também escreveu que “a transferência [dos palestinos para fora da Palestina] era inevitável e estava embutida no sionismo – porque buscava transformar uma terra que era 'árabe' em um Estado 'judeu' e um Estado judeu não poderia ter surgido sem um grande deslocamento da população árabe”. Isso foi dito por um defensor da fundação de Israel, que lamenta que a limpeza étnica tenha sido incompleta.

A questão é que os fatos não são contestados por nenhuma pessoa séria.

Além disso, existe um acordo unânime entre todas as respeitadas organizações de direitos humanos (incluindo organizações israelenses) de que, desde a fundação do Estado, Israel tem rotineiramente tratado os palestinos de forma brutal e discriminatória, com os casos mais flagrantes sendo a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza, que foram adquiridos pela guerra contrariando o direito internacional. Além disso, a Corte Internacional de Justiça decidiu (14-1, com o único “dissidente”, que não chamou sua opinião de dissidência, concordando com grande parte da posição majoritária) que o muro de separação na Cisjordânia é ilegal porque a ocupação e os assentamentos na Cisjordânia são ilegais.

Então, onde está a polêmica entre as pessoas que se preocupam em estudar o assunto? Em todas as grandes questões morais e legais, isso não existe. Ao contrário do que alguns defensores de Israel sugerem, os mesmos princípios morais e legais que identificam o Holocausto nazista como indizivelmente mau também se aplicam aos judeus. (Algumas controvérsias *políticas*, como se o direito de retorno para os seis milhões de refugiados palestinos ser *viável*, permanecem.)

Os *passos mínimos* razoáveis para uma reparação justa seguem, portanto: a retirada completa israelense da Cisjordânia, incluindo o desmantelamento dos assentamentos, a remoção do muro e a compensação para aqueles cujas propriedades foram danificadas por sua construção, a libertação de Gaza, permitindo aos palestinos o pleno “auto-governo” (infelizmente, o libertarianismo não está no cardápio hoje), o

direito de retorno para os refugiados palestinos expulsos de suas casas há 70 anos (embora compensação monetária possa figurar em vez disso) e plenos direitos para os cidadãos palestinos de Israel.

Isso parece a famosa solução de dois Estados, mas uma alternativa focada em um Estado democrático com direitos iguais para todos os cidadãos ganhou destaque. (É o que diz o chefe da OLP, Yasser Arafat, convocado em seu discurso na Assembleia Geral da ONU há 44 anos.) Trata-se de um debate sobre o que é realisticamente alcançável no curto prazo.

De um lado estão aqueles que dizem que é tarde demais para dois Estados porque, desde 1967, existe um único Estado de fato entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão. Assim, a única questão que resta, argumentam, é que tipo de Estado será esse: democrático ou de apartheid?

Afinal, acrescenta este lado, quando a Assembleia Geral da ONU, em 1947, *recomendou* a partilha da Palestina em Estados judeus e árabes – a ONU nunca repartiu a Palestina e não tinha poder para o fazer – os judeus receberam 56% do território, os árabes 44%, embora os árabes muçulmanos e cristãos fossem a esmagadora maioria e as compras de terras judaicas somassem menos de 7% da Palestina (grande parte de legitimidade duvidosa por causa do feudalismo otomano). Mas depois da limpeza étnica e depois que os governos árabes vizinhos tentaram defender os palestinos invadidos (a chamada Guerra da Independência), Israel se expandiu para quase 80%. (Os palestinos rejeitaram a recomendação de partilha; desde o momento em que a Grã-Bretanha primeiro contemplou governar o Oriente Médio e depois conquistou a Palestina durante a Primeira Guerra Mundial, os palestinos foram considerados indignos de consulta sobre o destino de sua própria terra.)

Então, quando os Territórios Ocupados foram adquiridos em 1967, Israel metodicamente estabeleceu “fatos locais” – assentamentos exclusivamente judaicos, estradas, muro de separação, etc. – precisamente para garantir que os Territórios nunca teriam que ser abandonados. O esperado Estado palestino encolheu dos 44% originais para 22%, que consiste em comunidades isoladas umas das outras e a quilômetros de distância de Gaza. Que tipo de Estado é esse, perguntam os defensores de um Estado democrático único? Melhor, dizem, declarar direitos iguais para todos em Israel-Palestina e deixar que as reformas fluam a partir do novo ambiente democrático.

1 - Por que a Palestina importa

Os defensores dos dois Estados respondem que será muito mais fácil (por mais difícil que seja) persuadir Israel a retirar-se dos Territórios do que persuadi-lo a mudar de um Estado judeu para um Estado democrático liberal laico no qual os judeus seriam em breve a minoria. (Em todo o território Israel-Palestina hoje, a divisão populacional é de aproximadamente 50-50.)

Por mais tentador que seja pesar sobre esse debate, acho que Norman Finkelstein o colocou melhor em 2014:

“Não defendo nada. Não cabe a mim defender. Em primeiro lugar, não sou palestino. Em segundo lugar, eu não sou israelense... Não moro perto das regiões afetadas... Quem está envolvido com política sabe que política não é sobre preferências pessoais. Se você perguntar minha preferência pessoal, eu diria que não acredito em dois Estados; eu não acredito em um Estado; acontece que não acredito em nenhum estado. Sou um esquerdista antiquado nesse sentido. Mas política não é sobre o que você prefere; não é sobre o que eu prefiro. A política trata de uma avaliação realista dos equilíbrios de forças no mundo.”

Eu acrescentaria, como Finkelstein fez em muitas ocasiões, que o melhor que podemos fazer é trabalhar para construir um amplo apoio público a uma solução enraizada na justiça, na liberdade e na paz para todos, reunindo intuições morais sólidas e princípios jurídicos liberais estabelecidos a serviço de fins razoavelmente alcançáveis.

2 – Despovoando a Palestina, desumanizando os palestinos

The Libertarian Institute. 27 de julho de 2018

Seria plausível imaginar que, após os crimes sistemáticos contra a humanidade cometidos pelo regime nazista no século passado, a desumanização teria, de uma vez por todas, se tornado algo impensável. Infelizmente, não foi o caso. Ela continuou vergonhosamente inabalável, com diversos de seus perpetradores incluindo, com trágica ironia, aqueles que foram eles próprios vítimas da desumanização nazista.

Desumanização é um termo apropriado porque consiste em mais do que mero assassinato, massacre, tortura, embargo, espoliação, humilhação e afins. Consiste na própria negação *da humanidade* das vítimas e de suas culturas, pode incluir tentativas de excluí-las dos arquivos e da memória de qualquer pessoa. Essa negação facilita a simples destruição física: o tratamento cruel em larga escala parece exigir que o vitimizador veja a vítima como sub-humana, como repugnante, como algo que infesta o entorno, como algo indigno da consideração que normalmente se dá até mesmo a estranhos sobre os quais nada se sabe.

O caso dos palestinos não é o único caso de desumanização no pós-Segunda Guerra Mundial. Puxando pela minha memória, penso nas vítimas africanas das potências europeias (cujos maus-tratos começaram bem antes da década de 1930), da China maoísta, da África do Sul, do

Ruanda, do Darfur, do Camboja, da República Centro-Africana. O que parece distinguir o caso palestino (que obviamente começou antes da Segunda Guerra Mundial) é a sofisticação, a duração e o apoio externo ao esforço para negar a própria existência de pessoas, muçulmanas e cristãs, que vivem há muito tempo ao sul da Síria e do Líbano e ao norte da Arábia Saudita, entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão.

Ninguém expressou melhor essa negação do que uma ex-primeira-ministra israelense, Golda Meir, que famosamente disse:

Não havia palestinos. Quando houve um povo palestino independente com um estado palestino? Era o sul da Síria antes da Primeira Guerra Mundial, e depois era uma Palestina incluindo a Jordânia. Não era como se houvesse um povo palestino na Palestina que se considerava um povo palestino e nós tivéssemos vindo, expulsamos eles e tiramos o país deles. Eles não existiam.

Uma abordagem libertária desse assunto oferece uma perspectiva que tende a ser negligenciada pela análise convencional. Examinar se os palestinos como um grupo constituem um “povo” merecedor de autodeterminação ou libertação “nacional” pode fornecer informações úteis, mas essa questão não pode ser fundamental, porque se os “palestinos” viviam ou não na “Palestina” antes do início do movimento do estado israelense (sionismo), sabemos o seguinte: *seres humanos individuais* que não eram imigrantes judeus europeus recentes possuíam propriedade legítima lá.

Não temos uma boa alternativa ao individualismo metodológico; os seres humanos são criados como unidades individuais. Assim, o indivíduo e seus direitos — incluindo o direito à terra justamente adquirida — devem ter primazia. Por mais importante que seja a identificação de uma pessoa com um grupo étnico, racial ou nacional, ou a falta dela, ela não tem relação com a questão dos direitos. Um “palestino” não pode ter mais direitos do que um indivíduo atomista desapegado ou que se identifica como um asiático, um árabe ou um nabulsiense. Portanto, a autodeterminação individual deve preceder a autodeterminação comunal para que esta seja válida, porque os direitos do grupo só fazem sentido se se estenderem e forem consistentes com os *direitos dos membros individuais*.

Moralmente, temos direitos em virtude de nossa pessoalidade, não em virtude de nossa inclusão em um subgrupo de pessoas. A ideia de direitos não enraizados no indivíduo é literalmente um disparate. Entre outras coisas, isso significa que não há *terra judaica* ou *terra palestina*, ou *terra* com qualquer outro qualificador étnico, racial ou religioso. Só há terras adquiridas legítima e ilegítimamente. (A este respeito, ver este vídeo extraordinário de Khaled Sabawi, que foca em sua tentativa de restabelecer os direitos de propriedade individual na Cisjordânia por meio de registro formal.)

Assim, mesmo se Golda Meir tivesse razão, o estabelecimento de Israel como ocorreu ainda teria sido um crime contra os habitantes nativos do território. Da mesma forma, mesmo que se pudesse mostrar que os não-judeus expulsos da Palestina sob a mira de armas em 1948 haviam migrado recentemente de outros lugares do Oriente Médio (o que não se pode), isso por si só não poderia justificar sua expansão.

Mas, de fato, apesar das “histórias” fabricadas e totalmente desacreditadas da Palestina e de Israel, é agora incontroverso afirmar que o estabelecimento de Israel viu centenas de milhares de indivíduos nativos expulsos de suas *casas ancestrais* e centenas de outros massacrados por imigrantes europeus recentes (muitos deles ateus, mas ainda assim alegando ser judeus) com uma tênue conexão com a Palestina ou o antigo Israel. H. G. Wells fez uma pergunta razoável: “Se é apropriado ‘reconstituir’ um estado judeu que não existe há dois mil anos, por que não voltar mais mil anos e reconstituir o estado cananeio? Os cananeus, ao contrário dos judeus, ainda estão lá.” (Citado em Ian Gilmour e David Gilmour, “Pseudo-Viajantes”, *London Review of Books*, fevereiro de 1985.) O que Wells quis dizer? Os Gilmours explicam:

Os palestinos modernos são um povo de várias origens étnicas, descendente dos conquistadores da Palestina desde os primeiros tempos bíblicos. Seus antepassados são os cananeus e filisteus que, ao contrário dos judeus, nunca foram deportados. Eles permaneceram na Palestina (que tomou o nome dos filisteus) e seus descendentes formaram, e ainda formam, o núcleo da população indígena. No século VII, os árabes maometanos trouxeram consigo seu governo, sua língua e sua religião, e a maioria dos habitantes aceitou os três. A Palestina e seu povo se

2 - Despovoando a Palestina, desumanizando os palestinos

arabizaram. No entanto, eles permaneceram o mesmo povo. Houve pouca mudança racial na população porque os conquistadores árabes eram muito poucos em número.

Evidência disso vem de uma fonte interessante, David Ben-Gurion, primeiro primeiro-ministro de Israel, e Itzhak Ben-Zvi, segundo presidente de Israel (e também historiador), em seu livro de 1918, *Eretz Israel no Passado e no Presente*. Como citado em *A Invenção do Povo Judeu*, de Shlomo Sand, Ben-Gurion e Ben-Zvi escreveram:

Os fellahin [agricultores palestinos] não são descendentes dos conquistadores árabes, que capturaram Eretz Israel e Síria no século VII d.C. Os vencedores árabes não destruíram a população agrícola que encontraram no país. Eles expulsaram apenas os governantes bizantinos estrangeiros, e não tocaram na população local. Nem os árabes a colonizaram. Mesmo em suas antigas habitações, os árabes não se dedicavam à agricultura. Não buscavam novas terras para assentar seu campesinato, que quase não existia. Todo o seu interesse nos novos países era político, religioso e material: governar, propagar o Islã e cobrar impostos.

Sand nos diz que “a razão histórica indica que a população que sobreviveu desde o século VII se originou da classe agrícola da Judeia que os conquistadores muçulmanos encontraram quando chegaram ao país”. Ele então continua com o texto de Ben-Gurion e Ben-Zvi:

Argumentar que, após a conquista de Jerusalém por Tito e o fracasso da revolta de Bar Kokhba, os judeus deixaram completamente de cultivar a terra de Eretz Israel é demonstrar total ignorância da história e da literatura contemporânea de Israel. O fazendeiro judeu, como qualquer outro fazendeiro, não foi facilmente arrancado de seu solo, que havia sido regado com seu suor e o suor de seus antepassados... Apesar da repressão e do sofrimento, a população rural permaneceu inalterada.

Sand comenta que “isto foi escrito trinta anos antes da Proclamação da Independência de Israel, que afirma que todo o povo foi arrancado à força (...) Embora os antigos camponeses da Judeia tenham se convertido ao Islã, eles o fizeram por razões materiais – principalmente para evitar impostos – que não eram de forma alguma traição. De fato, agarrando-se ao seu solo, permaneceram leais à sua pátria”.

Sand observa que o livro de Ben-Zvi de 1929, *Our Population in the Country*, tomou uma posição mais “moderada” sobre quem eram os fellahin: “Obviamente, seria equivocado dizer que todos os fellahin são descendentes dos antigos judeus, mas pode-se dizer da maioria deles, ou de seu núcleo”. Ben-Zvi também acrescentou uma segunda razão para sua conversão religiosa: nas palavras de Sand, o “medo de ser desalojado do solo”. Sand escreve que o livro posterior de Ben-Zvi

sustentava que os imigrantes chegavam de muitos lugares, e a população local era bastante heterogênea, mas os vestígios deixados na língua, topônimos, costumes legais, festas populares como a de Nebi Musa (o profeta Moisés) e outras práticas culturais não deixavam quase nenhuma dúvida de que “a grande maioria dos fellahin não descende dos conquistadores árabes, mas antes disso, dos fellahin judeus, que foram a fundação deste país antes de sua conquista pelo Islã”.

A história sustenta essa tese. O livro de Sand documenta que nem os romanos no século I d.C. nem os muçulmanos árabes seis séculos depois exilaram os judeus:

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que os romanos nunca deportaram povos inteiros... Não valia a pena arrancar o povo da terra, os cultivadores de produtos, os pagadores de impostos... Eles definitivamente não deportaram populações inteiras nos países que conquistaram no Oriente, nem tinham os meios para fazê-lo – não tinham nenhum dos caminhões, trens ou grandes navios disponíveis no mundo moderno.

Esse fato impressionante, ao que Sand encontrou apoio entre historiadores especializados na área, mina a narrativa oficial de que o moderno estado de Israel foi fundado e povoado por exilados errantes que finalmente voltaram para casa. Sand explica em várias palestras que, quando estava realizando pesquisas para seu livro, ficou chocado ao não encontrar histórias do exílio romano na biblioteca da Universidade de Tel Aviv. Quando consultou os especialistas do departamento de história judaica da universidade, ele disse que lhe disseram: “Não era exatamente um exílio”. Assim se confirmou o movimento judaico reformista americano, que declarou em 1885 que não considerava que os judeus fora da Palestina constituíam uma diáspora ansiosa por voltar “para casa”: “Não nos consideramos mais uma nação, mas uma comunidade religiosa e, portanto, não esperamos nem um retorno à Palestina, nem um culto sacrificial sob os filhos de Arão, nem a restauração de nenhuma das leis relativas ao estado judeu”. Em 1841, Allan Brownfeld, do Conselho Americano para o Judaísmo reportou que o rabino Gustav Poznanski, do Templo Beth Elohim, em Charleston, Carolina do Sul, falou por seus correligionários quando disse: “Este país é nossa Palestina, esta cidade nossa Jerusalém, esta casa de Deus nosso templo”. Em nosso tempo, a ideia de uma diáspora está desaparecendo. Jane Eisner, na publicação judaica *The Forward*, diz que “a conotação negativa de ‘diáspora’ formulada no sionismo clássico está desaparecendo – com tantos israelenses vivendo em Los Angeles e Berlim, como não poderia desaparecer?” Ela é pró-Israel, mas escreve: “Vamos deixar para trás a noção ultrapassada de ‘diáspora’” (Há alguns anos, o jornal israelense *Haaretz* noticiou que Berlim tinha a “comunidade judaica que mais cresce no mundo”.)

A afinidade sionista inicial com a população indígena da Palestina desapareceu, escreve Sand, quando ela começou a resistir às invasões dos recém-chegados judeus europeus. Sand escreve:

A partir desse momento, os descendentes do campesinato da Judeia desapareceram da consciência nacional judaica e caíram no esquecimento. Rapidamente, o moderno fellahin palestino tornou-se, aos olhos dos agentes autorizados da memória, imigrantes árabes que chegaram no século XIX em um país quase vazio e continuaram a chegar no século XX conforme a economia sionista se desenvolvia, de acordo com o novo mito, atraindo muitos milhares de trabalhadores não-judeus.

A conclusão é que, desde antes dos tempos bíblicos, as pessoas vivem continuamente na Palestina. Todos os emissários que vasculharam a área para Theodor Herzl e seu novo projeto sionista relataram a mesma coisa: a Palestina não era “uma terra sem povo”, ao contrário do que afirma a Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel, de 1948.

Como apontam os Gilmours, Ahad Ha'am, um “sionista espiritual” que passou um tempo lá, relatou em 1891: “A Palestina não é um país desabitado”, e tem espaço ‘para apenas uma proporção muito pequena de judeus’, já que havia pouco solo não lavrado, exceto colinas pedregosas ou dunas de areia”. Ha'am e outros alertaram o movimento sionista para respeitar a população nativa. Eles não foram atendidos.

Assim, se houvesse um estado judeu, a maioria, se não todos os não-judeus, teriam que deixar o local. “Apenas em pouquíssimos lugares de nossa colonização não fomos forçados [sic] a transferir os residentes anteriores”, disse Ben-Gurion ao Congresso Sionista de 1937. Suas milícias seriam “forçadas” a transferir muitos outros uma década depois.

Repetindo, é uma questão secundária se esses indivíduos se consideravam “palestinos” ou se se consideravam vivendo em um país chamado Palestina. Eram indivíduos com direitos, que eram desapropriados e transformados em refugiados quando não eram assassinados.

Como seres humanos individuais, eles obviamente se preocupavam com suas casas e comunidades, fossem rurais ou urbanas, e, portanto, era de se esperar que resistissem às propostas de que fossem “transferidos” – expulsos – de suas casas para outro lugar – até mesmo para lugares onde as pessoas falavam uma língua semelhante (embora os dialetos pudessem diferir) e praticassem a mesma religião. Assumir o contrário é ver esses indivíduos como inferiores à humanos.

Na verdade, porém, podemos encontrar sinais de autoconsciência “nacional” (por falta de um termo melhor no contexto da resistência anti-colonial) em diferentes momentos e em diferentes estágios de desenvolvimento. “O Islã e o Império Otomano foram as entidades socioculturais e políticas mais amplas e significativas, mas desenvolveu-se um tipo de sentido protonacional em relação a *Filastin*, como foi chamada, a partir do século XVII”, escreve Khaled M. Safi, historiador da Universidade de Al-Aqsa. Safi cita um ilustre historiador do mundo árabe, Albert Hourani (“O Crescente Fértil no Século XVIII” em *A Vision of History: Near Eastern and Other Essays*, 1961):

2 - Despovoando a Palestina, desumanizando os palestinos

Uma vez que o governo central [otomano] não podia mais controlar o Império, ele não poderia mais servir como foco de lealdade e solidariedade. Assim, podemos observar no decorrer do século XVIII um fortalecimento das lealdades comunais que sempre formaram a base da sociedade otomana, e um reagrupamento dos povos do Império em torno daquelas autoridades que poderiam dar-lhes o que o Governo Imperial já não dava: uma defesa contra a desordem e um sistema de leis regulando as relações dos homens.

Hourani continuou: “Foi a pressão dessas forças locais que deu uma nova forma à relação entre o governo otomano e as províncias. Em todo o Império, surgiram grupos governantes locais leais ao sultão, mas possuindo uma força, uma estabilidade e, até certo ponto, uma autonomia própria. Foi somente através da mediação desses grupos que o Império Otomano ainda foi capaz de manter algum tipo de domínio moral e material sobre seus súditos.”

A consciência palestina, no entanto, parece ter precedido o século XVII. O famoso geógrafo árabe do século X Al-Muqaddasi, que nasceu em Jerusalém, descreve a Palestina (ou Filastin) em grande detalhe, incluindo suas terras agrícolas exuberantes e águas naturais nutritivas, em seu livro *Descrição da Síria, Incluindo a Palestina*. Nazmi Al-Ju'beh, historiador da Universidade de Birzeit, escreve em “Identidade e Herança Cultural Palestina” que Al-Muqaddasi “usa a terminologia ‘Palestina’ e ‘palestino’ com o significado claro de pertencimento geográfico e identidade”.

Mais tarde, os habitantes da Palestina resistiram ao exército de Napoleão e, em 1834, os camponeses de lá se rebelaram, sem sucesso, contra os impostos e o alistamento militar imposto pelo egípcio Ibrahim Pasha. Tais ameaças de estrangeiros percebidos tendem a criar uma consciência comunitária. Safi conclui: “A revolta [contra os egípcios, isto é, contra outros muçulmanos árabes] indica a presença de uma consciência territorial embrionária e, portanto, social e política”.

No início da década de 1920, depois que os franceses (sob o Acordo Sykes-Picot) proibiram o domínio árabe independente da grande Síria, da qual a Palestina era considerada a província do sul, os líderes

árabes estavam determinados a defender a independência da Palestina. Os britânicos, é claro, não teriam nada disso; eles governaram a Palestina sob o sistema de mandato da Liga das Nações que incorporou o endosso da Declaração Balfour de 1917 ao “estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”. As vítimas da duplicidade britânica e francesa, como seus antepassados, tendiam a desenvolver, ou melhor, aumentar, uma identidade comunitária. Essa identidade já estava se solidificando quando o plano sionista de um estado exclusivista se tornou uma realidade no local através do despejo dos fellahins e de moradores da cidade de propriedades compradas por indivíduos e organizações judaicas, aos olhos dos sionistas essas eram terras judaicas que tiveram que ser resgatadas após sua contaminação por não-judeus. (O valioso “A alienação de uma pátria” de Stephen Halbrook mostra que apenas uma pequena porcentagem dessas propriedades foi adquirida de agricultores individuais. A maioria foi adquirida de proprietários feudais ausentes, que estavam em Beirute e em outros lugares, que nunca haviam estabelecido a propriedade de maneira lockeana, isto é, misturando seu trabalho com a terra.)

A desumanização dos palestinos se manifestava na atitude ocidental de que esses indivíduos se viam apenas como membros indiferenciados de uma horda árabe, indiferentes ao seu entorno imediato, isto é, às suas casas, cidades, aldeias, comunidades agrícolas, relações de mercado e, finalmente, sua pátria maior, e, portanto, aceitariam a “transferência” para outras áreas árabes. Nenhum ocidental jamais pensou em si mesmo em termos tão desumanos, mas pensar nos palestinos dessa maneira foi fácil. Isso é coisa de injustiça em massa, de genocídio literal e cultural.

A realização do sonho de um estado judeu implicava logicamente a espoliação e expulsão dos palestinos, que pelo padrão comum de justiça eram legítimos proprietários de suas terras. Os que permaneceram tornaram-se cidadãos de terceira classe ou ainda piores em um estado de apartheid. As inúmeras micro ofensas contra esses indivíduos foram agravadas por uma macro ofensa: a destruição de sua florescente cultura, comunidades e país.

3 – Sobre o “direito de existir” de Israel

Free Association, 20 de maio de 2012

Quando postei o artigo provocativo de Sharmine Narwani “Desculpe-me, mas Israel não tem o direito de existir” no Facebook, recebi uma reação inadequada dos libertários. Um comentário pode ser resumido assim:

Nenhum Estado territorial tem o direito de existir. Todos são organizações contra os direitos e liberdades individuais.

Essa resposta é verdadeira, mas inadequada. Por que?

Narwani não estava sugerindo uma proposição geral em filosofia política. Ela não tinha intenção de operar no campo da abstração nesta ocasião. Em vez disso, ela estava fazendo um ponto que parece iludir as pessoas, incluindo muitos (a maioria?) libertários. Narwani estava chamando a atenção para o fato de que a invocação do “direito de existir” do Estado judeu de Israel tem como objetivo inviabilizar qualquer esforço para se concentrar no direito dos *indivíduos* palestinos de viver e trabalhar na terra que eles e suas famílias habitam há mais de mil anos (e talvez muito antes). Mudar o assunto para o suposto direito do Estado de Israel de existir – e é isso que esse movimento é, uma *mudança de assunto* – visa garantir que os direitos dos palestinos nunca sejam discutidos.

Imagine que você flagrou um assaltante em sua casa furtando seus talheres. Agora imagine que quando você exigiu que ele devolvesse sua propriedade, ele respondeu: “Espere. Antes de falarmos sobre isso, exijo que primeiro reconheçam meu direito de existir *neste lugar com*

3 - Sobre o "direito de existir" de Israel

essas coisas em minhas mãos." Você não consideraria essa exigência legítima.

Proclamar o direito de Israel de existir é proclamar que uma entidade política fundada por um grupo de indivíduos sobre uma ideologia de chauvinismo étnico-racial tem o direito moral sobre a terra que obteve através de uma limpeza étnica brutal. O movimento sionista tinha (e tem) como premissa que a Palestina é "terra judaica" e que os não-judeus são inaptos para ocupa-la. Assim, ela tinha (tem) que ser "resgatada". O resultado foi o que os palestinos chamam de *Nakba*, ou catástrofe. A entidade política conhecida como Israel ocupa, assim, terras roubadas do povo palestino.

Esse é o contexto a partir do qual se pode julgar tudo o que se passa hoje na Palestina/Israel. Não se trata de "disputa" ou "conflito" no sentido de que dois lados têm reivindicações aproximadamente iguais sobre a mesma terra e recursos. As reivindicações não são mais iguais do que as dos meus hipotéticos proprietário e assaltante.

David Ben-Gurion, primeiro primeiro-ministro de Israel, foi citado em *O Paradoxo Judaico*, de Nahum Goldman, perguntando: "Por que os árabes deveriam buscar a paz? Se eu fosse um líder árabe, nunca faria acordos com Israel. Isso é natural: nós tomamos o país deles... Viemos aqui e roubamos o país deles. Por que eles deveriam aceitar isso?"

A contrição pertence, portanto, ao lado judeu, não ao palestino. (Espero que ninguém diga que a recomendação da Assembleia Geral da ONU de divisão tornou tudo isso moralmente aceitável.)

(Para mais detalhes, veja a excelente breve introdução de Jeremy Hammond, *The Rejection of Palestinian Self-Determination*. Para um exame atento das supostas compras de terras dos sionistas, ver "The Alienation of a Homeland", de Stephen P. Halbrook. Sobre os esforços sistemáticos para limpar a Nakba da história, ver "Apagando a Nakba", de Neve Gordon. Para o argumento judaico contra o sionismo, enraizado na tradição profética, ver a biografia de Jack Ross, *Rabi Outcast: Elmer Berger and American Jewish Anti-Zionism*. Mas você não precisa aceitar a palavra deles para isso. Consulte um historiador israelense, Benny Morris, que acha que a limpeza étnica foi uma coisa boa, mas não foi longe o suficiente.)

Podemos dizer de outra forma: Israel é o único país em que posso pensar que, *de jure*, não pertence a *todos os seus cidadãos*. (Não estou dizendo que outros países realmente operam como se pertencessem a seus cidadãos.) Como o autoproclamado “Estado Judeu”, Israel não pertence aos seus cidadãos, mas ao Povo Judeu em *todo o mundo*. De acordo com a “Lei do Retorno”, qualquer pessoa que se qualifique como judeu (ou seja, tenha uma mãe judia e não tenha se convertido a outra religião ou tenha sido convertida ao judaísmo por um rabino aprovado) pode se tornar um cidadão pleno simplesmente se mudando para Israel. Observe a palavra “retorno”. Uma pessoa judia que “faz aliyah” não precisa *jamais ter vivido* em Israel, então ela não estaria literalmente retornando. (É meramente assumido, apesar das razões para assumir o contrário, que seus ancestrais antigos podem ter vivido na Palestina.)

Por outro lado, um palestino que foi um dos mais de um milhão de árabes expulsos de suas aldeias em 1948 (ou até antes) e 1967 e que, portanto, *poderia* realmente voltar para sua casa está *proibido de fazê-lo*. Sua casa foi confiscada há muito tempo, talvez demolida. Na verdade, toda a sua aldeia pode ter sido arrasada para dar lugar a uma cidade exclusivamente judaica. (Mais de 400 dessas aldeias foram destruídas após a declaração de independência de Israel.)

Sim, os árabes muçulmanos, cristãos e seculares que não estavam entre os 750.000 que fugiram do que se tornou Israel em 1948 foram autorizados a se tornar cidadãos do Estado judeu, com o voto e representação no Knesset. Mas isso não quer dizer muita coisa. Os não-judeus são cidadãos de segunda (terceira?) classe que recebem serviços governamentais inferiores e que não têm poder para mudar a designação oficial de Israel como o Estado do Povo Judeu. Na verdade, qualquer partido político que pretenda alterar essa designação é proibido. Uma lei recente exige que novos cidadãos não judeus jurem lealdade a Israel como um “Estado judeu e democrático”. Em 2010, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu propôs, como condição para o progresso das negociações, que os líderes palestinos reconhecessem Israel como “o Estado nacional do povo judeu”. Vale a pena notar que, até uma contestação legal de 2005, a carteira de identidade israelense identificava os cidadãos não como israelenses, mas como judeus, árabes, drusos e circassianos, e assim por diante. Os cidadãos ainda são assim designados nos registros do governo.

Assim, neste contexto, quando os libertários dizem que “todos os Estados são ilegítimos”, eles borram uma distinção crítica e dão àqueles

3 - Sobre o "direito de existir" de Israel

que ocupam a propriedade palestina e oprimem os indivíduos palestinos um passe-livre imerecido. Imagino que um sionista fervoroso prefira ouvir essa resposta do que alguém que perceba e exponha a real intenção por trás da proclamação do direito de Israel de existir: a negação dos direitos dos palestinos.

Eu não deveria ter que mencionar isso, mas eu vou: dizer que o Estado de Israel não tem o direito de existir *não* é dizer que os *indivíduos* que vivem em Israel não têm o direito de existir – muito pelo contrário – e os palestinos concordariam. Isto levanta a questão de saber qual a melhor forma de proceder para conseguir justiça para os palestinianos que há muito sofrem. Esta é uma pergunta complicada para a qual não há resposta fácil. Mas aqui está uma coisa que os defensores da liberdade e da justiça universais podem dizer: os direitos dos palestinos não devem ser engessados por reivindicações irrelevantes sobre o direito do Estado judeu de existir.

4 – Os maltratados judeus do Iraque

The Libertarian Institute. 25 de maio de 2018

De abril de 1950, quase dois anos depois que os sionistas na Palestina declararam unilateralmente a independência do Estado de Israel, até março de 1951, três bombas explodiram entre os judeus em Bagdá, no Iraque: uma em frente a um café na rua Abu Nawwas, no Centro de Informação dos EUA, um local de leitura popular para jovens iraquianos judeus, e fora da sinagoga Mas'uda Shemtov, onde os judeus curdos aguardavam serem transferidos para Israel. Felizmente, apenas uma pessoa, um menino, foi morta e um, um idoso, ficou ferido. A suspeita recaiu foi imediatamente em “uma organização extremista iraquiana”, escreve David Hirst em *The Gun and the Olive Branch: The Roots of Violence in the Middle East*. Temendo por sua segurança, a maioria dos membros da antiga comunidade judaica se preparou para emigrar para o novo Estado de Israel. O governo iraquiano não proibiu isso, mas “o parlamento iraquiano aprovou uma lei confiscando a propriedade de todos os judeus que renunciaram à sua cidadania. Ninguém foi autorizado a tirar mais de 70 libras do país.” (Este ato imoral do parlamento trazia uma mensagem reveladora: não queremos que você vá.)

Esses atos de terrorismo, no entanto, “não foram obra de extremistas árabes”, continua Hirst, “mas das próprias pessoas que tentaram resgatar [os iraquianos judeus]” – ou seja, “uma organização clandestina [pró-Israel] chamada 'O Movimento'“. Na verdade, “as bombas que aterrorizavam a comunidade judaica tinham sido bombas sionistas”.

A revelação surpreendente veio de Yehudah Tajar, um agente israelense, cuja prisão em Bagdá possibilitou a prisão de 15 membros de uma organização sionista secreta no Iraque. “Shalom Salih, um jovem encarregado dos *esconderijos de armas da Haganá*, cedeu durante o interrogatório e levou a polícia de sinagoga em sinagoga, mostrando-lhes onde as armas, contrabandeadas desde a Segunda Guerra Mundial,

4 - Os maltratados judeus do Iraque

estavam escondidas”, escreve Hirst. “Durante o julgamento, a acusação alegou que os réus eram membros da clandestinidade sionista. Seu principal objetivo – para o qual a explosão de três bombas havia contribuído de forma tão devastadora – era assustar os judeus para que eles emigrassem [para Israel] o mais rápido possível. Dois foram condenados à morte, os restantes a longas penas de prisão.” (Tajjar pegou prisão perpétua, mas foi libertado 10 anos depois e retornou a Israel.)

Mais de uma década depois, um relato detalhado da operação começou a chegar às revistas israelenses. “Então, em 9 de novembro de 1972”, escreve Hirst, “a revista *Pantera Negra*, a voz militante dos judeus orientais de Israel, publicou a história completa. A reportagem da *Pantera Negra* inclui o testemunho de dois cidadãos israelenses que estavam em Bagdá na época. Hirst comenta:

“Muitas vezes se esquece que a cláusula de “salvaguarda” da Declaração Balfour – “entendendo-se claramente que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país” – foi projetada para abranger os judeus da diáspora, bem como os árabes nativos. Mas o desenraizamento de um milhão de judeus “orientais” mostrou que, para os sionistas, era uma cláusula a ser ignorada em ambas as partes. *Em todos os lugares aplicaram as mesmas técnicas essenciais, mas em lugar nenhum, talvez, com tanto rigor como no Iraque. “Sionismo cruel”, alguém chamou. [Grifo nosso.]*

Por que? Hirst fornece uma resposta direta de um autor na *Davar*, publicação do movimento operário israelense:

“Não terei vergonha de confessar que, se tivesse o poder, como tenho vontade, selecionaria uma série de jovens eficientes – inteligentes, decentes, dedicados ao nosso ideal e ardentes com o desejo de ajudar a redimir os judeus – e os enviaria para os países onde os judeus estão absorvidos pela autossatisfação pecaminosa. A

tarefa desses jovens seria disfarçar-se de não-judeus e contaminar os judeus com slogans antissemitas como “judeu sanguinário”, “judeus se mandem para a Palestina” e intimidades semelhantes. Posso garantir que os resultados em termos de uma imigração considerável desses países para Israel seriam dez mil vezes maiores do que os resultados trazidos por milhares de emissários que pregam há décadas a *ouvidos moucos*.” [Grifo nosso.]

Hirst acrescenta o contexto crucial:

“O sionismo tinha muito menos apelo para os orientais do que para os judeus europeus. No período pré-Estado, apenas 10,4% dos imigrantes judeus vinham da “África e da Ásia”. Em sua grande maioria, os judeus orientais eram, na verdade, judeus árabes, e a razão de sua indiferença era simplesmente que, historicamente, eles não haviam sofrido nada parecido com a perseguição e discriminação de seus irmãos na cristandade europeia. O preconceito existia, mas suas vidas eram em geral confortáveis e suas raízes eram profundas [remontando ao exílio babilônico]. Eles não estavam em nenhum lugar mais em casa do que no Iraque, e um funcionário do governo admitiu – em tom jocoso – que seu pedigree mesopotâmico era muito superior ao da maioria muçulmana.”

A agitação sionista no mundo árabe fora da Palestina começou muito antes da declaração de independência de Israel:

“As atividades sionistas no Iraque e em outros países árabes datam do início do século XX. No início, eram os britânicos, e não os judeus locais, que suportavam o peso da animosidade árabe. Em 1928, houve tumultos quando o sionista britânico Sir Alfred Mond visitou Bagdá. No ano seguinte, manifestações em mesquitas e ruas, um silêncio de dois minutos no Parlamento, jornais e telegramas para Londres marcaram “a

4 - Os maltratados judeus do Iraque

desaprovação iraquiana da política pró-judaica da Grã-Bretanha”. Foi somente em meados dos anos 1930, quando os problemas da Palestina estavam reverberando em todo o mundo, que os judeus árabes começaram a despertar suspeita e ressentimento. No Iraque, essas emoções vieram à tona em 1941, quando, em um tumulto de dois dias, a multidão matou cerca de 170 a 180 judeus e feriu várias centenas de outros. Foi terrível, mas foi o primeiro pogrom da história iraquiana...

Não havia mais essa violência.”

Os judeus iraquianos deveriam ser “recolhidos”, para usar o jargão sionista. “Recolhidos para quê?” Hirst pergunta.

“Os judeus iraquianos logo aprenderam, ou seja, aqueles que realmente foram para Israel, ou, tendo ido, permaneceram lá. Pois de modo algum todos os judeus orientais desenraizados o fizeram. Muitos deles – especialmente os que têm dinheiro, conexões, educação e iniciativa – conseguiram chegar à Europa ou à América. Mas o que os irremediavelmente “recolhidos” aprenderam foi a ironia mais cruel e duradoura de todas: os judeus orientais não eram mais do que desprezadas buchas de canhão para o credo europeu do sionismo.”

Basta da tão acreditada história de como o Iraque desenraizou sua antiga comunidade judaica e levou os judeus para Israel.

5 – O Oriente Médio colhe amargos frutos imperialistas

The Future of Freedom Foundation. 20 de junho de 2014

A cobertura completa da desintegração do Iraque deveria conter este crédito: “Este derramamento de sangue foi possível graças à generosidade dos imperialistas britânicos e franceses”.

A violência no Iraque – para não mencionar a terrível guerra civil na Síria, a agitação crônica na Palestina/Israel e os problemas em outras partes do Oriente Médio – são consequências diretas dos atos imperialistas dos governos britânico e francês no final da Primeira Guerra Mundial, a catástrofe que alterou a história que começou há 100 anos.

A história já foi contada muitas vezes. O governo da Grã-Bretanha queria interromper a capacidade do Império Otomano de ajudar a Alemanha e o Império Austro-Húngaro na Grande Guerra. Assim, os britânicos enviaram seu pessoal, o mais famoso entre eles T.E. Lawrence (“Lawrence da Arábia”), para persuadir os líderes árabes a se revoltarem contra os turcos, em troca do que eles ganhariam sua independência no Levante (o que hoje é Israel/Palestina, Jordânia e Síria), na Mesopotâmia (Iraque) e na Península Arábica. A liderança árabe concordou e passou a obstruir os esforços de guerra dos turcos.

Na correspondência de 1915-16 entre o Alto Comissário britânico no Cairo, Sir Henry McMahon, e o líder árabe Hussein bin Ali, McMahon reconheceu a demanda de Hussein pela independência na maior parte do Levante (incluindo a Palestina) e na península Arábica:

5 - O Oriente Médio colhe amargos frutos imperialistas

“Sujeito às modificações acima, a Grã-Bretanha está preparada para reconhecer e apoiar a independência dos árabes em todas as regiões dentro dos limites exigidos pelo Sherif de Meca [Hussein].”

McMahon não deu uma garantia geral, excluiu partes ocidentais do Levante (Libano) em favor dos interesses franceses e declarou:

“No que diz respeito a... Bagdá [sic] e Basra [no Iraque], os árabes reconhecerão que a posição e os interesses estabelecidos da Grã-Bretanha exigem disposições administrativas especiais para proteger esses territórios de agressões estrangeiras, promover o bem-estar das populações locais e salvaguardar nossos interesses econômicos mútuos.”

No entanto, os britânicos levaram os árabes a acreditar – e os árabes realmente acreditaram, talvez ingenuamente, dado o controle britânico do Egito desde 1882 – que eles ganhariam a independência na maioria de suas terras não apenas dos turcos, mas também da Grã-Bretanha e da França, bem como se as potências aliadas prevalecessem.

As autoridades britânicas, no entanto, nunca tiveram a intenção de honrar sua promessa de deixar os árabes seguirem seu próprio caminho no final da guerra. Os britânicos (e franceses) cinicamente usaram os árabes para obter vantagem própria enquanto secretamente planejavam um Oriente Médio pós-guerra dominado por seus países.

Em 1916, após a correspondência de McMahon com Hussein, Sir Mark Sykes, um conselheiro do gabinete britânico para o Oriente Médio, e o diplomata francês François Georges Picot negociaram o famoso acordo secreto que leva seus nomes. (Também foi assinado pelo representante da Rússia czarista.) O Acordo Sykes-Picot presumia dividir o Oriente Médio entre as potências aliadas imperiais, mesmo antes de ter sido arrancado dos turcos.

Em um amplo sentido, as partes mais desenvolvidas das terras árabes – Iraque e Grande Síria (incluindo o Libano) – seriam controladas pela Grã-Bretanha e França (as companhias petrolíferas ocidentais já estavam interessadas nesta área), enquanto a península

subdesenvolvida – hoje Arábia Saudita e Iêmen – seria independente, embora dividida em esferas de influência britânicas e francesas. (Seu potencial petrolífero ainda era desconhecido.) Parte do que é hoje a Turquia estaria em mãos russas.

Mais especificamente, a Grã-Bretanha controlaria o sul da Mesopotâmia (Iraque), duas cidades portuárias do Mediterrâneo e o que se tornaria a Jordânia. A França ficaria com a Grande Síria, incluindo o atual Líbano, e o norte da Mesopotâmia. A Palestina (menos a Jordânia) estaria sob supervisão internacional. Não foi exatamente assim que as coisas terminaram, mas isso preparou o terreno para a divisão final do território árabe entre a Grã-Bretanha e a França após a guerra.

Obviamente, o acordo tinha de ser mantido em segredo, caso contrário os árabes não teriam cooperado com os britânicos. Além disso, as potências aliadas esperavam que Woodrow Wilson trouxesse os Estados Unidos para a guerra – e Wilson disse que se opunha aos ganhos territoriais dos beligerantes e falava em autodeterminação.

O acordo pode ter permanecido secreto durante a guerra, exceto que, após a Revolução Bolchevique no outono de 1917, os bolcheviques o descobriram nos arquivos do czar e o tornaram público para constranger os governos francês e britânico.

Isso não os impediu de seguir em frente com seu plano, em aparente desrespeito aos Quatorze Pontos de Wilson, emitidos em janeiro de 1918, dez meses antes do fim da guerra. Embora Wilson seja conhecido por insistir no princípio da autodeterminação, em oposição ao colonialismo, o mais próximo que seus Quatorze Pontos chegaram de endossar esse princípio foi um chamado para

“[um] ajuste livre, aberto e absolutamente imparcial de todas as reivindicações coloniais, baseado na estrita observância do princípio de que, na determinação de todas essas questões de soberania, os interesses das populações envolvidas devem ter o mesmo peso que as reivindicações equitativas do governo cujo título deve ser determinado.”

5 - O Oriente Médio colhe amargos frutos imperialistas

Note-se que os interesses dos povos subjulgados deveriam receber apenas uma consideração “igual” com as reivindicações coloniais dos governos. Isso dificilmente soa como autodeterminação. De qualquer forma, Wilson, que adoeceu quando a Conferência de Paz de Paris foi convocada, não foi capaz de impedir que britânicos e franceses realizassem seus planos imperiais. No final, seu governo concordou em troca de concessões de petróleo para empresas americanas.

Como observado, a divisão real do Oriente Médio não seguiu Sykes-Picot precisamente, porque modificações foram feitas à luz de acordos subsequentes, conferências (como a conferência de San Remo de 1920) e eventos (como a Revolução Bolchevique). A linguagem do colonialismo do século XIX foi abandonada em favor do sistema de “mandato”, que (em teoria) autorizava a Grã-Bretanha e a França a supervisionar os Estados árabes recém-criados até que os árabes estivessem prontos para o autogoverno. Em outras palavras, as duas grandes potências da Europa tratariam os árabes como crianças, violando diretamente a promessa britânica. Como dizia o famigerado artigo 22 do Pacto da Liga das Nações (formulado durante a Conferência de Paris),

“Às colônias e territórios que, em consequência da guerra tardia, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que anteriormente os governavam e que são habitados por povos *que ainda não podem manter-se sozinhos nas condições extenuantes do mundo moderno*, deve aplicar-se o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma confiança sagrada da civilização e que as garantias para o desempenho desta confiança devem ser incorporadas nesta Aliança. [Grifo nosso.]

O melhor método para dar efeito prático a este princípio é que a tutela de tais povos deve ser confiada às nações avançadas que, em razão de seus recursos, sua experiência ou sua posição geográfica, possam melhor assumir essa responsabilidade, e que estejam dispostas a aceitá-la, e que essa tutela seja exercida por eles como Mandatários em nome da Liga.”

Os britânicos criaram os estados do Iraque e da Transjordânia (mais tarde Jordânia). O que restava da Palestina (tinha fronteiras diferentes em épocas diferentes) não seria designado um Estado, mas seria administrado pela Grã-Bretanha. A França tomou a Síria, da qual criou um Líbano separado.

As fronteiras “nacionais” arbitrariamente traçadas cortam linhas sectárias, étnicas e tribais, plantando as sementes de conflitos futuros que continuam até hoje. (Os imperialistas tinham feito a mesma coisa na África.)

Em relação à Palestina, na Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917, o governo britânico expressou sua aprovação ao “estabelecimento (...) de um lar nacional para o povo judeu”, e prometeu “se esforçar ao máximo para facilitar a realização deste objetivo”. A declaração também afirmou que “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país”. Essas ressalvas não passavam de clichês.

Note-se que a declaração foi emitida antes do exército britânico conquistar a Palestina. O governo estava fazendo promessas sobre terras que ainda não controlava – e essa promessa ao movimento sionista entrou em conflito com as promessas feitas anteriormente aos árabes, novamente preparando o terreno para um conflito posterior.

A Declaração Balfour, que criou ansiedade entre os árabes e a maioria dos judeus (o sionismo foi abraçado por apenas uma pequena minoria de judeus), abriu caminho para a criação do Estado de Israel cerca de 30 anos depois e a frustração contínua das aspirações de independência dos árabes palestinos.

É importante entender que, ao longo desse processo, árabes, curdos e outros povos nativos nunca foram consultados sobre a disposição imperialista de suas terras. Não à toa: o que eles queriam – independência de potências estrangeiras – conflitava com os objetivos dos políticos britânicos e franceses. Mas com que autoridade eles decidiram o futuro do povo no Oriente Médio?

Durante a conferência de Paris, a delegação americana sugeriu que uma comissão tripartite (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos)

fosse à Arábia para perguntar aos habitantes o que eles queriam. Como a Grã-Bretanha e a França não tinham interesse em fazê-lo, tornou-se um projeto puramente americano, a King-Crane Commission, nomeada em homenagem aos co-presidentes do Oberlin College, Henry Churchill King, e do empresário de Chicago, Charles Richard Crane. Depois de um mês entrevistando os habitantes do Levante, King e Crane relataram que a maioria dos árabes muçulmanos (a maioria da região) queria a independência completa e que, se não podiam ter isso, preferiam a supervisão americana à britânica e francesa. O relatório também observou que o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina teria que ser realizado pela violência.

O relatório secreto não teve impacto na resolução final do assunto pela conferência de Paris, e só foi publicado três anos depois.

As descobertas de King-Crane não deveriam ter sido surpresa. Quando a conferência de Paris foi convocada, os líderes árabes olharam para os Estados Unidos para frustrar os desígnios dos imperialistas, porque associaram Wilson ao princípio da autodeterminação. Suas esperanças, no entanto, foram frustradas. (Para mais detalhes, ver Ussama Makdisi's *Faith Misplaced: A Promessa Quebrada das Relações EUA-Árabe, 1820–2001*. Qualquer um que protestasse contra o tratamento insensível dos árabes e outros era descartado ou ignorado como ingênuo.

Tente absorver essa: os árabes – muçulmanos, cristãos e seculares – olhavam para os Estados Unidos como um farol de liberdade e independência. (Se a história americana justificou essa atitude é outra questão.) Eles foram decepcionados e sofrem com isso desde então.

Os EUA podem ser desprezados por muitas pessoas no Oriente Médio hoje – mas não tinha que ser assim.

Os franceses e britânicos passaram a criar estados e governos em suas novas possessões. No início da década de 1920, sempre que os árabes tentavam resistir ao domínio estrangeiro, eram brutalmente reprimidos – pelos britânicos no Iraque e pelos franceses na Síria. (Isso lembrava a supressão americana dos filipinos, 1899-1902.) A resistência árabe não foi párea para os bombardeiros, artilharia e veículos mecanizados dos europeus.

Vamos agora dar um passo para trás das árvores e ver a floresta.

Esta é uma história sobre imperialistas ocidentais arrogantes que pensavam que os europeus esclarecidos e civilizados deveriam governar os árabes infantis (e curdos) em vez de deixá-los determinar seu próprio destino. Enquanto descreviam seu governo em termos paternalistas, os imperialistas mal disfarçavam seu sistema colonial atualizado.

A visão paternalista, lembremos, foi expressa por homens que representam países que tinham acabado de se envolver em mais de quatro anos de guerra de trincheiras selvagens em uma “guerra para acabar com a guerra”, sem mencionar os séculos anteriores ensanguentados, pelas guerras religiosas e políticas da Europa. A condescendência, é claro, escondia os estreitos interesses econômicos e políticos dos imperialistas. (Quando a Grã-Bretanha e a França foram incapazes de continuar administrando o Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram e ainda estão tentando manter a região como sua esfera de influência.)

O que está acontecendo no Oriente Médio hoje pode ser visto como uma tentativa violenta de desfazer as imposições Sykes-Picot, San Remo, et cetera, do século passado. O recém-declarado Estado Islâmico em partes da Síria e do Iraque, por exemplo, está tentando apagar a fronteira artificial entre esses países. Pergunta-se como o mundo árabe teria evoluído sem uma intervenção estrangeira violenta. É difícil imaginar que o processo teria sido mais violento do que foi e continua sendo.

Diante disso, uma nova intervenção ocidental parece uma receita para um desastre ainda maior.

Ao vermos a violência de hoje no Iraque, na Síria, na Palestina/Israel, no Egito e noutras partes da região, devemos recordar que tudo poderia ter sido evitado se as potências europeias não tivessem lançado a Primeira Guerra Mundial, ou se, em caso de guerra, os britânicos e os franceses tivessem deixado os árabes traçarem o seu próprio rumo. A intervenção dos EUA, é claro, não ajudou, mas os imperialistas europeus poderiam ter arrancado o Oriente Médio do Império Otomano em declínio sem a guerra mundial.

A guerra e o império não produzem bons resultados, mas apenas mais miséria. Como o personagem de Edward Woodward, Harry Morant, diz no filme *Breaker Morant* pouco antes de ser executado pelo exército britânico, a fim de fazer dele um exemplo durante a Segunda Guerra dos Bôeres, “Bem... Isso é uma consequência da ‘Construção de Impérios’.”

6 – Shabbos com Zaide

The Libertarian Institute. 18 de maio de 2018

Prefácio

Em março de 1989, a estimada revista *The Washington Report on Middle East Affairs* (WRMEA) publicou meu artigo “Grandfather Sparks Interest In Debate Over Zionism” em sua série “Seeing the Light”. (Posteriormente, foi incluído no livro do WRMEA *Seeing the Light: Personal Encounters With the Middle East and Islam*, editado por Richard H. Curtiss e Janet McMahon.)

O surrealismo das cenas contrastantes desta semana na Faixa de Gaza, onde soldados israelenses assassinaram dezenas e mutilaram muitas centenas de palestinos desarmados, e em Jerusalém, onde representantes do governo Trump – liderado pela filha e genro de Donald Trump – lisonjeavam os governantes de Israel enquanto dedicavam a nova embaixada dos EUA, me levou a postar meu artigo de 29 anos atrás, com a graciosa permissão do *Washington Report*.

Avô desperta interesse em debate sobre sionismo

Tenho lembranças vivas da infância de juntar dinheiro para plantar árvores em Israel. Lembro-me também dos frequentes relatos fornecidos por professores de escolas hebraicas sobre heroísmo e devoção judaica em meio a um mar hostil de árabes. E nunca esquecerei o dia em que meus colegas de escola e eu fomos levados para o centro da cidade, em 1960, para ver o aguardado filme “*Exodus*”.

A minha foi uma infância que em grande parte girou em torno de Israel. Ben-Gurion, Moshe Dayan e Golda Meir eram meus heróis. Meus pais, judeus conservadores, não eram sionistas; mudar-se para Israel, ou ver seus filhos fazendo isso, era impensável. Mas eram israelitas leais, comprometidos com o Estado judeu como necessário para a existência do judaísmo e para as vítimas, presentes e futuras, do antissemitismo onipresente.

Tenho outra memória, que se destaca nitidamente nessas imagens pró-Israel. É a memória do meu avô paterno [*zade* ou *zaide* ou *zayde*], Sam Richman [Shlomo Hersh ben Moshe], um judeu ortodoxo alegre e tolerante [da Lituânia] e um *shomos* (sexton) numa pequena sinagoga. Todos os sábados à tarde, depois dos cultos do Shabat [shabbos], visitávamos Zadie e Bubby em seu apartamento. A conversa muitas vezes se voltava para o Oriente Médio. Eu sentava em silêncio e ouvia. Lá, e só lá, ouvi críticas a Israel. Acho que isso se tornou particularmente pronunciado após a guerra dos seis dias em 1967.

“Os judeus em Israel estão causando todos os problemas”, ele dizia repetidamente. “Os árabes querem paz.”

Meu pai rebatia: “Como você pode dizer isso? Israel quer paz. É uma pequena fatia de terra. Os árabes têm tanto, mas não vão sentar e conversar.” Ele sugeria que meu avô visitasse Israel e visse a situação por si mesmo.

Zadie não cedeu. “Eu nunca irei”, ele dizia. Todos os anos, enquanto liderava nosso *Seders* da Páscoa Judaica, quando deveria dizer “ano que vem em Jerusalém”, ele improvisava com um sorriso, “ano que vem na Filadélfia”. A família sempre considerou Zadie como o venerável patriarca. Mas nessa questão ele foi tratado como desinformado e teimoso. Era confuso. Mal sabia eu então que ele representava uma posição importante no debate judaico original sobre o sionismo. Para ele, o sionismo era o judaísmo falsificado e os sionistas eram charlatães. Sua crença ortodoxa sustentava que o restabelecimento de Israel era uma questão de Deus no futuro messiânico. Ele teria concordado com Yehoshofat Harkabi, um ex-chefe da inteligência militar israelense, que disse: “Os judeus sempre consideraram que a terra pertencia a eles, mas na verdade pertencia aos árabes. Eu iria além: eu diria que a fonte original desse conflito está com Israel.”

Na época da guerra de seis dias, eu tinha 17 anos. Além desse dissidente, nunca imaginei que houvesse outro lado da disputa israelo-árabe. Conforme eu entendia, os judeus tinham direito bíblico e legal à terra e estavam ansiosos para viver pacificamente com os árabes. Mas os árabes odiavam os judeus porque eram judeus. Portanto, não havia paz. Acho que não tinha ouvido a palavra palestino.

Meus pais e professores acreditavam sinceramente no que me ensinaram. Eles não tinham nada contra os árabes. Mas, como muitos de nós, eles estavam ocupados demais com suas vidas para pesquisar a questão por conta própria, então confiavam nas pessoas em quem confiavam, ou seja, os líderes judeus e israelenses, que eram sionistas.

No início dos anos 1970, me senti insatisfeito com o que me ensinaram. Comecei a me perguntar como os judeus europeus passaram a possuir terras na Palestina quando uma população nativa vivia lá. Meus professores disseram que os judeus compraram a terra. Essa resposta me deixou satisfeito no início. Enquanto isso, fiz duas viagens a Israel, durante a guerra de 1973 e um ano depois. Nessa época eu era um jornalista em busca de aventura. Suspendi as minhas reservas.

Em 1978 comecei a ouvir a questão fundiária discutida e pela primeira vez me deparei com o argumento de que a maior parte das terras compradas pelos sionistas foi vendida por proprietários feudais ausentes, cujos “inquilinos” foram então expulsos pelos compradores. Na minha visão de propriedade, isso era ilegítimo. Os verdadeiros donos eram as pessoas que realmente trabalhavam na terra: os apropriadores originais [os *homesteaders*], os palestinos.

Como meu libertarianismo me coloca do lado das vítimas do Estado, comecei a entender que os palestinos eram os últimos de uma longa linha de grupos oprimidos pelo poder político. Os judeus, é claro, foram igualmente oprimidos em muitos lugares; agora alguns judeus, os sionistas, estavam no papel de opressores. Minha visão de infância de Israel estava se desfazendo.

Tardiamente, comecei a investigar a história real da fundação de Israel. Li as *Memórias de um judeu antissionista* de Elmer Berger e os escritos de Alfred Lilienthal, Noam Chomsky, Edward Said e outros. Revisei meus pontos de vista sobre a relação entre judaísmo e sionismo, sobre as guerras árabe-israelenses e sobre a agenda sionista de *Eretz Yisroel*. Eu “descobri” os palestinos. Fiquei satisfeito que o que meus pais

e professores me disseram estava errado e que o que Zadie havia dito estava certo.

Ele faleceu em 1974. Sinto muito por não saber na época o que sei agora. Ele era um homem sábio, um profeta não reconhecido em sua própria terra.

Epílogo

Omiti alguns passos da minha odisseia, que vou retificar agora. A primeira pessoa de quem ouvi argumentos substantivos sobre quem possuía legitimamente a terra na Palestina foi Roy A. Childs Jr., diretor editorial de longa data da Laissez Faire Books e inspiração para tantos libertários da minha geração. Em uma palestra no primeiro dos antigos Seminários de Verão de Cato (1978), ouvi Roy falar sobre o latifúndio feudal ausente e a venda ilegítima de propriedades passando por cima dos verdadeiros proprietários lockeanos, ou seja, os verdadeiros lavradores do solo. Segui com conversas com Roy, e tenho lembranças vívidas de estar no escritório da Laissez Faire fotocopiando febrilmente capítulos de *The Gun and the Olive Branch: The Roots of Violence in the Middle East*, de David Hirst, o primeiro livro sobre o assunto que Roy recomendou. (Eu também recomendo.)

Apreendi os detalhes da história da terra com um artigo de meu amigo Stephen P. Halbrook no antigo *Journal of Libertarian Studies* (outono de 1981), editado por Murray Rothbard. Em “Alienation of a Homeland“, Halbrook apresenta os dados concretos sobre a propriedade e a transmissão de terras na Palestina. É um artigo revelador que mais pessoas precisam ler. Eu não podia mais acreditar que Israel era o resultado da aquisição legítima de propriedade. Isso não podia passar despercebido.

Finalmente, em 1980, enquanto participava de uma conferência libertária no Maine, conheci Imad-ad-Dean Ahmad, um libertário e muçulmano americano, que era filho de palestinos. Dean tornou-se um grande amigo e colega, especialmente durante meus anos ativos no Partido Libertário (1977-1983). Ele criou a Fundação Minarete da Liberdade, cuja declaração de missão eu recomendo muito. Foi Dean quem me ensinou sobre a campanha sangrenta das milícias sionistas para expulsar os palestinos da Palestina. Foi em uma canção comovente que Dean escreveu e performou na conferência que ouvi pela primeira vez as palavras Deir Yassin, a vila em que a força paramilitar Irgun, sob o comando do futuro primeiro-ministro israelense Menachem Begin, matou 354 homens,

CHEGANDO A PALESTINA

mulheres e crianças em 9 de abril de 1948. Foi apenas uma peça de cruzada para livrar a terra dos árabes, a fim de abrir caminho para os futuros cidadãos judeus do Estado de Israel.

Tenho outras lembranças também. Lembro-me dos dias após a guerra de 1967, quando judeus americanos (eu incluído; eu tinha 17 anos) celebrei a vitória militar de Israel (no que não foi uma guerra de defesa, como bem entenderam os líderes políticos e militares do Estado; veja o que realmente aconteceu nas Colinas de Golã, que faziam parte da Síria). Lembro-me de estar em um comício da Juventude Sinagoga Unida, da qual eu era membro naqueles dias, quando a exuberante multidão cantou a música “David Melech Yisroel” (“David, o Rei de Israel, vive e resiste”). No final da canção, o líder do comício começou a gritar os nomes das cidades de Israel, com a multidão respondendo a cada vez:

“Yisroel!”:

“Yerushalayim [Jerusalém]!”

“Yisroel!”

“Tel Aviv!”

“Yisroel!”

“Jaffa!”

“Yisroel!”

Então as coisas se tornaram mais assustadoramente reveladoras.

“Amman!”

“Yisroel!”

“Damascus!”

“Yisroel!”

“Baghdad!”

“Yisroel!”

“Cairo!”

“Yisroel!”

Nunca vou esquecer. Talvez por isso não possa me calar.

Sim, meu zaide (que como sua esposa bielorrussa, minha bubbly, Katie, perdeu a família próxima no Holocausto de Hitler; eles tinham vindo para a América antes da Primeira Guerra Mundial) insistiu que os árabes queriam a paz e não odiavam judeus qua judeus. Ele não estava falando por ignorância, como minha pesquisa posterior mostrou. (Ver também minhas “Tentativas Árabes de Negociar com Israel”, Assuntos Árabe-Americanos, Verão de 1991, infelizmente, não online.) Os governantes árabes fizeram repetidas ofertas de uma paz geral, apenas para serem rejeitadas pelos governos israelenses. (Nada será permitido para atrapalhar uma expansão para toda a Palestina e a criação do Grande Israel.

Meu artigo menciona a objeção judaica ortodoxa inicial ao sionismo (alguns judeus ortodoxos ainda se opõem veementemente ao sionismo), mas o judaísmo reformista – por princípio – também se opôs ao movimento, que foi fundado e dirigido por ateus que não se importavam com a religião judaica, mas apenas com um “povo judeu” inventado. Pode-se razoavelmente dizer que os pioneiros sionistas foram os primeiros judeus que se odiavam. Um enorme volume de trabalho sobre o argumento judaico reformista contra o sionismo, isto é, o nacionalismo judaico, existe graças ao fundador do Conselho Americano para o Judaísmo, Rabino Elmer Berger (que mais tarde fundou a American Jewish Alternatives to Zionism), Alfred Lilienthal, Allan Brownfeld, Israel Shahak (todos os quais tive a grande honra de conhecer), Moshe Menuhin (autor e pai do famoso violinista Yedui Menuhin), e muitos outros. (Veja os excelentes relatos históricos, *Judeus Contra o Sionismo: O Conselho Americano para o Judaísmo, 1942–1948*, de Thomas Kolsky, e *Rabino Pária: Elmer Berger e Anti-Sionismo Judaico Americano*, de Jack Ross.) Eu poderia citar livros o dia todo.

O judaísmo reformista se opôs a qualquer Estado judeu por duas razões: primeiro, o judaísmo, nessa visão, é uma religião que compreende uma comunidade de fé mundial composta por muitos povos diferentes, não é “um povo”. Declarar que os judeus eram um único povo com seu “próprio Estado” distorceria uma religião que era tida como

incorporando valores universais e comprometeria os cidadãos judeus de outros países através da suspeita de dupla lealdade.

Em segundo lugar, a Palestina já era habitada em grande parte por muçulmanos e cristãos árabes – os palestinos. A Palestina não era, ao contrário do mito, uma “terra sem povo”. Ponto final. Assim, a criação de um Estado judeu na Palestina, que era ilegal por qualquer padrão, significaria a opressão judaica dos não-judeus.

Imaginar tais consequências revoltou os líderes judeus reformistas proféticos.

Ninguém foi mais veemente do que esses leões do movimento reformista em sua oposição ao sionismo, que eles consideravam uma forma de antissemitismo e até idolatria, porque Deus foi deixado de lado literalmente pelo sangue e pelo solo. (O único opositor do gabinete britânico da Declaração Balfour de 1917 também foi o único judeu, Edwin Montagu, que acusou seus colegas de antissemitismo velado. (Minha tradução livre da mensagem implícita da declaração: “Ei, judeus, aqui está uma ideia: por que vocês não deixam a Grã-Bretanha e se mudam para o Oriente Médio. Vamos ajudá-lo a fazer as malas!”)

Os líderes sionistas não sabiam o que estavam fazendo. O primeiro-ministro de Israel disse o que muitos de seus colegas estavam pensando: “Por que os árabes deveriam fazer a paz? Se eu fosse um líder árabe, nunca faria acordos com Israel. Isso é natural: tomamos o país deles... Viemos aqui e roubamos o país deles. Por que eles deveriam aceitar isso?”

Para sermos socráticos por um momento, ficamos com isto: ou Israel é o Estado judeu, ou seja, incorpora os valores judaicos (como insistem seus defensores mais fervorosos), ou não é/incorpora. Se é/incorpora (o que eu não acredito), então considerando o que os israelenses fazem todos os dias com os não-judeus da Palestina, o que isso diz sobre o judaísmo? E se não é/não incorpora, então por que os judeus americanos (e todos os outros comprometidos com a justiça) estão tão apegados a ele? (É claro que, nos Estados Unidos, esse apego está diminuindo drasticamente.)

Quase dois milhões de palestinos estão confinados na prisão a céu aberto chamada Faixa de Gaza. O que o governo israelense está

fazendo lá, e na Cisjordânia, é inconcebível. Estes crimes datam de 70 anos ou mais e não podem ser ignorados apenas porque alguns palestinos cometeram atos injustificáveis contra israelitas inocentes. Aqueles que pensam que a violência em escala relativamente pequena perpetrada por palestinos individuais desesperadamente oprimidos há muito tempo pode mitigar a brutalidade estatal monstruosamente sistemática cometida rotineiramente pelo poderoso (e armado com armas nucleares) Estado de Israel, fortificado pelo governo dos EUA, tornaram-se facilitadores da crueldade e desumanização perpetradas diariamente sobre os palestinos não apenas em Gaza e na Cisjordânia, mas no próprio Israel.

Só espero que as gerações futuras olhem para trás com perplexidade e vergonha.

7- A instabilidade é o objetivo da política dos EUA para o Oriente Médio?

Free Association. 21 de outubro de 2015

A acusação de Donald Trump contra o governo Bush II por não ter evitado os ataques de 11/9 representa uma oportunidade para uma visão mais panorâmica da política externa americana no Oriente Médio, uma política que matou muitas centenas de milhares, mutilou incontáveis outras e destruiu sociedades inteiras.

Como nos lembra Peter Beinart, quando George W. Bush assumiu o cargo em janeiro de 2001, ele e sua equipe de segurança nacional mais próxima mostraram pouco interesse na Al Qaeda e em Osama bin Laden, apesar dos alarmes disparados pelo “czar” do antiterrorismo da CIA e do Conselho de Segurança Nacional, Richard Clarke. A Al Qaeda,

7- A instabilidade é o objetivo da política dos EUA para o Oriente Médio?

é claro, havia atacado ativos do governo dos EUA na década anterior à chegada de Bush à presidência.¹

“Mas tanto Clarke quanto [o chefe da CIA, George] Tenet ficaram profundamente frustrados com a maneira como os funcionários de alto escalão de Bush responderam”, escreve Beinart. “Clarke conta que, quando informou [a conselheira de segurança nacional Condoleezza] Rice sobre a Al Qaeda, 'sua expressão facial me deu a impressão de que ela nunca tinha ouvido o termo antes'.”

Repetidas tentativas de chamar a atenção de Bush foram frustradas, apesar das indicações aceleradas de que “Bin Laden [estava] determinado a atacar nos EUA”. Até mesmo a possibilidade de sequestro de aeronaves foi levantada.

Mas Bush e seus principais assessores de segurança nacional estavam interessados em outras coisas. Que coisas? Defesa contra mísseis balísticos, que Bush havia prometido em sua campanha, e Saddam Hussein, o ditador do Iraque. Lembremos que a derrubada de Saddam, eufemisticamente apelidada de “mudança de regime”, era um objetivo dos EUA pelo menos desde 1990. Em 1991, o pai de Bush, o presidente George H. W. Bush, enviou forças para expulsar o exército iraquiano do Kuwait, mas ele não foi para a matança e enviou os militares para Bagdá para derrubar o governo de Saddam. Em vez disso, Bush impôs um embargo comercial ao povo iraquiano, sujeitando-o a dificuldades indescritíveis, uma política mantida por seu sucessor, Bill Clinton. A morte de meio milhão de crianças – resultado, entre outras coisas, da destruição da infraestrutura de saneamento e água pelos EUA – constituiu o preço para a mudança de regime que a embaixadora de Clinton na ONU, Madeleine Albright, infame e friamente achou que “valeu a pena”. (Clinton

¹ Ver também “A Surdez Antes da Tempestade”, de Kurt Eichenwald no *New York Times*.

recompensou Albright nomeando sua secretária de Estado – algo sobre o qual um intrépido repórter poderia querer perguntar a Hillary Clinton.) Bill Clinton também realizou bombardeios regulares no Iraque em nome da manutenção de zonas de exclusão aérea. Quando Clinton terá sua parcela de responsabilidade pelo 11/9? (Outra pergunta para Hillary Clinton.)

Assim, o governo Bush II teve o Iraque em sua mente coletiva nos primeiros oito meses de seu mandato, não resistindo aos repetidos avisos de seus especialistas em terrorismo de que a Al Qaeda era a provável ameaça imediata.

Beinart escreve:

Quando aquela reunião [de gabinete] de abril [exigida por Clarke] finalmente ocorreu, de acordo com o livro de Clarke, *Against All Enemies*, o vice-secretário de Defesa Paul Wolfowitz objetou dizendo “eu simplesmente não entendo por que estamos começando falando sobre este homem, Bin Laden”. Clarke respondeu que “estamos falando de uma rede de organizações terroristas chamada Al Qaeda, que por acaso é liderada por Bin Laden, e estamos falando dessa rede porque ela, e apenas ela, representa uma ameaça imediata e séria para os Estados Unidos”. Ao que Wolfowitz respondeu: “Bem, há outros que também representam ameaça, na mesma proporção. O terrorismo iraquiano, por exemplo.”

Assim que os ataques de 11/9 ocorreram, os olhos do governo Bush estavam voltados para o Iraque, e as agências de inteligência receberam ordens para obter as provas. Os detidos chegaram a ser torturados para forçá-los a implicar Saddam Hussein, e histórias falsas sobre o contato entre a Al Qaeda e o regime de Saddam foram divulgadas.

Podemos entender essa fixação no Iraque? Acho que sim.

Ela começa a fazer sentido quando percebemos que os neoconservadores americanos, que incluem Wolfowitz e uma série de pessoas no Pentágono e no Departamento de Estado de Bush, têm agido durante

7- A instabilidade é o objetivo da política dos EUA para o Oriente Médio?

anos como um cérebro de confiança para a ala direita da elite governante de Israel (Likud). Nessa qualidade, eles emitiram documentos, sob os auspícios do Instituto Israelense de Estudos Estratégicos e Políticos Avançados, expressando favorecimento a políticas para desestabilizar os regimes seculares no Iraque e na Síria, bem como os governos do Líbano (lar do Hezbollah) e, em última análise, do Irã – o Crescente Xiita. (Daí a demonização geral do Irã e a promoção da ameaça nuclear inexistente.) Essas políticas propostas incorporariam uma mudança na estratégia de Israel, de buscar uma “paz abrangente” com seus vizinhos para gerenciar um equilíbrio de poder. Aqueles que assinaram esses papéis, que foram emitidos em meados da década de 1990, quando Benjamin Netanyahu estava prestes a se tornar primeiro-ministro de Israel, estavam cientes de que, pelo menos no curto prazo, os sunitas radicais lucrariam com a desestabilização e preencheriam os vâcuos criados no Iraque e na Síria.²

Como o primeiro desses documentos afirmou, “Israel pode moldar seu ambiente estratégico, em cooperação com a Turquia e a Jordânia, enfraquecendo, contendo e até revertendo a Síria. Esse esforço pode se concentrar em remover Saddam Hussein do poder no Iraque – um importante objetivo estratégico israelense por si só – como um meio de frustrar as ambições regionais da Síria.” O jornal previa, bizarramente, que o rei Hussein da Jordânia estendesse seu domínio sobre o Iraque, um movimento que o cérebro neoconservador esperava unir sunitas e xiitas iraquianos e tirar o Irã de cena. Veja como isso funcionou bem.

O segundo artigo, ao falar da Síria, mas com o Iraque em mente, afirmou: “A questão aqui é se o Ocidente e Israel podem construir uma

² Os artigos são "A Clean Break: A New Strategy for Securing the Realm" e "Coping With Ruinmbling States: A Western and Israel Balance of Power Strategy for the Levant". O autor é David Wurmser, que mais tarde trabalhou no governo Bush II para o vice-presidente Dick Cheney e John Bolton no Departamento de Estado. O "líder do grupo de estudos" que supervisionou a preparação dos artigos foi Richard Perle, um importante intelectual neoconservador.

estratégia para limitar e *acelerar o colapso caótico* que se seguirá, a fim de passar para a tarefa de criar uma circunstância melhor”. [Grifo nosso.] Observe a arrogância em assumir que o caos pode ser limitado, ou seja, gerenciado.³

Se isso não for suficiente para dar sentido a uma política aparentemente sem sentido dos EUA no Oriente Médio, também podemos mencionar um artigo anterior, escrito no início dos anos 1980 por Oded Yinnon, um jornalista que esteve no Ministério das Relações Exteriores de Israel. Este jornal via o mundo árabe como um “castelo de cartas” maduro para a “dissolução” por Israel e pelos Estados Unidos:

“A dissolução total do Líbano em cinco províncias serve de precedente para todo o mundo árabe, incluindo Egito, Síria, Iraque e Península Arábica, e já está seguindo esse caminho. A dissolução da Síria e do Iraque mais tarde em áreas étnicas ou religiosamente uníqüe [sic], como no Líbano, é o principal alvo de Israel na frente oriental a longo prazo, enquanto a dissolução do poder militar desses Estados serve como o principal alvo de curto prazo. A Síria desmoronar-se-á, de acordo com a sua estrutura étnica e religiosa, em vários Estados, como no atual Líbano, de modo que haverá um Estado xiita Alawi ao longo da sua costa, um Estado sunita na área de Alepo, outro Estado sunita em Damasco hostil ao seu vizinho do norte, e os drusos [sic] que criarão um Estado, talvez até no nosso Golã, e certamente no Hauran e no

³ Para mais sobre esses artigos, veja os artigos Antiwar.com de Dan Sanchez, "From Clean Break to Dirty Wars" https://original.antiwar.com/dan_sanchez/2015/06/29/clean-break-to-dirty-wars/ e "Seize the Chaos". https://original.antiwar.com/dan_sanchez/2015/10/05/seize-the-chaos/

7- A instabilidade é o objetivo da política dos EUA para o Oriente Médio?

norte da Jordânia. Este estado de coisas será a garantia da paz e da segurança na região a longo prazo, e esse objetivo já está ao nosso alcance hoje. . . .

Todo tipo de confronto interárabe nos ajudará no curto prazo e encurtará o caminho para o objetivo mais importante de dividir o Iraque em denominações como na Síria e no Líbano. No Iraque, uma divisão em províncias ao longo de linhas étnicas/religiosas, como na Síria durante os tempos otomanos, é possível. Assim, três (ou mais) estados existirão em torno das três principais cidades: Basra, Bagdá e Mossul, e as áreas xiitas no sul se separarão do norte sunita e curdo. É possível que o atual confronto Irã-Iraque aprofunde essa polarização.”

O confronto interárabe promovido pelos Estados Unidos e por Israel – lembremos aqui os cuidados médicos de Israel para os combatentes sírios da Al Qaeda – serviria aos israelenses expansionistas que não desejam lidar com justiça com os palestinos e os territórios ocupados. Quanto mais perigoso o Oriente Médio aparenta ser, mais os líderes israelenses podem contar com os Estados Unidos para não pressionar por um acordo justo com os palestinos. O povo americano, além disso, provavelmente será mais leniente com a brutalidade de Israel se o caos prevalecer nos estados vizinhos. O caos também prejudicaria o Hezbollah, que repeliu a última invasão israelense ao Líbano, e o Hamas, que se recusa a desaparecer apesar dos selvagens ataques israelenses na Faixa de Gaza.

O sucesso dos islamistas radicais na esteira da desestabilização do Iraque, da Líbia (lar de Benghazi, fonte de armas graças à CIA) e da Síria não foi surpresa para os familiarizados com o assunto. De fato, um relatório de 2012 da Agência de Informação de Defesa, amplamente divulgado pelos altos escalões do governo dos EUA, observou que as políticas dos EUA para “isolar o regime sírio” – como canalizar armas indiscriminadamente para rebeldes – estavam permitindo o surgimento de um “principado salafista” (ou seja, um Estado islâmico), um desenvolvimento (segundo o relatório) que seria visto com bons olhos pelo Ocidente e seus aliados regionais. Desde então, a política dos EUA na Síria e no Iêmen (ou seja, o apoio à guerra brutal da Arábia Saudita e ao bloqueio causador de fome) tem funcionado em benefício dos afiliados da Al Qaeda. Não por acaso, em ambos os casos os alvos são interesses que

recebem apoio (em graus muito variados) do Irã. Isso nos ajuda a entender por que o governo Obama condenou o presidente russo, Vladimir Putin, por dirigir ataques aéreos contra islamistas que buscam derrubar o presidente sírio Bashar al-Assad.

Como disse um recente embaixador israelense nos Estados Unidos, Michael Oren, “a mensagem inicial sobre a questão síria foi que *sempre quisemos que Bashar al-Assad caísse, sempre preferimos os bandidos que não eram apoiados pelo Irã aos bandidos que eram apoiados pelo Irã*”. [Grifo nosso.] Daí as sugestões, principalmente do general aposentado e ex-chefe da CIA David Petraeus, de que o governo dos EUA se aliasse à Frente Nusra da Al Qaeda na Síria – seus elementos “moderados”, é claro – contra o Estado Islâmico. (Nusra também se opõe ao governo Assad.)

Isso não quer dizer que a aliança neoconservadora-Likud seja a única força que impulsiona a política dos EUA. É sabido que a Arábia Saudita e os outros países do Golfo (que não são uma ameaça para Israel) desejam estrangular o Irã, talvez com medo de que uma *détente* EUA-Irã possa estar por vir. A mudança de regime na Síria se adequaria à agenda anti-Irã e anti-xiita dos sauditas, que é outra razão pela qual armas, dinheiro e combatentes fluíram tão livremente para os rebeldes sunitas na Síria. (Se os moderados de boa-fé existem entre os rebeldes, seu principal papel tem sido como condutores de armas para os jihadistas.) O governo dos EUA, nem é preciso dizer, não quer alienar seus aliados árabes, desde que seus interesses não entrem em conflito com os de Israel.

Assim, não precisamos ficar intrigados com uma política letal e autodestrutiva dos EUA que parece mais voltada para o Irã e seus aliados do que para a rede jihadista radical que perpetrou os ataques de 11/9. O governo dos EUA não deveria intervir no Oriente Médio, mas trabalhar com Israel e Estados árabes corruptos para criar uma instabilidade que atenda aos interesses islâmicos é simplesmente uma loucura.

8 – O delírio Trump-Kushner sobre a Palestina

The Libertarian Institute. 6 de julho de 2018

Vou dizer algo chocante: Donald Trump e seus solucionadores da questão Palestina-Israel acham que podem comprar uma solução pacífica e permanente para o conflito de 70 anos, fazendo com que os governos árabes pressionem os palestinos a esquecer os “pontos de discussão dos políticos” – você sabe, coisas superficiais como independência dos abusos e indignidades rotineiros da opressão colonial (isso mesmo; as mesmas ninharias que os americanos celebraram em 4 de julho) – e foquem no que realmente importa: estradas, empregos e dinheiro.

No Mundo de Trump, tudo e todos – incluindo o anseio por justiça – têm um preço.

De acordo com muitas indicações e a própria entrevista do enviado chefe e genro de Trump, Jared Kushner, ao jornal palestino *Al Quds*, o plano de Trump é fazer com que a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Egito se unam aos palestinos para obrigá-los a aceitar dinheiro para o desenvolvimento econômico em troca de abandonar suas demandas por um Estado soberano e independente livre da dominação israelense, isto é, um Estado composto pela (maior parte) da Cisjordânia e da Faixa de Gaza com capital em Jerusalém Oriental.

Em vez de insistir para que Israel se retire das terras conquistadas e ocupadas desde a guerra de 1967, desmantele seus assentamentos ilegais e derrube seu muro (que não separa a fronteira de 1967, mas *atravessa* a Cisjordânia), espera-se que os palestinos aceitem promessas de investimento externo em infraestrutura e empregos. Seu “Estado”

8 - O delírio Trump-Kushner sobre a Palestina

consistiria em algumas aldeias desconectadas, presumivelmente isoladas de Gaza, e uma capital em um subúrbio de Jerusalém.

Quão mal pode uma pessoa (ou neste caso quatro) julgar uma situação?

Poder-se-ia razoavelmente suspeitar que o plano está sendo concebido precisamente para ser rejeitado pelos palestinos, a fim de os classificar, mais uma vez, como anti-paz e justificar a continuação das atrocidades israelitas. Além disso, temos todas as razões para esperar que o próprio Israel não aceite o plano, porque mesmo este Estado palestino de papel seria inaceitável para quase todos os israelitas. Como diz a canção: “Esta terra é minha. Deus me deu essa terra”. Não que o governo de Israel rejeitasse liminarmente o plano; pelo contrário, ele irá tergiversar, deixando que os palestinos ostentem apenas o rótulo de “rejeicionistas”.

O plano está sendo formulado – alerta de sarcasmo – por três diplomatas talentosos com um longo histórico de consideração ponderada e objetiva dos eventos que levaram a Palestina e Israel até onde estão hoje: Kushner, um incorporador imobiliário endividado com um histórico de conexões com os assentamentos israelenses ilegais na Cisjordânia; Jason Greenblatt, ex-advogado da Organização Trump que já foi guarda de um desses assentamentos ilegais na Cisjordânia e que parece orgulhoso de poder dizer: “Trump não vê os assentamentos como um obstáculo para a paz”, e David Friedman, ex-advogado de falências de Trump e embaixador em Israel, que apoia a anexação israelense de parte da Cisjordânia e que dirigia uma organização que comandava uma organização que arrecadou milhões de dólares para os assentamentos ilegais. Podemos acrescentar que Kushner, de 37 anos, conhece o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, desde a adolescência, eles parecem ter uma relação de padrinho e afilhado.

Seria um eufemismo dizer que esse trio, assim como seu chefe, está inteiramente do lado de Israel e não tem tempo a perder com as demandas dos incômodos palestinos. Isso não é novidade para os EUA, mas Trump não mediu esforços para não obscurecer esse fato.

A missão Kushner – que parece dedicada, em parte, a permitir que Trump se gabasse de ter conseguido o “acordo do século” – teve um início animador com o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelo presidente e sua mudança da embaixada dos EUA para lá de Tel Aviv – em um dos dias em que Israel estava matando a tiros

manifestantes pacíficos na prisão a céu aberto de Gaza. O status de Jerusalém tem sido considerado como uma daquelas questões espinhosas a serem resolvidas por israelenses e palestinos no final do processo de negociação, mas, no entanto, a posição israelense é que Jerusalém é a “capital eterna e indivisa” de Israel. Trump concorda.

Este foi um discurso de curta duração de Trump durante um debate presidencial que ele tinha que *parecer* justo (não *ser* justo, lembre-se) se quisesse trazer paz à conturbada região.

Antes de olhar para o que sabemos sobre o emergente plano Kushner, um pouco de contexto ajudaria. Os americanos que confiam na mídia do establishment para obter informações não saberiam que a história Palestina-Israel foi cuidadosamente elaborada para fazer os israelenses parecerem bons e os palestinos maus. Em tom e particularidades, Israel é retratado como a parte inequivocamente justa e injustiçada, enquanto os palestinos são retratados como tudo, menos justos e injustiçados. Praticamente todos os comentários assumem que são os palestinos que devem provar que *eles* são dignos de paz, segurança (e alguma medida altamente limitada de) autogoverno. O ônus da prova é inteiramente deles. Os israelenses não têm nada a provar.

Isso é surreal, considerando que são os sionistas pré-Israel que, nas palavras do primeiro-ministro israelense David Ben-Gurion, “vieram aqui e roubaram o país [dos palestinos]”. Em 1948, o que viria a ser o exército israelense massacrou centenas e expulsou três quartos de um milhão de palestinos de sua terra natal e deslocou internamente muitos mais, criando o problema dos refugiados que existe até hoje. Esta foi a Nakba, a catástrofe, que os historiadores israelenses chamam de “limpeza étnica”. Então, em 1967, Israel conquistou o que não conseguiu em 1948, criando centenas de milhares de refugiados internos.

Então, por que os palestinos devem se provar dignos de tratamento civil? Porque resistiram à espoliação e à ocupação? Porque eles são árabes inconsequentes, enquanto os israelenses governantes são em sua maioria judeus europeus brancos?

De acordo com o pensamento convencional, são os palestinos, não os israelenses, que devem fazer concessões. Toda concessão aparente de Israel é saudada como incrivelmente generosa; toda objeção palestina é condenada como prova de sua indignidade; e toda concessão real por eles é jogada no esquecimento. Na verdade, as “concessões”

8 - O delírio Trump-Kushner sobre a Palestina

israelenses são meras modificações das demandas básicas de Israel; ele não fez concessões quanto às suas obrigações sob o direito internacional.

Quantas pessoas percebem que os palestinos passaram de seu apelo inicial por um Estado laico liberal para muçulmanos, cristãos e judeus (discurso de Yasser Arafat na ONU, 1974), para a aceitação de dois Estados ao longo das fronteiras anteriores a 1967, com os palestinos concedendo 78% da Palestina a Israel, para a aceitação de 60% dos assentamentos israelenses ilegais em 2% da Cisjordânia, com uma troca de terras equivalente nas proximidades? Quando esses avanços em direção a uma resolução já foram chamados de generosos pelas classes políticas e especialistas dos Estados Unidos?

O que os palestinos não aceitam – objeto de seu chamado “rejeicionismo” – é um “Estado” que é pouco mais do que algumas aldeias incontíguas separadas por um muro, um “Estado” sobre o qual Israel afirma o controle final em nome da segurança. Mas mesmo isso é demais para a maioria dos israelenses. Eles não têm nenhuma objeção a que a Autoridade Palestina exerça um controle autoritário sobre os palestinos – isso é tudo o que os Acordos de Oslo cumpriram, aliviando os israelenses do trabalho sujo de más relações públicas – mas não aceitarão palestinos encarregados de sua própria segurança contra Israel, o que significa não apenas os militares israelenses, mas também os colonos fanáticos, muitos deles americanos, que não pensam em matar, agredir e humilhar impunemente os palestinos *goyische*. (Veja o depoimento de veterinários do Exército sobre violência gratuita em Quebrando o Silêncio.) Um programa de pacificação semelhante ao de Oslo parece planejado para Gaza.

Esse é o contexto histórico. O contexto atual é um mau presságio para o Acordo do Século de Trump.

Kushner diz que o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, boicotou a recente visita da delegação americana porque teme que o plano que está sendo formulado seja aceitável para os palestinos. Abbas boicotou por causa da mudança da capital para Jerusalém, e ele está de fato fora de sincronia com os palestinos, tão impopular que perderia uma eleição hoje. Não gostam dele porque suas forças de segurança prendem, torturam e perseguem palestinos que resistem à ocupação israelense, que a intuição moral e a Corte Internacional de Justiça condenam como ilegal, e ele deixou a vida dos habitantes de Gaza ainda

mais dura. Além disso, o mandato presidencial de Abbas expirou em 2009, mas ele ainda não realizou uma eleição.

Mesmo assim, o governo Trump se ilude se acha que os palestinos não gostam de Abbas porque ele *não está disposto* a se comprometer. Pelo contrário, acham que o seu lado fez todas as concessões e não recebeu nada em troca. Por exemplo, desde Oslo, há 20 anos, o número de colonos israelitas mais do que duplicou e Israel tomou cada vez mais terras palestinianas. Manifestantes pacíficos nos Territórios Ocupados são detidos indefinidamente sem acusação e torturados quando não são fuzilados. As casas são demolidas como forma de punição coletiva e dissuasão.

Apesar das supostas boas intenções de Kushner, os palestinos não se importam com o que seu amigo, o príncipe herdeiro saudita Mo-hamad bin Salman, quer. Eles não ficarão impressionados com o fato de os governantes árabes estarem dispostos a sacrificá-los por uma aliança com os Estados Unidos e Israel contra o Irã. Recusar-se-ão, portanto, a ser “entregues”.

A posição de Israel sobre o que a CIJ chama de Territórios Palestinos Ocupados foi comparada com precisão a um cara que come uma pizza enquanto afirma que está pronto para discutir como dividi-la com seu companheiro de jantar. E Trump e Kushner não veem nenhum problema nisso.

Enquanto escrevo, mais pizza está sendo consumida em Khan al-Ahmar e Abu Nuwar, duas aldeias beduínas a leste de Jerusalém. A tribo Jahalin vivia no deserto de Neguev, no que se tornou o sul de Israel em 1948. Em 1952, o governo israelense os expulsou para que uma cidade judaica pudesse ser construída e os depositou na Cisjordânia, que até 1967 foi mantida pela Jordânia (tendo conluiado com Israel em 1948 para privar os palestinos de seu próprio Estado). Os Jahalin “encontraram um nicho no deserto da Judeia entre Jerusalém e Jericó onde poderiam continuar suas vidas como pastores nômades”, escreve Jeff Halper, cofundador do Comitê Israelense Contra as Demolições de Casas. À medida que Israel executava seu plano de tornar a Cisjordânia adquirida ilegalmente uma parte permanente de Israel, ele “empurrou constantemente [os beduínos] para áreas cada vez mais remotas e restritas”. Halper continua:

8 - O delírio Trump-Kushner sobre a Palestina

“Em 1976, Israel estabeleceu Ma'aleh Adumim, hoje o terceiro maior assentamento do Território Ocupado com mais de 40.000 habitantes (judeus), no centro da vida Jahalin. Desde 1997, a Administração Civil tem forçado os Jahalin a abandonar totalmente suas terras, realocando-os à força em uma colina estéril literalmente no depósito de lixo municipal de Jerusalém. Caminhões cheios de lixo passam por sua favela lotada a caminho de despejar o lixo, e o mau cheiro é avassalador.

A intenção declarada da Administração Civil é remover todos os beduínos da Área C, parte de um processo de remoção que afeta a população palestina como um todo. A área C representa 62% da Cisjordânia, e é onde estão localizados os assentamentos israelenses. Dois milhões e meio de palestinos da Cisjordânia – 84% da população – estão presos em cerca de 70 minúsculos, isolados e empobrecidos enclaves chamados Áreas A e B nos outros 38%.”

Khan al-Ahmar, situado ironicamente no local bíblico da Pousada do Bom Samaritano, é o lar de 173 pessoas, 92 delas crianças. A escola, construída por voluntários italianos em 2009, a primeira escola que o Jahalin já teve, atende 150 crianças.

Em junho, a Suprema Corte israelense deu sua bênção à destruição de Khan al-Ahmar. O tribunal disse que as casas foram construídas ilegalmente, o que de certa forma é verdade porque Israel não permitirá que os palestinos construam casas legalmente – mas, então, a própria ocupação israelense é ilegal por qualquer padrão moral e legal civilizado.

Allison Deger atualiza a história em Mondoweiss:

“As forças israelenses chegaram na manhã de hoje (4) a duas aldeias palestino-beduínas e começaram a demolir edifícios em preparação para tomar o território, alarmando grupos de direitos humanos que dizem que tal medida efetivamente cortaria a Cisjordânia em duas.

As aldeias Khan al-Ahmar e Abu Nuwar abrigam apenas cerca de 2.000 beduínos, mas o impacto de sua remoção seria duradouro, tornando um Estado

CHEGANDO A PALESTINA

palestino não mais possível, alertaram os defensores da solução de dois Estados.”

Muito poderia ser dito sobre esse evento horrível: imagine ser expulso da casa que você construiu e vê-la demolida. Mas o que mais me espanta é o quanto a cena se assemelha ao que o czar russo costumava fazer quando expulsava os judeus de seus *shtetls*. A grande diferença é que agora são os judeus agindo através do Estado judeu que estão fazendo o despejo.

E tudo isso não tem problema algum para os virtuosos Trump, Kushner, Greenblatt e Friedman.

9 – Trump se volta para Gaza enquanto acordo do século no Oriente Médio entra em colapso

The Libertarian Institute. 13 de julho de 2018

O “Acordo do Século” do governo Trump para Palestina-Israel foi, previsivelmente, um fiasco. Então ele está sendo remodelado. Segundo o *Washington Post* reporta, “com o prometido plano de paz para o Oriente Médio prometido pelo presidente Trump paralisado, funcionários do governo estão se concentrando em melhorar as condições na empobrecida Faixa de Gaza – uma medida que pode pressionar politicamente os líderes palestinos a virem à mesa de negociações”.

Não conte com isso.

O “Acordo do Século” estava morto na concepção porque se baseava na ideia de que a Arábia Saudita e o Egito “entregariam os palestinos” no barato em troca de uma aliança mais formal saudita-egípcia-israelense-americana contra o Irã. Esperava-se que os palestinos ficassem satisfeitos com a ajuda ao desenvolvimento econômico, enquanto as suas aspirações para o seu próprio Estado eram essencialmente apresentadas, isto é, confinadas ao caixote do lixo.

Sem surpresa, à medida que elementos do acordo se aproximavam, os palestinos desmoralizados ficavam desanimados. Eles já haviam

perdido a confiança no presidente Mahmoud Abbas e em sua Autoridade Palestina, que, sob os Acordos de Oslo, se tornou a subcontratada de Israel para suprimir a resistência à ocupação. Os palestinos também não se esqueceram de como Abbas e os seus negociadores tentaram, *sem sucesso*, chegar a um meio termo que teria destruído qualquer perspectiva de um Estado palestino independente viável. Isso foi revelado pelo vazamento dos Palestine Papers, mais de 1.600 documentos secretos, memorandos, transcrições e mapas de conversas privadas Palestina-Israel-EUA realizadas ao longo de uma década (1999-2010). A divulgação pela TV Al Jazeera e pelo *Guardian* em 2011 demonstrou a disposição das autoridades palestinas de dar concessões impressionantes aos israelenses em praticamente todas as principais questões, enquanto pedem pouco em troca, incluindo aceitar assentamentos ilegais na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental (com pequenas trocas de terras), ceder a soberania sobre uma vasta faixa de Jerusalém Oriental, renunciar ao controle do local sagrado muçulmano Haram al-Sharif a um comitê multipartidário, e renunciar ao direito de retorno para todos, exceto alguns dos milhões de refugiados criados pela limpeza étnica oficialmente não reconhecida de Israel contra os palestinos em 1948 e 1967. A delegação palestina também disse que os refugiados não poderão votar na eventual proposta de assentamento, e não fez objeções à descrição israelense de seu país como Estado judeu, apesar do fato de que 20% da população é árabe muçulmana e cristã.

O lado israelense considerou as ofertas politicamente inaceitáveis em parte porque dois grandes assentamentos israelenses na Cisjordânia não foram incluídos. Além disso, Israel insistiu em suas próprias trocas de terras: blocos de assentamentos judaicos na Cisjordânia em troca de aldeias palestinas que atravessam a fronteira pré-1967, ou Linha Verde. Isso tiraria a cidadania israelense dos palestinos do lado israelense da linha sem seu consentimento individual e tornaria Israel um Estado judeu mais puro. (Sob o status quo, Israel controla diretamente mais de 60% da Cisjordânia, a chamada Área C. O que resta aos palestinos é um arquipélago de cidades separadas por território controlado por Israel. (Ver Adam Entous's "Os mapas dos assentamentos israelenses que chocaram Barack Obama".))

Como o mundo até então não havia sido informado sobre essa generosidade palestina (muitos palestinos preferiam o termo *traição*) ou sobre o rejeitismo de Israel (Israel nunca é retratado como recalitrante), as revelações vieram como um choque, especialmente para as vítimas sofridas do sionismo e da "liderança" palestina. A ânsia de compromisso

também forneceu a mentira, como aponta Jonathan Cook, da queixa crônica de Israel de que não tem “nenhum parceiro palestino para a paz”. Dificilmente ele poderia ter sonhado com um parceiro mais obsequioso.

Assim, à luz desse histórico e com a iniciativa de Trump “paralisada”, uma nova estratégia está se formando, focada na crise humanitária em Gaza. É um ato desorientador. A situação desesperadora de Gaza poderia ser abordada como parte de uma resolução geral, mas não é o caso.

Por um lado, o governo vê Gaza com as cortinas fechadas. Gaza é habitada, entre outros, por palestinos expulsos de suas aldeias quando as forças militares israelenses limparam a terra dos árabes para o recém-proclamado Estado judeu em 1948. (Desde que a remoção dos palestinos foi iniciada e realizada no meio do caminho *antes* que o Estado judeu de Israel declarasse sua própria existência em maio de 1948, é apropriado dizer que a remoção foi iniciada por gangues terroristas judaicas ou sionistas. O que foi apropriadamente chamado de limpeza étnica não era apenas física; era cultural e histórica também. Cerca de 400 aldeias palestinas foram eliminadas, varridas do mapa e substituídas por cidades judaicas com novos nomes.)

Quando a poeira baixou da guerra que se seguiu à declaração de independência de Israel em 1948, o Egito detinha a Faixa de Gaza (sem anexá-la) e a Jordânia detinha a Cisjordânia (depois de conluio com os israelenses para impedir a criação de um Estado palestino independente). A guerra, que os exércitos árabes, em sua maioria desorganizados, em menor número, mal treinados e mal equipados, mal combateram, permitiu que Israel expandisse seu território dos 56% da Palestina recomendados pela Assembleia Geral da ONU para 78%. Israel não declararia suas fronteiras, preferindo deixar esse assunto para determinação futura. Então, em seu ataque de 1967 contra Egito, Síria e Jordânia, Israel cumpriu sua aspiração de adquirir tanto a Cisjordânia quanto a Faixa de Gaza. Ocupou-os militarmente e construiu colonatos exclusivamente para judeus israelitas – conduta expressamente proibida pelo direito internacional, como afirmou o Tribunal Internacional de Justiça em 2004.

Em 2005, Israel desmantelou os assentamentos na Faixa de Gaza e realocou o exército para fora da cerca ao longo das duas fronteiras. (A fronteira sul é com o Egito, que é um aliado de Israel, e o Mar Mediterrâneo está a oeste). Assim, Israel ainda controlava Gaza, apesar da

anunciada “retirada”. Em 2005, os palestinos, fartos do governo corrupto da Autoridade Palestina, elegeram o Hamas em uma eleição livre convocada pelo governo Bush, que ficou chocado com os resultados. (Para uma discussão sobre o Hamas, ver o Capítulo 1.) Após um golpe fracassado da AP apoiado pelos EUA contra o Hamas, Israel, os EUA e a União Europeia passaram a punir os habitantes de Gaza. Em 2007, Israel impôs um bloqueio total, controlando quem e o que pode entrar e sair do pequeno território com quase dois milhões de habitantes. O objetivo do bloqueio é manter os palestinos desamparados e desmoralizados. Além disso, Israel travou várias vezes uma guerra aérea e terrestre em grande escala contra os essencialmente indefesos habitantes de Gaza, deixando mortos, feridos, desabrigados, água potável poluída e destruição chocante em seu rastro. Como o bloqueio impede a entrada de materiais e outros bens, os reparos necessários não podem ser feitos. Prevê-se que Gaza se torne inabitável em menos de dois anos.

Mais recentemente, o exército israelense matou mais de cem habitantes de Gaza e feriu milhares durante manifestações não violentas perto da cerca fronteiriça. Israel alega que usa a força contra os habitantes de Gaza em legítima defesa, mas isso soa vazio, considerando que Gaza é uma grande prisão a céu aberto completamente controlada por Israel. Os habitantes dos territórios ocupados têm o direito de resistir sob o direito internacional. (O que diríamos de reclamações nazistas de que judeus em campos de concentração estavam empinando pipas de fogo sobre terras agrícolas alemãs?)

Esta é a crise humanitária a que se referem o governo Trump e os principais meios de comunicação norte-americanos. Não é o resultado de um desastre natural ou doença misteriosa. É o resultado da política israelita. No entanto, você nunca saberia disso se dependesse da maior parte da discussão de políticos e especialistas.

Veja o artigo do *Washington Post* escrito por Anne Gearan, uma repórter respeitada que certamente sabe que engana seus leitores. Por exemplo, ela escreve:

“A proposta de paz maior [de Trump] foi barada pela Autoridade Palestina, que negociaria qualquer acordo, mas continua irritada com a decisão de Trump no ano passado de reconhecer Jerusalém como capital de Israel.”

Nenhuma insinuação aqui de que a decisão de Trump sobre Jerusalém foi um tapa na cara dos palestinos antes da negociação, porque abraçou totalmente a posição do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que não está disposto a fazer qualquer concessão real aos palestinos. Apesar de todos os seus defeitos, Abbas não estava sendo petulante: as pessoas que ele diz representar não aceitam a reivindicação de Israel de uma Jerusalém indivisa. (E nem os amigos de Trump no Estado do Golfo.) Gearan observa que “o desemprego em Gaza é de cerca de 40%, e os moradores têm apenas cerca de quatro horas de eletricidade por dia”. De quem é a culpa? Ela observa que a ONU “diz que as condições lá são terríveis e cada vez piores, e prevê que, sem *intervenção*, o território litorâneo que faz fronteira com Israel e Egito será 'inabitável' até 2020”. Sem intervenção? Foi a *intervenção israelita* que levou Gaza à sua condição. Os habitantes de Gaza não deveriam ter que escolher entre libertação e desenvolvimento econômico; a libertação traria desenvolvimento.

O repórter do *Post* escreve que “os protestos na fronteira Gaza-Israel em abril e maio *levaram à morte* de dezenas de palestinos”. Mas os protestos, que foram majoritariamente pacíficos, não levaram às mortes. Esses palestinos foram assassinados por franco-atiradores israelenses que estavam em segurança do lado de fora da cerca da prisão. Gearan reconhece a ação dos soldados, mas apenas ao apontar que “o governo Trump apoiou Israel contra as críticas internacionais de que seus soldados usaram força desproporcional atirando em civis que avançavam sobre as cercas da fronteira durante os protestos”. Retirar manifestantes presos que se aproximam demais de uma cerca fortificada soará como desproporcional a qualquer observador razoável.

Gearan continua:

“Uma abordagem focada em Gaza poderia ter pelo menos benefícios políticos de curto prazo para Israel, se uma trégua na fronteira hostil substituísse as imagens de confrontos mortais.

‘Queremos apoiá-los’, disse o alto funcionário israelense sobre a equipe dos EUA, acrescentando que ainda não está claro se o Hamas concordará com a trégua e uma troca de prisioneiros que Israel exigiria no início de qualquer proposta.”

Ela retém de seus leitores o fato de que o Hamas honrou tréguas no passado, apenas para tê-las quebradas por Israel quando precisava mostrar sua força para o mundo árabe.

Ela ressalta ainda que “os palestinos também buscam reparação para os árabes que deixaram casas no que hoje é Israel quando o Estado de Israel foi estabelecido”. Esses palestinos não se limitaram a abandonar as suas casas, voluntariamente, o que, ao contrário das evidências, é o que a propaganda israelita sempre afirmou. Eles foram conscientemente expulsos por uma campanha de assassinato e caos. Essa limpeza étnica foi totalmente documentada por arquivos do governo examinados por *historiadores israelenses* há 30 anos. “Limpeza étnica” é o termo dos historiadores, e até mesmo os militares israelenses usaram o termo “limpeza” e “pureza” em seus documentos.

É claro que Gearan relata – como se fosse um fato – que “Israel se retirou de Gaza em 2005”. Mostrei que isso era uma falsidade acima.

Por fim, Gearan discute a preocupação palestina de que a ida de Trump a Gaza possa sinalizar um movimento calculado para separar esse grupo de palestinos de seus irmãos na Cisjordânia:

“Abbas disse no mês passado que rejeitou um pacote econômico organizado pelos EUA para Gaza como uma tentativa do governo Trump de dividir os palestinos e reduzir um conflito político com Israel a uma emergência puramente humanitária. Um comunicado de seu porta-voz alertou os países regionais contra o apoio a um projeto que separaria ainda mais Gaza da Cisjordânia e exigiria concessões sobre o status de Jerusalém.”

Mas:

“A autoridade americana rejeitou as sugestões de que o foco em Gaza é um prelúdio de um plano impulsionado pelos EUA para criar um Estado palestino em Gaza, cortando a recalcitrante Autoridade Palestina do acordo.”

Temos razões para nos perguntarmos se esse é realmente o plano EUA-Israel. Jonathan Cook escreve:

“Segundo relatos, Trump espera revelar em breve um pacote – associado ao seu “acordo do século” – que se comprometerá com a construção de uma rede de energia solar, usina de dessalinização, porto e aeroporto no Sinai, bem como uma zona de livre comércio com cinco áreas industriais. A maior parte do financiamento virá dos Estados do Golfo, ricos em petróleo.

Fontes diplomáticas egípcias parecem ter confirmado os relatos.

Não ficou claro se os palestinos de Gaza seriam encorajados a viver perto dos projetos do Sinai em cidades de trabalhadores migrantes. Israel certamente esperará que os trabalhadores palestinos gradualmente façam do Sinai seu lar permanente.

Vale a pena notar que há mais de um ano um ministro israelense vem propondo projetos de infraestrutura semelhantes para Gaza localizada em uma ilha artificial a ser estabelecida em águas territoriais palestinas. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, criticou repetidamente a proposta.

Localizar o esquema no Egito, sob o controle do Cairo, vinculará as preocupações de segurança egípcias sobre Gaza às de Israel e servirá para matar a causa nacional palestina de Estado.”

Cook vê por que esse plano seria atraente para os EUA e Israel. (Ele observa que o general israelense Yoav Mordechai, que coordena a estratégia nos territórios ocupados, propôs “uma zona de livre comércio e projetos de infraestrutura no Sinai”.) Entre outros benefícios, “tornaria permanente a divisão territorial entre Gaza e a Cisjordânia e a divisão ideológica entre as facções rivais do Fatah e do Hamas”; “rebaixaria Gaza de uma questão diplomática para uma questão humanitária”; “encorajaria o eventual assentamento de potencialmente milhões de refugiados

palestinos em território egípcio, retirando-lhes seu direito no direito internacional de retornar às suas casas, agora em Israel”; “enfraqueceria as reivindicações de Abbas e sua Autoridade Palestina, localizada na Cisjordânia, para representar a causa palestina e minar seus movimentos para obter o reconhecimento do Estado nas Nações Unidas”; “e retiraria o opróbrio de Israel, transferindo a responsabilidade de reprimir os palestinos de Gaza para o Egito e o mundo árabe em geral.” Por que o Egito aceitaria o acordo? Porque, diz Cooks, daria “susceptibilidade do Egito a incentivos financeiros”.

Assim, a estratégia Trump-Kushner pode ser a de destruir, em nome do humanitarismo, qualquer perspectiva de verdadeira libertação palestina. O efeito pode ser despejar os habitantes de Gaza no Egito, efetivamente, se não fisicamente, enquanto Israel continua a devorar a Cisjordânia.

Adeus, solução de dois Estados. Olá, apartheid de um Estado.

10 – Delírios de Trump no Oriente Médio persistem

The Libertarian Institute. 12 de outubro de 2018

Jason Greenblatt , enviado especial número 2 de Donald Trump ao Oriente Médio, sendo o número 1 o genro Jared Kushner, garante que o plano de seu chefe para resolver o “conflito” Palestina-Israel de uma vez por todas ainda está em andamento e será ótimo. (É um conflito da mesma forma que um confronto entre um proprietário de carro e um ladrão de carros é um conflito.)

Em entrevista ao *Times of Israel*, Greenblatt disse que o plano “incluirá uma resolução para todas as questões centrais, incluindo a questão dos refugiados, e também se concentrará nas preocupações de segurança de Israel”. Será, continuou ele como se o repórter não o tivesse ouvido da primeira vez, “estar fortemente focado nas necessidades de segurança israelitas”, acrescentando: “Mas também queremos ser justos com os palestinos. Temos nos esforçado para encontrar um bom equilíbrio. Cada lado vai encontrar coisas nesse plano que não gosta. Não há soluções perfeitas.”

Greenblatt continuou:

“As propostas de paz anteriores eram breves e vagas, e ninguém realmente entendia o que exatamente significava alguns dos termos usados. Apresentaremos algo que dará ao povo israelita e palestino uma ideia concreta do que poderá ser um acordo de paz.

Será muito específico para que eles [os palestinos, presumivelmente -SR] possam dizer a seus líderes o que pensam sobre isso. No final, queremos que as pessoas considerem se o nosso plano pode melhorar as suas vidas e se vale a pena os compromissos.”

É óbvio que as muitas críticas razoáveis feitas a divulgações anteriores sobre o propalado “acordo do século” não tiveram efeito sobre a equipe de Trump. Vamos dar uma olhada mais de perto no que Greenblatt diz.

“... incluirá uma resolução para todas as questões centrais, incluindo a questão dos refugiados...” Tenha em mente que o Time Trump usa a palavra *resolução* de forma diferente de como o resto de nós a usaria em tal contexto. A equipe de Trump quer dizer que vai ditar um resultado, usando toda a alavancagem possível para fazer com que as partes o aceitem e se calem. No entanto, não quero dizer que Trump esteja tratando israelenses e palestinos como iguais – longe disso, mas mais sobre isso abaixo.

Como saber o que o Time Trump quer dizer? Tenho prestado atenção; é assim. Trump já afirmou ter resolvido as questões dos refugiados e de Jerusalém simplesmente por meio de movimentos unilaterais, movimentos que agradaram aos israelenses e irritaram os palestinos, que devem abrir mão de qualquer direito de retorno para os desapropriados e desistir de qualquer esperança de uma capital em Jerusalém Oriental em qualquer futuro Estado. (Para mais detalhes, veja o capítulo 11. E Trump cortou toda a ajuda aos palestinos, refugiados ou não, com a intenção de redirecionar o dinheiro para outro lugar (mas não para os pagadores de impostos) – a menos que eles entrem na jogada.

“... também se concentrará nas preocupações de segurança de Israel... [e] será fortemente focado nas necessidades de segurança israelenses...” Esta é a única coisa em que Greenblatt diz que será focado. Todo o resto parece uma reflexão tardia. Estranho não é? Quem está em maior perigo na Palestina desde que o projeto sionista começou há um século e um quarto, judeus ou palestinos? A pergunta responde a si mesma. O sofrimento dos judeus/israelitas na Palestina tem sido minúsculo em comparação com o dos palestinos, que, verdade seja dita, não só são a grande maioria dos habitantes da Palestina há mais de mil anos, mas são provavelmente descendentes não só dos israelitas

originais, mas dos cananeus pré-palestinos. (Veja Shlomo Sand's *A Invenção do Povo Judeu e A Invenção da Terra de Israel*.) Uma proposta que se concentre na segurança de Israel significa que qualquer Estado palestino resultante seria uma farsa, uma vez que lhe serão negados os meios básicos de se proteger contra sua hegemonia vizinha armada pelos EUA, que tem armas nucleares em seu vasto arsenal. Israel sempre insistiu para que qualquer Estado palestino fosse desmilitarizado e tivesse suas fronteiras controladas por você sabe quem. Veja, Israel e seu facilitador EUA partem da presunção de que são os palestinos, aqueles que foram invadidos e foram ocupados, é que devem provar que eles merecem ser livres e independentes. Os israelitas não têm qualquer ônus da prova.

Essa inabalável inclinação – um termo suave para o que está acontecendo – não é mitigada pela continuação de Greenblatt: “Temos nos esforçado para encontrar um bom equilíbrio”. O que exatamente está sendo equilibrado aqui? As reivindicações dos beneficiários do grande roubo de terras e as das suas vítimas. Como equilibrar essas alegações?

“Cada lado vai encontrar coisas nesse plano que não gosta.” Posso imaginar. Os israelenses não vão gostar que não tenham cada centímetro quadrado da Palestina histórica e, portanto, um Israel 100% livre de palestinos (no curto prazo, pelo menos), e os palestinos não vão gostar que sejam pressionados a aceitar muito menos do que os 22% da terra que seus supostos líderes há muito concordaram em aceitar. E, além disso, eles não conseguirão realmente governar o estado que consiste em cidades e aldeias isoladas como um país próprio.

“Não há soluções perfeitas.” É verdade. As injustiças do passado nunca podem ser totalmente corrigidas. Mas as “soluções” podem estar mais próximas ou mais longe da perfeição, e sabemos qual será a solução do Time Trump.

“As propostas de paz anteriores eram breves e vagas (...) [A nossa] será muito específica.” De fato será. A equipe de Trump aborda o “conflito” como se os americanos fossem pais resolvendo uma discussão entre duas crianças imaturas brigando por doces de Halloween de propriedade indeterminada – exceto que, neste caso, apenas um lado – o palestino – é presumido como uma criança teimosa, imatura e que não está disposta a ceder.

“No final, queremos que as pessoas considerem se nosso plano pode melhorar suas vidas e vale a pena os compromissos.” Esta é, sem dúvida, uma referência velada ao objetivo do Time Trump de desfocar a mente dos palestinos das injustiças que sofreram – expulsão em massa de suas casas em 1947-48 (a *Nakba*), cidadania de quinta classe para aqueles que evitaram a expulsão, o “apartheid” e a opressão na Cisjordânia, a detenção e a privação no Gueto de Gaza – oferecendo-lhes empregos. Isso faz parte da grande estratégia de Trump para isolar os palestinos enquanto se alinha aos modelos de liberalismo Arábia Saudita, Egito e Israel contra o Irã. (Para detalhes sobre essa grande estratégia, veja Ted Snider “Outside In: The Trump Administration’s Plan to Remake the Middle East.”. Coloquei o *apartheid* entre aspas porque, segundo Gilad Atzmon, enquanto os brancos sul-africanos queriam explorar os negros, os israelenses queriam expulsar os palestinos.)

Claramente, o Time Trump abandonou até mesmo a pretensão de que os EUA são apenas um “mediador honesto” no conflito. Em vez disso, ele se vê como o descarado ditador dos termos pró-Israel. Nesse contexto, o otimismo se esvai para aqueles que se preocupam com justiça, liberdade e dignidade.

11 – Trump, Spinoza e os refugiados palestinos

The Libertarian Institute. 7 de setembro de 2018

Se tivéssemos qualquer motivo de dúvida até aqui, agora podemos ver claramente – à luz de seu fim de US\$ 350 milhões em assistência humanitária anual a cinco milhões de refugiados palestinos – a natureza cruel e rancorosa de Donald Trump.

Não bastou manipular o chamado processo de paz contra os palestinos de todas as formas possíveis, mais especificamente nomeando descaradamente partidários israelitas como seus enviados. Não bastou não fazer nada Israel quando assassinou não combatentes em Gaza e praticou o apartheid na Cisjordânia. Não bastou fazer questão de lembrar os palestinos de sua impotência, zombando do sonho de Jerusalém Oriental como capital de uma futura Palestina.

Não, ele também teve que negar aos pobres refugiados e sem teto – vítimas da Nakba, a limpeza étnica sistemática de Israel e a expulsão dos palestinos de seu lar ancestral em 1948 e novamente em 1967 – comida, remédios e, para seus filhos, educação por meio da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo, UNRWA. (Esta é uma reversão da posição de Trump do ano passado.) Pouco antes disso, ele cortou US\$ 200 milhões em outras ajudas palestinas, incluindo ajuda para a prisão sitiada por Israel na Faixa de Gaza, onde metade da população tem menos de 18 anos.

Na verdade, Trump foi ainda mais longe ao tentar fazer com que a maioria dos refugiados fosse declarada *não* refugiada (e, portanto, ilegível para um direito de retorno à Palestina), definindo-os como inexistentes com um estalar de dedos. Ele tentou, como disse Geoffrey Aronson, “remover os palestinos da equação diplomática e humanitária”. É claro que, se ele conseguisse esse fim, isso isentaria os governantes e militares de Israel, bem como seus líderes e milícias pré-independência, de culpa por seus crimes.

Alguns culpam as vítimas, outros – como Trump e seus comparsas – fingem que as vítimas não existem. Qualquer um que tentasse algo assim em relação, digamos, aos judeus teria sido devidamente denunciado por todas as pessoas decentes.

Donald Trump é muitas coisas. O que ele não é é um *mensch*. Mas sabíamos disso. Este é o mesmo cara que confisca crianças dos pais (que não têm documentos do governo), procura expulsar do país pessoas que foram trazidas para cá “ilegalmente” há muitos anos quando crianças, e se esforça para deportar até americanos *com* documentos que seu governo olha com desconfiança.

Um *mensch* não age como se milhões de pessoas desaparecessem simplesmente porque ele escolhe ignorá-las. Mas Trump age exatamente assim, assim como age como se a questão de Jerusalém Oriental pudesse desaparecer simplesmente transferindo a embaixada americana para Jerusalém e decretando-a a capital unificada e eterna do Estado do Povo Judeu (em qualquer lugar e em todos os lugares), ou seja, considerando Jerusalém, como ele diz, “fora de discussão” – como se *ele* tivesse o poder de fazer isso. (“So let it be written. So let it be done.”)

Tenha em mente que a medida de Trump é um *redirecionamento* de gastos, não um *corte* de gastos. Além disso, não defendo a UNRWA. Novamente, como Aronson escreve: “Os palestinos têm duas opiniões sobre a organização. Ninguém pode negar os benefícios de saúde e educação que ela proporciona, mas o preço pago por ser uma repartição da comunidade internacional é considerável, na verdade para muitos insuportável.” Ele parafraseia o que uma mulher em Gaza lhe disse: “A UNRWA foi uma abominação (...), responsável por criar complacência e fatalismo entre os palestinos e oferecer uma desculpa e um meio para que potências grandes e pequenas deixem o problema palestino esfriar”.

Mas as muitas falhas da UNRWA não podem ser usadas para justificar a ação de Trump. Ele não está punindo o pessoal da UNRWA; ele está punindo os *palestinos*. Ele não está procurando uma maneira melhor de aliviar sua terrível situação. Ele está procurando apagá-los para ajudar Israel, embora, é claro, a resistência que suas ações certamente provocarão não será vista com bons olhos por *todos* os israelenses. Mas, sim, estou insinuando que alguns israelenses, o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu entre muitos, *acolherão* a resistência porque a usarão para justificar a brutalidade, a opressão e o apartheid passados e futuros.

O site *Axios* relata que Netanyahu pediu a Trump que acabasse com o financiamento dos EUA à UNRWA. Netanyahu também mudou sua posição em relação àquela que tinha o apoio do aparato de segurança de Israel, que favorecia uma redução gradual do financiamento, mas sem cortes para Gaza por questões de segurança. O pensamento até agora era que o socorro aos refugiados os manteria indecisos e tiraria suas mentes de seu direito de retorno, mesmo que isso seja revisto para significar casas nos territórios palestinos agora ocupados (a futura Palestina) ou compensação em dinheiro.

Sem surpresa, *Israel Hayom* relata: “Autoridades israelenses [ou seja, políticos] saudaram relatórios no domingo indicando que o presidente dos EUA, Donald Trump, planeja agir para acabar com a demanda palestina por um direito de retorno e cortar centenas de milhões de dólares em financiamento para a agência da ONU para refugiados palestinos, uma medida que eles dizem estar alinhada com a política israelense”. A publicação acrescentou que “um funcionário diplomático rejeitou as críticas de um oficial de defesa que havia sido citado dizendo que a decisão dos EUA ‘poderia incendiar a área, que já está à beira de um conflito’“. O ministro dos Assuntos de Jerusalém, Zeev Elkin, elogiou a medida de Trump, dizendo que “finalmente reestabelece a verdade frente à mentira árabe que tem sido vendida em todo o mundo há décadas”.

Que mentira é essa? Que os palestinos foram aterrorizados pelas milícias sionistas e depois pelo exército israelense para fugir de suas casas em 1948 e 1967? Nenhuma pessoa séria duvidou disso desde que os Novos Historiadores de Israel vasculharam os arquivos do governo na década de 1980 e documentaram a Nakba, a catástrofe. Muito antes disso, no entanto, os estudiosos haviam desmascarado a mentira de que os palestinos partiram voluntariamente apenas quando os governantes árabes vizinhos solicitaram que o fizessem como uma necessidade temporária de guerra. (Mas, é claro, mesmo nesse cenário, os proprietários palestinos teriam o direito de voltar para suas casas.)

Sejamos claros: Trump não tem intenção de realmente abordar a situação dos refugiados, e Israel não tem intenção de tratar nenhum palestino com justiça. A crítica à UNRWA é simplesmente um ardil para, mais uma vez, rotular os palestinos. Por que? Porque Trump, como o resto da elite governante dos Estados Unidos, favorece Israel por razões geopolíticas, políticas domésticas e culturais e étnicas que não têm nada a ver com justiça, e ele guardou rancor porque os palestinos rejeitaram seu “acordo do século”, que propõe suborná-los com ajuda econômica

saudita para que abandonem suas queixas contra Israel e abandonem seu desejo de independência do autodenominado Estado judeu. (Veja o capítulo 8.)

Os apoiadores ferrenhos de Trump gostam de dizer que suas medidas extremas e tuítes são apenas movimentos de abertura em sua arte de negociar. Então vamos considerar que sejam isso: ele está mantendo cinco milhões de pessoas desesperadas como reféns para convencer a corrupta Autoridade Palestina a aceitar seu acordo. Isso é tranquilizador.

O “processo de paz” é e tem sido uma farsa, e os Estados Unidos nunca foram um “mediador honesto”. Um autêntico e promissor processo de paz *através da justiça* começaria, literalmente, com um pedido de desculpas israelita a todas as vítimas que viveram na Palestina. Então, todos os interessados podem se dedicar ao estabelecimento dos termos para a convivência.

Para trazer isso de volta a Trump (e Netanyahu, entre outros, arisco-me a dizer) e para terminar com uma nota filosófica, ultimamente tenho lido Benedict Spinoza e alguns de seus comentaristas modernos. O racionalista liberal radical luso-holandês do século XVII escreveu na *Ética* que as pessoas para as quais a razão não está totalmente no banco do motorista são, em certa medida, passivamente movidas por sentimentos e, portanto, são mais escravas do que senhores: “A enfermidade humana em moderar e controlar as emoções eu chamo de escravidão: pois, quando um homem é presa de suas emoções, ele não é seu próprio senhor, mas está à mercê da fortuna.” (Douglas Den Uyl em seu *God, Man, & Well-Being: Spinoza’s Modern Humanism*, aponta que essa afirmação não captura totalmente a posição de Spinoza porque, em sua opinião, na medida em que uma pessoa é guiada pela razão, ela não tem *Emoções autossabotadoras* que precisam ser verificadas, ao contrário, suas emoções o impulsionam em uma direção virtuosamente gratificante. A perfeição, é claro, nunca é alcançada, mas apenas almejada.)

A razão e a compreensão constituem, assim, o caminho da pessoa para a liberdade:

“Veremos prontamente a diferença entre o homem que é guiado apenas pela emoção ou crença e o homem que é guiado pela razão. O primeiro, querendo ou

não, realiza ações das quais é completamente ignorante. Este último não faz a vontade de ninguém senão a sua, e faz apenas o que sabe ser de maior importância na vida, que por isso deseja acima de tudo. Então eu chamo o primeiro de escravo e o segundo de homem livre...”

Spinoza observou ainda sobre a pessoa racional: “Seu principal esforço é conceber as coisas como elas são em si mesmas e remover obstáculos ao conhecimento verdadeiro [e, portanto, à liberdade, virtude e “bem-aventurança”], como ódio, raiva, inveja, escárnio, orgulho e emoções semelhantes...”

Também, “portanto, aquele que visa unicamente o amor à liberdade para controlar suas emoções e apetites se esforçará ao máximo para familiarizar-se com as virtudes e suas causas e encher sua mente com a alegria que surge do verdadeiro conhecimento delas, abstendo-se de se debruçar sobre as falhas dos homens e abusar da humanidade e derivar prazer de uma falsa demonstração de liberdade”.

Completamente ignorante... ódio... raiva... inveja... escárnio... orgulho... insistir nas faltas dos homens... abusando da humanidade... derivando prazer de uma falsa demonstração de liberdade.

Lembra alguém?

Douglas Den Uyl escreve: “Os rancorosos, os invejosos, os mesquinhos e os ciumentos são particularmente miseráveis sob a filosofia de Spinoza. Essas emoções negativas ou padrões de conduta retardam tanto o indivíduo quanto a sociedade ao seu redor.”

Temos uma melhor descrição de Donald Trump? Na verdade, o homem que ocupa a Casa Branca é a personificação do homem passivo, fraco e, portanto, autoescravizado de Espinosa.

12 – Definindo o antissemitismo, ameaçando a liberdade de expressão

The Libertarian Institute. 24 de agosto de 2018

Em maio, a Lei de Conscientização do Antissemitismo foi proposta perante o Congresso dos EUA “para fornecer uma definição de antissemitismo para a aplicação das leis federais antidiscriminação relativas a programas ou atividades educacionais”.

Nada demais? Vejamos.

O projeto de lei S. 2940 é promovido pelo senador republicano Tim Scott e tem quatro coautores: o republicano Lindsey Graham e os democratas Ron Wyden, Robert Casey e Michael Bennet. O autor do H.R. 5924 na Câmara é o deputado republicano Peter Roskam, com 41 coautores, 30 republicanos e 11 democratas. Ambos os projetos seguem na comissão. (O Senado aprovou por unanimidade um projeto semelhante há dois anos, mas que nunca chegou ao plenário da Câmara.)

Logo de cara, a legislação parece estranha: sob qual teoria do Partido Republicano de governo limitado o Congresso propõe definições de palavras simplesmente *para fins* educacionais? E eu achava que os republicanos não gostavam do envolvimento federal na educação. Veremos que a resposta está impregnada de ironia: o propósito declarado é ajudar os órgãos de educação a combater a discriminação racial.

Embora o projeto seja direcionado à educação, a lei resultante iria além desse domínio, porque estigmatizaria oficialmente como

antissemita qualquer discurso e atividade, pública e privada, que se enquadrasse na definição. Uma vez que isso pelo menos arrefeceria o mercado aberto de ideias, os defensores da liberdade de expressão deveriam se preocupar com o conteúdo da definição e seu material de apoio revelador. Não devemos supor que apenas porque a definição *marca* algo como antissemita, que este algo seja realmente antissemita.

O projeto de lei afirma que o Título VI da Lei de Direitos Civis de 1964 “proíbe a discriminação com base na raça, cor ou origem nacional” (não, lembre-se, religião), mas que “tanto o Departamento de Justiça quanto o Departamento de Educação concluíram corretamente que o Título VI proíbe a discriminação contra judeus, muçulmanos, sikhs e membros de outros grupos religiosos quando a discriminação é baseada na *ascendência compartilhada ou características étnicas* reais ou percebidas do grupo ou quando a discriminação se baseia na cidadania ou residência real ou percebida em um país cujos residentes compartilham uma religião dominante ou uma identidade religiosa distinta” (grifo nosso). Por isso, esses departamentos conseguiram transformar a religião em um estatuto que não menciona a religião.

A definição proposta vem diretamente de uma Ficha Informativa do Departamento de Estado de 2010, que por sua vez vem, com alguma modificação, da “definição funcional de antissemitismo” da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA). A IHRA tem 31 países membros, incluindo os Estados Unidos e Israel.

O antissemitismo, de acordo com a “definição operacional” da IHRA, é “uma certa percepção dos judeus, que pode ser expressa como ódio aos judeus. Manifestações retóricas e físicas de antissemitismo são dirigidas a indivíduos judeus ou não judeus e/ou suas propriedades, a instituições da comunidade judaica e instalações religiosas.”

Isso pode parecer não muito útil – o professor de história David Feldman, diretor do Instituto Pears para o Estudo do Antissemitismo na Universidade Birkbeck, em Londres, a chama de “desconcertantemente imprecisa – então a IHRA forneceu exemplos (elaborados em termos condicionais como *poderia* e *possivelmente* e a ser interpretado “levando em conta o contexto geral”). E aqui os problemas continuam. Escrevendo no *Guardian*, Feldman diz sobre os 11 exemplos: “Sete tratam de críticas a Israel. Alguns pontos são sensatos, outros não. Crucialmente, há o perigo de que o *efeito geral coloque o ônus sobre os críticos de Israel para*

demonstrar que não são antissemitas “ (grifo nosso). Isso deveria ser motivo de preocupação.

Entre os *possíveis* exemplos de antissemitismo citados no documento da IHRA na Ficha Informativa do Departamento de Estado, mas com algumas modificações, estão:

- Acusar os judeus como povo de serem responsáveis por delitos reais ou imaginários cometidos por uma única pessoa ou grupo judeu, *o Estado de Israel*, ou mesmo por atos cometidos por não-judeus. [Grifo nosso.]
- Acusar os cidadãos judeus de serem mais leais a Israel, ou às supostas prioridades dos judeus em todo o mundo, do que ao interesse de suas próprias nações.
- Fazer comparações da política israelense contemporânea com a dos nazistas”
- Aplicar dois pesos e duas medidas, exigindo dele [Israel] um comportamento não esperado ou exigido de qualquer outra nação democrática.
- Negar ao povo judeu seu direito à autodeterminação e negar a Israel o direito de existir.

Duas coisas merecem destaque aqui. A frase “o Estado de Israel” no primeiro exemplo acima não aparece na lista da IHRA; essa versão diz apenas: “Acusar judeus como povo de serem responsáveis por delitos reais ou imaginários cometidos por uma única pessoa ou grupo judeu, ou mesmo por atos cometidos por não-judeus”. A IHRA diz mais tarde que “as manifestações *podem* [grifo nosso] incluir o ataque ao Estado de Israel, concebido como uma coletividade judaica”, mas imediatamente adverte que críticas a Israel semelhantes às feitas contra qualquer outro país não podem ser consideradas antissemitas. A Ficha Informativa, que, mais uma vez, a legislação incorpora, acrescenta, quase como uma reflexão posterior: “ *No entanto, críticas a Israel semelhantes àquelas feitas contra qualquer outro país não podem ser consideradas antissemitas* “ (itálico no original).

Em segundo lugar, o último exemplo difere do exemplo semelhante da IHRA, que diz: “Negar ao povo judeu seu direito à autodeterminação, por exemplo, alegando que *a existência de um Estado de Israel é uma iniciativa racista* “ (grifo nosso). Desconheço críticas à Ficha Informativa ou à legislação para esta modificação fundamental. Uma

modificação semelhante deixou a liderança do Partido Trabalhista do Reino Unido em polvorosa. (leia mais abaixo).

Como veremos, a inclusão de críticas a Israel nos exemplos é onde reside grande parte do perigo dessa legislação. De fato, Antony Lerman, ex-diretor do Instituto de Pesquisa de Política Judaica da Grã-Bretanha, que rastreia a origem e a promoção do documento da IHRA ao Comitê Judaico Americano e ao Centro Simon Wiesenthal, que rotineiramente confundem críticas a Israel com antissemitismo, diz que ele foi projetado para “equiparar as críticas a Israel com o ódio aos judeus”. Claro que sim; hoje, ser um bom *antiantissemita*, como ser um bom judeu, significa pouco mais do que ser inabalavelmente pró-Israel e pró-Israel da repressão aos palestinos.

A título de antecedentes adicionais e contraste, a legislação cita uma carta de 2010 do Departamento de Educação dos EUA “Caro Colega” sobre intolerância religiosa às agências educacionais estaduais e locais, afirmando que elas “devem tomar medidas rápidas e eficazes razoavelmente calculadas para acabar com o assédio, eliminar qualquer ambiente hostil e seus efeitos e evitar que o assédio se repita”. No entanto, a legislação afirma que a carta “não forneceu orientação sobre as manifestações atuais de antissemitismo, incluindo conduta antissemita discriminatória *que é apresentada como anti-Israel ou antissionista*” (grifo nosso). Isso mesmo: o Departamento de Educação não mencionou Israel ou o sionismo em sua carta sobre o combate ao antissemitismo. Por isso, os autores da legislação buscam “corrigir” essa “falha”.

A legislação afirma que “o antissemitismo e o assédio com base na ancestralidade ou características étnicas compartilhadas reais ou percebidas com um grupo religioso continuam sendo um problema persistente e perturbador nas escolas primárias e secundárias e nos campi universitários”.

É assim? Não parece verdade. O Pew Research Center “descobriu que, quando se trata de religião, os americanos geralmente expressam sentimentos mais positivos em relação a vários grupos religiosos [incluindo judeus] hoje do que há alguns anos. Solicitados a classificar uma variedade de grupos em um 'termômetro de sentimento' que varia de 0 a 100, os adultos dos EUA dão a quase todos os grupos classificações mais quentes do que em uma pesquisa do Pew Research Center de junho de 2014. Para todas as faixas etárias, ateus e muçulmanos estão muito abaixo dos judeus. (Em outra pesquisa, os muçulmanos ficaram abaixo

dos ateus.) Para os americanos com 30 anos ou mais, os judeus estão no topo ou perto dele, e a pontuação aumentou desde 2014. Para os americanos de 18 a 29 anos, os judeus estão logo abaixo dos budistas, católicos e hindus de primeiro escalão. Nenhum grupo religioso obteve pontuação superior a 69 “graus”, exceto entre as pessoas com 65 anos ou mais, protestantes, judeus e católicos, que pontuaram na década de 1970. Onde está o antissemitismo generalizado?

E onde estão as evidências do crescente antissemitismo nos campi universitários? A legislação “constata” que “estudantes de diversas origens, incluindo judeus, árabes muçulmanos e sikhs, estão sendo ameaçados, assediados ou intimidados em suas escolas”, mas seria interessante ver os grupos serem desfeitos. Suspeita-se que o ambiente no campus seja mais hostil a professores e estudantes árabes e muçulmanos do que aos judeus. (Veja “Fracas Erupts Over Book on Mideast by a Barnard Professor Seeking Tenure” de Karen W. Arenson no *New York Times* e “Abdulhadi Has Been Subjected to a Smear Campaign to Censure Her Support of Palestinian Human Rights” no *Mondoweiss*.) E não podemos descartar a probabilidade de que a crítica a Israel seja simplesmente interpretada como crítica aos judeus *qua* judeus. De fato, o principal autor da definição da IHRA, Kenneth Stern, disse no ano passado em depoimento no Congresso que é falso que “o antissemitismo no campus seja uma epidemia. Longe disso. Existem milhares de campi nos Estados Unidos, e em muito poucos o antissemitismo – ou animus anti-Israel – é um problema.”

O antissemitismo existe, é claro, mas está claramente confinado às franjas da sociedade americana. É tão inidôneo que as pessoas se esquivaram de criticar Israel por medo de serem acusadas de ódio aos judeus, o que pode destruir carreiras e amizades. A legislação parece destinada a reforçar esse medo, que felizmente tem vindo a desaparecer nos últimos anos, especialmente entre os mais jovens, à luz dos ataques militares periódicos de Israel contra o povo essencialmente indefeso de Gaza. De vez em quando sai a notícia de que o antissemitismo está aumentando, mas é difícil não notar que esses alarmes seguem as amplas críticas internacionais à brutalidade sistemática israelense contra os palestinos que resistem à ocupação de 51 anos de suas propriedades. Como escreve Norman Finkelstein, que acompanha de perto esse fenômeno, “sempre que Israel comete outra atrocidade, seus propagandistas encenam um renascimento da extravagância do 'Novo Antissemitismo' para desviar ou reprimir a condenação global”. (Ver livro de Finkelstein

Além de Chutzpah: Sobre o Uso Indevido do Antissemitismo e o Abuso da História.)

Não vou tentar definir *antissemitismo*, vamos apenas à definição de Stephen Sedley: “Despido de refinamentos filosóficos e políticos, o antissemitismo é hostilidade em relação aos judeus como judeus”. Acrescentarei apenas que tem algo a ver com ver todos os judeus como membros de uma entidade racial ou étnica maligna e controladora do mundo, com cada membro sendo responsável por qualquer delito, real ou imaginário, por qualquer outro judeu. Esse é o coletivismo que nenhum individualista liberal aceitará. Devemos notar a ironia, no entanto, que muitos judeus acreditam que todos os judeus, sem exceção, constituem uma entidade genética, embora isso seja patentemente absurdo. Os judeus são de muitas raças, etnias, nacionalidades e culturas e até algumas centenas de anos na Era Comum, o judaísmo era uma religião proselitista com muitos sucessos na conversão de reinos, nações e tribos inteiras. Em outras palavras, muitos judeus hoje são descendentes de pessoas que se converteram ao judaísmo, às vezes sem querer, e que nunca estiveram na Terra de Israel.

Note-se ainda a ironia da condenação da legislação daqueles que confundem todos os judeus com o Estado de Israel. A recém-aprovada Lei do Estado-Nação de Israel declara que a “terra de Israel é a pátria histórica do povo judeu”. Isso inclui *todos* os judeus, não importa onde nasceram, onde vivem agora ou se já pisaram em Israel. Em outras palavras, o governo de Israel afirma falar por todos os judeus, o que é uma afronta a qualquer judeu que não deseja ser representado por um governo estrangeiro ou que não se considera mais judeu. (Se o povo judeu não é uma entidade racial ou étnica, mas um grupo religioso diverso, pode-se, como Espinosa, deixar de ser judeu.) Seria errado alguém presumir que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu fala ou age em nome de judeus americanos, britânicos, franceses e outros não israelenses, mas é isso que a Lei Básica de Israel afirma. (O ex-apresentador do programa de TV *Meet the Press*, David Gregory, certa vez se dirigiu a Netanyahu no ar como o “líder do povo judeu”.

E essa afirmação, que antecede a Lei do Estado-Nação, é o que tem dado origem à (dupla) suspeita de lealdade. Assim, temos mais uma ironia na condenação da Lei de Conscientização do Antissemitismo de declarações “acusando cidadãos judeus de serem mais leais a Israel, ou às supostas prioridades dos judeus em todo o mundo, do que ao interesse de suas próprias nações”. Uma ótima maneira de eliminar a

questão da lealdade seria Israel e seus apoiadores pararem de fingir que representam todos os judeus (e ex-judeus) em todos os lugares.

Como observado, a legislação diz que “negar ao povo judeu seu direito à autodeterminação e negar a Israel o direito de existir” é antisemita. Mas que tal negar ao povo judeu o direito à autodeterminação *em terras tiradas de seus legítimos proprietários*, como os antissionistas judeus e não judeus há muito negam? E quando o Congresso vai condenar aqueles que negam o direito dos palestinos à autodeterminação? A lei do Estado-Nação diz que o “direito de exercer a autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do povo judeu”. Então os palestinos são menos pessoas do que os judeus? Qual a palavra para essa atitude?

A condenação de pessoas que “aplicam dois pesos e duas medidas, exigindo dele [Israel] um comportamento não esperado ou exigido de qualquer outra nação democrática” também está cheia de problemas. A primeira é que os próprios defensores incondicionais de Israel são culpados de aplicar dois pesos e duas medidas. Se algum grupo nacional tratasse outro grupo da mesma forma que os sionistas e israelenses trataram os palestinos, eles teriam sido condenados por judeus americanos de mentalidade liberal, juntamente com a maioria dos outros americanos. Em segundo lugar, onde está o duplo padrão na crítica a Israel? Me diga outro país que ocupa terras alheias, não reconhece direitos na população ocupada, discrimina sistematicamente 25% de seus “cidadãos”, recebe bilhões em ajuda militar todos os anos dos pagadores de impostos americanos, tem um lobby altamente influente pronto para difamar qualquer crítico, afirma ser o militar mais moral do mundo e insiste que é a única democracia em sua região? Quando tivermos outro país assim, veremos se os críticos de Israel aplicam dois pesos e duas medidas.

O exemplo de antissemitismo supostamente encontrado em “comparações da política israelense contemporânea com a dos nazistas” também merece ser examinado. Será mesmo verdade que os governantes de Israel são incapazes de agir como nazis, mesmo quando captura palestinos, incluindo crianças, na calada da noite, mantendo-os presos indefinidamente sem acusação; tortura-os; atira neles ou quebra seus ossos quando protestam contra sua opressão pacificamente; exige autorizações de viagem internas; mantém postos de controle militares; os impede o acesso a grande parte da terra e das estradas exclusivamente judaicas; e destrói casas como castigo coletivo ou para limpar terras para

uso apenas dos judeus? Qual é a teoria subjacente a essa afirmação? Os oprimidos nunca se tornam opressores?

E aqui está outra pergunta: os *judeus* que fazem essa comparação também são antissemitas? O fato é que os judeus fizeram repetidamente essa comparação, por exemplo, o falecido Hajo Meyer, um sobrevivente do Holocausto, e Yair Golan, ex-vice-chefe do Estado-Maior Geral da Força de Defesa de Israel. De fato, em 1948, Albert Einstein, Hannah Arendt e outros judeus enviaram uma carta ao *New York Times* expressando preocupação com o surgimento do “Partido da Liberdade” israelense (Tnuat HaHerut), um partido político muito semelhante em sua organização, métodos, filosofia política e apelo social aos partidos nazistas e fascistas. Foi formado a partir da adesão e seguimento do antigo Irgun Zvai Leumi, uma organização terrorista, de direita e chauvinista na Palestina.” Esse partido e o Irgun foram liderados por Menachem Begin, que se tornou primeiro-ministro de Israel na década de 1970. O partido fundiu-se com o partido Likud de Netanyahu em 1988.

Mais uma pergunta: se nem judeus nem não-judeus podem comparar as políticas israelenses contra os palestinos a algumas políticas nazistas, por que os israelenses e seus apoiadores podem alegar que todo e qualquer adversário percebido (Nasser, Saddam Hussein, Kadafi e Ahmadinejad e os aiatolás iranianos, por exemplo) são reencarnações de Adolf Hitler?

Uma vez que judeus e não judeus muitas vezes cometem os “delitos” especificados pela IHRA, talvez a legislação do Congresso devesse ter sido chamada de Lei de Conscientização do Antissemitismo e do *Autoódio Judaico*. Ou talvez apenas homens e mulheres com mães judias possam fazer o que é proibido aos outros. Seria uma visão estranha.

Não, o regime israelense não opera campos de extermínio, mas faz coisas que se assemelham ao que os regimes nazistas e outros totalitários fizeram com judeus e outros grupos. Gaza, onde o bloqueio israelense de mais de uma década faz com que dois milhões de palestinos, metade deles crianças, sejam subnutridos e forçados a beber água poluída, foi chamada de campo de concentração e gueto pelos judeus.

O verdadeiro antissemitismo é feio e execrável. E é por isso que diluir o conceito com elementos estranhos é o que é realmente perigoso. Claro, alguns dos críticos de Israel podem ser antissemitas, mas alguns dos maiores fãs de Israel também são. Eu desconfiaria de qualquer um

que estivesse ansioso para fazer minhas malas e me levar para Tel Aviv. Simplesmente não há motivos razoáveis para uma presunção de antisemitismo sobre os opositores de Israel, certamente não em pessoas de boa fé. Confundir o antissemitismo mesmo com críticas fundacionais a Israel faz com que o antissemitismo não pareça tão ruim aos olhos de algumas pessoas. Como escreveu Antony Lerman, “em vez de facilitar a identificação do antissemitismo, a promoção da 'definição de trabalho' e o entrincheiramento do conceito do 'novo antissemitismo' ampliaram tanto o leque de expressões do que pode ser considerado antissemita que a palavra antissemitismo chegou perto de perder todo o sentido”.

Por que alguém gostaria de incentivar esse resultado? Lerman também ressalta que “se... apenas 'antissemitas' se dissociariam da 'definição operacional', isso coloca no banco dos réus um número significativo de acadêmicos judeus e não judeus altamente respeitados que trabalham no campo da pesquisa do antissemitismo.”

Aqueles que continuam a fazer lobby por essa confusão estão involuntariamente perseguindo um curso maligno, mesmo em seus próprios termos – a menos que pretendam tal resultado. (O antissemitismo real ou imaginário pode ser útil para dissuadir a assimilação judaica e a desilusão com Israel.) Além disso, estão incentivando organizações que assediam alunos e professores simpáticos à situação dos palestinos. A liberdade de expressão e de investigação deve ser protegida. Como disse a ACLU sobre a legislação:

“A definição excessivamente ampla de antissemitismo neste projeto de lei corre o risco de equiparar incorretamente as críticas constitucionalmente protegidas a Israel com o antissemitismo, tornando provável que a liberdade de expressão seja esfriada nos campi. Os exemplos incorporados à definição de antissemitismo do projeto de lei incluem ações e declarações críticas a Israel, incluindo muitas declarações constitucionalmente protegidas. Como resultado, a legislação proposta provavelmente arrefecerá o discurso de alunos, professores e outros membros das comunidades do campus em todo o país, e é desnecessária para fazer cumprir as proibições federais de assédio na educação, pois tais proteções já existem sob a lei federal.”

Como observa a carta da ACLU que se opõe à legislação, até mesmo o principal autor da definição, Kenneth Stern, um autodenominado sionista, “se opôs à aplicação dessa definição ao discurso no

campus”. Em um artigo de 2016 se opondo à adoção da definição pela Carolina do Sul, Stern escreveu,

“É realmente uma tentativa de criar um código de discurso sobre Israel. É uma lei desnecessária que prejudicará os estudantes judeus e a academia... Nunca teve a intenção de ser um veículo para monitorar ou suprimir a expressão no campus. Mas é isso que alguns grupos e indivíduos judeus de direita por trás dessa legislação buscam...

A intenção [dos defensores da legislação] é clara: fazer com que o Estado defina uma linha em que o discurso político sobre Israel seja classificado como antissemita e resfriado, se não suprimido.

Se a definição se tornar lei, os administradores do campus temerão processos judiciais quando grupos externos reclamarem do discurso anti-Israel, e a liderança da universidade não pune, interrompe ou denuncia.

Se a definição de antissemitismo está consagrada em lei, que professor querará entrar nesse campo minado, com medo de que a seleção de certos textos ou a expressão de certas opiniões coloquem em risco o financiamento de sua universidade?

De fato, se certos discursos sobre Israel forem oficialmente definidos como antissemitas, os estudantes judeus pró-Israel serão ainda mais marginalizados, tendo ganhado a reputação de suprimir, em vez de responder, discursos de que não gostam.”

Em depoimento de 2017 perante o Comitê Judiciário da Câmara, Stern elaborou:

“Os proponentes da legislação fizeram um modelo de negócios de buscar discursos que acreditam transgredir a definição do Departamento de Estado. Eles

vão caçar esses casos e, em seguida, pressionar os administradores a suprimir ou condenar tais declarações, ameaçando os casos do Título VI se eles não agirem, com o peso adicional de uma definição endossada pelo Congresso e focada no campus por trás deles. Armado com uma determinação do Congresso que efetivamente diz que o antissionismo é antissemitismo,... os professores corretamente se verão em risco quando pedirem a seus alunos que leiam e reflitam materiais considerados antissionistas, sejam os escritos dos principais pensadores judeus do século XX que eram céticos em relação ao sionismo, como Hannah Arendt e Martin Buber, ou dos palestinos contemporâneos. Os professores não recebem salário de combate. Será mais seguro e sábio para eles ensinar sobre os judeus no shtetl do que os judeus no Israel moderno, e o sionismo como um conceito do final do século XIX, em vez de como ele se desenrola hoje. Meu medo é, se nós... consagrando essa definição em lei, grupos externos tentarão suprimir – em vez de responder – o discurso político de que não gostam. A academia, os estudantes judeus e o corpo docente que ensina sobre questões judaicas, todos sofrerão.”

A definição também foi criticada, como disse Lerman, por seu “excepcionalismo como a maneira de gerenciar medos exacerbados de antissemitismo, em vez de buscar a colaboração de peito aberto com outros grupos minoritários para combater o racismo ressurgente que assola a sociedade”.

Se a Lei de Conscientização do Antissemitismo for aprovada e sancionada, ela ameaçará a liberdade de expressão na academia e além, apesar de obrigatória “Nada nesta Lei deve ser interpretado para diminuir ou infringir qualquer direito protegido pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos”.

Além disso, ela tornará as campanhas políticas ainda menos significativas do que são agora. Do jeito que está, os políticos americanos têm medo de defender os palestinos contra Israel ou de questionar a enorme verba orçamentária militar anual que permite a brutalidade; os

candidatos têm muito a perder tanto em contribuições de campanha quanto em reputação. Aqueles que derraparem, como Bernie Sanders, Cory Booker e Alexandria Ocasio-Cortez, terão muito a pagar e provavelmente serão mais cuidadosos no futuro. (Sanders teve seu altos e baixos.) O Partido Trabalhista do Reino Unido e seu líder, o antirracista Jeremy Corbyn, estão aprendendo a mesma lição.

Devemos esperar que as coisas não fiquem tão ruins nos EUA quanto no Reino Unido, onde uma campanha histórica de difamação contra os críticos de Israel conjurou o termo “antissemitismo político visando Israel” (em contraste com “antissemitismo racial visando judeus”) e alarme em alguns setores sobre a suposta “ameaça existencial à vida judaica neste país [Grã-Bretanha] que seria representada por um governo liderado por Jeremy Corbyn”. O Comitê Executivo Nacional do Partido Trabalhista foi acusado de ódio aos judeus porque seu novo código de conduta sobre antissemitismo supostamente não incorporou toda a definição de antissemitismo da IHRA – daí seu aparente recuo covarde. Jonathan Freedland, do *Guardian*, tuitou: “Assim, os trabalhistas rejeitaram uma definição de antissemitismo aceita pelos governos do Reino Unido, da Escócia e do País de Gales, 124 autoridades locais, governos de todo o mundo e a maioria dos judeus”.

Observe a autoridade Freedland, como outros, outorga a agora sagrada definição da IHRA – como se fosse uma emenda às tábuas supostamente transmitidas no Monte Sinai.

Mas Lerman mostra que a acusação de Freedland é um completo lixo: o código do comitê executivo incorpora e cita explicitamente a *definição*, mas os autores modificaram alguns dos *exemplos* da IHRA e (como a Ficha Informativa do Departamento de Estado) removeram de outra a frase “alegando que a existência de um Estado de Israel é um empreendimento racista”.

Mas será antissemita chamar Israel de racista quando intelectuais israelenses importantes, como o historiador Benny Morris, reconhecem que livrar a Palestina dos palestinos nativos – ou seja, limpeza étnica – era intrínseco ao sionismo?

Lerman também mostra, como já observado, que por suas próprias escolhas de palavras, a IHRA sugere que suas ilustrações podem *ou não* se qualificar como exemplos de antissemitismo, dependendo do contexto. Lerman observa que os defensores da definição fazem

CHEGANDO A PALESTINA

afirmações opostas – de que os exemplos são parte e não fazem parte da definição – dependendo de qual posição é conveniente no momento.

Claramente, a liderança do Partido Trabalhista é acusada de antissemitismo puramente por adotar um código de conduta que distingue o antissemitismo das críticas a Israel.

Esse tipo de campanha de difamação está reservada para os membros do Congresso que votam contra a Lei de Conscientização do Antissemitismo?

13 – Anti-israelismo e antissemitismo: a confusão indesejável

The Libertarian Institute. 31 de agosto de 2018

Eu e outros alertamos que a promulgação da Lei de Conscientização do Antissemitismo agora no Congresso ameaçaria a liberdade de expressão e a liberdade de investigação nos campi universitários dos Estados Unidos e além. Como expliquei, este projeto de lei incorpora uma concepção – uma “definição” mais *exemplos potenciais* – de antissemitismo que confunde críticas à fundação e abuso contínuo de Israel contra os palestinos com antissemitismo com o propósito de inocular Israel de tais críticas. Judeus antissionistas e outros se opõem a essa confusão há mais de 70 anos.

O que nos torna tão confiantes em prever uma ameaça à liberdade de expressão?

Estamos confiantes em parte porque o secretário adjunto de educação para os direitos civis de Donald Trump, que aplicaria a legislação, é Kenneth L. Marcus, cujo histórico o torna o garoto-propaganda da confusão incômoda.

Dima Khalidi, fundador e diretor da Palestine Legal, escreve no *The Nation*:

“Se essa definição [de antissemitismo] fosse adotada e implementada como Marcus gostaria, o Departamento de Estado teria o poder de concluir que as universidades nutrem ambientes hostis e antissemitas, permitindo a exibição de um documentário crítico aos 50 anos de ocupação militar israelense de terras palestinas,

como o *Ocupação 101*, uma palestra crítica à política israelense por um sobrevivente do Holocausto, um posto de controle simulado decretado por estudantes para mostrar a seus colegas como é a vida palestina sob uma ocupação militar, uma palestra sobre campanhas BDS [boicote-desinvestimento-sanções] pelos direitos palestinos ou resoluções estudantis para se desfazer de empresas cúmplices dos abusos de direitos humanos de Israel.

Não são hipóteses. Essas atividades de discurso foram objeto de queixas legais reais, apresentadas ou promovidas por Marcus e seu Brandeis Center contra Brooklyn College (2013), University of California Berkeley (2012) e University of California Santa Cruz (2009). As denúncias foram protocoladas no mesmo gabinete do Departamento de Estado para o qual Marcus foi nomeado para chefiar [e para o qual já foi confirmado].

Crucialmente, todas essas queixas foram rejeitadas. Tanto um tribunal federal quanto o Departamento de Estado deixaram claro que as atividades em questão não eram assédio contra um grupo protegido, mas constituíam discurso sobre assuntos de interesse público e, portanto, eram protegidas pela Primeira Emenda.”

Marcus fundou e dirigiu o Louis D. Brandeis Center for Human Rights Under Law (não afiliado à Brandeis University), que declara em seu site: “No século XXI, o principal desafio de direitos civis e humanos enfrentado pelos judeus norte-americanos é o problema ressurgente do antissemitismo e do *anti-israelismo* nos campi universitários. Esse problema social exige uma resposta jurídica imediata, efetiva e coordenada” (grifo nosso).

Observe a confusão. Como o anti-israelismo no campus ou em qualquer outro lugar poderia representar um “desafio de direitos civis e humanos para os judeus norte-americanos”? Se o judaísmo valoriza a justiça universal, que os grandes profetas admoestavam os antigos hebreus a honrar, a atenção à injustiça sistemática que Israel inflige aos palestinos *qua* não-judeus deve ser bem-vinda em vez de temida por

todos, incluindo os judeus. Como argumentei, não há razão para ver sequer críticas fundacionais a Israel por meio de uma presunção de antissemitismo. De fato, o próprio Centro afirma que “os direitos civis e humanos do povo judeu estão inextricavelmente ligados à busca de justiça para todos os povos”. Infelizmente, esse sentimento acaba por ser mera conversa fiada; não se reflete nas suas ações – a menos que os palestinos sejam considerados como não-pessoas. Infelizmente, parece ser esse o caso.

O Centro não está sozinho nessa crença ou atividade. Programas semelhantes são realizados pela Missão Canária (um site até recentemente anônimo; veja “Censored Film Names Adam Milstein as Canary Mission Funder,” de Asa Winstanley e Ali Abunimah at the Electronic Intifada e “Canary Mission’s Veil of Anonymity Pierced” no PalestineLegal.org.), que “documenta pessoas e grupos que promovem o ódio aos EUA, Israel e judeus nos campi universitários norte-americanos”, e pelo David Horowitz Freedom Center, a autoidentificada “escola de guerra política”, que por meio de seu Centro de Segurança de Israel chefiado por Caroline Glick estigmatiza as críticas a Israel como a “integração do antissemitismo” e difama professores que são palestinos ou que expressam simpatia pela situação dos palestinos. Uma variedade de outros indivíduos, como a ex-ativista estudantil Bari Weiss, agora escritora do *New York Times* e editora festejada por sua corajosa defesa da liberdade de expressão no campus, também fizeram de sua missão difamar simpatizantes palestinos como odiadores de judeus.

Marcus trabalhou anteriormente no Departamento de Educação do governo George W. Bush, no Departamento de Direitos Civis (OCR) e na Comissão de Direitos Civis dos EUA.

Como secretário adjunto de educação, ele teria o poder de agir contra faculdades e universidades que, em sua opinião, não disciplinaram estudantes ativistas e professores pró-palestinos sob o argumento de que suas declarações e atividades criam um clima hostil para os estudantes judeus e, assim, violam seus direitos sob o Título VI da Lei de Direitos Civis de 1964.

No entanto, até mesmo o principal autor da noção de antissemitismo incorporada na Lei de Conscientização do Antissemitismo restringiu seu uso para policiar debates no campus. Kenneth Stern escreveu artigos e deu depoimento no Congresso alertando contra esse uso. Como Stern escreveu ao Comitê Judiciário da Câmara em 2016, quando um

projeto de lei semelhante estava em análise e acabou sendo descartado por causa de preocupações com a Primeira Emenda:

“Escrevo como autor principal do ... “Working Definition on Antisemitism”, para encorajá-lo a não dar continuidade ao “The Anti-Semitism Awareness Act of 2016”, que essencialmente incorpora essa definição na lei para um propósito que é inconstitucional e imprudente. Se a definição for assim consagrada, na verdade prejudicará os estudantes judeus e terá um efeito tóxico na academia.

O antissemitismo – como todas as formas de intolerância – tem um impacto em alguns campi. A pior maneira de lidar com isso é criar um código de discurso de ódio de fato, que é o que este projeto de lei se propõe a fazer.

Nos últimos anos, vários casos do Título VI foram apresentados afirmando que um ambiente hostil foi criado em parte substancial pelo discurso anti-Israel. Todos perderam...

Os alunos não devem ser assediados, intimidados e ameaçados. Mas um campus deve ser um lugar onde os alunos são desafiados por ideias difíceis – e sim, perturbadoras e até odiosas”.

Em depoimento ao comitê, Stern disse que não é verdade que “o antissemitismo no campus é uma epidemia. Longe disso. Existem milhares de campi nos Estados Unidos, e em muito poucos o antissemitismo – ou animus anti-Israel – é um problema.”

No site da Mondoweiss, os defensores dos direitos civis Abed A. Ayoub, Phillip Agnew e Harper Jean Tobin escrevem que, enquanto estava no Brandeis Center, Marcus “abusou do processo de reclamação do OCR ao promover protestos frívolos que só servem para assediar e sufocar a fala de estudantes dos quais ele discorda”.

Perder casos, no entanto, não o deteve. Como ele escreveu no *Jerusalem Post* em 2013, “esses casos – mesmo quando rejeitados – expõem os administradores a má publicidade”.

Assédio é uma boa palavra para esse tipo de comportamento. Por que essas atividades não são chamadas de racismo? (Marcus sugere que suas queixas eram exclusivamente contra agressão, intimidação física e afins, mas as demissões do OCR dizem o contrário.)

Marcus continuou: “Na semana passada, ouvi de um chanceler da universidade que está ansioso para trabalhar com o Centro Schusterman para estudos de Israel na Universidade Brandeis para evitar a possibilidade de uma queixa de direitos civis”. À luz da ameaça do Brandeis Center, duvido que o chanceler provavelmente errasse do lado da liberdade de expressão e da liberdade de investigação. O que se percebe como um ambiente hostil é altamente subjetivo, mas alguns acreditam que a mera percepção de algo como antissemita é suficiente para *torná-lo* antissemita. As intenções e a verdade são irrelevantes.

“Como secretário adjunto”, escrevem Ayoub, Agnew e Tobin, Marcus “ele será capaz de exercer a ameaça de má reputação em uma tentativa de forçar as universidades a restringir os direitos de grupos como os Estudantes pela Justiça na Palestina”.

Essa é uma boa razão para favorecer a derrota da Lei de Conscientização do Antissemitismo: ela permitiria a Marcus, nas palavras de Khalidi, “tentar fazer de dentro do Departamento de Estado o que ele deixou de fazer de fora”.

14 – A Arte da Difamação – O lobby de Israel derrubado

The Libertarian Institute. 16 de novembro de 2018

Em 2016 e 2017, a Al Jazeera produziu um programa que documenta inequivocamente o esforço total do governo de Israel e do lobby dos EUA para espionar, difamar e perturbar estudantes americanos e outros ativistas que estão trabalhando para construir uma compreensão da situação dos palestinos. *The Lobby — USA*, no entanto, nunca foi transmitido pela Al Jazeera. Relatórios indicam que ele foi suprimido após pressão do lobby sobre o governo do Catar, que financia a Al Jazeera. No entanto, já está disponível na Intifada Eletrônica e no YouTube. O que o programa apresenta é chocante.

The Lobby — USA, que apresenta um jornalista disfarçado que ganhou a confiança dos principais agentes pró-Israel e que filmou reuniões reveladoras, demonstra sem dúvida até onde os israelenses e seus apoiadores nos Estados Unidos irão para impedir uma mudança no pensamento americano sobre os palestinos sitiados. O esforço visa difamar estudantes palestinos nos Estados Unidos e ativistas e candidatos políticos pró-palestinos americanos que criticam a política israelense como antissemitas e facilitadores do terrorismo. Os agentes pró-Israel pagos, coordenados por funcionários do governo israelense e funcionários da embaixada, usaram as redes sociais e outros canais na tentativa de destruir o potencial de carreira de ativistas estudantis que trabalham para aumentar a consciência dos americanos sobre os palestinos. Operações de notícias do establishment, como o *Washington Post*, também estão implicadas. Os principais alvos são ativistas do Movimento de Boicote, Desinvestimento, Sanções (BDS) e Estudantes pela Justiça na Palestina.

A Al Jazeera produziu um programa semelhante sobre a interferência israelense na política britânica, que levou à renúncia de um importante funcionário da embaixada israelense e outras reações que confirmaram as acusações prejudiciais da Al Jazeera.

Não consegui fazer jus ao programa nem em um longo artigo. Em vez disso, exortarei os leitores a assisti-lo na íntegra – e pensar cuidadosamente sobre o que ele significa.

Como um crítico de Israel pergunta no programa, se a Rússia, o Irã ou a China estivessem fazendo o que Israel e seus amigos americanos estão fazendo, a maioria das pessoas ficaria indignada. Esta não é a primeira vez que Israel e amigos são flagrados secreta e abertamente tentando influenciar o discurso e até mesmo as eleições aqui por meio de campanhas de difamação contra ativistas, escritores e candidatos políticos, mas este certamente está entre os exemplos mais flagrantes e elaborados.

Vamos nos afastar das árvores venenosas por um momento para ver a floresta. Em 1948, os líderes de um movimento europeu e nominalmente judaico, o sionismo, declararam *unilateralmente* a existência do Estado de Israel, que proclamaram o Estado-nação de *todos os judeus em todos os lugares*, um status recentemente reafirmado pelo Knesset israelense. (A Assembleia Geral da ONU *recomendou* a divisão da Palestina em um Estado judeu maior e um Estado palestino menor, mas não tinha poder para realmente criar o Estado de Israel.)

Aconteceu que este Estado foi construído em terras tomadas à força da população palestina de maioria nativa de longa data, a maioria dos quais era muçulmana e cristã. Centenas foram massacrados, três quartos de um milhão foram expulsos de suas casas e o restante foi submetido à lei marcial por duas décadas, antes de receber cidadania de terceira classe sem poder para melhorar seu status legal. (As nações árabes tentaram ajudar os palestinos oprimidos, embora o rei da Jordânia tenha trabalhado com Israel para dividir os despojos.) Quase 20 anos depois, o resto da Palestina foi tomada pela guerra, produzindo o que são conhecidos como territórios ocupados na Cisjordânia, com seu regime semelhante ao apartheid, e na Faixa de Gaza, que nada mais é do que uma prisão a céu aberto sob um cruel bloqueio israelense.

Por que? Porque um “Estado judeu” não poderia ser realizado se fosse povoado por não-judeus. E se alguns não-judeus permanecessem,

o Estado não poderia ser um Estado democrático liberal, com igualdade perante a lei, por razões óbvias. Tudo isso recebeu ajuda desde o início pelos cristãos europeus que, aparentemente culpados pela forma como os judeus da Europa haviam sido tiranizados, culminando no genocídio nazista, optaram por amenizar sua culpa com a terra, o sangue e a liberdade do povo inocente da Palestina, por muito tempo o joguete das potências coloniais.

Desde então, Israel reprimiu os palestinos de várias maneiras, dependendo se eles estão no Estado como existia em 1949, na Cisjordânia, que foi tomada durante a guerra de junho de 1967, ou na Faixa de Gaza (também chamada de Gueto de Gaza), também tomada nessa guerra. Enquanto isso, milhões de refugiados – pessoas (e descendentes de pessoas) expulsos de suas casas pelas milícias terroristas do sionismo – foram confinados em campos de refugiados, apátridas, sem direitos e destituídos. Em vários momentos, Israel, com o apoio dos Estados Unidos, cortou acordos com Estados árabes e palestinos com o objetivo de impedir que os palestinos conquistassem seus direitos em um único Estado democrático laico ou por meio de um plano de dois Estados. As instituições políticas e de mídia ocidentais simpatizaram esmagadoramente com os israelenses e demonizaram os palestinos (e árabes e muçulmanos em geral). Não demorou muito para que o público fosse propagandeado, *contra todas as evidências*, a acreditar que os palestinos são os agressores e os israelenses as vítimas. Aparentemente, uma pessoa é antissemita se se opõe a ter sua propriedade roubada por alguém que reivindica essa propriedade em nome do Povo Judeu.

Mas depois de tantas décadas de guerras israelenses, massacres, repressão e desumanização brutal rotineira, a maré começou a virar. Israel pulverizou Gaza e seu povo muitas vezes; ele atirou e quebrou os ossos de muitas crianças diante de muitas câmeras de vídeo. E assim a opinião pública, especialmente entre os americanos mais jovens – e particularmente entre os jovens judeus americanos – tem se voltado contra Israel. Então o Movimento BDS surgiu para realizar o que um movimento semelhante ajudou a realizar contra o apartheid na África do Sul: chamar a atenção do mundo para uma situação intolerável e tomar medidas concretas para mudá-la.

Tudo isso tem sido demais para a elite governante de Israel e seus apoiadores nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros lugares, e eles estão lutando. Eles sabem que não podem ganhar com base no mérito. Estudos históricos bem documentados e a moral básica

garantem isso. Assim, eles difamam seus oponentes como odiadores de judeus e apoiadores do terrorismo. Como diz um operador de lobby de Israel no programa Al Jazeera, você desacredita a mensagem desacreditando o mensageiro – que é o que o Projeto Israel, Fundação para a Defesa das Democracias, Coalizão Israel no Campus, Missão Canária, Comitê de Emergência sobre Israel, Embaixada de Israel em Washington, Ministério de Assuntos Estratégicos de Israel e os outros coconspiradores se propuseram a fazer. Seu objetivo, como seus próprios líderes reconhecem, é identificar a crítica a Israel com o antissemitismo. (Veja também o capítulo 12.)

Mas vai além disso. O lobby de Israel percebe que a acusação de antissemitismo já não cola tão tenazmente às pessoas que apenas acusam Israel por seus óbvios maus-tratos aos palestinos. Por isso, o lobby recorreu a um pincel mais amplo: ele diz que aqueles que apoiam o BDS e os palestinos são antiamericanos, antidemocráticos e anti-tudo-que-é-abençoado. BDS e Estudantes pela Justiça na Palestina, afirma o lobby, são grupos de ódio. É claro que isso é manifestamente absurdo, mas o lado de Israel não tem limites para o que está disposto a dizer e talvez fazer para destruir a reputação de qualquer um que perceba que o imperador israelense está nu.

A Al Jazeera, a Intifada Eletrônica, o *Projeto The Gray Zone* de Max Blumenthal e outros prestaram um serviço muito necessário em nome da liberdade, justiça e decência. Peço que assistam a este programa e o divulguem.

15 – Como uma lei americana antissemita criou o Estado de Israel e muitos problemas

The Libertarian Institute. 1 de junho de 2018

Shlomo Sand, um notável estudioso que estuda como os “povos”, incluindo o povo judeu, foram inventados através de mitos propagados por historiadores e políticos da corte, faz uma conexão surpreendente, mas óbvia, em seu livro *A Invenção da Terra de Israel* (2014):

“De fato, foi a recusa dos Estados Unidos, entre a legislação anti-imigração de 1924 e o ano de 1948, em aceitar as vítimas da perseguição judaica europeia que permitiu aos tomadores de decisão canalizar um número um pouco mais significativo de judeus para o Oriente Médio. Na ausência desta severa política anti-imigração, *é duvidoso que o Estado de Israel pudesse ter sido estabelecido.*” [Grifo nosso.]

No mesmo livro, Sand escreve:

“É justo dizer que a legislação [britânica] balfouriana de 1905 em relação aos estrangeiros, juntamente com uma lei semelhante promulgada duas décadas depois nos Estados Unidos que endureceu ainda mais os termos da imigração (a Lei de Imigração de 1924, também conhecida como Lei Johnson-Reed), contribuiu para o estabelecimento do Estado de Israel não menos do que a

Declaração Balfour de 1917, e talvez até mais. Essas duas leis anti-imigrantes – junto com a carta de Balfour a Rothschild sobre a disposição do Reino Unido de ver favoravelmente “o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu” – estabelecem as condições históricas sob as quais os judeus seriam *canalizados* para o Oriente Médio.” [Grifo nosso.]

De acordo com o Departamento do Historiador dos EUA, “A Lei de Imigração de 1924 [Johnson-Reed] limitou o número de imigrantes autorizados a entrar nos Estados Unidos através de uma cota de origem nacional. A cota fornecia vistos de imigração para dois por cento do número total de pessoas de cada nacionalidade nos Estados Unidos a partir do censo nacional de 1890. Excluiu completamente os imigrantes da Ásia... Em todas as suas partes, o objetivo mais básico da Lei de Imigração de 1924 era preservar o ideal de homogeneidade dos EUA.” (A lei foi revista em 1952.) Em sua intenção e efeito, a lei, que foi aprovada nas casas do Congresso com maioria esmagadora, bloqueou pessoas do sul e do leste da Europa, católicos, árabes e judeus. A. James Rudin escreve:

“O coautor do projeto de lei, o deputado Albert Johnson, disse que a lei bloquearia ‘um fluxo de sangue alienígena, com todos os seus equívocos herdados’ de entrar na América. O senador David Reed, R-Pa., o outro coautor, representou “aqueles de nós que estão interessados em manter as linhagens americanas no mais alto padrão – ou seja, as pessoas que nasceram aqui”. Os europeus do sul e do leste (muitos deles católicos e judeus), acreditava, “chegam doentes e famintos e, portanto, menos capazes de contribuir para a economia americana e incapazes de se adaptar à cultura americana”.

Sem surpresa, Hitler elogiou o projeto de lei como legislação modelo para manter uma população racialmente pura.

Para material de apoio, ver “Fundamentos do Holocausto: 1924, Congresso decide que chega de judeus” no *Jerusalem Post* e “O movimento de Trump para acabar com o DACA e os ecos da Lei de Imigração

de 1924” no *New Yorker*. A política era tão desafiadora e arrogantemente racista que, como escreve James Q. Whitman, professor da Faculdade de Direito de Yale, em “O Modelo Americano de Hitler”, ganhou elogios de Adolf Hitler. ‘A União Americana recusa categoricamente a imigração de elementos insalubres e simplesmente exclui a imigração de certas raças’, escreveu Hitler em *Mein Kampf* [1925]”. Isso, segundo ele, tornou o país um líder na preservação da pureza racial por meio da política de imigração.

Tudo certo, você diz, mas como a lei de 1924 – que é tão relevante hoje – criou, ou ajudou a criar, o Estado de Israel? Para responder a essa pergunta, é preciso lembrar (ou ficar sabendo) que em 1924 pouquíssimos judeus tinham interesse na Palestina. Os judeus ortodoxos, acreditando que Deus havia expulsado os judeus da Terra Santa (o exílio babilônico), achavam que era o cúmulo da impertinência para qualquer mero mortal decidir quando os judeus deveriam voltar. Isso dependia de Deus. Eles certamente não seriam liderados pelos chamados judeus ateus da Europa Oriental, como David Ben-Gurion. É verdade que alguns velhos ortodoxos foram para a Terra Santa para morrer (planejando a ressurreição mais tarde) ou para esperar o *mashiach* (messias). Mas eles não buscavam a criação de uma entidade política – um Estado judeu. Isso era a coisa mais distante de suas mentes. Nas palavras de Sand, era uma Terra Santa, não uma Pátria. “Ano que vem em Jerusalém” não era uma declaração de um programa político. Era uma esperança messiânica.

Por outro lado, o judaísmo reformista foi organizado em oposição ao então pequeno movimento sionista, que na visão reformista era “judaísmo” idólatra, falso, no qual (supostamente) sangue e solo substituíram Deus, a Torá e o universalismo dos grandes profetas. Os judeus reformistas rejeitaram explicitamente que faziam parte de uma diáspora. Eles acreditavam que o judaísmo de fato representava uma *comunidade religiosa* mundial composta por muitos cidadãos diferentes de muitos países diferentes de muitas culturas diferentes – não uma entidade racial ou étnica distinta. (“O sangue judeu” só interessava aos antisemitas.) De fato, os judeus reformistas anteriores teriam se oposto à formação do Estado de Israel, mesmo se a Palestina fosse uma “terra sem povo” – o que, claro, não era.

Como os fundadores da Reforma colocaram na Plataforma de Pittsburgh (1885):

“Não nos consideramos mais uma nação, mas uma comunidade religiosa e, portanto, não esperamos nem um retorno à Palestina, nem um culto sacrificial sob os filhos de Arão, nem a restauração de nenhuma das leis relativas ao Estado judeu.”

Apesar dessa profunda oposição, o movimento sionista ganhou força, após a Segunda Guerra Mundial, ostensivamente como um projeto humanitário para reassentar os judeus refugiados da Europa. Mas este foi apenas um movimento de relações públicas, embora mais eficaz mesmo para muitos judeus reformistas. É preciso perceber que o sionismo *nunca* foi um projeto de refugiados. Sua intenção era “reunir” toda a diáspora, especialmente aqueles “judeus [em outras terras que] estão absorvidos na autossatisfação pecaminosa”, para a Palestina, o único lugar (assim pregavam os sionistas) onde os judeus poderiam ser um “povo normal”. (Ao retratar o judeu como um estrangeiro em qualquer outro lugar – como um judeu autêntico *somente* em Israel – o sionismo papagueou as visões mais vis dos antissemitas. De fato, seus líderes temiam – ironicamente? – que sem antissemitismo e antiassimilacionismo, não *haveria* judeus depois de pouco tempo.)

O ponto de Sand é que os judeus da Europa Oriental e de outras partes da cristandade – ao contrário da maioria de seus correligionários mais afortunados em países islâmicos como o Iraque – desejavam se mudar para os EUA ou, se não para os EUA, para outros lugares do Ocidente. Como seu criador, o escritor Sholom Aleichem, Tevye, o laticínio de *Fiddler on the Roof*, leva sua família não para a Palestina, mas para “Nova York, EUA”, quando o terrível czar expulsa os judeus de Anatevka, seu *shtetl* no Império Russo. (O irmão de Tevye já havia se mudado para os Estados Unidos.) Seu vizinho e quase genro, o açougueiro Lazar Wolf, está animado que eles serão vizinhos, pois ele está indo para “Chicago, EUA”.

(Só para constar, na história de Aleichem “Tevye Leaves for the Land of Israel”, Tevye concorda em ir à Palestina para ver os locais religiosos quando o marido *Nouveau Riche* alpinista-social de sua filha mais nova suborna-o para ir porque sua condição social é um constrangimento. O velho Tevye, um pai amoroso e não sionista, espera morrer lá – mas na verdade ele nunca chega à Terra Santa. Pouco antes de embarcar em um navio, ele recebe a notícia de que outro genro havia morrido, então ele volta para casa para confortar sua filha viúva e seus filhos.)

Essa atitude foi e continua sendo típica. Para a maioria dos judeus que deixaram suas casas (por qualquer motivo), Israel era a última “escolha” e somente quando todas as outras rotas eram bloqueadas (incluindo, por exemplo, com os judeus soviéticos, pelo próprio Israel) ou subsídios fiscais eram oferecidos aos pobres. Após a Crise do Suez de 1956, a maioria dos judeus que deixaram o Egito mudou-se para os Estados Unidos, Argentina, França ou Suíça. Porquê? Sabemos porquê.

Se no período entre as guerras mundiais, diz Sand, os judeus da cristandade tivessem sido livres para ir para os EUA, o movimento sionista teria tido muito poucas pessoas com as quais realizar seu sonho duvidoso.

Mas podemos ir mais longe. O Holocausto poderia ter ocorrido se os judeus tivessem sido livres para se mudar para os EUA no período entre guerras? Lembre-se que o governo Roosevelt recusou o navio alemão *St. Louis*, cheio de quase mil judeus alemães fugindo dos nazistas, em Miami em 1939 sob as rígidas cotas de imigração assinadas 15 anos antes pelo presidente republicano Calvin Coolidge, amado por alguns libertários por sua suposta devoção ao governo limitado. “A América deve permanecer americana”, disse Coolidge ao assinar o projeto de lei.

Se os judeus sobreviventes da Europa Central e Oriental não tivessem sido desabrigados pelos nazistas porque viviam em segurança nos EUA desde a década de 1920, a campanha por um Estado judeu na Palestina certamente teria fracassado. Pense nisso: nenhuma recomendação da Assembleia Geral da ONU para a partição. Nenhuma *Nakba*. Nenhum refugiado palestino. Nada de “lobby de Israel” que distorça a política. Talvez nenhum 9/11. É enlouquecedor!

Não querendo exagerar, mas poderíamos culpar outra pessoa além de Coolidge: Woodrow Wilson. Foi ele quem levou os Estados Unidos para a Primeira Guerra Mundial, preparando o terreno para o tratado punitivo de “paz” que declarava a Alemanha exclusivamente culpada pela guerra, o surgimento de Hitler e seu regime empenhado em vingança pela indignidade da orgulhosa nação alemã, a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto.

Não foi um dia ruim de trabalho no Salão Oval. Tente assimilar isso: nenhuma guerra de Wilson, nenhum Tratado de Versalhes; nenhum Tratado de Versalhes, nenhum Hitler; sem Hitler, nenhum Holocausto; sem o Holocausto, nenhum Estado de Israel; sem o Estado de

Israel, bem, você entendeu. Não estou dizendo que tudo hoje seria agradável e iluminado no Oriente Médio, é claro. As grandes potências ainda iriam querer controlar o petróleo, mas a principal fonte de conflitos e guerras naquela região – para não mencionar a imensurável corrupção política interna – não teria se materializado.

Culpas à parte, podemos dizer com confiança que o século XX e além teria sido muito diferente se os Estados Unidos tivessem acolhido em vez de desprezado os imigrantes. O que você diz, Donald Trump?

16 – Os EUA devem rejeitar o grito de guerra de Netanyahu contra o Irã

The Freedom of Freedom Foundation. 4 de março de 2015

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, veio a Washington nesta semana para preparar o povo americano para a guerra contra o Irã. Apoiado por neoconservadores americanos, pelo lobby de Israel e por vários outros incitadores de guerra, Netanyahu insiste que o Irã pretende construir uma arma nuclear e, portanto, é uma “ameaça existencial” para Israel. Ele não crê que o presidente Obama negociará um acordo que acabe de uma vez por todas com as supostas ambições nucleares do Irã.

Assim, o objetivo do primeiro-ministro é nada menos do que destruir as negociações atuais e empurrar os EUA para uma guerra de mudança de regime contra o Irã.

A narrativa de Netanyahu é um tecido de mentiras e omissões.

Para começar, o Irã não buscou ter uma arma nuclear, e o líder do país declara tais armas contrárias ao Islã. (Para mais detalhes, veja o bem documentado livro de Gareth Porter *Crise fabricada: a história não contada do temor nuclear do Irã*.) Há um quarto de século, Netanyahu alerta que uma bomba iraniana é iminente. Mas as agências de inteligência dos EUA e de Israel dizem que ele está errado.

16 - Os EUA devem rejeitar o grito de guerra de Netanyahu contra o Irã

O Irã, no entanto, quer tranquilizar o mundo para que as sanções econômicas esmagadoras sejam suspensas. Daí, as negociações em curso. (O Irã fez aberturas semelhantes antes.)

O governo do Irã é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), submetendo-o a inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica, que pode contabilizar cada átomo de urânio.

Os membros do TNP são livres para ter um programa civil de energia nuclear, incluindo a capacidade de enriquecer urânio, e o Irã insiste que ele seja tratado como outros membros. No entanto, durante décadas, o governo dos EUA exerceu pressão para impedir que o Irã tivesse uma indústria nuclear civil. Quando o Irã, há alguns anos, concordou em renunciar ao enriquecimento e obter urânio enriquecido do exterior, o governo dos EUA bloqueou o acordo. Netanyahu e seus aliados americanos se opõem a que o Irã tenha qualquer capacidade de enriquecimento.

Além disso – e este fato ignorado parece bastante importante – Israel é o *monopolista nuclear do Oriente Médio*. Que quase ninguém fale sobre isso é ao mesmo tempo notável e surpreendente. Mas pense nisso: Israel tem centenas de ogivas nucleares – algumas delas em submarinos invulneráveis capazes de sobreviver a um primeiro ataque. Mesmo que o Irã construísse uma ogiva, ela seria inútil – exceto como dissuasão contra Israel – e os governantes do país sabem disso. Israel não assinou o TNP e não se submete às inspeções da AIEA. É um Estado pária nuclear.

Como Gideon Rose, editor da revista *Foreign Affairs* (publicada pelo establishment Council on Foreign Relations), disse recentemente na CNN, Israel poderia “destruir o Irã esta tarde”. Se houver uma ameaça existencial, Israel é a fonte e o Irã é o alvo.

Como fica a narrativa alarmista de Netanyahu agora?

Acredita-se erroneamente que o Irã ameaçou atacar Israel. Na verdade, Israel e os Estados Unidos travam uma guerra – econômica, secreta, por procuração e cibernética – contra o Irã há décadas. Desde que o regime iraniano repressivo do xá Mohammad Reza Pahlavi, um amigo próximo de Israel, apoiado pelos EUA, foi derrubado em 1979, os líderes israelenses têm criticado abertamente a República Islâmica. Os presidentes americanos declararam repetidamente que “todas as opções

militares estão sobre a mesa” – o que incluiria armas nucleares. Os Estados Unidos ajudaram o ditador iraquiano Saddam Hussein a travar uma guerra de agressão contra o Irã na década de 1980, fornecendo-lhe componentes para armas químicas e inteligência por satélite. Por que o Irã não se sentiria ameaçado pelos Estados Unidos e seu aliado Israel? Mesmo assim, o Irã não ameaçou atacar Israel ou os Estados Unidos.

Netanyahu quer que acreditemos que o regime iraniano quer exterminar todos os judeus. Mas isso é difícil de conciliar com a presença contínua de uma comunidade judaica no Irã – hoje a maior do Oriente Médio muçulmano – por dois mil anos. A firme oposição do Irã à injustiça institucionalizada de Israel contra os palestinos não é antissemitismo.

Então, por que Netanyahu está pressionando pela guerra? Entre várias razões, demonizar o Irã reduz a pressão sobre Israel para negociar *seriamente* com os palestinos. Muitos israelenses preferem construir assentamentos judaicos em terras dos palestinos. Além disso, os governantes de Israel se opõem a qualquer desenvolvimento – como uma detente Irã-EUA – isso poderia diminuir a hegemonia de Israel na região financiada pelos EUA.

A guerra com o Irã seria uma catástrofe por todos os lados. Netanyahu e seus aliados americanos – as mesmas pessoas que nos deram a desastrosa guerra do Iraque e o Estado Islâmico – devem ser repudiados.

17 - Tentativas árabes de negociar com Israel

American-Arab Affairs, 30 de junho de 1991

Na rica mitologia do Oriente Médio, nenhum mito tem efeitos mais malignos sobre os assuntos atuais do que aquele que diz que durante 40 anos Israel esteve pronto para negociar a paz, mas, até que o egípcio Anwar Sadat apareceu, não conseguiu encontrar nenhum interlocutor árabe responsável. Em vez disso, assim diz este mito, a liderança árabe esteve comprometida (e continua comprometida) com a destruição de Israel.

Inúmeros exemplos poderiam ser fornecidos. A. M. Rosenthal, do *New York Times*, escreveu que “Israel tem dito sim às negociações de paz com os árabes década após década – como provou Anwar el-Sadat, para o ganho eterno do Egito. Segunda realidade: durante todas essas décadas, todas as outras nações árabes se recusaram a fazer a paz, se recusaram a conversar.”

Mais recentemente, Martin Indyk, do pró-Likud Washington Institute for Near East Policy, escreveu que o presidente iraquiano Saddam Hussein tentou retornar ao “método pré-Sadat de resolver o conflito árabe-israelense (...) ameaçando destruir Israel”. O que quero chamar a atenção não é o que Indyk diz sobre Hussein, mas o que ele caracteriza como o “método pré-Sadat”. Para Rosenthal, Indyk e outros, Sadat é único: nem antes nem depois dele um líder árabe se dispôs a conversar sobre a paz com Israel.

Esse tipo de coisa é escrito com bastante frequência, mas será verdade? A resposta é um enfático não. Desde antes da fundação do

Estado judeu, os líderes árabes demonstraram interesse na discussão pacífica e na convivência. Como escreveu o falecido historiador israelense Simha Flapan em *O Nascimento de Israel: Mitos e Realidades*, “há, no entanto, uma boa quantidade de evidências de que os líderes e governos árabes estavam prontos para negociar uma solução para o conflito antes, durante e depois da Guerra da Independência”.

Já em 1919, Feisal, da proeminente família hachemita e líder da revolta contra os turcos otomanos, mostrou disposição para cooperar com os judeus. Ele e Chaim Weizmann, um líder sionista, assinaram um acordo, que dizia no Artigo IV:

“Todas as medidas necessárias serão tomadas para encorajar e estimular a imigração de judeus para a Palestina em grande escala e, o mais rápido possível, para estabelecer imigrantes judeus na terra através de um assentamento mais próximo e cultivo intensivo do solo. Ao tomar tais medidas, os camponeses árabes e os agricultores arrendatários serão protegidos em seus direitos e assistidos no encaminhamento do desenvolvimento econômico.”

Essa frase final lembra a ressalva negligenciada sobre os direitos árabes na Declaração Balfour. Weizmann, nessa época, dizia aos árabes que o movimento sionista protegeria seus direitos. Mas, ao mesmo tempo, ele disse ao público ocidental que seu objetivo era tornar a Palestina tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa. E quando disse Palestina, quis também dizer o território que se tornara, pela graça de Winston Churchill, a Transjordânia. (“A Transjordânia tem sido desde o primeiro momento uma parte integral e vital da Palestina”, disse Weizmann. Esta posição nunca foi renunciada.) Na verdade, os camponeses árabes não tiveram seus direitos respeitados – o que ajuda a explicar a mudança na atitude árabe de conciliação para oposição.

Feisal apresentou um memorando durante a Conferência de Paz de Paris que revelou que ele via uma distinção entre judeus e sionistas. Como lembrou o assessor norte-americano Stephen Bonsal, Feisal escreveu:

“Se as opiniões dos sionistas radicais, tal como apresentadas na [Conferência de Paz] prevalecerem, o resultado será uma agitação crônica e, mais cedo ou mais tarde, uma guerra civil na Palestina. Mas espero não ser mal interpretado. Afirmo que nós, árabes, não temos nenhuma das animosidades raciais ou religiosas contra os judeus que, infelizmente, prevalecem em muitas outras regiões do mundo. Afirmo que com os judeus que estão estabelecidos há algumas gerações na Palestina as nossas relações são excelentes. Mas os recém-chegados exibem qualidades muito diferentes daqueles “velhos colonos”, como os chamamos, com os quais pudemos conviver e até cooperar em termos amigáveis. Por falta de uma palavra melhor, devo dizer que os novos colonos, quase sem exceção, vieram em um espírito imperialista. Dizem que há muito tempo estamos no controle de sua pátria tirada deles pela força bruta na idade das trevas, mas que agora sob a nova ordem mundial devemos esvaziar completamente: e se formos sábios, devemos fazê-lo pacificamente, sem fazer qualquer resistência ao que é o *decreto* do mundo civilizado.”

É claro que a Grã-Bretanha apoiou os sionistas e ignorou os direitos dos habitantes da região, para desespero de Feisal e do povo árabe. Como escreveu o ministro britânico das Relações Exteriores, Arthur Balfour, em agosto de 1919:

“Pois na Palestina não nos propomos sequer a consultar os desejos dos atuais habitantes do país. As quatro grandes potências estão comprometidas com o sionismo e o sionismo, seja certo ou errado, bom ou ruim, está enraizado na tradição secular, nas necessidades presentes, nas esperanças futuras, de importância muito mais profunda do que os desejos de 700.000 árabes que agora habitam aquela terra antiga. De fato, no que diz respeito à Palestina, o poder não fez nenhuma declaração de fato que não seja reconhecidamente errada, nem

nenhuma declaração de uma política que, pelo menos na carta, nem sempre pretendeu violar.”

Seria um eufemismo dizer que os esforços combinados dos britânicos e dos sionistas deixaram um gosto amargo na boca dos árabes. Assim, é notável que os líderes árabes ainda buscassem conciliação com o movimento sionista e, depois de maio de 1948, com o novo Estado de Israel.

Há muita documentação agora no registro público sobre o acordo secreto do Emir (mais tarde rei) Abdullah com Israel. Abdullah, irmão de Feisal, foi nomeado governante da Transjordânia pelos britânicos após a Primeira Guerra Mundial. Em livros recentes de Avi Shlaim e Mary C. Wilson, aprendemos que Abdullah e o líder sionista David Ben-Gurion tinham um interesse comum em impedir a existência de um Estado palestino. Como a ideia de dividir a Palestina em Estados judeus e árabes ganhou apoio após a Segunda Guerra Mundial, Abdullah, que aspirava ser rei do mundo árabe, apoiou a ideia, mas com uma reviravolta: parte da Palestina seria um Estado judeu e o resto seria anexado pela Transjordânia. Ele encontrou um parceiro ansioso na liderança sionista e se encontrou com Golda Meir (então uma oficial sionista) mais de uma vez. Abdullah manteve seu plano longe de outros líderes árabes, mas quando eles, e especialmente Haji Amin al-Husayni, *mufti* de Jerusalém, suspeitaram que ele estava sendo ambíguo, eles temeram sua ambição. Outros líderes árabes também queriam pelo menos um pedaço da Palestina. Isto é significativo, porque mostra que os árabes não estavam unidos em todas as coisas e que a autodeterminação palestina não era o objetivo de todos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas recomendou um Estado palestino independente ao lado do Estado judeu. O que Abdullah e os sionistas não conseguiram obter da Assembleia Geral, eles obteriam da guerra. A guerra de 1948 é geralmente retratada como uma tentativa árabe unida de destruir Israel. Aparentemente não foi. Houve pouca coordenação entre os Estados árabes, que, de qualquer forma, não decidiram lutar até o último minuto, depois que as forças israelenses massacraram palestinos e expulsaram milhares de outros de suas casas.

A Legião Árabe treinada pelos britânicos da Jordânia era o mais poderoso dos exércitos árabes. Mas, “ao contrário da velha historiografia”, escreveu o historiador israelense Benny Morris, “a invasão da

Palestina Oriental por Abdullah foi claramente projetada para conquistar território para seu reino – às custas dos árabes palestinos – em vez de destruir o Estado judeu. De fato, a Legião Árabe manteve meticulosamente, durante toda a guerra, sua postura não agressiva em relação ao Yishuv [a comunidade judaica] e ao território do Estado judeu.” Morris aponta que foram as forças israelenses que violaram o entendimento com Abdullah e “atacaram repetidamente a Legião Árabe em áreas destinadas pela resolução de partição para a soberania árabe”. Como Morris resume, “certamente Abdullah estava muito mais preocupado com as perspectivas do surgimento de um Estado árabe palestino e de uma Síria expandida e um Egito expandido em suas fronteiras do que com o surgimento de um pequeno Estado judeu”.

Shlaim observa que a principal preocupação dos outros países árabes não era Israel, mas sim o expansionismo de Abdullah. Eles lutaram apenas de forma tímida contra Israel, nunca comprometendo toda a sua força.

A falta de um desejo de conquistar ou destruir Israel durante a guerra tornou-se um desejo de encontrar um *modus vivendi* depois dela. Cada um dos governos árabes procurou fazer a paz com o governo de Ben-Gurion; alguns até se ofereceram para aceitar refugiados palestinos. Os israelenses rejeitaram as ofertas. Israel e Egito, Líbano, Transjordânia e Síria eventualmente assinaram acordos de armistício, mas nenhum tratado de paz final, com exceção do tratado de 1979 com o Egito, foi concluído.

As negociações secretas entre Abdullah e Israel continuaram quando a guerra terminou, com o emir cedendo, essencialmente sob a mira de armas, uma faixa de território da Cisjordânia contendo 15 aldeias árabes. Os 15 mil moradores palestinos não foram consultados sobre essa mudança em seu destino. Esse ganho territorial foi ratificado nas negociações de armistício patrocinadas pela ONU.

O Egito estava interessado em um acordo completo após a guerra de 1948. Sua posição nas negociações do armistício do pós-guerra aceitou tacitamente a recomendação da partilha da Palestina pela ONU e a criação de Israel, de acordo com o *Documento sobre a Política Externa de Israel, vol. 3, Negociações do Armistício com os Estados Árabes, dezembro de 1948-julho de 1949* e seu “Companion Volume”, editado por Yemima Rosenthal. Rosenthal se refere à “disposição do Egito de negociar” e, em contraste, cita a decisão do governo israelense, em suas próprias

palavras, de “não concordar com a retirada de qualquer posto avançado que seja mantido pelo exército israelense”. Rosenthal acrescentou: “A delegação foi orientada a não se desviar do quadro acima mencionado nem a fazer quaisquer concessões”.

Os próprios negociadores israelenses reconheceram a generosidade do Egito. Em uma nota de 19 de janeiro de 1949 ao ministro das Relações Exteriores Moshe Sharett, o negociador-chefe Walter Eytan escreveu: “Sempre que fizemos uma sugestão suficientemente bem fundamentada para convencer [o mediador da ONU Ralph] Bunche (...) de sua razoabilidade, os egípcios a aceitaram sem murmurar. Os egípcios, por sua vez, até agora não apresentaram nenhuma sugestão que tenhamos considerado impossível aceitar.”

A atitude israelense, pela própria descrição de Eytan, era bem diferente. Em um despacho de 22 de janeiro de 1949 para Sharett, ele escreveu que “as negociações podem ter que continuar por mais quatro ou cinco dias. É simplesmente uma questão de desgastar os egípcios. O processo é bastante insensível e extremamente cansativo, mas achamos que vale a pena fazer um esforço extra nos próximos dias, tendo em vista as grandes possibilidades políticas que o sucesso nos abriria.”

O jornalista israelense Yossi Melman e o rabino Elmer Berger apontaram que documentos americanos e israelenses recentemente perderam o status de secretos mostram que, em 1949, o então presidente da Síria, Hosni Zaim, ofereceu a Israel paz por concessões em terras próximas ao mar da Galileia, que seria parte do Estado judeu. Zaim, que havia assumido o poder recentemente, também se ofereceu para reassentar até 300.000 refugiados. O primeiro-ministro David Ben-Gurion se recusou a entregar “áreas de importância estratégica para nossa segurança”.

As negociações com a Síria diferiram das demais, já que a Síria foi o único Estado árabe a ter ocupado o território israelense na guerra. Enquanto Israel exigiu nas outras negociações que as linhas de batalha finais, e não as fronteiras internacionais, fossem aceitas, no caso da Síria Israel tomou a posição oposta. Queria que as forças sírias voltassem para a fronteira internacional. (Antes do início das negociações, Israel havia movido tropas através da fronteira síria.) Como resultado de prolongadas negociações de armistício em que ambos os lados se envolveram em conduta questionável, a Síria se retirou da pequena área que ocupou durante a guerra e uma zona desmilitarizada foi declarada. (A invasão

posterior de Israel na zona e a resposta de artilharia da Síria a partir das Colinas de Golã eventualmente levaram à eclosão da Guerra dos Seis Dias em 1967.)

As respectivas atitudes israelenses e árabes em relação à negociação também são evidentes nos procedimentos da Comissão de Conciliação da ONU em Lausanne, Suíça, em 1949. O historiador Tom Segev escreveu que “os Estados árabes concordaram em negociar com Israel com base na Resolução de Partição da ONU de 1947”. Mas Israel exigiu que o Egito deixasse a Faixa de Gaza e a Jordânia a Cisjordânia; ambos os territórios deveriam fazer parte do Estado palestino. Israel já não se sentia vinculado pela resolução da partilha, alegando que a sua sobrevivência exigia “certas áreas vitais não compreendidas originalmente como parte do Estado judeu”.

Os líderes árabes mencionaram o problema dos refugiados, mas Israel respondeu que qualquer solução teria de fazer parte de um acordo de paz abrangente. Em uma reunião privada entre os delegados israelenses e egípcios, escreve Segev, ficou claro para os membros israelenses que os “árabes 'reconheceram' Israel e estavam prontos para discutir a paz”. Mas Israel não aceitou as condições. O Egito propôs que, em troca de um tratado de paz, o Neguev e a Cisjordânia se tornassem um Estado árabe independente, onde os refugiados poderiam se reinstalar, bem como um tampão entre o Egito e Israel. Os israelenses se opuseram alegando que as Nações Unidas haviam atribuído o Neguev aos judeus. Os egípcios responderam que Israel estava ocupando a Galileia ocidental, que havia sido atribuída aos palestinos, mas estava se recusando a abandoná-la. Os israelenses permaneceram firmes em sua determinação de não desistir nem do Neguev nem da Galileia ocidental. Não havia base para novas discussões.

As próprias autoridades israelenses admitiram que não tinham pressa em chegar a um acordo permanente com seus vizinhos árabes. O ministro das Relações Exteriores, Moshe Sharett, advertiu que “algumas pessoas muito criativas” queriam que Israel “parasse de reiterar declarações sobre nosso desejo de paz, já que o mundo árabe as interpreta como um sinal de fraqueza e como uma indicação de nossa disposição de nos render. Devemos dizer o contrário”, relatou Sharett. “Não precisamos de paz. Estamos satisfeitos com o presente acordo. Talvez os árabes precisem de paz.” Segev escreve que Ben-Gurion também poderia esperar pela paz; Ben-Gurion disse ao *London Times*: “Embora eu

pudesse me levantar no meio da noite para assinar um tratado de paz, não tenho pressa. Posso esperar dez anos. Não estamos sob pressão.”

O período pós-armistício viu uma continuação do que tinha acontecido antes. Por várias razões, os líderes árabes demonstraram interesse na normalização. Depois que Gamal Abdel Nasser se tornou líder do Egito em 1954, seu governo se envolveu em discussões informais sobre a paz com Sharett, que se tornou primeiro-ministro quando Ben-Gurion se aposentou temporariamente. Mas Sharett foi repetidamente prejudicado por funcionários linha-dura leais a Ben-Gurion. Nasser persistiu em seus esforços, apesar do infame caso Lavon de 1954, no qual terroristas israelenses e egípcios-judeus explodiram instalações americanas no Cairo e Alexandria em uma tentativa de perturbar as relações EUA-Egito, e ataques militares israelenses na Faixa de Gaza em 1955. A iniciativa de paz de Nasser, envolvendo o quaker americano Elmore Jackson como intermediário, é descrita em *Middle East Mission: The Story of a Major Bid for Peace in the Time of Nasser and Ben-Gurion* (1983). Em seu livro, Jackson cita Ben-Gurion dizendo: “Nasser é um sujeito decente que se interessa genuinamente com seu povo”. E de acordo com Jackson, Nasser disse: “O Egito não tem intenções agressivas em relação a Israel... Nenhum árabe está dizendo agora que devemos destruir Israel.” Ele estava, no entanto, preocupado com o poder militar ofensivo de Israel e desejava comprar armas para dissuasão. Quando o governo Eisenhower se recusou a vendê-las, Nasser recorreu à sua única alternativa, a União Soviética (através da Tchecoslováquia). O pensamento rígido da Guerra Fria levou as autoridades americanas a descartar Nasser agora como uma ferramenta dos comunistas, o que não era verdade. Perdeu-se a chance de um tratado de paz. Cerca de um ano depois, Israel, França e Grã-Bretanha atacaram o Egito na crise de Suez. Israel capturou o Sinai e a Faixa de Gaza e não se retirou até que Washington aplicou imensa pressão pública.

Nasser não desistiu da paz. Embora a Guerra dos Seis Dias de 1967 tenha sido uma derrota humilhante, em fevereiro de 1970 ele novamente expressou interesse em um acordo. “Seria possível”, disse ele, “instituir uma paz duradoura entre Israel e o Estado árabe, sem excluir as relações econômicas e diplomáticas, se Israel evacuar os territórios ocupados e aceitar uma solução para o problema dos refugiados palestinos”. Israel e seu patrono, os Estados Unidos, não estavam interessados. O conselheiro de segurança nacional do presidente Nixon, Henry Kissinger, queria impedir qualquer progresso no Oriente Médio para não premiar os radicais.

Em novembro de 1967 e novamente em 1971, o rei Hussein da Jordânia ofereceu reconhecimento e garantias de segurança para Israel em troca de sua retirada dos territórios ocupados. Israel rejeitou as ofertas. Após a guerra de 1973, escreve Henry Kissinger em suas memórias, o governo israelense se recusou a negociar até mesmo uma retirada de forças com o rei Hussein, em deferência a um parceiro de coalizão (o Partido Religioso Nacional) que se opunha ao plano Allon do Partido Trabalhista no poder. Esse plano previa o retorno da Cisjordânia à Jordânia.

O próprio Anwar Sadat fez uma oferta significativa de paz em 1971, envolvendo garantias de segurança, o retorno às fronteiras de 1967 e a reabertura do Canal de Suez, que estava fechado desde a guerra de 1967. (Ele e o rei Hussein também aceitaram o plano de terra para a paz do secretário de Estado William Rogers.) Foi somente depois que Israel e o governo Nixon-Kissinger rejeitaram a abertura de Sadat que ele se voltou para a guerra – não para destruir Israel, mas para recuperar o Sinai e ser levado a sério.

De acordo com o ex-secretário de Estado Kissinger, após a guerra de 1973, as ações do presidente sírio Hafez al-Assad “expressaram um desejo de conciliação”, mas a determinação de Israel em manter as Colinas de Golã impediu o progresso em direção à paz. Também nesta altura, Yasser Arafat, presidente da Organização para a Libertação da Palestina, comunicou a sua vontade de entrar no processo de paz, mas Kissinger barrou a sua participação. No entanto, o interesse palestino em um acordo de dois Estados cresceu. Em janeiro de 1976, o Conselho de Segurança da ONU considerou uma resolução, apoiada pelos Estados árabes e formulada pela OLP, que pedia tal acordo com base nas fronteiras anteriores a 1967, incluindo “arranjos apropriados (...) para garantir . . . a soberania, a integridade territorial e a independência política de todos os Estados da região e seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas” – em outras palavras, o reconhecimento de Israel. Israel se opôs à resolução, e os Estados Unidos a vetaram.

No final de 1976, o Egito apresentou uma resolução à Assembleia Geral para reconvocar a conferência de Genebra sobre o Oriente Médio com a participação de todas as partes. Israel e os Estados Unidos se opuseram a isso. Israel temia que a inclusão dos palestinos levasse a um Estado palestino. Isso foi consistente com uma ação do gabinete israelense no ano anterior, quando se recusou formalmente a aceitar negociações mesmo com palestinos que reconheceram Israel e renunciaram ao terrorismo. É verdade que a OLP declarou que uma solução de dois

Estados era um primeiro passo para o estabelecimento *pacífico* de uma Palestina laica e democrática. Mas deve-se entender que Israel ainda reivindicava o direito a um Estado judeu exclusivista em toda a Palestina, incluindo a Jordânia. Essa reivindicação foi reafirmada pelo Knesset israelense em 1972, e até hoje não foi renunciada.

Isso é apenas a ponta do iceberg, mas é suficiente para demonstrar um padrão definido, em desacordo com a imagem padrão dada na mídia. Repetidas ofertas árabes de uma paz negociada foram rejeitadas por Israel. Os defensores de Israel podem dizer que as ofertas não foram sinceras, mas isso não vai acontecer. Qualquer uma delas poderia ter sido testada com pouco risco. Nenhuma foi. (O que fez a oferta de Sadat valer a pena ser testada?) De qualquer forma, não há base para afirmar que os israelenses estavam prontos para conversar, mas não conseguiram encontrar um árabe com quem conversar. Em um sentido estrito, Israel pode afirmar que “sempre” esteve pronto para falar de paz. Mas é preciso perceber que sua disposição sempre foi carregada de pré-condições relacionadas ao território, aos refugiados e à negação da autodeterminação palestina. Assim, os relatos de hoje sobre a disposição israelense de participar de uma conferência de paz patrocinada pelos EUA e pela União Soviética – desde que aprove os delegados palestinos e nenhuma concessão territorial seja necessária – soam como notícias antigas.

18 - Quem queria a paz? Quem queria a guerra? História refuta imagem de Israel nos EUA

Relatório de Washington sobre Assuntos do Médio Oriente, outubro de 1991

“Estes são os mitos e mentiras que os americanos ouvem e leem dia após dia”, escreveu o colunista do *New York Times* A. M. Rosenthal em junho. “Israel bloqueia a paz. Israel não negociará com os árabes nem dará um centímetro aos palestinos.” Esses mitos, escreveu Rosenthal, distorcem várias realidades das relações árabe-israelenses:

“Uma delas é que Israel tem dito sim às negociações de paz com os árabes década após década – como provou Anwar El-Sadat, para o ganho eterno do Egito. Segunda realidade: durante todas essas décadas, todas as outras nações árabes se recusaram a fazer a paz, se recusaram a conversar.”

Na verdade, é preciso uma enorme fuga da realidade para acreditar nisso. Os líderes árabes tentaram repetidamente fazer a paz. Mesmo o famoso esforço do presidente egípcio Sadat, no final de 1977, não foi o primeiro. Ele fez uma abertura de paz significativa em 1971 que foi rejeitada. Mas nem a oferta anterior de Sadat foi a primeira do Egito.

Seu antecessor, Gamal Abdel Nasser, fez “um grande esforço para um acordo com Israel” na primavera de 1955. As palavras são de Elmore Jackson, representante quaker nas Nações Unidas, e o intermediário na iniciativa de Nasser.

Jackson escreveu sobre o que poderia ter sido um avanço histórico em seu livro de 1983, *Middle East Mission: The Story of a Major Bid for Peace in the Time of Nasser and Ben-Gurion*. Só esse pequeno livro refuta Rosenthal e qualquer outra pessoa que repita cegamente, como se fosse um mantra, que os árabes sempre quiseram destruir Israel.

Em abril de 1955, o embaixador egípcio em Washington e amigo do presidente Nasser, Dr. Ahmed Hussein, pediu aos quakers que perguntassem se poderiam ser encontrados motivos para um acordo com Israel. Jackson se reuniu primeiro com autoridades egípcias, depois com israelenses, incluindo o então primeiro-ministro Moshe Sharett.

Os termos dos egípcios incluíam alguma repatriação de refugiados palestinos, compensação para aqueles que não queriam ou não podiam retornar e ajustes nas fronteiras para ligar as comunidades árabes. A resposta de Sharett foi geralmente favorável, e cada lado considerou o outro como sério. “Nossa reunião foi encerrada com ele dizendo que iria a qualquer lugar para falar com o presidente Nasser, até mesmo a Cairo”, escreveu Jackson. “Ele [Sharett] disse: 'Nasser é um sujeito decente que tem o interesse de seu povo genuinamente como prioridade'.” Em conversas com Nasser, Jackson soube que os líderes egípcios haviam conduzido discussões informais com o governo israelense depois que o primeiro-ministro David Ben-Gurion se aposentou e Sharett o sucedeu em 1953. Mas as discussões foram interrompidas quando Ben-Gurion retornou ao gabinete como ministro da Defesa e Israel retomou os ataques contra guerrilheiros palestinos e soldados egípcios na Faixa de Gaza. (Os refugiados palestinos se infiltrariam em Israel para recuperar plantações e propriedades, bem como para se vingar de sua desapropriação.)

O maior ataque israelense ocorreu em 28 de fevereiro de 1955 na cidade de Gaza, aparentemente em retaliação ao enforcamento de dois sabotadores pelo Egito no caso Lavon, em 1954, no qual agentes israelenses tentaram sabotar as relações egípcio-americanas plantando bombas incendiárias em instalações diplomáticas dos EUA no Cairo e Alexandria. (Israel denunciou as acusações egípcias como invenções, apenas para admiti-las seis anos depois. Os agentes sobreviventes, libertados das prisões egípcias, foram recebidos como heróis em Israel.)

A confiança de Nasser na possibilidade de um acordo foi abalada pela escalada de violência israelense. De volta a Israel, Sharett e Ben-Gurion disseram a Jackson que, por causa dos ataques da guerrilha, haviam ordenado um ataque maciço contra a cidade de Khan Yunis, no sul de Gaza. A ordem foi cancelada quando Jackson alertou que o ataque provavelmente encerraria as negociações de curta duração. O Egito aceitou um cessar-fogo proposto pela Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua, mas Israel tergiversou. Pouco tempo depois, a Unidade 101 de Ariel Sharon prosseguiu com o ataque a Khan Yunis. Atingiu uma delegacia egípcia e também aterrorizou uma aldeia. Trinta e seis pessoas foram mortas, incluindo civis.

No dia seguinte, Sharett pediu a Jackson que voasse para o Cairo para dizer a Nasser que, embora Israel tivesse que retaliar o ataque da guerrilha, queria acabar com a violência recíproca. Ben-Gurion disse que estava disposto a se encontrar com Nasser. Jackson retornou ao Cairo e conseguiu evitar a mobilização que Nasser vinha cogitando em resposta ao ataque.

Nasser disse que tentaria conter os guerrilheiros, mas que nem sempre isso era possível por causa de seu comando descentralizado. (Documentos posteriormente capturados por Israel confirmaram suas tentativas de acalmar a fronteira.) Jackson viajou entre Cairo e Jerusalém tentando organizar uma troca de prisioneiros e promover um encontro entre Ben-Gurion e Nasser. Ben-Gurion estava interessado, mas Nasser, embora não desdenhasse, temia ser constrangido por um ataque israelense durante as negociações. As perspectivas de sucesso desapareceram em setembro de 1955, quando Nasser conseguiu comprar armas soviéticas da Tchecoslováquia.

De acordo com Jackson, Nasser se sentia cada vez mais vulnerável ao poderio militar israelense (aviões de guerra violavam rotineiramente o espaço aéreo egípcio). Ele não podia aceitar as condições que o governo Eisenhower insistia em anexar a uma venda de armas. Em entrevista coletiva após o acordo com a República Tcheca, Nasser disse:

“O Egito não tem intenções agressivas em relação a Israel. A guerra não é uma decisão fácil para ninguém, especialmente para mim.

Nenhum árabe está dizendo agora que devemos destruir Israel. Os árabes pedem apenas que os refugiados recebam o seu direito natural à vida e os seus bens perdidos, que lhes foi prometido por resoluções das Nações Unidas há sete anos.

Não, não somos agressivos. A ameaça é do outro lado. Já disse muitas vezes que quero construir o meu país. Agora sou obrigado a dar prioridade à defesa em detrimento do desenvolvimento.

Foi o contrário antes do violento ataque de Ben-Gurion a Gaza em 28 de fevereiro. Havia uma corrida armamentista acontecendo, mas era unilateral. Israel estava correndo e nós estávamos parados.”

O sentimento de vulnerabilidade de Nasser não era fantasia. Um ano depois, em 1956, Israel, Grã-Bretanha e França atacaram o Egito. Quando a guerra eclodiu, Sharett, que na época estava fora do gabinete, escreveu em seu diário: “Nós somos os agressores”, Israel conquistou o Sinai pela primeira vez, mas depois o devolveu sob pressão dos EUA. Israel o conquistaria novamente em 1967.

O sucessor de Nasser, Sadat, faria sua própria tentativa de paz em 1971, apenas para tê-la rejeitada por Israel e pelo governo Nixon-Kissinger. Foi preciso outra guerra para forçar Israel a levar a sério a tentativa de paz de Sadat.

19 - O caminho não percorrido

Middle East Policy, Vol.1. No. 4. Novembro de 1992

Resenha do livro *The Road Not Taken: Early Arab-Israeli Negotiations*, de Itamar Rabinovich. Nova Iorque: Oxford University Press, 1991.

Itamar Rabinovich, um estudioso que atualmente é o principal negociador de Israel com a Síria, escreveu *The Road Not Taken* em resposta a historiadores revisionistas cujo trabalho indicou pelo menos implicitamente que os primeiros líderes de Israel perderam oportunidades de paz com os árabes nos anos após a guerra de 1948. (Esses revisionistas incluem Simha Flapan, Benny Morris e Avi Shlaim.) Ele culpa os revisionistas principalmente por seu método e interpretação, mas também pelos materiais em que se baseiam.

Como ele escreve no capítulo final:

“A escola revisionista concentrou sua pesquisa nas seguintes questões: foram perdidas oportunidades para fazer as pazes? De quem é a culpa pelo fracasso em fazer a paz? Quais são os mitos e verdades aceitas que podem e devem ser debatidos? A escola revisionista, no entanto, foi prejudicada por várias falhas – seu ponto de partida era político e moralista em vez de acadêmico; baseou-se quase exclusivamente em fontes israelenses e ocidentais e não árabes, apresentando assim um quadro desequilibrado; e introduziu questões emocionais que nem sempre eram as mais importantes.”

Essas críticas parecerão ocas para alguns leitores. A crítica à confiança dos revisionistas em fontes israelenses e ocidentais é curiosa,

já que Rabinovich se baseia principalmente nas mesmas fontes: documentos oficiais israelenses, americanos e outros tornados públicos na década de 1980 e diários e memórias dos participantes. Rabinovich talvez tenha usado jornais e memórias árabes mais do que outros escritores. Nenhuma conta foi capaz de usar registros do governo árabe porque eles aparentemente não foram tornados públicos. Poder-se-ia esperar que a preponderância de materiais israelenses redundaria em benefício de Israel, mas Rabinovich de alguma forma acredita que isso prejudica Israel. Pode-se facilmente imaginar um crítico de Israel sendo repreendido por confiar demais em fontes árabes.

Rabinovich credita aos revisionistas a revelação de “fraquezas significativas na historiografia tradicional e na versão ortodoxa das relações árabe-israelenses que eram dominantes em Israel. Todos os argumentos apresentados por historiadores revisionistas”, acrescenta Rabinovich, “não precisam ser aceitos para reconhecer a necessidade de corrigir e refinar a versão ortodoxa”. A abertura de arquivos diplomáticos “expôs uma realidade política muito mais complexa do que a retratada pela erudição tradicional”. Uma das “fraquezas” da versão ortodoxa que cabe ao estudo de Rabinovich é a noção de que Israel enfrentava um mundo árabe monolítico, implacavelmente hostil e antijudeu que se recusava a se envolver em quaisquer relações civis com o Estado judeu.

Rabinovich escreve que não procura atribuir culpas ou “concentrar-se na sempre intrigante questão das 'oportunidades perdidas'“. No entanto, ele sugere que, apesar da disposição dos líderes árabes pragmáticos de negociar, não podemos ter certeza de que a conduta de Israel foi responsável pelo fracasso das negociações de paz. Rabinovich examina as negociações do início ao fim entre Israel e Síria, Transjordânia e Egito e conclui que Israel sinceramente tentou chegar a acordos. Os obstáculos, escreve, estavam do lado árabe. “Os três conjuntos de negociações que consideramos neste livro revelam até que ponto o conflito com Israel já havia sido internalizado na consciência árabe no final da guerra de 1948.” Rabinovich entende que o governo de cada nação tinha seus defensores da negociação. Mas ele conclui que eles enfrentaram constrangimentos que os impediram de consumir uma paz.

Rabinovich apresenta ao leitor um excesso de detalhes (apesar da brevidade do livro), mas com todas essas árvores para contemplar, é difícil manter a floresta à vista. Os detalhes são muitas vezes esclarecedores, a ponto de irem contra o tema do livro de que os regimes árabes não eram parceiros de paz confiáveis. Por exemplo, em 1949, Husni Zaim

deu um golpe na Síria (com a bênção dos Estados Unidos) e tentou negociar a paz com Israel. Sua proposta incluía o reassentamento de 300 mil refugiados palestinos – quase metade do total. Os anti-revisionistas apontam para a própria derrubada de Zaim no final daquele ano para mostrar que, mesmo que Israel estivesse mais disposto a fazer concessões, o caos da política síria teria minado um acordo de paz. Rabinovich ressalta, no entanto, que os sucessores de Zaim não criticaram suas aberturas a Israel e não queriam que as relações com Israel piorassem. Rabinovich pergunta se Israel perdeu uma oportunidade histórica com a Síria e responde: “A pergunta não pode ser respondida definitivamente”, mas afirma que “a recusa de Ben-Gurion em se encontrar com Husni Zaim em abril-maio de 1949 não destruiu a perspectiva de chegar a um acordo que teria transformado as relações árabe-israelenses”. Outros tirarão conclusões diferentes.

Rabinovich fornece outro fato suculento quando observa que, em janeiro de 1950, o Egito formou um novo governo, com Mahmud Azmi como ligação com Israel. Quem foi Azmi? “Azmi não era um diplomata profissional, mas uma figura política associada ao partido Wafd”, escreve Rabinovich. “Azmi tinha uma esposa judia e, portanto, empatia pelas preocupações de Israel.” Esse não é o tipo de nomeação que seria feita por um regime implacavelmente hostil. Azmi não era uma figura insignificante; foi membro da delegação egípcia nas Nações Unidas e conselheiro influente do ministro das Relações Exteriores do Egito.

No caso da Transjordânia, já sabemos, pelo trabalho de Avi Shlaim, que o rei Abdullah buscou desesperadamente um acordo de paz com Israel. Rabinovich se esforça para mostrar que o governo estava cada vez mais fora do controle do rei e que seu desejo de paz era impotente.

Assim, *The Road Not Taken* ajuda a demolir a alegação sionista de que Israel não poderia encontrar interlocutores árabes com quem conversar sobre a paz. A verdadeira questão é saber se Israel, intencionalmente ou não, deixou escapar as hipóteses de paz. A resposta a essa pergunta depende das premissas de cada um. Se alguém acredita que a criação de Israel não implicou nenhuma injustiça e que seus fundadores foram justificados em garantir todo o território que podiam, então concluiremos que Israel não fez nada de errado nos anos cruciais a partir de 1948. Mas se alguém tiver outras premissas, a resposta será diferente.

As questões que bloquearam os acordos de paz poderiam não ter parecido tão importantes se os líderes de Israel tivessem uma atitude diferente sobre seu Estado e seu lugar no Oriente Médio. Um obstáculo entre Israel e o Egito e a Transjordânia era a disposição do deserto de Neguev. A maior parte foi atribuída ao Estado judeu na resolução de partilha da ONU. O Egito e a Transjordânia desejavam, por razões estratégicas e políticas, adquirir pelo menos uma parte dele. Israel se recusou a ceder e invocou a partição da ONU em sua defesa. No entanto, para Israel, as intenções da ONU não tiveram peso quando se tratou da borda ocidental do Neguev e da Galileia ocidental, que deveria fazer parte do novo Estado árabe, mas foram tomadas por Israel na guerra. Este é um tema recorrente: para Israel, as fronteiras só eram negociáveis quando Israel ganhava. Novamente, com a Síria um acordo poderia ter sido alcançado, mas Israel não consideraria a proposta síria de mover a fronteira para o oeste para o meio do Lago de Tiberíades. A segurança não parece ter sido a principal preocupação israelense nessas questões. O outro obstáculo foram os refugiados. A maioria dos líderes israelenses se opunha a permitir que qualquer um deles voltasse para suas casas, quer tivessem vivido em terras atribuídas aos sionistas ou aos palestinos. (Os palestinos não tinham status oficial nas negociações de paz.) Essa recusa teve um efeito inegável de resfriamento nas negociações do pós-guerra. Mas a atitude israelense era que, se essas questões impedissem tratados formais de paz, então o Estado judeu poderia se dar bem o suficiente com os acordos de armistício. Nada no estudo de Rabinovich contradiz a observação de 1949 do diplomata israelense Eliyahu Sasson de que “os judeus acreditam que é possível obter a paz sem um preço mínimo ou máximo”.

O mais frágil no estudo de Rabinovich é, então, a falácia da citação fora do contexto. Ele dá como certa a justiça das demandas de Israel e insinua que a resposta árabe foi obstrucionista. Há muito a criticar na posição dos governos árabes. Muitas vezes eles colocam as suas próprias ambições à frente das preocupações em relação à tragédia palestina em desenvolvimento. Mas, independentemente da conduta das nações árabes, a criação da nação israelense foi uma imposição aos palestinos e o passo que iniciou o ciclo de violência. Desde 1917, a Grã-Bretanha, a Liga das Nações e as Nações Unidas estavam empenhadas em doar terras que não eram suas para dar e, assim, negar aos indivíduos palestinos o direito de determinar seus próprios destinos. Em 1947, os judeus representavam apenas um terço da população da Palestina e possuíam menos de 7% das terras. No entanto, as Nações Unidas manipularam uma partição que deu ao movimento sionista mais da metade do

território com uma ligeira maioria da população. As forças paramilitares sionistas então lançaram operações para livrar a terra dos palestinos dentro e fora de seu setor. Os resultados incluíram massacres de inocentes e centenas de milhares de refugiados. Só então os Estados árabes tomaram medidas irresolutas e descoordenadas para bloquear a expansão israelense.

Rabinovich não está completamente alheio ao contexto. Ele reconhece que os governos árabes estavam preocupados com os objetivos territoriais de Israel, e suas posições de negociação refletiam essa preocupação. Também não eram irracionais por terem tal preocupação, considerando que Israel contava com a intimidação da força superior e continuava a adquirir território por meio de ações militares após o cessar-fogo ter sido acordado e mesmo depois de um armistício ter sido assinado com o Egito. (Em nenhum lugar Rabinovich sugere que os árabes foram motivados pelo antissemitismo.)

Esse contexto negligenciado dá forma aos dados muitas vezes disformes de Rabinovich. Considerando como Israel foi criado e com a ajuda de quem e como os palestinos foram retirados da terra, por que nem mesmo o político árabe mais pragmático teria vergonha de parecer ansioso demais para negociar com Israel? Rabinovich deixa claro que os líderes árabes acreditavam que precisavam de uma concessão significativa de Israel para tornar um acordo aceitável para seus eleitores. E considerando as origens de Israel, quão apropriado era para Ben-Gurion e outros confrontar o mundo árabe como se concessões lhes fossem devidas? Embora ninguém esperasse que os líderes de Israel admitissem e reparassem as injustiças, líderes menos presunçosos poderiam ter entendido a importância de transformar Israel em algo semelhante a um Estado normal do Oriente Médio o mais rápido possível. Tal política teria exigido uma humildade e uma sagacidade não evidentes em Ben-Gurion e na maioria de seus colegas. Essa política representa o verdadeiro caminho que não foi tomado. Não se sabe ao certo se teria conduzido a uma paz duradoura, mas não estou tão certo como Rabinovich de que não o teria.

20 – Podhoretz: Reverendo a história da espoliação Palestina

Washington Report on Middle East Affairs, março de 1992, página 46.

“A verdade pura e simples é que o conflito árabe-israelita está desde o início enraizado na recusa dos povos árabes em aceitar a existência de um Estado judeu soberano na “sua” parte do mundo, independentemente de onde possam ser traçadas as suas fronteiras e independentemente de quais sejam ou não as suas políticas.”

Assim escreve Norman Podhoretz na edição de janeiro de sua revista, *Commentary*. Ao criticar o governo Bush pelo que considera sua preocupação irracional com o problema palestino, Podhoretz nega que esse problema seja a chave para o conflito árabe-israelense mais amplo.

“A guerra contra o Estado judeu foi lançada pelos árabes muito antes de a existência de uma nacionalidade palestina distinta ser reconhecida até mesmo pelo próprio mundo árabe”, escreve. “Nem ninguém, durante os 19 anos de controle jordaniano sobre a Cisjordânia, falou em estabelecer um Estado palestino independente lá.” Podhoretz continua a visar “a propaganda árabe, que conseguiu o truque orwelliano de transmutar uma guerra do mundo árabe contra o Estado judeu em uma guerra do Estado judeu contra o povo palestino”.

Um exemplo mais perfeito de cegueira deliberada não poderia ser encontrado em um comentarista americano. Eis a prosa de quem acredita que as palavras determinam a realidade. Podhoretz faz duas

afirmações: 1) que os árabes têm um ódio arraigado e não provocado aos judeus, e 2) que os árabes teriam se oposto a um Estado judeu no Oriente Médio, independentemente das circunstâncias particulares de sua fundação. Como ele sabe disso? Podhoretz não diz.

No entanto, ele ignora o que sabemos, ou seja, que o Estado judeu foi estabelecido onde as pessoas já viviam. Os primeiros sionistas políticos também acreditavam – ou pelo menos esperavam – que as palavras poderiam moldar a realidade.

Eles disseram repetidamente que a Palestina era uma terra sem um povo esperando um povo sem terra. Alguns sabiam que não era assim. Quando o amigo de Theodore Herzl, Max Nordau, foi para a Palestina no século XIX, ele ficou surpreso ao encontrar pessoas – palestinos – vivendo nesta terra sem povo.

“Eu não sabia disso”, disse. “Mas aí estamos cometendo uma injustiça.” Quando Herzl mandou um líder estudantil sionista, Leo Motzkin, visitar a Palestina, Motzkin relatou: “É preciso admitir que a densidade da população não dá ao visitante muito motivo para alegria. Em trechos inteiros por toda a terra constantemente nos deparamos com grandes aldeias árabes, e é fato comprovado que as áreas mais férteis do nosso [sic!] país são ocupadas por árabes.”

Quando o próprio Herzl viajou para a Palestina, ele não mencionou os árabes em suas anotações. Essas eram as mesmas pessoas que ele havia dito em outro lugar: “Vamos tentar habitar... do outro lado da fronteira”, depois de lhes negar emprego na sua própria terra.

Para ser justo, o biógrafo de Herzl, Ernst Pawel, aponta que o fundador do sionismo era complexo. Antes do III Congresso Sionista, ele escreveu em seu diário: “Meu Testamento para o Povo Judeu: Construa seu Estado para que o estrangeiro se sinta à vontade entre vocês”.

Esse foi um conselho que não foi seguido pelos fundadores do Estado. Os árabes palestinos não foram apenas menosprezados nos primeiros escritos sionistas, eles também foram maltratados.

Em 1891, o escritor judeu Ahad Ha'Am descreveu a conduta dos primeiros colonos sionistas: “Servos estavam nas terras da diáspora. Agora, como de repente se veem desfrutando de liberdade irrestrita, eles

mesmos se tornam déspotas. Eles tratam os árabes com hostilidade e crueldade, privam-nos de seus direitos, ofendem-nos sem causa e até se vangloriam desses atos; e ninguém entre nós se opôs a essa inclinação desprezível”.

Alguns anos depois, Ahad Ha'Am apontou que os sionistas “estão furiosos com aqueles que os lembram de que ainda há outro povo em Eretz Israel que vive aqui e não pretende de forma alguma partir”. Em uma carta a um colono, ele escreveu: “Não posso tolerar a ideia de que nossos irmãos são moralmente capazes de se comportar de tal maneira em relação a (...) outro povo, e involuntariamente o pensamento vem à mente: Se é assim agora, como serão nossas relações com os outros se, no final dos tempos, realmente alcançarmos o poder em Eretz Israel? E se este for o 'Messias', não desejo a sua vinda.”

Houve muitas outras expressões de pesar pela forma como os sionistas trataram a população nativa, o boicote ao trabalho árabe e os despejos da terra. Por exemplo, em 1907, o Dr. Yitzhak Epstein, um dos primeiros colonos, escreveu:

“Entre as graves questões ligadas ao conceito de renascimento do nosso povo em seu próprio solo, há uma questão mais pesada do que todas as outras juntas. Esta é a questão das nossas relações com os árabes. As nossas aspirações nacionais dependem da solução correta deste problema...”

O fato lamentável de que nossa atenção poderia ser desviada de uma questão tão fundamental, e depois de 30 anos de atividade de assentamento, está sendo falada como se fosse um tema novo – tudo isso prova que nosso movimento é irracional... Esquecemo-nos que as pessoas que agora vivem nesta terra também têm um coração e uma alma... Cometeremos um pecado grave contra nosso povo e nosso futuro se jogarmos fora tão levianamente nossas principais armas: a retidão e a sinceridade.”

Essas observações em primeira mão de palestinos judeus e outros pintam um quadro completamente oposto ao que Podhoretz oferece. Foram os sionistas políticos que se recusaram a aceitar a existência dos árabes palestinos. Ao travar guerra contra eles, os sionistas romperam as relações pacíficas entre árabes e judeus.

Mesmo no final da década de 1940, não havia objeção árabe monolítica a um Estado judeu, como observa o historiador Avi Shlaim. O rei Abdullah da Transjordânia formou uma parceria com os sionistas para anular o Estado palestino proposto e não desafiou Israel. E a proeminente família Nashashibi da Palestina, rival do Mufti Haj Amin Al-Husseini, apoiou a partilha e a coexistência pacífica. Assim, Podhoretz depende da ignorância dos escritos dos primeiros sionistas para a aceitação de seu mito de um ódio árabe congênito aos judeus e hostilidade categórica a uma pátria judaica.

21 - A guerra de Israel em Gaza: o contexto

Free Association. 21 de julho de 2014

Qualquer discussão sobre a guerra de Israel em Gaza que não se concentre em 1) a limpeza étnica sistemática dos palestinos pelos militares sionistas e por Israel até aproximadamente 1948 (foi assim que os refugiados palestinos foram parar na Faixa de Gaza); 2) a conquista militar da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967; 3) o bloqueio israelense/egípcio à Faixa de Gaza desde 2007, após a retirada israelense em 2005 (sim, a ocupação terminou, mas Gaza continua sendo um campo de prisioneiros – como se os guardas deixassem uma prisão, mas mantivessem um controle rigoroso sobre quem e o quê – alimentos, medicamentos, suprimentos de infraestrutura, etc. – poderiam entrar e sair); e 4) a exploração do sequestro e assassinato de três jovens israelenses residentes de um assentamento ilegal na Cisjordânia (um deles um soldado de 19 anos) para derrotar o Hamas (que negou autoria; normalmente eles reivindicam crédito por seus atos) na Cisjordânia (as forças israelenses prenderam várias centenas de palestinos da Cisjordânia, incluindo alguns que haviam sido libertados em uma troca anterior de prisioneiros; líderes políticos provocaram sede de vingança e um jovem palestino foi queimado até a morte; enquanto outro foi severamente espancado pela polícia) – qualquer discussão que não leve todas essas coisas em conta é pior do que inútil. É grosseiramente desonesta. (Compare a reação ao assassinato dos três israelenses com o assassinato por soldados israelenses de dois jovens palestinos em 15 de maio, enquanto comemorava pacificamente a destruição da Palestina em 1948, conhecida como *Nakba*.)

O Hamas erra ao disparar foguetes contra civis (embora poucos atinjam seus alvos), mesmo considerando que as aldeias em que esses civis vivem já foram aldeias palestinas que as forças sionistas/israelenses tomaram durante a limpeza étnica de 1947-1948. Os disparos, no entanto, são um sinal de fraqueza contra Israel, não de força, e não

devem permitir que ignoremos este contexto de brutalidade contra os palestinos. Este ano, o Hamas concordou em se juntar ao governo de coalizão da Autoridade Palestina (depois que o governo israelense, novamente, zombou das “negociações de paz”) sinalizando um endosso à agenda da AP – incluindo o reconhecimento de Israel. Foi um passo bem-vindo para o governo israelense? Não. Imediatamente ele se propôs a punir os palestinos por essa nova unidade – Israel prefere uma comunidade palestina dividida e um Hamas que possa demonizar. (Anos atrás, o governo israelense alimentou o surgimento do Hamas justamente porque ele poderia servir como um rival religioso do popular Fatah secular

O Hamas, é verdade, mantém uma carta que pede a destruição de Israel, mas isso não o impediu de emitir declarações ao longo dos anos – a adesão à coalizão é apenas a mais recente – indicando a disposição de aceitar Israel como parte de uma solução de dois Estados. Foi Israel que violou trêguas com o Hamas. Seus soldados muitas vezes mataram e feriram moradores de Gaza que cuidavam de suas próprias vidas do lado da cerca entre a Faixa de Gaza e Israel, enquanto líderes do Hamas foram assassinados pelo governo israelense após ofertas de uma trêgua. É claro que os líderes israelenses não querem um Hamas com o qual possam fazer a paz, assim como não querem um Irã com o qual possam ter relações normais. Eles precisam do espectro de uma “ameaça existencial” para manter seu domínio com mão de ferro. Em particular, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu deve forçar especialmente essa linha intransigente para manter os membros de seu governo de coalizão que estão mais à direita do que ele (sim, mais) na reserva.

Líderes e porta-vozes israelenses dizem continuamente que seu único objetivo nesta guerra é “paz e tranquilidade” para o povo de Israel. Talvez um objetivo decente incluísse justiça para os palestinos que sofrem há muito tempo. Isto não é sobre o Hamas, uma organização que põe em perigo as pessoas inocentes que diz defender com atividades fúteis, mas criminosas, como o lançamento de foguetes. Isso não deixa, no entanto, os israelenses e sua resposta brutal – financiada pelos pagadores de impostos americanos e apoiada por seus governantes. Pelo contrário, desde que Israel criou e mantém a prisão a céu aberto, é responsável por todos os males que acontecem lá dentro. Suas políticas linha-dura encorajam os elementos mais extremos e minam as vozes moderadas. O “processo de paz” atrasou mesmo a construção de colônias ilegais em terras palestinas na Cisjordânia?

Não, não é sobre o Hamas, é sobre os palestinos, que não merecem essa punição das mãos dos israelenses.

O repórter da BBC Jon Donnison diz que o porta-voz da polícia israelense, Micky Rosenfeld, lhe disse que os autores dos sequestros/assassinatos eram uma célula afiliada ao Hamas que não recebeu ordens da liderança do Hamas e que desafiou a liderança no passado. De acordo com o jornalista Max Blumenthal, o governo Netanyahu logo no início tinha motivos para saber quem eram os perpetradores, mas usou sua ampla acusação ao Hamas como pretexto para reprimir a organização na Cisjordânia, prendendo centenas de membros em uma varredura em massa e mantendo-os sem acusação, uma medida que não poderia de forma alguma estar relacionada à investigação policial legítima sobre os sequestros-assassinatos.

Para uma discussão mais aprofundada do contexto mais amplo, ver “Devastando Gaza: A Guerra que Netanyahu Não Pode Vencer”, de Ramzy Baroud. Também valem a pena “Como o Ocidente escolheu a guerra em Gaza”, de Nathan Thrall, “Sobre a 'blindagem humana' em Gaza”, de Neve Gordon, e “Desmascarando os mitos sobre Gaza: a verdade por trás dos pontos de discussão israelenses e palestinos”, de Omar Baddar.

22 – O ataque de Israel em 1967 foi uma agressão; a ocupação atual de Israel é ilegal

Washington Report on Middle East Affairs. Julho de 1991

No *Wall Street Journal* de 22 de abril, Harry V. Lerner, advogado em Bethesda, Maryland, lançou um desafio a quem acredita que a ocupação israelita da Cisjordânia e da Faixa de Gaza é ilegal. No seu artigo “Leia a Lei: Gaza não é o Kuwait”, Lerner afirma que a ocupação israelita não é de forma alguma paralela à ocupação do Kuwait por Saddam Hussein. “Nos termos do direito internacional”, escreveu ele, “uma potência ocupante é um Estado que detém um território tomado ao seu soberano legítimo num ato de agressão. . . . O Iraque no Kuwait era uma potência ocupante no sentido clássico do termo. Israel na Cisjordânia e em Gaza não.”

Lerner afirma que a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que foi aprovada seis meses após a Guerra dos Seis Dias de Junho de 1967, não condenou Israel, nem se referiu a uma invasão israelita, nem exigiu uma retirada incondicional dos territórios.

O dicionário diz que algo inadmissível “não deve ser permitido, aceito, outorgado ou concedido”.

“A razão para essas omissões é simples”, escreve Lerner. “O Conselho de Segurança concluiu em 1967 que Israel não tinha cometido um

ataque armado ou invasão contra os seus vizinhos, mas foi de fato vítima de agressão por parte dos estados árabes. Até que os estados árabes cumprissem a cláusula da Resolução 242 que expressava o direito de Israel de “viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força”, o estatuto de Israel na Cisjordânia e em Gaza era considerado o de um administrador legal, mantendo territórios tomados em uma guerra defensiva.”

Lerner reconhece que Israel realmente lançou a Guerra dos Seis Dias, mas argumenta que esta surgiu em resposta aos atos de guerra do Egito, após quase 20 anos de “guerra defensiva” contra os árabes. Ele também reconhece a utilização do termo “ocupado” na Resolução 242, mas explica que significa meramente “possuído” ou “tomado em posse” sem violação do direito internacional.

Segundo Lerner, a Resolução 242 não exige a retirada total de Israel dos territórios, apenas a negociação entre as partes no conflito. Citando o falecido embaixador dos EUA na ONU, Arthur Goldberg, Lerner escreveu que a fórmula “território para a paz” “não é um princípio sob a 242. É uma opção disponível para Israel”. Por outras palavras, Israel não tem obrigação prévia de se retirar dos territórios. Na verdade, se Lerner estiver certo, Israel e a Jordânia poderiam legalmente assinar um tratado que estabelecesse a soberania israelita sobre a Cisjordânia.

A primeira coisa a dizer sobre a posição de Lerner é que ela é altamente seletiva. Lerner ignora o preâmbulo da Resolução 242, cujo segundo parágrafo começa: “Enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra”. O dicionário diz que algo inadmissível “não deve ser permitido, aceito, outorgado ou concedido”. Não se pode ter direito ao inadmissível. Além disso, em 1980, o Conselho de Segurança da ONU afirmou que a Convenção de Genebra se aplica a todos os territórios ocupados. Isto basta para refutar a afirmação de Lerner de que “sob a 242 Israel está na posse da Cisjordânia e de Gaza por uma questão de direito, não como uma potência ocupante”.

De acordo com o diplomata que redigiu o texto da 242, Lord Caradon, o preâmbulo esclarece qualquer ambiguidade no apelo da resolução à “retirada das forças armadas de Israel dos territórios ocupados no conflito recente”. Israel e os seus partidários nunca se cansam de afirmar

que a ausência do artigo definido “os” antes de “territórios” significa que uma retirada total não é necessária. Lord Caradon disse: “O texto significa todos e não alguns dos territórios”. Ele ressaltou que nas outras quatro línguas oficiais da ONU (francês, russo, espanhol e chinês), a frase “os territórios” é usada.

Assim, a resolução condena a tomada das terras e exige a retirada. A resolução também afirma “o direito [de todos os estados da área] de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas”. Mas isto deve incluir implícita e logicamente o direito dos palestinos a fronteiras seguras e reconhecidas, porque qualquer alternativa violaria o preâmbulo. Apesar da prestidigitação de Lerner, estes princípios equivalem à conhecida fórmula “terra em troca de paz”.

Isto não quer dizer que a Resolução 242 seja perfeita. Ela foi um compromisso preocupante, cuja deficiência mais notável foi a pouca atenção dispensada aos palestinos, que eram chamados apenas de “refugiados”. Mas no que diz respeito à situação da posse dos territórios por Israel, a resolução é clara.

Para fazer a sua tese valer, Lerner deve confiar numa interpretação distorcida da Guerra dos Seis Dias. O ataque israelita ao Egito que lançou a guerra não foi uma medida defensiva nem uma resposta a atos de guerra percebidos. Na verdade, o Presidente Nasser pediu à Força de Emergência das Nações Unidas que abandonasse o território egípcio, colocou tropas no Sinai e anunciou que o Estreito de Tiran foi fechado para navios israelenses e com destino a Israel. Mas estas medidas surgiram após ameaças declaradas de Israel contra a Síria, aliada do Egito.

No entanto, os líderes de Israel não consideraram os atos de Nasser como ameaçadores. Como disse Mordecai Bentov, na época membro do governo israelita: “Toda a história do perigo de extermínio foi inventada em todos os detalhes e exagerada *a posteriori* para justificar a anexação de um novo território árabe”.

O que Lerner ignora é que os líderes sionistas e israelitas nunca abandonaram a sua reivindicação duvidosa sobre toda a Palestina. Como disse o primeiro primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion,

antes da fundação do Estado: “Nenhum sionista pode renunciar à menor porção da Terra de Israel”.

Em 1967, Israel aproveitou a oportunidade esperada para adquirir o território que sempre aspirou possuir. A Jordânia apenas forneceu um pretexto quando respondeu ao ataque israelita ao seu parceiro no tratado, o Egito.

Independentemente de o Rei Hussein estar certo ou errado ao atacar Israel, é injusto culpar os palestinos da Cisjordânia. Eles não fizeram a política jordaniana em 1967, tal como os habitantes de Gaza não fizeram a política egípcia. Na verdade, os palestinos da Cisjordânia só estavam sob a jurisdição do rei porque o seu avô, o rei Abdullah, e Israel conspiraram em 1948 para privá-los do seu próprio Estado. O controle da Cisjordânia pela Jordânia era tão inadmissível como o de Israel.

Nenhum defensor do individualismo moral e político pode justificar a negação da autodeterminação aos palestinos por causa de algo sobre o qual eles não tinham controle. Tanto legal como moralmente, a ocupação é errada.

23 - As Colinas de Golã: uma história de agressão israelense

Washington Report on Middle East Affairs, Novembro de 1991

À medida que as perspectivas de uma conferência de paz no Oriente Médio se aproximavam da realização e o princípio “terra pela paz” passava para o centro do palco, os apologistas de Israel nos Estados Unidos lançaram um esforço para persuadir o público americano de que pedir a Israel que desistisse dos territórios ocupados era como pedir-lhe que cometesse suicídio. Os territórios, dizem-nos repetidamente, foram tomados em legítima defesa depois que os árabes lançaram uma guerra agressiva em 1967. Portanto, Israel não tem obrigação de devolvê-los, uma vez que sua própria sobrevivência está em jogo.

Este argumento é mais vigorosamente pressionado no caso das Colinas de Golã, que até a Guerra dos Seis Dias de junho de 1967 faziam parte da Síria. William Safire, do *New York Times*, adotou a linha padrão israelense quando escreveu em julho que as Colinas de Golã foram “tantas vezes usadas como local de lançamento de ataques a Israel, e ganharam da Síria após sua agressão de 1967”. Outros exemplos poderiam ser dados. De acordo com essa linha, os pacíficos agricultores de kibutzim de baixa altitude não ameaçadores eram continuamente bombardeados por sírios sanguinários do ponto estratégico do Golã. Israel não teve escolha a não ser tomar a propriedade. Recuperá-lo só atrairia à repetição futura da agressão.

Assim como alguém está apto a ter uma visão distorcida de um enredo de filme se entrar no cinema depois que o filme começou, também está fadado a interpretar mal os eventos envolvendo as Colinas de Golã

se não olhar além da versão padrão desta história. Sim, houve bombardeios das Colinas. Mas uma questão importante é: o que precedeu o bombardeio? A resposta é: muita coisa.

Temos de voltar ao rescaldo da guerra de 1948 entre o novo Estado de Israel e os países árabes. Naquela guerra, ocorreram combates entre Israel e a Síria ao longo de sua fronteira. Embora o lado israelense da fronteira fosse parte da terra atribuída aos sionistas pela resolução de partilha da ONU de 1947, ela continha terras agrícolas férteis e aldeias há muito ocupadas por palestinos. A Síria ocupou uma pequena parte desta terra durante a guerra, mas retirou-se sob um acordo de armistício, que também exigiu a desmilitarização do território por ambos os lados. Pelo acordo, as aldeias judaicas e árabes deveriam coexistir, protegidas por forças policiais de suas respectivas comunidades. O acordo de armistício seria temporário, aguardando um tratado de paz. O presidente sírio, Hosni Zaim, ofereceu um acordo de paz total em troca de concessões em terras palestinas, mas o primeiro-ministro David Ben-Gurion o recusou.

Em vez de negociar pela paz, Israel declarou soberania sobre a zona desmilitarizada. Para isso, violou as proibições de ter forças militares e fortificações na zona, disfarçando soldados como policiais. Também desenvolveu agressivamente a área, drenando água de fazendas árabes, demolindo aldeias árabes, expulsando moradores, construindo estradas e transplantando árvores para mover a fronteira para o leste até a antiga fronteira com a Palestina. Israel se recusou a deixar que os protestos dos observadores da ONU o atrapalhassem. O general sueco Carl von Horn, das forças de paz da ONU, observou que “gradualmente, sob os olhos brilhantes dos sírios, que mantinham o terreno alto com vista para Sião, a área se tornou uma rede de canais israelenses e canais de irrigação que se aproximam e sempre invadem propriedades árabes”.

Essa política continuou até a década de 1950. A maioria dos 2.000 árabes que viviam na zona foram forçados a sair em 1956. Muitos se mudaram para terrenos inclinados abaixo das Colinas de Golã. Em resposta à expulsão dos árabes da zona, as forças sírias indefesas nas Colinas começaram a disparar contra os israelenses, particularmente quando, a cada ano, seus tratores avançavam para a zona desmilitarizada. O general von Horn estava convencido de que os casos de disparo não teriam ocorrido sem as provocações israelenses específicas.

Isso está de alguma forma de acordo com o ex-general israelense Matityahu Peled, que disse que mais da metade dos confrontos fronteiriços antes da guerra de 1967 “foram resultado de nossa política de segurança de assentamento máximo na área desmilitarizada”. Israel retaliou os bombardeios. Em abril de 1967, após um incidente que começou com uma incursão israelense de tratores, Israel lançou um grande ataque aéreo que custou à Síria seis aviões, um deles abatido sobre Damasco. Cem sírios foram mortos. Este foi o prelúdio direto da Guerra dos Seis Dias. Israel foi capaz de se lançar no papel de vítima, apontando para a retórica belicosa da Síria, seu plano (modesto) de desviar as cabeceiras do rio Jordão e seu apoio à guerrilha palestina. Mas estes foram mais do que compensados pelo próprio plano de desvio de água de Israel, sua própria belicosidade e seus próprios projetos expansionistas.

Israel, claro, tomou as Colinas de Golã na Guerra dos Seis Dias – em um ataque lançado mais de um dia depois de a Síria ter concordado com um cessar-fogo. O que o governo israelense fez depois disso é instrutivo. Ao contrário de sua alegação de que precisa do Golã como uma área intermediária de segurança, Israel começou a instalar moradores naquele território, que anexou em 1981. Até agora, 11.500 israelenses se estabeleceram em 32 cidades, kibutzim e cooperativas agrícolas no território de 500 quilômetros quadrados. Obviamente, o território estabelecido não pode ser uma área intermediária de segurança contra um vizinho hostil. Como observou o general Peled, “o próprio ato de povoar os territórios é um ato que contradiz o conceito de fronteiras seguras”. Se Israel estivesse realmente buscando um aumento de defesa, não teria movido a população para sua nova fronteira com a Síria.

A história da disputa envolvendo as Colinas de Golã desmente o argumento de Israel de que deve manter o território para sua segurança. Não é isso que os fatos demonstram. Os líderes de Israel veem as Colinas de Golã como parte de Eretz Israel e, portanto, propriedade do povo judeu. Segurança não é o problema. Pelo contrário, a segurança de Israel depende de um acordo justo com os palestinos e seus vizinhos. Mas é justamente isso que é minado pela política fundiária expansionista de Israel.

24 - A «opção Jordânia» baseia-se numa falsificação flagrante da história

Washington Report on Middle East Affairs. Fevereiro de 1992

Benjamin Netanyahu, o membro do governo israelense a quem meu colega Leon Hadar chama de “Joe Isuzu do Oriente Médio”, correspondeu às expectativas durante seu serviço como porta-voz da delegação israelense nas negociações de paz de dezembro em Washington. “Consideramos”, disse ele, “que o problema palestino deve ser resolvido dentro do contexto da Jordânia, que é o lado da aspiração nacional, que seria resolvido dentro desse contexto”.

Para quem ainda estivesse prestando atenção, Netanyahu continuou: “Vislumbramos um acordo final que tenha do deserto ao mar dois Estados. Um Estado – um Estado árabe – que é a Jordânia, claro, que compromete uma maioria palestina e satisfaz as aspirações nacionais dos árabes palestinos – e um Estado judeu.”

Em outras palavras, já existe um Estado para os árabes que se dizem palestinos: a Jordânia. Os árabes, disse ele, “estão tentando criar um Estado artificial [nos territórios ocupados] com a falsa suposição de que há um povo separado, palestino (...) sobre esta pequena rocha, esta rocha estéril, chamada Cisjordânia. Estão dizendo que um novo povo se formou. Isso simplesmente não é verdade. Ninguém me dirá que um árabe que vive em Nablus ou um árabe que vive em Hebron, ou um árabe que vive em Belém, um palestino que vive lá, é de um povo diferente do

seu irmão, do seu primo ou da sua mãe que vive a 40 quilômetros de distância em Amã ou em Irbid.”

Tudo isso lembra a observação incômoda de Golda Meir: “Como podemos devolver os territórios ocupados? Não há ninguém para devolvê-los... Não havia palestinos. Não era como se houvesse um povo palestino na Palestina que se considerasse um povo palestino, e nós chegamos e os expulsamos e tiramos o país deles. Eles não existiam.”

A atitude de Netanyahu é tão ridiculamente falsa em relação a realidade histórica que coloca em dúvida a sua boa-fé. A história fraudulenta sobre a qual Meir e Netanyahu se baseiam foi elaborada em uma dessas peças de propaganda da organização divertidamente chamada “Fatos e lógica sobre o Oriente Médio” [Facts and Logic About the Middle East] (FLAME). Como dizia o anúncio, “toda a ‘Palestina’ – a leste e oeste do rio Jordão – fazia parte do mandato da Liga das Nações. Sob a Declaração Balfour, tudo isso deveria ser o “lar nacional do povo judeu”. Em violação deste mandato, a Grã-Bretanha repartiu toda a área a leste do Jordão – cerca de 75% da Palestina – e a deu aos árabes, que criaram nela o reino da Transjordânia.

Na verdade, os britânicos nunca prometeram toda a área do mandato aos sionistas. A Declaração Balfour dizia apenas que o governo britânico aprovava o “estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”. Os britânicos rejeitaram o projeto de declaração sionista que pedia o “reconhecimento da Palestina como o Lar Nacional do Povo Judeu”.

Ao contrário da alegação da FLAME de que a Grã-Bretanha violou o mandato ao separar a Transjordânia da Palestina, o que os britânicos realmente fizeram foi violar a evolução do Oriente Médio ao separar a Transjordânia da Síria. Durante os 400 anos de domínio dos turcos otomanos, a Palestina e a Transjordânia faziam parte de divisões administrativas separadas. A Palestina foi dividida entre os Wilayet de Beirute e os Sanjak de Jerusalém. A Transjordânia fazia parte do Wilayet da Síria.

No final da Primeira Guerra Mundial, a área que se tornou a Transjordânia continuou a ser governada inicialmente a partir de Damasco e continuou a ter um caráter diferente da área a oeste do rio Jordão. A Grã-Bretanha não teve problemas com este arranjo até que os franceses expulsaram o descendente hachemita e o cliente britânico Feisal do trono em Damasco. Como escreve a historiadora Mary C. Wilson:

“A Grã-Bretanha não queria ver a França estender seu controle para o sul até as fronteiras da Palestina e mais perto do Canal de Suez. De repente, tornou-se importante saber “o que é a 'Síria' para a qual os franceses receberam um mandato na [conferência] de San Remo?” e “inclui a Transjordânia?” O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Curzon, decidiu que não, e que o Reino Unido passaria a considerar a área como independente, mas na “relação mais próxima” com a Palestina. Como resultado, a Transjordânia foi criada, com o irmão de Feisal, Abdullah, outro cliente britânico, como governante.

Deve-se notar que o sistema de mandato da Liga das Nações não tinha legitimidade objetiva. Era apenas uma forma de colonialismo idealizada pelos britânicos e franceses mais fortes para manter o controle sobre partes estratégicas do mundo árabe mais fraco. A Transjordânia não era da Grã-Bretanha para dar aos árabes, que já a tinham, assim como a Palestina não era da Grã-Bretanha para dar aos sionistas. Assim, os pensamentos expressos em particular por Lord Balfour de desenhar a fronteira judaica a leste do rio Jordão não têm importância moral.

Os palestinos vivem legitimamente na Cisjordânia há milênios, os pais entregaram propriedades a seus filhos. É isso que lhes dá direito ao território e o torna uma pátria própria. (Se os palestinos optarem por se confederar com a Jordânia, é claro que isso é assunto só deles e não de Israel.) Sim, há uma maioria palestina na Jordânia, embora seja preciso uma *chutzpah* desmedida para Israel levantar essa questão. Esses palestinos são os refugiados dos êxodos de 1947-1948 e 1967 que resultaram da política israelense de livrar Eretz Israel de não-judeus.

A FLAME afirma que “os chamados 'palestinos' não são mais diferentes dos árabes dos países vizinhos do Líbano, Síria e Jordânia, do que os habitantes de Wisconsin são dos habitantes de Iowa”. Não é preciso muita reflexão para ver o quão cruelmente coletivista é essa afirmação. Deveria servir de consolo aos habitantes de Wisconsin, que foram transferidos à força para Iowa, saber que eles não são diferentes dos habitantes de Iowa? E se os judeus de Crown Heights fossem “transferidos” involuntariamente para Tel Aviv? Seria justo que os não-judeus que os substituíram dissessem: “Nada demais; são todos judeus, certo?”

A visão de que não importa se um determinado árabe vive (independentemente de seus desejos) em Nablus ou Amã porque ambas são cidades árabes ignora insensivelmente a vida, as aspirações e a liberdade do indivíduo. Tal perspectiva pode parecer natural para o Israel

socialista. Mas ela não é algo que se deva pedir aos Estados Unidos individualistas que aceitem – ou subsidiem.

25 - A Política da Partição

Middle East Policy, Vol.1, No. 3, Setembro de 1992.

Resenha do livro: *The Politics of Partition: King Abdullah, the Zionists and Palestine, 1921–1951*, de Avi Shlaim. Nova Iorque: Columbia University Press, 1990.

Uma vez que o Oriente Médio se encontra no limiar de uma possível nova fase do processo de paz, talvez seja um bom momento para reconsiderar a forma como a situação atual foi alcançada. Como diz a história popular, em 1947 as Nações Unidas dividiram a Palestina em Estados judeus e árabes. Os sionistas, de acordo com essa versão, apoiavam a divisão: os árabes se opunham universalmente a ela; e quando Israel declarou seu Estado em 15 de maio de 1948, as nações árabes, apoiadas pelos habitantes árabes da Palestina, invadiram a nova nação na tentativa de destruí-la. Contra todas as probabilidades, o valente Estado nascente resistiu ao temível ataque coordenado e construiu uma sociedade próspera. As partes árabes da Palestina foram tomadas pela Jordânia e pelo Egito, que, juntamente com os outros Estados árabes, mantiveram um estado de guerra com Israel e várias outras vezes tentaram destruí-lo. Em uma dessas tentativas, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel tomou defensivamente o restante da Palestina.

Nos últimos anos, vários historiadores israelenses e judeus reviram esse relato dos acontecimentos e decidiram que ele está errado de maneiras fundamentais. Um desses historiadores, Tom Segev, escreveu que os “pais fundadores de Israel eram muito menos idealistas e mais cínicos do que se supunha. Os 'bons velhos tempos' não eram tão bons, afinal.”

Avi Shlaim está firmemente nessa tradição jovem-revisionista, que tem sido chamada de nova historiografia. Em 1989, Shlaim, que leciona relações internacionais na Universidade de Oxford, escreveu um

livro de 600 páginas intitulado *Collusion Across the Jordan*. Um ano depois, ele revisou e resumiu seu livro (removendo o aparato acadêmico) para o presente volume de bolso. O livro é uma conquista prodigiosa. Dito em seu mais elementar, seu tema é que o Estado palestino pretendido pelas Nações Unidas nunca surgiu porque Israel e Jordânia (então Transjordânia) concordaram que não deveria surgir. No livro anterior, Shlaim chamou esse acordo de “conluio”. Na revisão, ele parece recuar um pouco. O novo prefácio de Shlaim observa que essa palavra carregada lhe causou alguns problemas. “É claramente um termo carregado e pejorativo”, escreve, observando que seus críticos apontaram que o primeiro-ministro israelense, David Ben-Gurion, e o rei Abdullah da Transjordânia “se comportaram como qualquer estadista realista teria feito ao tentar evitar um confronto por meio do ajuste pacífico e do reconhecimento mútuo dos interesses essenciais um do outro”.

Mas, acrescenta Shlaim o “processo de longo prazo de diálogo e coordenação” de Ben-Gurion e Abdullah, embora não seja imoral nem fraudulento,

“envolvia pelo menos alguns dos elementos de conluio: era mantido atrás de uma espessa parede de sigilo, sua existência era enfaticamente negada pelos participantes: era dirigido contra um terceiro, envolvia um mínimo de trama e conspiração dissimuladas e tinha a intenção consciente e deliberada de frustrar a vontade da comunidade internacional, como expresso através da Assembleia Geral das Nações Unidas, a favor da criação de um Estado árabe independente em parte da Palestina.”

Seria um erro distrair-se com o termo “conluio”, pois o livro de Shlaim demonstra persuasivamente que Israel e a Transjordânia, embora tivessem diferenças importantes, de fato tinham uma harmonia essencial de interesses em 1947-48 e agiram em conjunto e em segredo para realizar esses interesses. Além disso, na medida em que as partes entraram em conflito, isso se deveu aos designios agressivos e expansionistas de Israel. O rei Abdullah logo de início decidiu que uma presença judaica autônoma era favorável, não hostil, às suas ambições territoriais em busca da Grande Síria. A partir de 1937, ele viu o movimento sionista como um potencial aliado em sua anexação da parte árabe da Palestina. Nesta causa, ele estava disposto a lidar secretamente com os judeus contra seus supostos aliados árabes. É importante ressaltar que Abdullah

comandava, pelo menos teoricamente, a Legião Árabe treinada pelos britânicos, a força de combate árabe mais bem organizada. Os britânicos, a quem Abdullah devia seu trono, apoiaram suas ambições, bem como sua intenção não molestar o setor judeu da Palestina.

Por sua vez, a Agência Judaica, e mais tarde Israel, considerava o monarca hachemita como um aliado de conveniência que ofereceria uma garantia contra a unidade árabe. Os israelenses não hesitaram em jogar um Estado árabe contra outro. Os Estados árabes facilitaram isso oferecendo-se secretamente para conversar sobre a paz separadamente com Israel. As autoridades israelenses representavam uma série de atitudes em relação ao rei, com Ben-Gurion oscilando de um lado para o outro. Os outros países árabes, Egito, Iraque, Líbano e Síria, foram participantes relutantes no conflito, motivados no final por um medo das ambições territoriais de Abdullah, projetos próprios nas partes árabes da Palestina e preocupação com o destino dos árabes palestinos nas mãos da Força de Defesa de Israel. O desejo de extinguir o novo Estado parece ter pesado menos na motivação deles, embora não aprovassem a partição. Os árabes palestinos que tinham o maior animus em relação a Israel – aqueles liderados pelo *mufti* de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini – tinham poucos seguidores e poucos recursos para causar muitos danos ao Estado judeu.

Uma reunião (não a primeira) entre a Agência Judaica e Abdullah ocorreu a pedido dos sionistas em 17 de novembro de 1947, em Naharayim, ao sul do Mar da Galileia. Isso foi 12 dias antes de a Assembleia Geral recomendar a partilha. Representando a Agência estava Golda Meyerson (que depois mudou seu sobrenome para Meir), chefe de seu Departamento Político, acompanhada pelos principais arabistas da Agência, Elias Sasson e Ezra Danin. Antes da reunião, Danin havia informado Meyerson sobre a crença de Abdullah, como diz Shlaim, “de que a Providência havia espalhado os judeus por todo o mundo ocidental para que eles pudessem absorver a cultura europeia e trazê-la de volta ao Oriente Médio com eles, contribuindo assim para seu renascimento”. Abdullah desfrutava de relações cordiais com os judeus em Naharayim que estavam envolvidos com a Corporação Elétrica da Palestina.

Na reunião, Abdullah propôs “uma República Hebraica independente em parte da Palestina dentro de um Estado da Transjordânia que incluiria as duas margens do Jordão, com eu à frente, e na qual a economia, o exército e o legislativo seriam conjuntos”. Sua ideia de autonomia judaica dentro de uma Transjordânia ampliada era claramente sua

preferência. Mas era inaceitável para a Agência Judaica. Meir respondeu que a Agência Judaica veria com bons olhos a captura da Palestina árabe por Abdullah se isso não impedisse a criação do Estado judeu e se ele dissesse que seu objetivo era manter a ordem até que as Nações Unidas pudessem estabelecer um governo lá. A isso Abdullah respondeu: “Mas eu quero esta área para mim, a fim de anexá-la ao meu reino e não quero criar um novo Estado árabe que perturbaria meus planos e permitiria que os árabes montassem sobre mim. Quero montar, não ser montado.”

Quando a reunião terminou, Israel e a Transjordânia entenderam que nenhum impediria o outro em seus objetivos e que suas forças não entrariam em confronto. Abdullah aconselhou os sionistas a atingirem duramente as forças de seu rival, o *mufti*, se atacassem. Publicamente, Abdullah não deixou transparecer que estava tratando com os judeus. Ele participou de reuniões de planejamento da Liga Árabe nas quais a intervenção militar de sua força voluntária, o Exército de Libertação Árabe (que deve ser distinguido da Legião Árabe), foi discutida. Isso levou alguns líderes judeus a duvidar da confiabilidade de Abdullah.

O Exército de Libertação Árabe estava sob o comando de Fawzi al-Qawukji, um sírio com rancor contra o *mufti*. Ele não estava ansioso por uma luta com os judeus e estava supostamente procurando uma maneira de evitá-la. Quando Qawukji e o oficial de inteligência da Haganá Yehoshua Palmon se encontraram em 1º de abril de 1948, eles concordaram em fazer com que suas forças se abstivessem de atacar um ao outro. Palmon, escreve Shlaim, “saiu com uma clara impressão de que Qawukji permaneceria neutro no caso de um ataque judeu às forças do *mufti* na Palestina”. Qawukji manteve sua palavra.

À medida que o fim do mandato britânico (14 de maio de 1948) se aproximava, os árabes estavam desunidos e, aparentemente, sem intenção de entrar em guerra contra o que parecia inevitável, a fundação do Estado judeu. Mas a retórica da Liga Árabe era militante, fazendo com que os sionistas temessem que o rei quebrassem seu acordo. Na segunda reunião com Golda Meir, em 10 de maio de 1948, Abdullah foi evasivo quando perguntado se seu entendimento ainda estava em vigor. Segundo ele, o envolvimento das outras nações árabes mudou o contexto. Meir, anos mais tarde, acusou Abdullah de renegar o acordo. Mas em seu relato contemporâneo, ela retratou a posição de Abdullah como meio caminho entre renunciar ao acordo e aderir plenamente a ele. Shlaim escreve que “embora sem precisão, o que ele disse era mais consistente

com o... cenário de intervenção militar limitada para ganhar o controle da parte árabe da Palestina”.

A questão-chave é: o que aconteceu entre o primeiro e o segundo encontro? Numa palavra, muito. Em março de 1948, os Estados Unidos pensaram duas vezes sobre a partição e propuseram uma tutela da ONU. Os sionistas se opuseram amargamente à ideia. Em primeiro de abril, para evitar a reversão da partição, eles lançaram a Operação Nachshon para abrir a estrada para Jerusalém. (Sob o plano de partilha da ONU, Jerusalém deveria ser uma cidade internacional sob jurisdição nem judaica nem árabe.) Em seguida, a Haganá (mais tarde a Força de Defesa de Israel) explodiu o quartel-general do *mufti* em Ramleh. O Exército de Libertação Árabe de Qawukji ficou de pé, como prometido. A força sionista então se mudou para Kastel, onde o primo e melhor comandante do *mufti* foi morto. Um pedido palestino de armas do Exército de Libertação trouxe a resposta desonesta de que não havia nenhuma. A derrota em Kastel destruiu as forças do *mufti*.

Na esteira desse sucesso, a Haganá prosseguiu com o “Plano D”, que era garantir o território reservado ao Estado judeu e aos assentamentos judaicos dentro do território árabe, bem como corredores do primeiro para o segundo. “A novidade e a audácia do plano estavam nas ordens para capturar aldeias e cidades árabes”, escreve Shlaim. “*Os judeus não se sentiam mais constrangidos a permanecer dentro dos limites estreitos e tortuosos estabelecidos para eles pelos cartógrafos da ONU.*” [Grifo nosso.]

O evento decisivo ocorreu em 9 de abril de 1948. Deir Yassin, uma pequena aldeia árabe a oeste de Jerusalém e fora da partição judaica, havia observado fielmente seu pacto de não agressão com a Haganá. No entanto, em 9 de abril, combatentes dos grupos terroristas sionistas Irgun (liderado por Menachem Begin) e da Gangue Stem (liderado por Yitzhak Shamir)

“atacaram a aldeia com a suposta intenção de forçar seus habitantes a se reunirem. Quando os habitantes ofereceram resistência, os atacantes abriram fogo indiscriminadamente e massacraram barbaramente 245 homens, mulheres e crianças. Alguns dos moradores foram conduzidos em um caminhão pelas ruas de Jerusalém em um “desfile da vitória” antes de serem levados de

volta à vila e fuzilados no paredão. A notícia do massacre se espalhou como um turbilhão pela região, atingindo o terror nos corações árabes. Mais do que qualquer outro acontecimento, foi responsável por quebrar o espírito da população civil e desencadear o êxodo em massa de árabes da Palestina.”

Abdullah ficou indignado. Ele esperava ajuda britânica. Foi só neste momento que ele ofereceu os serviços da Legião Árabe à Liga Árabe para salvar a Palestina. (O Egito aceitou; o *mufti* e a Síria, temendo as ambições de Abdullah, não aceitaram.) As coisas continuaram a piorar. Mais tarde, em abril, Tiberíades, Haifa e Jaffa caíram nas mãos dos sionistas e os residentes árabes fugiram, muitos deles para a Transjordânia. Só então a Legião Árabe atravessou o rio Jordão em direção à Palestina árabe. Em 29 de abril, mais de duas semanas depois de Deir Yassin, as nações árabes finalmente decidiram, em princípio, usar seus exércitos regulares para intervir.

Abdullah disse que o massacre de Deir Yassin e os outros ataques sionistas tornaram impossível uma solução pacífica. Mesmo assim, Abdullah expulsou a Liga Árabe de seu plano agressivo para paralisar Israel, e a Legião Árabe minimizou seu contato com as forças judaicas. Com exceção dos combates em Jerusalém (iniciados por Israel), que não faziam parte do acordo Abdullah-Meir, e de dois combates menores (que podem ter sido acidentes), a Legião Árabe não lutou contra as forças judaicas ou lutou em áreas reservadas ao Estado judeu. No entanto, a Haganá não hesitou em capturar terras destinadas aos árabes, incluindo a Galileia ocidental e partes da Cisjordânia.

As FDI romperam o cessar-fogo para tomar parte deste território. Quando Israel atacou as forças egípcias no Neguev, a Legião Árabe permaneceu neutra. No final, Israel assumiu o controle de cerca de 80% da Palestina, embora apenas cerca de 55% tenham sido recomendados pelas Nações Unidas. Durante as negociações secretas do pós-guerra, os israelenses intimidaram, e até humilharam, Abdullah com seu poderio militar para conquistar mais da Cisjordânia, incluindo cerca de 15 aldeias árabes. Pelo menos uma outra aldeia, Baqa el Gharbiya, foi dividida pela linha arbitrária do armistício traçada pelos israelenses. As FDI expulsaram os árabes da metade que agora estaria em Israel. Apesar de seu acordo com Abdullah, os líderes de Israel nunca reconheceram a anexação da Cisjordânia pela Jordânia. Na verdade, eles consideraram

conquistar toda a Cisjordânia. Apenas sua preocupação com a imigração judaica, seu cortejo da opinião mundial e seu desejo de ser admitido nas Nações Unidas ficaram de mãos dadas. (Dezenove anos depois, durante a Guerra dos Seis Dias, eles completariam a operação.) A Jordânia continuou a insistir num acordo de paz e na resolução de todas as questões pendentes. Israel procrastinou, procurando apenas obter qualquer vantagem que pudesse para si mesmo. Sinalizações privadas de paz do Egito, Líbano e Síria foram recebidas com cinismo. Até mesmo as ofertas árabes para acolher refugiados palestinos em troca de concessões foram deixadas de lado. Acordos de armistício foram eventualmente assinados com a Jordânia, Egito, Líbano e Síria, mas nenhum acordo de paz definitivo. Jerusalém estava dividida entre Jordânia e Israel porque ambos os lados preferiam isso à internacionalização. (Abdullah se ofereceu para dar a Israel o bairro judeu da Cidade Velha, incluindo o Muro das Lamentações, mas Israel não faria nenhuma concessão séria em troca.)

As tentativas de acomodar Israel tiveram sérias repercussões mais tarde. O rei Farouk do Egito e Husni Zaim da Síria foram derrubados. Mais dramático de tudo, o rei Abdullah foi assassinado em julho de 1951, na presença de seu neto, o futuro rei Hussein, no limiar da mesquita al-Aksa, na Cidade Velha. O atirador era um palestino associado ao *mufti*. (Shlaim escreve que os esforços do rei pela paz não foram a única razão para seu assassinato.)

Muitos árabes celebraram a morte do “cão que vendeu a Palestina aos sionistas”. Seu filho Talal não compartilhava do desejo de seu pai de uma paz separada com Israel. Mas também não queria ir para a guerra. Assim, continuou a observar o acordo de armistício. No entanto, Ben-Gurion temia o pior e começou a contemplar a conquista não só da Cisjordânia, mas também da Península do Sinai. Ele procurou a Grã-Bretanha para pedir ajuda, mas não chegou a lugar nenhum – até 1956.

Pouco antes de sua morte, Abdullah disse a um oficial americano da ONU: “Eu sou um homem velho. Eu sei que meu poder é limitado; sei que sou odiado pelo meu próprio filho... Também sei que meu próprio povo desconfia de mim por causa de meus esforços de paz. Mas, apesar de tudo isso, sei que poderia conseguir a paz se tivesse apenas algum incentivo e pudesse obter quaisquer concessões razoáveis de Israel.” Até o fim, Abdullah – se não muitos membros de seu governo – esperavam paz e normalização com Israel, escreve Shlaim – mesmo que isso significasse expulsão da Liga Árabe. Mas os líderes de Israel estavam preocupados com sua própria agenda, na qual a cortesia com seus vizinhos não

era uma alta prioridade. Eles nunca pareceram sérios em fazer concessões pela paz. Essa aparente falta de interesse em negociações reais tornou impossível para Abdullah ganhar o apoio do público por seu curso acomodado. O relato emocionante de Shlaim, para dizer o mínimo, coloca toda a história moderna de Israel em uma luz com a qual poucas pessoas estão familiarizadas. É obviamente uma luz pouco lisonjeira. Shlaim escreve:

“Viria a se tornar uma acusação muitas vezes repetida que a busca pela paz foi frustrada pela intransigência árabe e pela recusa árabe em reconhecer o direito de Israel de existir... Em 1949, a maioria dos líderes árabes estava preparada para reconhecer o direito de Israel de existir. Eles estavam dispostos a se encontrar cara a cara para negociar a paz, eles tinham suas condições para fazer a paz com Israel. E Israel rejeitou essas condições porque eram incompatíveis não com sua sobrevivência como Estado independente, mas com sua determinação de manter todo o território que detinha e resistir ao repatriamento dos refugiados.”

Mas a história desfavorável não apenas para Israel. Os palestinos são revelados por Shlaim como meras moedas de troca nas mãos dos líderes árabes. Praticamente todos eles estavam dispostos a vender os árabes da Palestina, incluindo as centenas de milhares de refugiados, pelo preço certo. Eles nunca sequer pediram aos palestinos que conduzissem operações de guerrilha contra os sionistas durante a guerra. O único defensor consistente dos palestinos, o *mufti*, tinha pouca influência para ter consequências.

Este livro meticulosamente pesquisado é indispensável para quem deseja entender a trágica história da Palestina.

26 - Shimon Peres e o 9/11

The Libertarian Institute. 2 de outubro de 2016

A morte do ex-primeiro-ministro e presidente israelense Shimon Peres (93 anos), a última grande figura da geração fundadora de Israel, trouxe uma enxurrada de homenagens para um homem que supostamente tinha, como disse o presidente Obama em seu tributo, “a capacidade de ver todas as pessoas como merecedoras de dignidade e respeito”.

Infelizmente, a vida do polonês Peres não demonstrou tal capacidade. Muitos palestinos e libaneses sofreram e morreram por causa dele. Considerando seu papel proeminente na fundação do autodeclarado Estado do Povo Judeu, isso deveria ser óbvio. Israel foi estabelecido em grande parte por europeus em terras das quais três quartos de um milhão de árabes palestinos muçulmanos e cristãos foram expulsos. Outros foram massacrados por forças paramilitares sionistas, uma das quais Peres fazia parte. No ano anterior à declaração de independência de Israel (1948), em grande parte em terras de propriedade palestina, Peres foi encarregado da aquisição de pessoal e armas para a força paramilitar chamada Haganá. Essa limpeza étnica sistemática é conhecida como *Nakba*, ou catástrofe. Centenas de antigas aldeias árabes foram destruídas para dar lugar a aldeias judaicas. Líderes sionistas e israelenses não se intimidaram em reconhecer isso. Na opinião deles, a terra judaica tinha que ser resgatada e restaurada ao seu legítimo proprietário – o Povo Judeu – e os “exilados” tinham que ser recolhidos, não importando o custo para os outros. Esse era o projeto sionista.

Como membro do Partido Trabalhista, Peres também desempenhou papéis importantes na criação do arsenal de armas nucleares monopolista de Israel no Oriente Médio (ao contrário do Irã, Israel não assinou o Tratado de Não-Proliferação e não permite inspeções internacionais) e na construção de assentamentos ilegais exclusivamente judaicos na Cisjordânia ocupada por Israel após a guerra de junho de 1967 contra

Egito, Síria e Jordânia. Antes dessa guerra, ele ajudou a administrar o domínio militar sobre os árabes palestinos remanescentes dentro de Israel. Ele também forjou a aliança militar e nuclear de Israel com a África do Sul do apartheid.

Em 1995, Peres, que sustentava que os palestinos haviam se vitimizado, tornou-se primeiro-ministro depois que Yitzhak Rabin foi assassinado por um fanático judeu por ter entrado nos Acordos de Oslo com a Organização para a Libertação da Palestina. (Rabin, como alguns outros líderes israelenses, temia a perda de uma maioria judaica em Israel e, portanto, favorecia um Estado palestino em partes da Cisjordânia. Rabin, Peres e Yasser Arafat ganharam o Prêmio Nobel da Paz por esse acordo duvidoso.) Em sua campanha para primeiro-ministro um ano depois contra Benjamin Netanyahu, Peres (que também era ministro da Defesa) procurou estabelecer suas credenciais agressivas lançando uma guerra contra o Líbano (que Israel devastou e ocupou por quase 20 anos a partir de 1982). Peres batizou sua guerra de Operação Uvas da Ira. De acordo com o veterano repórter do Oriente Médio Robert Fisk:

“O Nobel da Paz usou como desculpa o lançamento de foguetes Katyusha sobre a fronteira libanesa pelo Hezbollah. Na verdade, seus foguetes eram uma retaliação pela morte de um pequeno menino libanês por uma bomba que eles suspeitavam ter sido deixada por uma patrulha israelense. Não importava.

Alguns dias depois, as tropas israelenses dentro do Líbano foram atacadas perto de Qana e retaliaram abrindo fogo contra a vila. Seus primeiros projéteis atingiram um cemitério usado pelo Hezbollah; o resto atingiu diretamente o acampamento do exército da ONU de Fiji, onde centenas de civis estavam abrigados. Peres anunciou que “não sabíamos que várias centenas de pessoas estavam concentradas naquele campo. Veio para nós como uma surpresa amarga.”

Era mentira. Os israelenses ocuparam Qana por anos após a invasão de 1982, tinham vídeos do campo, estavam até sobrevoando o campo com um drone durante o massacre de 1996 – fato que negaram até que

um soldado da ONU me deu seu vídeo do drone, cujas imagens publicamos no *The Independent*. A ONU havia dito repetidamente a Israel que o campo estava lotado de refugiados. Esta foi a contribuição de Peres para a paz libanesa. Ele perdeu a eleição e provavelmente nunca pensou muito mais em Qana.

Fisk foi testemunha ocular da atrocidade. “Quando cheguei aos portões da ONU, o sangue estava jorrando através deles em torrentes. Eu sentia o cheiro. Lavou nossos sapatos e grudou neles como cola. Havia pernas e braços, bebês sem cabeça, cabeças de velhos sem corpos. O corpo de um homem estava pendurado em dois pedaços em uma árvore em chamas. O que sobrou dele estava pegando fogo.”

Mais de 100 civis foram mortos. Fisk continuou:

“Houve um inquérito da ONU que afirmou, de forma branda, que não acreditava que o massacre fosse um acidente. O relatório da ONU foi acusado de ser antisemita. Muito mais tarde, uma corajosa revista israelense publicou uma entrevista com os soldados de artilharia que dispararam contra Qana. Um oficial havia se referido aos aldeões como “apenas um bando de árabes” (“*arabushim*” em hebraico). “Alguns árabes morrem, não há mal nenhum nisso”, teria dito. O chefe de gabinete de Peres foi quase igualmente despreocupado: “Não conheço outras regras do jogo, nem para o exército [israelita], nem para os civis”.

Esse relato atroz – longe de ser o relato de um humanitário – foi citado em obituários críticos de Peres. Mas muito menos notado foi o papel de Peres em ajudar a pavimentar o caminho para o 11/9.

Que possível papel Peres poderia ter desempenhado nos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono? Lembre-se da investida cínica de Peres em ano eleitoral contra o Líbano e do massacre em Qana. Foi sua Operação Uvas da Ira que radicalizou indivíduos-chave que planejavam e executariam esses ataques.

Como escreveu o estudioso do Oriente Médio Juan Cole:

“Em 1996, jatos israelenses bombardearam um prédio da ONU onde civis haviam se refugiado em Cana/Qana, no sul do Líbano, matando 102 pessoas. No distante e pitoresco porto de Hamburgo, um jovem estudante de pós-graduação que estuda arquitetura tradicional de Aleppo viu imagens [da destruição]. Foi consumido pela angústia e pelo desejo de vingança. Assim que a Operação Uvas da Ira começou, na semana anterior, ele escreveu um testamento de martírio, indicando sua vontade de morrer vingando as vítimas, mortas naquela operação – com aviões e bombas que eram um presente gratuito dos Estados Unidos. Seu nome era Muhammad Atta. Cinco anos depois, ele pilotou o American Airlines 11 no World Trade Center.”

Lawrence Wright, autor de *The Looming Tower*, relatou:

“Em 11 de abril de 1996, quando Atta tinha vinte e sete anos, ele assinou um testamento padronizado que recebeu da mesquita al-Quds. Foi o dia em que Israel atacou o Líbano na Operação Uvas da Ira. De acordo com um de seus amigos, Atta ficou furioso e, ao preencher seu último testamento durante o ataque, estava oferecendo sua vida em resposta.”

O egípcio Atta foi o líder da célula em Hamburgo e depois nos Estados Unidos, sem o qual o sequestro de aviões em 11/9 quase certamente não poderia ter acontecido.

O repórter investigativo James Bamford disse a Scott Horton que Osama bin Laden “frequentemente mencionou Qana durante esses tempos. Foi um incidente muito inflamado em termos de seu próprio desenvolvimento de seu ódio pelos Estados Unidos e também por outras pessoas em todo o Oriente Médio.”

Em sua declaração de guerra contra os Estados Unidos em 1996, Bin Laden escreveu que, entre outros crimes perpetrados contra muçulmanos,

“as imagens horripilantes do massacre de Qana, no Líbano, ainda estão frescas em nossa memória. Tudo isso e o mundo assiste e ouve, e não só não respondeu a essas atrocidades, mas também com uma clara conspiração entre os EUA e seus aliados [sic] e sob a cobertura das iníquas Nações Unidas, as pessoas despossuídas foram até impedidas de obter armas para se defender. Os jovens responsabilizam-vos por todos os assassinios e expulsões dos muçulmanos e pela violação das santidades, levada a cabo pelos vossos irmãos sionistas no Líbano; vocês lhes forneceram abertamente armas e finanças.”

Líbano e Qana não foram as únicas queixas dos jihadistas contra os Estados Unidos, mas a guerra de Peres foi mais uma adição em uma longa acusação contra os Estados Unidos, cujo governo apoiou o exército israelense em centenas de bilhões de dólares. Peres não teria como saber que, cinco anos depois, sua guerra produziria um ato tão dramático de vingança contra o povo americano. Mas isso não deve diminuir a nossa condenação a ele. Sua missão de vida – o sionismo – exigia a degradação e destruição dos povos nativos que não se encaixavam em sua visão. Era inevitável que algum tipo de reação vingativa resultasse. Como de costume, as vítimas eram transeuntes inocentes. Criminosos como Peres conseguem morrer de velhice.

27 - “Quem é judeu” importa em Israel

Washington Report on Middle East Affairs, Março de 1990

A maioria dos americanos não entende a polêmica sobre “quem é judeu?” que se alastra novamente em Israel. Esse velho debate ganhou vida com duas decisões da Suprema Corte israelense de 1989. Primeiro, ao contrário da posição das autoridades ortodoxas no poder, o tribunal considerou que os judeus convertidos por rabinos conservadores e reformistas devem ser reconhecidos como verdadeiros judeus. Então, no final do ano, o tribunal decidiu que os judeus messiânicos, que praticam o judaísmo, mas também acreditam na divindade de Jesus são, apesar de sua fé, cristãos e, portanto, não se qualificam como judeus aos olhos do Estado.

O debate mascara uma questão monumental que muitos fora de Israel subestimam. Afinal, em que outro país – em que outra “democracia” especialmente – as qualificações religiosas são uma questão oficial?

Em Israel, as qualificações são uma questão oficial porque o país é um Estado judeu. Essas palavras, “Estado judeu” são geralmente mal interpretadas como uma questão humanitária até mesmo pelos judeus. Até a Segunda Guerra Mundial, os judeus nos EUA não estavam interessados em Israel e no sionismo. Eles não se viam exilados da “Terra Prometida” e não buscavam um “retorno”, apesar de um grande esforço para fazê-los pensar que esse era seu destino. As coisas mudaram na década de 1940 com a “solução final” de Hitler, e os judeus americanos se tornaram apoiadores devotos de Israel. Mas eles em grande parte o viam como um porto seguro para os judeus desenraizados e brutalizados da Europa, não como um lugar para os judeus americanos “retornarem”. Para eles, os EUA ainda era Sião.

Como as ações nazistas assassinas foram a fonte de seu apoio a Israel, a maioria dos judeus americanos ainda vê esse Estado como principalmente uma entidade humanitária, um lugar onde os refugiados judeus sempre serão aceitos e mantidos seguros. Os fundadores de Israel, no entanto, disseram repetidamente que Israel não é principalmente um porto seguro para refugiados, mas sim um cumprimento da promessa de Deus a todos os judeus. O Estado afirma falar não apenas pelos judeus que vivem em Israel, mas por todos os judeus, não importa onde vivam.

Esta é a fonte da controvérsia sobre “quem é judeu?”. Israel foi estabelecido como um Estado judeu não no sentido de que as leis do Antigo Testamento ou do Talmud constituem a lei civil, mas no sentido de que é um estado de, por e para o povo judeu (concebido por alguns judeus como uma raça distinta, ao contrário de todas as evidências). Essa noção secular do Estado judeu tem sido problemática há muito tempo. No início, qualquer um que se dizia judeu era considerado judeu. Isso se adequava à maioria dos judeus israelenses, que eram e são seculares. Mas desagradou a minoria de judeus religiosos. A definição mais tarde foi alterada para incluir apenas pessoas cujas mães eram judias e pessoas que se converteram ao judaísmo.

Isso levou à questão de saber se as conversões realizadas por rabinos conservadores e reformistas contariam. Para os judeus seculares que governavam o Estado, não era problema. Mas para os rabinos ortodoxos era fundamental porque sua autoridade estava em jogo. Há muito tempo eles querem que apenas as conversões ortodoxas sejam reconhecidas. (A decisão contra eles foi acompanhada de uma que, sem dúvida, encantou o rabinato. O tribunal disse que apenas rabinos ortodoxos poderiam realizar casamentos. Não há casamento civil em Israel.)

O debate não é apenas uma questão obscura de doutrina religiosa. Judeus de qualquer lugar do mundo podem vir a Israel e imediatamente se tornarem cidadãos, dando-lhes direito a serviços prestados por uma organização nominalmente privada [o Fundo Nacional Judaico] que atua como um agente do Estado. Este direito não está disponível para não-judeus. Obviamente, para que a Lei do Retorno tenha algum significado, deve haver uma maneira de distinguir judeus de não-judeus.

Cada israelense deve levar uma carteira de identidade, que tem uma linha indicando “nacionalidade”. Poder-se-ia pensar que um cidadão israelense teria a palavra “israelense” nessa linha. Não é assim. A

nacionalidade de qualquer judeu é “judeu”, a nacionalidade de um árabe israelense – mesmo aquele que viveu por décadas em, digamos, Jaffa – é “árabe”. Em 1970, um ativista judeu de direitos humanos tentou desafiar essa prática pedindo ao Ministério do Interior que mudasse seu registro para israelense. Ele recusou e o STF manteve a decisão. O tribunal afirmou que “não há nação israelense separada do povo judeu”.

Onde isso deixa os israelenses que não são judeus ou não são reconhecidos como judeus pelo Estado? De cara, isso implica cidadania de segunda classe.

Se os rabinos ortodoxos conseguirem o que querem, muitas pessoas agora consideradas como judeus serão excluídas de plenos direitos civis em Israel. Isso seria ruim. Mas e as pessoas que nunca tiveram os mesmos direitos que os estendidos aos judeus, ou seja, os palestinos que vivem em Israel?

Israel é um país com Estado socialista, o governo é dono de grande parte da economia. Assim, ser um não-judeu tem inúmeras desvantagens práticas. Mais de 90% das terras são administradas por uma autoridade estatal. Recursos hídricos preciosos e energia elétrica são controlados pelo Estado. Como em qualquer país socialista, os políticos decidem quem fica com o quê.

Uma vez que Israel é um Estado de, por e para o povo judeu, os recursos beneficiam principalmente os judeus. Os árabes são tributados como os judeus, mas não têm o mesmo acesso aos recursos que os judeus. As terras geridas pelo Estado podem ser vendidas ou arrendadas aos árabes, mas apenas numa base limitada. Restrições menos oficiais impedem o acesso dos árabes a grande parte do país. Aldeias e fazendas árabes não recebem a mesma qualidade de serviços – eletricidade, água e assim por diante – que as cidades e fazendas judaicas. Os agricultores árabes em Israel não são livres para vender seus produtos diretamente para compradores fora do país. (Apenas as ameaças de retaliação contra os produtos israelitas por parte da Comunidade Europeia persuadiram as autoridades a permitir a exportação direta dos árabes nos territórios ocupados.)

Os árabes de Israel são como servos em um Estado socialista gerido em benefício de outra pessoa. Eles podem ter representantes no Knesset, mas não podem mudar o sistema.

É importante entender a relação essencial entre o socialismo e Israel, tal como existe desde 1948. Se Israel adotasse o liberalismo de livre mercado, como alguns economistas americanos insistem, o caráter do Estado mudaria radicalmente. Se toda a terra e indústria fossem de propriedade privada, o livre comércio praticado e o governo limitado a um árbitro neutro, o país, por definição, não poderia discriminar. A igualdade de direitos e o Estado de Direito são marcas do liberalismo clássico. Não há cidadania de segunda classe no livre mercado. Este ponto é mais radical do que pode parecer à primeira vista: as "leis fundamentais" de Israel são incompatíveis com a filosofia política e a tradição ocidentais distintas conhecidas como liberalismo clássico.

Israel pode manter o status quo, incluindo o socialismo que está afundando sua economia em um abismo e causando uma emigração significativa, ou desistir do socialismo e adotar o liberalismo, caso em que não discriminaria mais os não-judeus. Poucos israelenses querem enfrentar essa escolha. Mas, querendo ou não, a necessidade de escolher é algo sobre o qual eles não têm escolha.

28 - O sionismo impõe discriminação oficial contra não-judeus

Washington Report on Middle East Affairs, Dezembro/Janeiro de 1991/1992

Ao pedir à Assembleia Geral das Nações Unidas que revogasse a resolução de 1975 que condenava o sionismo como racismo, o Presidente Bush reabriu a discussão sobre uma questão emocionalmente explosiva. Infelizmente, a discussão decorreu a um nível previsivelmente baixo. Os comentaristas que elogiaram a iniciativa de Bush gastaram a maior parte de suas palavras analisando como a Resolução 3379 foi aprovada.

“A campanha em nome da resolução ocorreu quando os Estados árabes recebiam rotineiramente apoio de várias nações do Terceiro Mundo, bem como da União Soviética e seus antigos aliados do Bloco de Leste”, escreveu Stephen Green, do Copley News Service. Christopher Gacek, da Heritage Foundation, destacou que 1975 foi “uma época em que as Nações Unidas serviram apenas como campo de batalha para as tensões da Guerra Fria e as hostilidades do Terceiro Mundo”. O senador Daniel Patrick Moynihan escreveu no *Washington Post* que a resolução nem sequer era uma ideia árabe; foi cozinhada pela União Soviética.

Esses comentaristas observam que, com o fim da Guerra Fria e os Estados Unidos como a única superpotência sobrevivente, é oportuno pedir à Assembleia Geral que apague a resolução de seu registro.

Chama a atenção a sua ausência nesses e em outros comentários, no entanto, qualquer avaliação do conteúdo da resolução.

Em vez disso, é dado como certo que a acusação – de que o sionismo é uma forma de racismo – é absurda e, portanto, a única questão é o motivo incômodo dos autores e daqueles que o apoiaram.

O motivo, no entanto, é uma questão separada do mérito. O caráter moral de um orador não determina necessariamente a verdade de suas palavras. Embora tenha sido hipócrita para governos que não respeitam a liberdade de seus próprios cidadãos condenar Israel por discriminar alguns de seus cidadãos, isso não absolve Israel da acusação. A justa indignação não substitui o escrutínio racional.

A questão é se sob o sionismo, a ideologia orientadora de Israel, as pessoas estão sendo tratadas de forma diferente com base na raça ou, mais precisamente, na origem étnica ou nacional. Pode haver alguma dúvida séria de que sim?

A primeira lei promulgada pelo Knesset israelense foi a Lei do Retorno, parte da Lei Básica, a coisa mais próxima que Israel tem de uma Constituição. De acordo com a Lei do Retorno, um judeu da diáspora, não importa onde nasceu ou onde vive, pode “retornar” a Israel como um cidadão israelense pleno. Mas um árabe (ou outro não-judeu) nascido na Palestina, mas que fugiu ou foi expulso, não pode. O critério é simples: um é judeu, o outro não.

“Nacional”, não cidadão, é a palavra operativa neste caso. Ao contrário de outros países, Israel distingue nacionalidade de cidadania. Não-judeus podem ser cidadãos de Israel. Mas não podem ser nacionais. Só os judeus podem ser nacionais. E em Israel, muitos direitos procedem da nacionalidade e não da cidadania.

Como um tribunal israelense declarou: “Não há nação israelense separada do povo judeu. O povo judeu é composto não apenas por aqueles que residem em Israel, mas também por judeus da diáspora.” A escritora Roselle Tekiner comentou: “Israel é a única nação do mundo a conceder privilégios a alguns estrangeiros que são negados a alguns cidadãos nativos”.

Este assunto não é puramente acadêmico. Isso afeta a forma como as pessoas são tratadas no dia a dia em Israel. Uma vez que o governo domina a vida econômica de Israel, a distribuição de muitos

bens e serviços é diretamente afetada pela discriminação básica contra os não-judeus.

Isso é mais óbvio no caso da terra. Quase 93% da superfície de Israel pré-1967 é propriedade do Estado ou do quase governamental Fundo Nacional Judaico. No início da década de 1960, o Knesset adotou os princípios do FNJ que regem a terra. Entre eles estão os princípios de que a terra é de propriedade do povo judeu, que é inalienável, que deve ser trabalhada apenas por judeus e que deve ser arrendada apenas a judeus.

Algumas terras foram arrendadas a curto prazo aos árabes; no entanto, os árabes estão impedidos de receber a maior parte das terras e de arrendamentos de longo prazo. Como Walter Lehn e Uri Davis escrevem, “Assim, não temos conhecimento de um único caso de uma grande extensão de terra, seja zoneada para agricultura ou indústria, ou para desenvolvimento habitacional, sob um arrendamento de longo prazo a um locatário não-judeu. Tais arrendamentos são muito mais prováveis de serem para pequenas extensões e por períodos relativamente curtos, às vezes por apenas um ano, ou se terras agrícolas, para uma safra. . . Em suma, os arrendamentos de terras de Israel para não-judeus parecem ser excepcionais de uma forma ou de outra, não típicos, e relativamente poucos em número.”

O professor Uzi Ornan, da Universidade Hebraica, escreveu que as terras controladas pela Administração de Terras de Israel não podem ser arrendadas a não-judeus “a menos que o apartamento ou lote de terra esteja localizado na 'zona de residência' especial atribuída a não-judeus, e onde os não-judeus são autorizados a solicitar um apartamento ou terreno”. Ornan comparou o tratamento israelense aos árabes ao tratamento dado pela África do Sul aos negros.

Sem surpresa, os arrendatários judeus não têm permissão para sublocar terras para árabes ou submetê-las a outros “usos não conformes”. Lehn e Davis escrevem que “um fazendeiro judeu perdeu suas terras arrendadas por ter violado esta lei [de 1967] ao vender sua safra de tomates no campo para um árabe; isso foi considerado pelo tribunal como um uso não conforme da terra de Israel”. Eles acrescentam que, em 1974, um ano antes da resolução da ONU, o ministro da Agricultura de Israel “denunciou a presença contínua de árabes em terras israelenses como trabalhadores agrícolas e meeiros. Em suas palavras, “a

dominação da agricultura judaica por trabalhadores árabes é um câncer em nosso corpo”.

O que vale para a terra vale também para a água e outros serviços dominados pelo Estado, por exemplo, eletricidade e educação. Os árabes não têm o acesso às necessidades que os judeus têm. A representação no Knesset, que é permitida aos árabes, também não pode alterar as leis fundamentais que tornam possível essa discriminação.

A ideologia que impõe a discriminação oficial e governamental contra os não-judeus é o sionismo. Sem ela, Israel não poderia ser um Estado judeu. Há quase 30 anos, as Nações Unidas definiram a discriminação racial como incluindo distinções baseadas na origem étnica ou nacional, bem como na raça. Se a reconsideração, portanto, não se baseia nos motivos dos autores originais da resolução, mas simplesmente em se o sionismo é ou não uma forma de racismo, os membros da ONU e os leitores deste artigo não devem ter problemas para chegar à resposta correta.

29 - O histórico intervencionista de Washington no Oriente Médio

A seguir, o capítulo 9 de *America Entangled: The Persian Gulf Crisis and Its Consequences*. Ted Galen Carpenter, editor. (Washington: Cato Institute, 1991)

Qualquer um que tente entender os acontecimentos contemporâneos no Oriente Médio sem conhecer o histórico da intervenção americana naquela região opera sob uma grave desvantagem. A intervenção americana, particularmente desde a Segunda Guerra Mundial, é o contexto indispensável para apreender muitos eventos importantes lá. As ligações nem sempre são diretas e explícitas. Mas, por mais oblíquas que sejam algumas das conexões, elas existem, e nós as ignoramos por nossa conta e risco.

Infelizmente, os americanos, e especialmente seus líderes, não têm paciência para a história. Quando os reféns americanos foram tomados pelos iranianos em 1979, o presidente Jimmy Carter rejeitou as referências ao histórico de intervenção dos EUA no Irã como “história antiga”. Isso equivalia a chamar essas intervenções de irrelevantes. O conhecimento do passado, no entanto, pode nos ajudar a compreender ações deploráveis, embora não as desculpe.

Antes de olhar para os detalhes, vale a pena dar um passo para trás e ver a floresta completa. O interesse dos Estados Unidos no Oriente Médio pode, é claro, ser resumido em uma palavra curta: petróleo (independentemente do que o presidente Bush possa dizer em quartas-feiras

alternadas). O petróleo é o que fez do Oriente Médio, nas palavras de um funcionário do Departamento de Estado em 1945, “uma estupenda fonte de poder estratégico e uma das maiores recompensas materiais da história mundial”.¹ Os Estados Unidos aspiravam controlar aquela região rica em petróleo, ainda que indiretamente, porque era vista como a chave para a liderança mundial. Os formuladores de políticas dos EUA sempre consideraram a guerra como potencialmente necessária para manter o controle da região: “ameaças ao fluxo contínuo de petróleo através do Golfo colocariam em risco as economias ocidental e japonesa a ponto de serem motivos para uma guerra geral”.² Os Estados Unidos tinham seu próprio petróleo, com certeza, mas durante a Segunda Guerra Mundial, acreditava-se que ele estava acabando. Assim, os Estados Unidos precisariam conservar as reservas domésticas enquanto desenvolviam fontes estrangeiras. Quase ninguém acreditava que a iniciativa privada poderia realizar essa façanha sem a ajuda do governo. Como disse o senador republicano Henry Cabot Lodge, “a história não nos dá confiança de que o interesse privado por si só salvaguardaria adequadamente o interesse nacional”.³ Nem a indústria do petróleo queria manter o governo fora do assunto.

Mais amplamente, durante a Segunda Guerra Mundial, os formuladores de políticas dos EUA imaginaram um mundo pós-guerra no qual os EUA eram arquitetos e executivos-chefes de uma nova ordem mundial. Essa ordem deveria ser aquela em que a imprevisibilidade fosse minimizada, se não eliminada; em que a mudança era controlada de perto; em que os interesses americanos foram devidamente respeitados; e em que esses interesses eram protegidos por um sistema econômico

¹ *Foreign Relations of the United States*, vol. 8 (Washington: Government Printing Office, 1945), p. 45.

² Comitê do Senado dos EUA sobre Energia e Recursos Naturais, *Acesso ao Petróleo – As Relações dos Estados Unidos com a Arábia Saudita e o Irã* (Washington: Government Printing Office, 1977).

³ Daniel Yergin, *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (Nova York: Simon & Shuster, 1991), p. 396.

mundial favorável – a saber, o capitalismo de Estado (em oposição ao capitalismo de livre mercado). Esses requisitos exigiam determinadas condições, nomeadamente o acesso aos recursos naturais. À luz do colapso pós-guerra dos antigos impérios coloniais, que os Estados Unidos aspiravam a ter sucesso de alguma forma, os líderes americanos esclarecidos entenderam que uma nova forma de controle seria necessária. O domínio direto tornou-se impraticável pelo despertar do nacionalismo no Oriente Médio, como foi na África e no Extremo Oriente. Novas formas de influência teriam de ser improvisadas. A opção óbvia foi a manutenção de regimes amigáveis, mesmo que brutais, e, quando necessário, a substituição de regimes insuficientemente obedientes. Alguns desses regimes-cliente seriam adequados para o dever extraterritorial – isto é, ajudar a manter a ordem além de suas fronteiras. Os líderes nomeados atuariam como baluartes contra rivais à influência americana. (A estratégia de nomear procuradores seria formalizada na Doutrina Nixon.)

Embora um consenso americano tenha sido construído em torno dos soviéticos como a ameaça mais provável à “ordem” no Oriente Médio, na verdade, as forças nativas, na forma de nacionalismo indisciplinado, eram as mais temidas. Como disse John Foster Dulles em 1958, os Estados Unidos “devem considerar o nacionalismo árabe como uma inundação que está correndo fortemente. Não podemos nos opor com sucesso, mas podemos colocar sacos de areia em torno de posições que devemos proteger – o primeiro grupo é Israel e Líbano e o segundo são as posições de petróleo ao redor do Golfo Pérsico.”⁴ A serviço desse objetivo, Dulles estabeleceu o princípio de que a neutralidade era impossível. As nações eram a favor ou contra os Estados Unidos.

Isso não significa que os Estados Unidos nunca acharam o nacionalismo útil. Os Estados Unidos apoiaram nacionalistas contra o rei Farouk do Egito em 1952-1953, a fim de enfraquecer a posição da Grã-

⁴ Citado em Michael B. Bishku, "The 1958 American Intervention in Lebanon: A Historical Assessment", *American-Arab Affairs*, no. 31 (Inverno 1989-90): 117.

Bretanha, ainda uma espécie de rival naquele momento.⁵ Mas quando Gamal Abdel Nasser, que ganhou o poder na crise, foi visto como uma ameaça aos interesses americanos, os formuladores de políticas dos EUA não hesitaram em tentar miná-lo. Sua eliminação chegou a ser cogitada. Então, em 1956, os Estados Unidos se opuseram ao ataque israelense, francês e britânico a Nasser – o “Hitler no Nilo”, de acordo com o *New York Times* (o quão pouco as coisas mudam).

Eu usei o termo “interesses americanos”, mas não devemos ser levados a considerar esse conceito muito ao pé da letra. Os interesses americanos devem ser interpretados como os interesses do grupo relativamente pequeno que faz política dentro e fora do governo, bem como de seus patronos no mundo corporativo. Eles tomam decisões para promover seu próprio bem, embora, por causa de várias falácias econômicas, possam acreditar que os interesses do país também são servidos. O ponto importante é que suas políticas realmente impedem a massa de americanos de perseguir seus próprios interesses como eles os veem. Os impostos, regulamentações e gastos do governo exigidos pelas políticas do pequeno grupo prejudicam a maioria dos americanos, incluindo a maioria dos empresários.

No que diz respeito ao petróleo e, de um modo mais geral, à energia, um mercado livre, sem intervenção do Estado, teria satisfeito sem dificuldades as necessidades do povo e das empresas americanas. Quem controlasse o petróleo do Oriente Médio precisaria vendê-lo. Os empresários privados em busca de lucro teriam gravitado para as fontes de energia que tivessem os menores custos e a maior segurança. Quanto da nossa necessidade de energia teria sido satisfeita pelo petróleo e quanto por alternativas ninguém pode dizer. Mas isso não é importante. O importante é que uma política externa não intervencionista no Oriente Médio não significaria empobrecimento da economia americana. Isso

⁵ Joyce Kolko e Gabriel Kolko, *The Limits of Power: The World and United States Foreign Policy, 1945-1954* (Nova York: Harper & Row, 1972), p. 426.

significa que os formuladores de políticas e seus parceiros da indústria calcularam mal? Na verdade, não. Embora um mercado livre de energia tivesse cuidado do povo americano, ele não teria necessariamente atendido aos interesses que lucraram com as políticas que foram perseguidas pelo governo dos EUA. Devemos assumir que a elite política, a Standard Oil e as outras empresas que buscaram a intervenção dos EUA na região sabiam o que estavam fazendo.

E o que eles estavam fazendo? Em geral, promoviam regimes repressivos com a condição de manter uma ordem favorável aos interesses do grupo de elite. Isso é mais claro nos casos do Irã e de Israel, embora – e aqui está a conexão com a crise atual – também seja verdade para a Arábia Saudita, Kuwait e outros países do Golfo Pérsico. A intervenção dos EUA na região criou um terreno fértil para demagogos e tornou um alvo fácil qualquer líder visto como fiel ao Ocidente. E, nos círculos mais viciosos, as crises periódicas resultantes serviram para justificar e sustentar a política.

No Irã, os Estados Unidos saíram em defesa do xá quando seu poder foi ameaçado pelo primeiro-ministro nacionalista Mohammed Mossadegh em 1953. As forças lideradas por Mossadegh nacionalizaram a indústria petrolífera e se ressentiram da interferência estrangeira. Os Estados Unidos aderiram a um boicote econômico internacional ao Irã e, em seguida, enviaram a CIA ao país para recrutar multidões para criar distúrbios e expulsar Mossadegh do poder. O governo dos EUA usou a desculpa de que Mossadegh era simpático aos comunistas, mas sabia que isso não era verdade. Mossadegh havia se oposto à presença de tropas soviéticas em seu país após a guerra e estava em desacordo com o Partido Comunista Iraniano. A ofensa real de Mossadegh foi não jurar fidelidade aos interesses americanos. Quando o xá foi reinstalado, os

interesses americanos ganharam suas primeiras concessões de petróleo iraniano.⁶

Depois de 1953, o xá continuou seu regime repressivo e corrupto com a ajuda da temida polícia secreta, SAVAK, treinada pelos Estados Unidos e Israel. O xá era um dos nossos. Como tal, ele foi favorecido com bilhões de dólares em equipamentos militares. Quando a ajuda militar total era politicamente inviável, o governo dos EUA recorreu a métodos indiretos, como o aumento do preço do petróleo. O principal impulsionador da disparada dos preços na década de 1970 foi aquele aliado leal dos EUA, o xá do Irã – com o apoio do governo Nixon, especialmente de Henry Kissinger. Maiores receitas do petróleo permitiram que o xá comprasse armas; em outras palavras, elas seriam pagas pelos consumidores americanos e não pelos pagadores de impostos americanos.⁷

A revolução iraniana de 1978-1979 foi o resultado previsível de anos de repressão e corrupção. E a violência antiamericana que se seguiu foi um resultado previsível de anos de patrocínio americano. (Essa violência inclui a tomada posterior de reféns no Líbano.) Mais de duas décadas de apoio a um monarca absoluto que colocou sua missão americana à frente da liberdade e da dignidade de seu povo resultaram em uma reação muçulmana que ainda assola o Oriente Médio. Isso não quer dizer que não teria havido extremismo muçulmano no Irã, mas para a política dos EUA, apenas que os extremistas não viam os EUA como inimigos.

⁶ Ver James A. Bill, *The Eagle and the Lion: The Tragedy of American-Iranian Relations* (New Haven: Yale University Press, 1988); Kermit Roosevelt, *Counter coup: The Struggle for Control of Iran* (Nova York: McGraw-Hill, 1979); e Jonathan Kwitny, *Endless Enemies: The Making of an Unfriendly World* (Nova York: Congdon & Weed, 1984).

⁷ "Não culpe as empresas petrolíferas; culpem o Departamento de Estado: Como o Ocidente foi vencido", *Forbes*, 15 de abril de 1976.

O Irã é apenas parte da história. Outra parte – uma parte importante – é Israel. De certa forma, o apoio americano a Israel é uma anomalia. No início, a indústria petrolífera e os especialistas em política externa do Departamento de Estado se opuseram a esse apoio. Eles previram como isso alienaria as massas árabes, e não devem ter sido surpreendidos em 1973, quando o embargo ao petróleo foi imposto. Algo diferente do petróleo impulsionou a decisão de apoiar a partilha da Palestina pela ONU e a criação de um Estado judeu: a política interna. Só mais tarde se “descobriu” que Israel poderia ser um “trunfo estratégico” – não só contra os soviéticos, mas também contra o “radicalismo” árabe e em defesa dos regimes árabes “moderados”, isto é, pró-americanos. O presidente Truman inicialmente apoiou a partição a mando dos sionistas americanos, mas ele teve segundas intenções após a votação da ONU em novembro de 1947, quando ficou claro que a partição produziria violência grave. Essas segundas intenções foram dissipadas pelos conselheiros de Truman quando o Partido Democrata ficou muito abalado pelos resultados das urnas em fevereiro de 1948. Em uma eleição especial para o Congresso, o candidato do Partido Trabalhista americano, Leo Isacson, derrotou o democrata Karl Propper em um distrito fortemente judeu no Bronx. O evento-chave da disputa foi o apoio de Isacson por Henry Wallace, que acusou Truman de vender os judeus. Com os votos eleitorais de Nova York em risco, Clark Clifford e outros assessores de Truman se opuseram a uma mudança de posição sobre a Palestina.

O que os Estados Unidos apoiaram, e pressionaram outros Estados a apoiar, foi a partilha da Palestina em Estados judeus e árabes. Para os judeus, que constituíam menos de um terço da população, foram 57% das terras, incluindo as terras mais aráveis da Palestina. Também é importante notar que os judeus haviam comprado menos de 7% das terras da Palestina até o final de 1947. A divisão foi ordenada para que os judeus constituíssem pouco mais de 50% da população. Assim, cerca de meio milhão de árabes palestinos teriam o que viam como um governo alienígena imposto a eles. Além disso, após a votação da ONU, as forças militares sionistas e grupos terroristas clandestinos (Irgun de Menachem Begin e a Gangue Gang de Yitzhak Shamir) expulsaram centenas de milhares de palestinos de suas casas, criando o problema dos refugiados

que ainda está conosco hoje. Tais táticas continuaram após a declaração de independência de Israel e a guerra de 1948.⁸

O resultado é que os árabes não estavam errados ao pensar que tinham sido tratados injustamente. A eles tinha sido prometido independência pelos britânicos após a Primeira Guerra Mundial, mas foi negada na maior parte. Agora, outra coisa era impedir a autodeterminação completa. Eles não entendiam por que deveriam pagar pelos horrores infligidos pelos nazistas.⁹

Como um Estado judeu, Israel, por definição, considera sua população árabe como cidadãos de segunda classe. Desde 1948, muitas terras anteriores a 1967 foram confiscadas de palestinos não judeus e são de propriedade do Estado ou do Fundo Nacional Judaico e administradas por meio de arrendamento por uma autoridade governamental. (Uma pequena quantia foi privatizada.) Embora a discriminação contra não-judeus seja proibida *de jure* em terras estatais, o Estado planeja de forma abrangente o uso da terra explicitamente para preservar Israel como o estado do povo judeu em todo o mundo. Assim, judeus cidadãos e não-cidadãos são oficialmente favorecidos sobre os 20% de cidadãos que não são judeus. Os judeus têm acesso a recursos e serviços públicos que são negados aos cidadãos árabes de Israel. Cada israelense carrega

⁸ Ver Edward W. Said e Christopher Hitchens, eds., *Blaming the Victims: Spurious Scholarship and the Palestinian Question* (Nova Iorque: Verso, 1988); Tom Segev, *1949: The First Israelis* (Nova York: Free Press, 1986); e Benny Morris, *The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

⁹ Ver Evan M. Wilson, *Decision on Palestine: How the U.S. Came to Recognition Israel* (Stanford, Califórnia: Hoover Institution Press, 1979), e John Snetsinger, *Truman, the Jewish Vote and the Creation of Israel* (Stanford, Califórnia: Hoover Institution Press, 1974).

uma carteira de identidade que especifica a “nacionalidade” do titular: judeu ou árabe. A semelhança com o apartheid é impressionante.¹⁰

O ressentimento árabe – e não apenas palestino – de tal tratamento naturalmente foi direcionado aos Estados Unidos, que foram corretamente vistos como patrono de Israel. Dean Rusk admitiu que o papel americano na criação de Israel permitiu que a partição fosse “interpretada como um plano americano”.¹¹ O ressentimento estimulado por essa percepção respingou previsivelmente em questões tangenciais.

Com uma única exceção – a oposição do presidente Eisenhower a Israel, Grã-Bretanha e França na Crise de Suez de 1956 – os Estados Unidos apoiaram Israel moral e materialmente firmemente. Deram luz verde aos ataques israelitas aos seus vizinhos e à repressão dos habitantes dos territórios ocupados. (As Nações Unidas têm sido tão veementes oposição a essa ocupação quanto oposição à de Saddam, de modo que as diferenças na resposta americana levantam questões perturbadoras.) Os Estados Unidos aumentaram a ajuda militar e econômica na sequência das ações mais flagrantes de Israel (a invasão do Líbano em 1982, por exemplo). E deu carta branca a Israel para usar a ajuda como quiser. A posição dos EUA de que Israel não deveria usar a ajuda americana para construir assentamentos judaicos nos territórios ocupados sempre foi inefetiva.

Talvez o pior de tudo, os Estados Unidos ajudaram a estabelecer o mito de que Israel está irremediavelmente cercado por árabes raivosamente hostis – terroristas por natureza – que se deleitariam em expulsar judeus até o mar. De fato, desde o início, as nações árabes procuraram

¹⁰ Ver Sheldon L. Richman, "Who is a Jew' Matters in Israel", *Washington Report on Middle East Affairs*, março de 1990, p. 10. (Capítulo 24 deste livro.)

¹¹ Alfred M. Lilienthal, *What Price Israel?* (Chicago: Henry Regnery, 1953), p. 67.

evitar hostilidades com Israel, a ponto de trair os palestinos.¹² Ao longo das quatro décadas de existência de Israel, houve inúmeras ofertas para fazer a paz. Israel, apoiado pelos Estados Unidos, respondeu com repressão nos territórios e força militar nos países vizinhos, e nenhum desses atos, curiosamente, é chamado de “terrorismo”. Desde 1976, os Estados árabes e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) apoiam uma solução de dois Estados com garantias de segurança para Israel. A solução foi a substância de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU de 1976 escrita pela OLP, uma resolução rejeitada por Israel e vetada pelos Estados Unidos. (A chamada conversão da noite para o dia de Yasser Arafat em 1988 é um mito.) Independentemente de quem esteja no poder, a posição israelense permanece: nenhuma conversa com a OLP, nenhum Estado palestino, nenhuma mudança no status dos territórios ocupados. Isso está no centro do “plano de paz” do primeiro-ministro Shamir.¹³ A rejeição israelense da OLP, como Shamir deixou claro em 1989, “não foi por causa do caráter terrorista desta organização, mas porque ela desejava estabelecer um Estado palestino”.¹⁴ Os palestinos são ordenados a reconhecer o “direito de existir” de Israel, enquanto os direitos palestinos nem sequer devem ser um problema. Assim, o apoio contínuo de Washington a Israel é uma garantia contra o progresso no problema mais urgente no Oriente Médio.

Durante várias décadas, os Estados Unidos arrogaram para si o direito de gerir o Oriente Médio. Como resultado, tornou os EUA um objeto de ódio para milhões de árabes e iranianos. O confronto em curso com o Iraque é apenas o episódio mais recente. É apenas uma das

¹² Ver Simba Flapan, *The Birth of Israel: Myths and Realities* (Nova Iorque: Pantheon, 1987).

¹³ Ver Thomas Friedman, "Shamir Faulted on Mideast Remarks", *New York Times*, 19 de outubro de 1989, no qual o secretário de Estado James Baker é citado dizendo: "Nosso objetivo o tempo todo tem sido tentar ajudar na implementação da iniciativa Shamir".

¹⁴ Dan Margalit, Haaretz, 29 de novembro de 1989, citado em Noam Chomsky, "A Intifada e o Processo de Paz", *Fletcher Forum* (verão de 1990): 350.

CHEGANDO A PALESTINA

tragédias da política americana. Tendo se aliado tão firmemente às forças de repressão na região, os Estados Unidos não podem agora se tornar um mediador honesto lá. Assim, a não-intervenção encontra justificativa não apenas no princípio e na tradição revolucionária americana, mas na realidade empírica. É hora de substituir a manipulação política por uma política americana de comércio pacífico com as nações desta região conturbada.

30 - Guerra e Paz no Oriente Médio: uma crítica à política americana

Middle East Policy, Volume III, Número 4, 1995

Resenha do livro: *War and Peace in the Middle East: A Critique of American Policy*, de Avi Shlaim. Nova York: Whittle Books/Viking, 1994. 142 páginas.

Avi Shlaim, autor do magistral *Collusion Across the Jordan* (1988), escreveu uma breve história da intervenção ocidental no Oriente Médio desde a Primeira Guerra Mundial, com foco especial nos Estados Unidos. Infelizmente, em um esforço talvez para ganhar um grande número de leitores leigos, Shlaim economizou demais e diminuiu o valor que o livro poderia ter tido. Deixou-se de fora muito material importante para dar uma imagem justa do que se passou na região. E as omissões tendem a prejudicar o caso contra os árabes e, particularmente, os palestinos. (Também falta ao livro um índice.)

Além disso, Shlaim tem uma agenda, o que é bastante óbvio no final do livro. Ele quer que os Estados Unidos façam mais no Oriente Médio. Leitores informados podem se perguntar: já não fizeram o suficiente?

Shlaim começa com o colapso do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial e o remake da região pela Grã-Bretanha. Ele enfatiza

adequadamente a natureza imperialista da política do secretário colonial Winston Churchill. Essa política fatídica incluiu a criação do Iraque a partir de Basra, Bagdá e Mossul; a conseqüente vitimização dos curdos; e a criação da Transjordânia. É claro que as promessas mutuamente exclusivas da Grã-Bretanha em relação à independência árabe e à pátria judaica se destacam como o epítome da manipulação dos Grandes Poderes. Shlaim nos lembra das palavras imortais de Lord Balfour:

“Em suma, no que diz respeito à Palestina, os Poderes não fizeram nenhuma declaração de fato que não seja reconhecidamente errada, nem nenhuma declaração de política, que, pelo menos na carta, nem sempre pretendam violar.”

Muitos estadistas desde então aparentemente se formaram na escola Balfour de diplomacia. (Veja o registro de Henry Kissinger.) Estudantes de governo e ciência política em todos os lugares deveriam ter que ler a declaração de Balfour no primeiro dia de aula.

Shlaim tem toda a razão quando escreve:

“O acordo de paz pós-Primeira Guerra Mundial não é apenas um capítulo da história, mas a história dos nossos tempos. Ela está na raiz das inúmeras disputas territoriais, da negação do próprio direito de alguns países de existirem e das inúmeras guerras e lutas pela libertação nacional que se tornaram características tão familiares das políticas do Oriente Médio.”

Quando Shlaim chega à criação do Estado de Israel, ele começa a omitir fatos materiais. Por exemplo, ele escreve, “os líderes árabes rejeitaram a resolução da ONU e enviaram seus exércitos para lutar contra o Estado nascente”. Essa declaração implica que os Estados árabes estavam unificados e determinados a destruir Israel. No entanto, seu livro anterior demonstrou meticulosamente que os árabes estavam desunidos e mais relutantes em ir para a guerra – até que suspeitaram que o rei Abdullah da Transjordânia tinha projetos territoriais e poderia ter fechado um acordo com os sionistas. Em *Collusion Across the Jordan*, Shlaim refere-se a

“uma reversão da decisão do Egito e da Liga Árabe de não enviar exércitos regulares para a Palestina, limitando-se a concentrar tropas na fronteira e estender a ajuda ao Exército de Libertação Árabe e às forças guerrilheiras palestinas. O rei Farouk [do Egito] tomou pessoalmente essa decisão, que perturbou o consenso estratégico da Liga Árabe e forçou os outros Estados árabes a seguirem o exemplo, enviando seus exércitos regulares para a Palestina. A decisão surgiu de uma percepção crescente de que o rei Abdullah estava determinado a enviar seu exército para a Palestina no final do mandato, quer os outros líderes árabes concordassem ou resistissem, e se eles participassem da invasão ou permanecessem à margem. Também ficou claro para os líderes egípcios e outros líderes árabes que, quaisquer que fossem as razões dadas para a entrada da Legião Árabe na Palestina, *a intenção final seria obter um novo território para o rei Abdullah*. Muitos suspeitavam que Abdullah não tentaria conquistar toda a Palestina pela força das armas, mas tentaria chegar – e talvez já tivesse chegado – a um acordo com os judeus para repartir os despojos. Aqui reside uma das principais razões para a reversão da posição anterior do Egito.” [Grifo nosso.]

Não ajuda em nada o leitor leigo resumir essa história reveladora a “Estados árabes... enviaram seus exércitos para lutar contra o Estado nascente”. Shlaim não poderia pelo menos ter adicionado o qualificatório *com relutância*? Devo também salientar que Shlaim não menciona a crítica *judaica* cuidadosamente pensada ao projeto sionista.

O tratamento de Shlaim a Nasser é igualmente incompleto. Shlaim argumenta corretamente que a política americana foi prejudicada pela visão do Oriente Médio através das lentes da Guerra Fria. A ameaça soviética sempre foi exagerada. Ele também enfatiza corretamente a recusa do governo dos EUA em deixar Nasser comprar armas americanas, o que levou o líder egípcio em 1955 a comprá-las do bloco soviético. Mas o leitor leigo se beneficiaria de saber que, a partir de abril de 1955, o governo de Nasser se envolveu em contatos secretos com Israel, por meio de um quaker americano, visando um acordo de paz. (Ver

Middle East Mission, de Elmore Jackson [Nova York: Norton, 1983].) Essas discussões incipientes foram muito tensas, mas não foram interrompidas, quando o governo israelense organizou um ataque maciço contra a cidade de Khan Yunis, no sul de Gaza, em retaliação às violações de fronteira por palestinos que haviam sido expulsos de suas casas na guerra de 1948. O acordo de armas soviético acabou com a iniciativa de paz. Um ano depois, depois que Nasser nacionalizou o Canal de Suez, Israel invadiu o Sinai, e a Grã-Bretanha e a França atacaram o Egito. O objetivo era destituir Nasser.

Quando Shlaim chega à Guerra dos Seis Dias de 1967, ele parece ter pressa. “A Guerra dos Seis Dias resultou de uma manobra de Nasser que ultrapassou o limite”, afirma. É tudo o que ele escreve sobre a causa da guerra. Há certamente verdade nessa afirmação, mas é lamentavelmente inadequada. Ele poderia ter pelo menos apontado que Israel se envolveu em alguma manobra própria.

Shlaim lida melhor com a ascensão de Anwar el-Sadat. Ele escreve corretamente que a primeira-ministra israelense Golda Meir, apoiada pelo presidente Richard Nixon e pelo secretário de Estado Kissinger, rejeitou a abertura de paz de Sadat depois que ele sucedeu Nasser no final de 1970. Kissinger pode ter sido o principal obstáculo à paz; Ele argumentou que entrar em discussões de paz recompensaria os radicais. A expulsão de conselheiros soviéticos por Sadat, em 1972, parecia não significar nada para Kissinger. O resultado de sua política foi a guerra do Yom Kipur em 1973.

Quando Shlaim chega à crise Iraque-Kuwait, ele adota a linha ortodoxa em muitos aspectos. “A anexação do Kuwait pelo Iraque apresentou aos Estados Unidos uma série de desafios – aos seus interesses no petróleo, aos seus interesses na Arábia Saudita e ao seu prestígio no Golfo”, escreve. Essa frase ilustra o que há de errado com a crítica de Shlaim à política dos EUA no Oriente Médio. Ele confunde os interesses de um conjunto restrito de pessoas com os interesses dos EUA. Pode-se argumentar com veemência que os interesses da grande maioria dos americanos nunca foram ameaçados por Saddam Hussein. Mesmo se ele tivesse invadido a Arábia Saudita, não teria tido “o mundo à sua mercê”, como acredita Shlaim. Uma análise feita na época pelo economista David Henderson demonstrou que, mesmo com todo o petróleo sob o controle de Saddam, o custo máximo para a economia dos EUA teria sido um décimo de um por cento do PIB. (O Congresso aprova uma legislação que custa o mesmo.) Saddam nunca ameaçou cortar o petróleo aos Estados

Unidos e não teria interesse em fazê-lo. Pelo contrário, foi o Ocidente que cortou os embarques de petróleo iraquiano e kuwaitiano. Além disso, acreditar, como Shlaim aparentemente acredita, que Saddam poderia ter aumentado exorbitantemente os preços do petróleo é mostrar uma falta de compreensão de como os mercados funcionam. Muito antes de ele pudesse ter colocado o Ocidente de joelhos, uma política de preços altos ou embargo teria desencadeado processos de mercado calculados para diluir a influência de Saddam. A única razão pela qual isso não aconteceu nos embargos do petróleo da década de 1970 é que os controles de preços de Nixon estavam em vigor. Shlaim escreve que Saddam teria controlado 40% das reservas mundiais se tivesse tomado a Arábia Saudita. Mas no momento em que ele tentasse aumentar os preços, esse percentual teria caído. “Reservas conhecidas” é uma categoria econômica, não geológica. Refere-se ao petróleo que é econômico de ser tirado do chão ao preço vigente. Se o preço sobe, as reservas que não eram econômicas de se produzir passam a valer a pena. Em suma, o poder de Saddam foi grosseiramente superestimado.

No capítulo final, Shlaim fica confuso. Ele parece criticar a Nova Ordem Mundial como “um manto para cobrir a hegemonia americana no sistema internacional”. Certo. Mas depois culpa os Estados Unidos por não fazerem mais. Ele elogia fracamente a política do presidente Clinton de dupla contenção do Irã e do Iraque. Mas Shlaim queixa-se de que “ele não aborda os problemas subjacentes da agitação regional, como a negação da democracia e dos direitos humanos por regimes autoritários e o fosso entre ricos e pobres”. Estou curioso para saber como os Estados Unidos poderiam enfrentar esses problemas sem serem hegemônicos. Shlaim quer que os Estados Unidos conduzam Israel e os árabes a uma paz formal. Ele quer tropas americanas nas Colinas de Golã. Ele quer que os Estados Unidos “subscrevam” um acordo entre Israel e Jordânia. (Isso foi escrito antes do acordo de paz.) “Em suma”, escreve ele, “os Estados Unidos precisam se envolver muito mais, comprometer recursos em uma escala muito maior e espalhá-los mais amplamente se quiserem forjar uma paz abrangente no Oriente Médio na bigorna do acordo Israel-OLP”.

Pode-se supor, pelo exposto, que Shlaim não é um pagador de impostos americano. (Ele nasceu em Bagdá, cresceu em Israel e vive na Inglaterra.) Mas, além do fardo adicional que ele tão alegremente propõe para aqueles de nós que pagam impostos a Washington, como os Estados Unidos devem seguir o programa de Shlaim sem se tornar uma força autoritária no Oriente Médio? E o que dirão os radicais islâmicos quando

os Estados Unidos espalharem todo esse dinheiro para promover seus interesses? Não soa como uma receita para o progresso.

Shlaim escreve que, se os Estados Unidos não liderarem, ninguém o fará. No entanto, ele também observa que o Acordo de Oslo entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina “desmentiu a crença de que os dois lados tinham que confiar no envolvimento de superpotências para chegar a qualquer acordo”. (Eu diria que a principal razão pela qual o “processo de paz” está essencialmente paralisado é que os Estados Unidos estão envolvidos – do lado de Israel.)

O desejo de Shlaim de ver os Estados Unidos mais envolvidos, mas mais imparciais, pode ser amplamente compartilhado e bem intencionado. Mas boas intenções nunca são suficientes. Uma rede de segurança dos EUA apenas permite que as partes sejam mais descuidadas do que de outra forma, porque não arcarão com toda a responsabilidade de sua irresponsabilidade. Além disso, a chave para a paz e a prosperidade para todos os países do Oriente Médio está no encolhimento da sociedade política e na expansão da sociedade civil (o setor privado e voluntário). A transferência de dinheiro dos Estados Unidos para os governos centrais dessas nações funciona contra essa exigência. Dar recursos a um governo central contribui perigosamente para a politização da sociedade. Pessoas que, de outra forma, canalizariam suas energias e empreendedorismo para produzir crescimento econômico, em vez disso, dedicam seus esforços para ganhar um pedaço do poder – pois se não o fizerem, seus inimigos o farão. Assim, a chamada ajuda externa é corruptora. Não promove o progresso. Sufoca-o.

31 - Repensando a relação EUA-Israel

Free Association. 20 de março de 2015

O Benjamin Netanyahu que vimos nos dias anteriores e posteriores às eleições israelitas de terça-feira é o mesmo que esteve no poder todos estes anos. Ao mesmo tempo, ele estava lá para todos verem, então ninguém deveria ter se surpreendido com seu desempenho. Duvido seriamente que alguém realmente se surpreenda. Os americanos que seguem servilmente a linha do lobby israelense e de Israel podem agir como se estivessem surpresos, mas isso é apenas seu constrangimento em ter que responder pelo primeiro-ministro do “Estado do Povo Judeu”. (Se Israel é de fato o Estado do Povo Judeu, segue-se que o lobby pode ser chamado apropriadamente de Lobby Judaico, embora isso pareça ofender algumas pessoas. O termo não precisa sugerir que toda pessoa que se identifica como judia é pró-Israel ou pró-Likud. Conheci judeus religiosos que são severamente anti-Israel e antissionistas.)

Os democratas, especialmente, estão em uma encrenca. Eles não podem se dar ao luxo de se distanciar de Netanyahu e alienar fontes judaicas de doações de campanha, mas estão visivelmente desconfortáveis com seu discurso tão abertamente racista sobre os eleitores árabes israelenses – “O governo de direita está em perigo. Os eleitores árabes dirigem-se em massa às assembleias de voto. ONGs de esquerda estão trazendo-os em ônibus.” A defesa dos democratas dessa apelação feia como mera forma de tirar o voto é vergonhosa. (Imagine algo equivalente acontecendo nos Estados Unidos.)

Os democratas também estão nervosos com a declaração de Netanyahu de que nenhum Estado palestino será estabelecido enquanto ele chefiar o governo israelense. (Sua tentativa pós-eleitoral de recuar um pouco não foi bem recebida.)

A vida era muito mais simples para pessoas como Hillary Clinton quando Netanyahu não dizia coisas assim em público. Enquanto isso, os republicanos pró-guerras – isso é redundante – não se incomodam.

Para quem presta muita atenção, o racismo e o oportunismo implacável de Netanyahu não são novidade. Há alguns anos, surgiu um vídeo sincero de 2001 em que ele cinicamente descrevia os americanos como “facilmente movidos”, ou seja, manipulados. Os israelenses, disse ele, podem fazer o que quiserem com os palestinos porque os americanos “não vão atrapalhar”. Estes são os mesmos americanos que são forçados a enviar a Israel US\$ 3 bilhões por ano em assistência militar para que ele possa bombardear e embargar regularmente os palestinos no campo de prisioneiros da Faixa de Gaza e oprimir os palestinos de maneira um pouco mais sutil na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

Com Netanyahu, você realmente recebe o que está comprando, o que sem dúvida o torna uma escolha melhor para governar Israel do que a União Sionista de centro-esquerda, porque os trabalhistas compartilham a maioria das crenças do Likud sobre os palestinos, eles são apenas mais circunspectos e, portanto, mais reconfortantes para os chamados “progressistas” americanos. Dizer que apoia as negociações para um Estado palestino não é o mesmo que apoiar um Estado palestino viável. Os palestinos pouco restaram da Cisjordânia murada e de Jerusalém Oriental por causa das reivindicações de segurança do Estado e das cidades exclusivamente judaicas construídas ao longo dos anos pelos dois partidos dominantes, Likud e Trabalhista. E Gaza é uma área de desastre bombardeada. (Mesmo para muitos defensores de dois Estados, a justiça não é a preocupação. Em vez disso, as circunstâncias demográficas tornam um Estado insustentável para esses pragmáticos, porque o apartheid puro, que o mundo desaprovava, seria visto como a única alternativa a um Estado genuinamente democrático com uma minoria judaica. Os defensores do Estado único têm sua própria solução para o problema palestino, aquela usada em 1948: transferência.)

O primeiro-ministro é um sofista extraordinário, diz o que precisa dizer para conquistar seu objetivo do momento. Quando descartou um Estado palestino antes da eleição, em uma tentativa de fortalecer sua base de direita, foi interpretado como revertendo um compromisso que assumiu em 2009, depois de ter retornado ao poder, mesmo ano em que Barack Obama assumiu o cargo. A reversão da campanha colocou Obama e o secretário de Estado, John Kerry, em uma posição muito desconfortável, já que haviam feito do fraudulento “processo de paz” uma

prioridade máxima, até que as negociações fracassaram na primavera passada, um fracasso que atribuíram, pelo menos em parte, a Netanyahu. Uma vez terminada a eleição e necessária alguma reconciliação com o governo dos EUA, Netanyahu “esclareceu” suas observações, dizendo que sua posição de 2009 não havia realmente mudado; só o meio ambiente havia mudado.

“Não quero uma solução de Estado único. Quero uma solução sustentável e pacífica de dois Estados, mas, para isso, as circunstâncias têm de mudar. Eu estava falando sobre o que é alcançável e o que não é alcançável. Para torná-lo realizável, então você tem que ter negociações reais com pessoas que estão comprometidas com a paz.

Nunca mudei meu discurso na Universidade Bar Ilan, há seis anos, pedindo um Estado palestino desmilitarizado que reconheça o Estado judeu. O que mudou foi a realidade.”

O que mudou? Netanyahu provavelmente tem algumas coisas em mente. Os palestinos rejeitam uma nova exigência de que reconheçam formalmente Israel como o Estado do povo judeu (em todos os lugares). Décadas atrás, a liderança palestina aceitou a existência de Israel dentro das fronteiras pré-guerra de 1967 – ou seja, abriu mão de reivindicar 78% da Palestina pré-1948. (Até o Hamas disse que estava disposto a ceder ao secular Fatah e à Autoridade Palestina.) Mas, em uma declaração que altera sua meta anterior, Netanyahu acrescentou recentemente a nova exigência, algo que ele sabe que a liderança palestina não pode aceitar se for para manter a legitimidade (ou qualquer legitimidade que ainda tenha). Tal concessão seria prejudicial aos cidadãos árabes não judeus de Israel e favoreceria judeus que nunca pisaram no país em detrimento de árabes palestinos nativos que foram expulsos de seu lar ancestral e que são proibidos de retornar.

Em outras palavras, Netanyahu conscientemente colocou uma pré-condição impossível nas negociações. Mas foi ele quem insistiu que não havia pré-condições. Quando os palestinos exigiram que Israel passasse de tomar terras de propriedade palestina na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental para abrir espaço para bairros exclusivamente judeus, Netanyahu recusou alegando que isso era uma pré-condição. (Os

palestinos cederam e deram uma chance às negociações, sem dúvida sob pressão americana.) Mas não era exatamente uma condição prévia, mas um reconhecimento de que as terras que estavam sendo confiscadas eram justamente o objeto da negociação. Em que universo é razoável que duas partes negociem sobre o território enquanto uma está anexando-o e construindo assentamentos permanentes?

É esse tipo de coisa que expõe a má-fé de Netanyahu (e da maioria dos israelenses) em relação aos palestinos. Ele sabota o “processo de paz” e culpa os palestinos por não serem um parceiro sério para a paz. (Agora ele está tentando sabotar as negociações multilaterais com o Irã. Viu um padrão?)

Netanyahu também pode estar dizendo que o momento é errado para um Estado palestino – o que seria um Estado completamente à mercê do governo israelense – porque o EI está criando turbulência no vizinho Iraque e na Síria, e o Irã está expandindo sua influência na região. O sofisma aqui é que, de fato, muitos problemas no Oriente Médio podem ser atribuídos à injustiça de Israel contra os palestinos e à beligerância em relação a seus vizinhos, especialmente as repetidas invasões devastadoras do sul do Líbano. A limpeza étnica, os massacres perpetrados por milícias sionistas na época da independência, a ocupação implacável da Cisjordânia desde 1967, a repressão e o empobrecimento dos habitantes de Gaza e a humilhação rotineira dos cidadãos árabes de segunda classe de Israel criaram queixas profundas que só são agravadas por Netanyahu e aqueles que o apoiam.

Isso, é claro, se espalhou para os Estados Unidos, já que os regimes democrata e republicano estão ao lado de Israel, não importa o que aconteça e não importa quantas vezes seu governo humilhe os governantes americanos. Quando o ex-general David Petraeus disse a um Comitê de Serviços Armados do Senado em 2010 que a relação EUA-Israel “fomenta o sentimento antiamericano”, ele estava apenas repetindo o que muitas outras autoridades haviam reconhecido antes. “Enquanto isso”, acrescentou Petraeus, “a Al Qaeda e outros grupos militantes exploram essa raiva para mobilizar apoio. O conflito também dá ao Irã influência no mundo árabe por meio de seus clientes, o Hezbollah libanês e o Hamas. Os ataques de 11/9 foram, em parte, motivados pela raiva sobre a relação dos Estados Unidos com Israel. A declaração de guerra de Osama bin Laden em 1996 deixa claro que essa relação estava no centro de sua hostilidade em relação aos Estados Unidos. Mohammed Atta, um dos sequestradores do 11/9, juntou-se à causa após o ataque de Israel ao

Líbano em 1996, escreve James Bamford em *The Shadow Factory*. (A discussão aberta desses fatos é desencorajada por acusações espúrias de antissemitismo contra qualquer um que os levante.)

Assim, novamente, Netanyahu cita razões para não fazer a paz que ele mesmo ajudou a criar ou agora está perpetuando. O fato de ele ser levado a sério na política americana é uma prova do poder do lobby de Israel.

A aparente reeleição de Netanyahu e as circunstâncias flagrantes em que foi realizada devem levar a uma reconsideração da relação especial. Embora isso devesse ter acontecido há muito tempo, agora seria um bom momento para o governo dos EUA encerrar a relação e começar a ver Israel como uma potência nuclear desonesta e agressora. (Claro que os Estados Unidos estão longe de poder acusar outra nação disso.) Chega de desculpas. Os palestinos não tiveram nada a ver com o Holocausto. Vamos ter um único padrão moral para todos.

Não que eu ache que isso tenha chance de acontecer, mas o governo dos EUA deveria cessar toda a ajuda do pagador de impostos ao governo israelense, parar de vetar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que condenam Israel por suas violações diárias dos direitos humanos e parar de impedir os esforços palestinos de criar um país independente (com adesão ao Tribunal Penal Internacional, etc.). Os Estados Unidos deveriam se retirar do Oriente Médio e entrar em uma *de-tente* com o Irã (que não está desenvolvendo uma arma nuclear). Isso teria um dividendo imediato: não seríamos levados à guerra com o Irã por Netanyahu, o lobby e seus fantoches republicanos e democratas neconservadores no Congresso.

Talvez os políticos israelenses ajam com mais responsabilidade se não tiverem o povo americano para recorrer. Provavelmente não. Mas sabemos que os palestinos não terão justiça sob o status quo. Enquanto isso, a política dos EUA coloca os americanos em risco. Isto tem de acabar.

32 - Jornalistas dos EUA ignoram consistentemente o terrorismo do Estado israelense

Washington Report on Middle East Affairs.
Maio/Junho de 1991

Muitas pessoas na mídia têm uma visão tão romântica de Israel que perdem toda a objetividade. Por exemplo, eles não teriam problemas em acreditar em uma alegação de um ataque árabe contra civis israelenses indefesos. Mas agem como se os ataques israelenses contra civis árabes fossem impossíveis.

O colunista Paul Greenberg escreveu: “Há terroristas e há terroristas. Há quem escolha cuidadosamente seus alvos para efeito político. Eles são baixos, mas estão vários degraus acima daqueles que escrupulosamente evitam alvos militares e atacam um povo inteiro indiscriminadamente, como os assassinos de crianças de Yasser Arafat e a retórica de Meir Kahane.” O argumento de Greenberg é que, exceto por um personagem marginal como Kahane, nenhum israelense jamais “agrediria um povo inteiro indiscriminadamente”, que quando Israel é forçado a se envolver em violência, ela é sempre cirurgicamente direcionada contra os culpados.

Este é um artigo de fé que não requer provas para a maioria dos jornalistas. Durante o final da guerra do Golfo Pérsico, os indesculpáveis

ataques de mísseis Scud do Iraque contra Israel trouxeram a previsível onda de indignação seletiva da mídia. A cobertura televisiva e jornalística foi intensa. As redes mostraram os danos em apartamentos e automóveis, enquanto o prefeito de Tel Aviv charmosamente lembrou aos telespectadores americanos que tal é a vida em Israel.

O onipresente Benjamin Netanyahu, vice-ministro das Relações Exteriores de Israel, explorou plenamente as oportunidades apresentadas por entrevistas ao vivo na televisão após os ataques. Ele disse que eles demonstraram novamente por que seu país não pode lidar com a Organização para a Libertação da Palestina e repetiu o cânone de que Israel está cercado por países hostis.

Durante a guerra, um repórter da *National Public Radio* mal conseguiu controlar sua alegria ao relatar que o Iraque justificou os ataques Scud dizendo que a reserva militar de Israel não permite distinção entre civis e soldados. O desprezo desse jornalista é típico do duplo padrão que caracteriza a cobertura dos acontecimentos do Oriente Médio.

No entanto, nem Saddam Hussein nem os extremistas da OLP são únicos a ignorar esta distinção. Os israelenses fazem a mesma coisa há mais de 40 anos, com armas mais mortíferas, em lugares como o sul do Líbano.

Em 1978, após uma grande incursão israelense no Líbano, o chefe do Estado-Maior Mordechai Gur disse sem rodeios à imprensa: “Durante 30 anos, desde a Guerra da Independência até hoje, lutamos contra uma população que vive em aldeias e cidades”. Gur citou como exemplos das campanhas anteriores de Israel contra civis: o bombardeio de aldeias no lado leste do vale do Jordão e o bombardeio de cidades na área do Canal de Suez nos anos após a Guerra dos Seis Dias. Esses atos de terror expulsaram mais de um milhão e meio de jordanianos e egípcios de suas casas.

Na época da declaração do general israelense, o jornalista militar mais respeitado de Israel, Ze'ev Schiff, escreveu: “A importância das observações de Gur é a admissão de que o exército israelense sempre atacou as populações civis, propositalmente e conscientemente. O Exército, disse ele, nunca distinguiu alvos civis [de militares]. [mas] atacou propositalmente alvos civis, mesmo quando os assentamentos israelenses não haviam sido atingidos.”

Essa é a política que Moshe Sharett, primeiro ministro das Relações Exteriores de Israel, chamou criticamente de “terrorismo sagrado”. A doutrina é encontrada no pensamento do primeiro-ministro fundador de Israel, David Ben-Gurion, e nas ações militares aprovadas pelos dois principais blocos governamentais. Em 1981, quando o Partido Trabalhista criticou o então primeiro-ministro Menachem Begin por seu bombardeio a Beirute, que matou civis indiscriminadamente, ele respondeu listando alguns dos ataques civis perpetrados por governos trabalhistas anteriores. “Houve ações retaliatórias regulares contra as populações árabes civis”, disse Begin.

De acordo com o *Jerusalem Post*, o ex-ministro das Relações Exteriores e embaixador na ONU, Abba Eban, justificou os ataques contra civis argumentando que “havia uma perspectiva racional, finalmente cumprida, de que as populações afetadas exerceriam pressão para o fim das hostilidades”. Isso parece qualificar esses ataques israelenses como terrorismo proposital travado contra civis árabes por qualquer noção razoável, mas não pela definição de fato observada pela grande mídia americana, que inerentemente exclui Israel.

Os comentaristas americanos parecem ignorantes ou cegos aos ataques israelenses contra civis – como os realizados repetidamente no Egito, Gaza e Jordânia nas décadas de 1950 e 1960 e, com frequência ainda maior, contra civis nos territórios ocupados e no Líbano nas décadas de 1970, 1980 e hoje. Nem observadores americanos ou “especialistas em terrorismo” parecem estar cientes dos abusos contra civis muçulmanos e cristãos durante a guerra de 1948, como as expulsões em massa sob a mira de armas dos habitantes de Lydda, Ramle e um grande número de outras aldeias palestinas.¹ Foi preciso a invasão em grande escala do Líbano e o terrível bombardeio de Beirute em 1982 para que a

¹ Ver o novo livro de Benny Morris, *1948 and After: Israel and the Palestinians*.

mídia notasse, mesmo que brevemente. Desde então, eles caíram em seu padrão anterior.

O poder da mídia tendenciosa dos EUA sobre a opinião pública foi bem demonstrado pela cobertura dos ataques Scud. O *New York Times* citou Steven L. Spiegel, professor da UCLA e apologista de longa data das políticas likudistas em Israel, dizendo: “Através da televisão, milhões de americanos (...) assistiram israelenses colocarem suas máscaras de gás... e eles experimentaram quase tudo o que os israelenses fizeram... Acho que muitos americanos terão muito mais simpatia por alguns dos problemas de segurança de Israel depois disso.”

Também é seguro dizer que os americanos teriam muito mais simpatia pelos problemas de segurança dos civis palestinos e libaneses se os principais meios de comunicação dos EUA fornecessem um mínimo de informações e cobertura fotográfica das políticas israelenses para colocar esses civis, por meio do terrorismo, contra seus líderes e uns contra os outros.

Na verdade, o fato de a mídia ignorar a campanha terrorista israelense de décadas contra civis árabes é algo mais do que uma reportagem descuidada. Revela um viés sistêmico que implica que as mortes de árabes, particularmente palestinos, por mais horríveis que sejam, pouco importam, enquanto atentar contra judeus israelenses é um crime intolerável que tem precedência sobre todas as outras considerações, como equilíbrio jornalístico, fair play elementar e o direito do público americano de ter acesso a todos os fatos para tomar suas próprias decisões informadas.

33 - 1949: Os primeiros israelenses

American-Arab Affairs. Primavera de 1990.

Resenha do livro: *1949: The First Israelis*, de Tom Segev, traduzido por Arlen Neal Weinstein. Nova York: The Free Press, 1986.

Edward Jenks, em seu livro *A History of Politics*, escrito em 1900, afirmou: “historicamente falando, não há a menor dificuldade em provar que todas as comunidades políticas do tipo moderno devem sua existência a uma guerra bem-sucedida”. Tom Segev, em seu livro sobre o primeiro ano de independência de Israel, demonstra que as coisas não mudaram no século XX. Se o Estado é a presunção e imposição que o liberalismo clássico do século XVIII o considerava ser, então o Estado de Israel é o Estado consumado. Começou em 1948, e permanece até hoje, como uma imposição múltipla do prelúdio à coda. Segev condena Israel e sua camarilha governante de presunção em seis acusações, envolvendo: judeu versus árabe, residente veterano versus recém-chegado, judeu europeu versus judeu oriental, secular versus ortodoxo, israelense versus diáspora e fazendeiro versus morador da cidade. A cada dupla, a primeira impunha-se inconcebivelmente à segunda.

Segev é um dos vários historiadores israelenses mais jovens que examinaram arquivos governamentais que recentemente deixaram de ser secretos e começaram a revisar o relato da fundação e assentamento de Israel. O livro foi recebido com os uivos previsíveis em Israel porque, como escreve Segev, “quebrou uma autoimagem firmemente estabelecida e expôs como meros mitos um grande número de truísmos há muito aceitos”. Tornou-se um best-seller. Segev resume suas descobertas no início do livro:

“Assim, tornou-se evidente que os árabes nem sempre se recusaram a discutir a paz com Israel e que

Israel não fez tudo o que podia para alcançar a paz com seus vizinhos a todo custo. Um grande número de árabes palestinos foi expulso de suas casas, não apenas durante a guerra de 1948-1949, mas também depois. Não era a “reunião de exilados” de acordo com o ideal sionista que era o objetivo principal de Israel, mas sim suas próprias necessidades de mão de obra na agricultura, na indústria e no exército. Imigrantes judeus de países árabes foram discriminados, em parte como resultado de decisões explícitas, e muitos deles foram deliberadamente despojados de sua identidade cultural e religiosa.

Tudo isso indica que os pais fundadores de Israel eram muito menos idealistas e mais cínicos do que se supunha. Afinal, os “bons velhos tempos” não eram tão bons.”

A força do livro reside em sua quase total dependência de registros oficiais; ele contém pouca polêmica. É um modelo de história revisionista. Segev, usando citações e estatísticas, ilustra o desprezo demonstrado pelos judeus europeus seculares, socialistas e dominantes para com qualquer um que não se encaixasse em seu próprio molde. O “típico novo imigrante” foi descrito por um jornalista israelense como “um pequeno judeu polonês de mandíbulas proeminentes, acompanhado de sua pequena esposa gorda”. (Segev aponta que as caracterizações de novos imigrantes judeus soam quase antissemitas.) Os judeus iemenitas, mantidos em campos de imigrantes, foram privados à força de suas barbas e tranças. Os judeus da diáspora foram submetidos a campanhas de medo e mentiram sobre as condições reais em Israel para que emigrassem. (Um comando que trabalhou dentro dos países árabes escreveu: “A imigração em massa só chegará como resultado da angústia... Devemos considerar a possibilidade de iniciar a angústia.”) Os judeus que desejavam não ser agricultores foram pressionados e, em alguns casos, forçados a se estabelecer em aldeias agrícolas decrepitas.

A atitude em relação à imigração era contraditória. Os governantes queriam muitos imigrantes por uma questão de segurança e assentamento, mas não *qualquer* imigrante. Nahum Goldman, da Agência Executiva Judaica, disse que “um Estado e uma nação têm o direito de exercer uma certa crueldade. Se trouxermos idosos e inválidos, outras

organizações devem arcar com o ônus... Uma seleção mais eficiente é boa para a imigração e não pode haver objeção ideológica a isso.” Itzhak Rafael, dizendo-se favorável à “seleção de imigrantes”, reconheceu que “tinha 2.000 vistos em Tûnis, que haviam sido emitidos para idosos e inválidos, e deu uma ordem para não trazê-los”.

Independentemente da idade ou saúde, alguns tipos de judeus não eram bem-vindos por algumas autoridades israelenses. A admissão da comunidade karaita do Egito foi contestada pelo rabino-chefe asque-naze de Jerusalém, que via seus membros como uma “praga mortal”. (Os caraitas há muito são considerados hereges porque acham que o Pentateuco é o único texto autorizado.) Da mesma forma, Y. Meir, diretor-geral do Ministério da Saúde, ficou “horrorizado” ao saber que os falashas, os judeus negros da Etiópia, seriam levados para Israel. (Em 1985, Israel resgatou 8.000 falashas da fome na Etiópia; está planejando a chegada de mais.)

É claro que essas imposições empalidecem ao lado do tratamento dado aos árabes palestinos. Perder as tranças não se compara a perder a terra ou a vida. O relato documental de Segev acrescenta informações importantes ao nosso armazém de conhecimento sobre o assunto. As citações que ele cavou dos arquivos são particularmente esclarecedoras.

O lendário anseio de paz dos líderes de Israel, que é incessantemente invocado até hoje por repórteres e comentaristas, cai por terra diante da pesquisa de Segev. Ele cita o ministro das Relações Exteriores, Moshe Sharett, dizendo a seu partido MAPAI que “algumas pessoas muito criativas” estão satisfeitas com o armistício que encerrou a guerra de 1948. Essas pessoas, segundo Sharett, querem que os líderes “parem de reiterar declarações sobre nosso desejo de paz, já que o mundo árabe as interpreta como um sinal de fraqueza e como uma indicação de nossa disposição de nos rendermos. Devemos dizer o contrário: não precisamos de paz”.

Uma segunda lenda é desmembrada por Segev: a suposta recusa árabe em negociar um acordo de paz acaba por ser, em um exame mais atento, nada disso. (Anwar Sadat não foi o pioneiro que tem fama de ser.) As nações árabes estavam aparentemente ansiosas – talvez ansiosas demais, em detrimento dos palestinos – para chegar a um acordo. Mas não houve cedência do outro lado. Quando os egípcios propuseram que o Neguev fosse um Estado independente, Israel protestou que a Resolução de Partição da ONU atribuía o Neguev ao Estado judeu. No entanto,

Israel se recusou a discutir a desistência da Galileia, que ele havia tomado durante a guerra, embora a ONU a tivesse atribuído aos árabes. (A recomendação de partilha da ONU deu 55% do território do mandato aos judeus e 45% aos árabes palestinos. Após os acordos de armistício, Israel tinha quase 80%.) Assim, uma chance de um acordo antecipado com o Egito foi sacrificada ao nacionalismo.

A razão para isso não é difícil de entender. Um acordo de paz firme e objetivo teria minado os planos expansionistas dos líderes israelenses. Os arquivos transbordam de documentação de sua intenção de obter o máximo possível da terra da Palestina – ocupada ou abandonada. Só a conveniência arrefeceu o seu ardor pela terra. Os líderes de Israel, liderados por David Ben-Gurion, se recusaram a especificar as fronteiras de seu novo Estado na Declaração de Independência ou em outro lugar, alegando que isso limitaria suas opções.

Durante a determinação dessas fronteiras, detalhes como os direitos e a dignidade dos árabes raramente foram autorizados a atrapalhar. O abuso israelense de árabes que tentavam se agarrar a suas aldeias, casas e simples pertences foi suficiente para levar até Ben-Gurion a dizer durante a guerra: “Estou chocado com os atos que chegaram aos meus ouvidos”. Segev detalha o assassinato generalizado, pilhagens, estupros e expulsões cometidos pelas tropas israelenses. A reação de Aharon Cizling, ministro da Agricultura, dá uma ideia a natureza da conduta: “Muitas vezes discordei quando o termo nazista foi aplicado aos britânicos. Eu não gostaria de usar o termo, embora os britânicos tenham cometido crimes nazistas. Mas agora os judeus também se comportaram como nazistas e todo o meu ser está abalado.” A franqueza de Cizling tinha seus limites, no entanto: “Obviamente, temos que esconder essas ações do público”.

Antes, durante e depois da chamada Guerra da Independência, os palestinos foram pressionados ou aterrorizados a deixar suas casas. Centenas de milhares o fizeram. Dezenas de milhares de outros que resistiram à guerra foram expulsos pelo exército depois. Alguns foram removidos para países árabes; outros foram colocados em outros lugares de Israel. Por que? Duas razões: isolar os árabes dentro de Israel e construir aldeias para judeus. O capítulo de Segev “Dividindo os despojos” descreve como a propriedade deixada para trás foi descaradamente atribuída aos israelenses.

Os palestinos que tentaram recuperar suas terras ou propriedades pessoais foram rotulados de “infiltrados”. O problema dos refugiados desencadeou uma apavorada discussão em todo o país. A maioria dos líderes concordou com Ben-Gurion, que disse em abril de 1949 que a “linha do governo é que eles não podem voltar”. Yosef Weitz, chefe do Fundo Nacional Judaico, propôs assediar os refugiados que estavam perto das fronteiras, a fim de aprofundá-los em território árabe. Ele estava disposto a que Israel pagasse para assentá-los nos países árabes, mas não queria que nenhum refugiado fosse readmitido, exceto para reunificar algumas famílias. Dov Yosef, governador militar de Jerusalém, disse que “o que aconteceu aconteceu, e não há como trazer de volta o passado”. Quando Moshe Sharett, antecipando que Israel poderia ser forçado pelas Nações Unidas ou pelos Estados Unidos a aceitar alguns refugiados, sugeriu que Israel estava disposto a receber 100.000 de volta, ele desencadeou uma tempestade de críticas dentro do MAPAI e entre o público. (Durante as negociações com o Egito, Israel já havia concordado em anexar a Faixa de Gaza, pensando que continha 180.000 refugiados, depois recuou quando descobriu que o número era de 230.000.) Sharett tentou acalmar a oposição apontando que, como alguns refugiados já haviam retornado, o número real a ser aceito era de apenas 65.000 e que estes seriam estabelecidos onde o governo quisesse e não em suas próprias casas. Ben-Gurion, que Segev diz que “tendia a ignorar a tragédia humana dos árabes palestinos”, disse a Weitz, que se opôs ao plano, que era “contra seu julgamento [de Ben-Gurion]”. Como não foram alcançados acordos de paz, nenhum plano de refugiados, nem mesmo este cínico, foi adotado.

Às vezes, os malabarismos legais em relação aos árabes eram absurdos. Para facilitar o confisco de bens abandonados, foi elaborada a Lei de Propriedade dos Ausentes. Um ausente foi inicialmente definido como aquele que saiu do estado. Mas Moshe Sharett achava isso muito limitado; teria deixado milhares de árabes que fugiram de suas aldeias para Nazaré livres para voltar para casa. Assim, a definição foi alterada para incluir qualquer pessoa que tivesse deixado seu “local habitual de residência” após 29 de novembro de 1947, mesmo permanecendo em Israel. Isso levou ao conceito orwelliano de “ausentes presentes”. O Estado adquiriu meio milhão de hectares sob esta lei. (Eventualmente, os atuais ausentes foram autorizados a comprar novos imóveis, mas nunca recuperaram o que perderam.)

As autoridades impuseram o domínio marcial à medida que os territórios árabes foram conquistados. “Presumia-se que o domínio

marcial prevaleceria por muitos anos. E assim aconteceu”, escreve Segev. Ironicamente, a base legal para essa regra foram os Regulamentos de Defesa de Emergência implementados pelos britânicos durante o mandato. Sob o domínio marcial, o exército poderia selar áreas árabes e exigir que os árabes tivessem permissões para entrar ou sair das áreas. As autorizações podem ser negadas por “considerações de segurança”. Os árabes poderiam ser deportados de suas aldeias; qualquer árabe poderia ser convocado à delegacia a qualquer momento ou confinado em sua casa; as prisões administrativas podem ser feitas a qualquer momento, sem explicação ou julgamento.

Segev escreve:

“Foram muitos os relatos de milhares de pessoas retiradas de suas casas para inspeção e identificação. Representantes do governo militar as reuniam em um campo aberto, mantendo-as ali por muitas horas ao sol, sem comida, bebida ou instalações sanitárias – homens, mulheres e crianças. Quando saíram de casa, receberam ordens para deixar as portas destrancadas. As casas permaneciam desguarnecidas. Quando retornavam, muitas vezes descobriam que os soldados haviam roubado objetos domésticos, joias e dinheiro. Essas coisas aconteceram repetidamente... Era um povo assustado e sem liderança; não causaram perigo à segurança do Estado.”

A rotina diária de humilhação e assédio do regime marcial é difícil de se entender para as pessoas criadas na segurança de um governo constitucionalmente limitado. Não deveria ter sido difícil de entender para autoridades políticas e militares que alegam falar em nome das pessoas vitimadas pelos nazistas tão recentemente. O que poderia tê-los feito esquecer ou, mais provavelmente, deixar deliberadamente de aplicar os padrões universais de justiça? Segev deixa essas perguntas para o leitor refletir. (O tratamento descrito acima, embora difícil de imaginar, não é desconhecido: acontece na Cisjordânia e na Faixa de Gaza rotineiramente, e às vezes chega até aos jornais americanos.)

Quando os regulamentos de emergência britânicos foram usados contra os judeus na década de 1940, eles foram denunciados amargamente. Segev cita Menachem Dunkeimann, mais tarde juiz da Suprema

Corte israelense, que disse na época que eles eram “uma ameaça para toda a comunidade” e “uma violação de conceitos elementares de lei e justiça”. Menachem Begin, mais tarde primeiro-ministro e chefe do bloco Likud, se opôs em 1949, quando o governo trabalhista propôs regulamentos de emergência adicionais, porque ele achava que eles poderiam ser usados contra seu partido Herut. Ele chamou os regulamentos de “essas leis nazistas” – as mesmas leis às quais os palestinos continuam a ser submetidos hoje, nas mãos do Likud.

Segev deve ser admirado por sua erudição, sua escrita e, acima de tudo, sua coragem. Seu estilo é jornalístico, com pouca argumentação. Mas isso não significa que o livro careça de pungência. Os fatos muitas vezes falam por si. Segev a certa altura discute a renovação de “uma aldeia árabe abandonada nos arredores de Jerusalém”. Funcionários públicos analisaram o local, decidiram o que ele precisava e começaram a estabelecer um campo de imigrantes lá. “A aldeia recebeu agora o nome de Givat Shaul Bet. No passado, era conhecida como Deir Yassin.” Esta, claro, foi palco de um massacre infame em 1948; mais de 200 homens, mulheres e crianças palestinas desarmadas foram brutalmente mortos pelo Irgun de Begin e pela Gangue Stern de Yitzhak Shamir. Alguns judeus acharam insensível construir um assentamento no local. Em uma carta a Ben-Gurion, quatro estudiosos, incluindo Martin Buber, disseram: “Reassentar Deir Yassin dentro de um ano após o crime, e dentro da estrutura do acordo comum, equivaleria a um endosso ou, pelo menos, aquiescência com o massacre”. O governo construiu o assentamento de qualquer maneira. “Várias centenas de convidados vieram à cerimônia de abertura [do novo acampamento], incluindo (...) os rabinos-chefes e o prefeito de Jerusalém”, escreve Segev. “O presidente Haim Weizmann enviou parabéns por escrito. A banda da escola para cegos tocou e refrescos foram servidos.”

34 - O papel do rabino Meir Kahane na vida e na morte

Washington Report on Middle East Affairs. Janeiro de 1991

O assassinato de Meir Kahane revelou um aspecto interessante da carreira do rabino militante e racista que talvez nem ele tenha apreciado. Na vida, e agora na morte, Kahane funcionou como um contraste ao lado do qual os outros pudessem parecer mais atraentes.

Em uma coluna no *Washington Post* em 11 de novembro, Walter Reich, do Woodrow Wilson Center, escreveu que Kahane “expressou opiniões sobre os palestinos e defendeu ações contra eles, particularmente sua 'transferência' para países árabes, que são simplesmente incompatíveis (...) com... [padrões] israelenses tradicionais. Eles eram, com certeza, compatíveis com os padrões de retórica e comportamento em relação aos judeus na maioria dos países árabes.”

Esta declaração destina-se claramente a separar Kahane dos líderes de Israel e, na verdade, da sociedade israelita em geral. Vamos ver se eles passam no teste histórico.

Se a proposta de Kahane para a transferência de árabes é incompatível com os padrões israelenses, o que devemos pensar de Joseph Weitz, diretor do Fundo Nacional Judaico, a organização que adquiriu terras na Palestina? Em 1940, Weitz escreveu o seguinte:

“Deve ficar claro que não há espaço para ambos os povos neste país... Se os árabes deixarem o país, ele estará completamente escancarado para nós. E se os

árabes ficarem, o país continuará estreito e miserável. A única solução é Eretz Israel, ou pelo menos Eretz Israel ocidental, sem árabes. Não há espaço para compromissos neste ponto! A iniciativa sionista até agora . . . tem ido bem em seu próprio tempo, e fazendo tudo o que poderia fazer com a “compra de terras” – mas isso não criará o Estado de Israel; que deve vir tudo de uma vez... e não há outra maneira senão transferir os árabes daqui para os países vizinhos, transferi-los todos; exceto, talvez, de Belém, Nazaré e Jerusalém Velha; não devemos deixar uma única aldeia, nem uma única tribo. E a transferência deve ser direcionada para o Iraque, para a Síria e até para a Transjordânia. Para isso, vamos encontrar o dinheiro e muito dinheiro. E só com essa transferência o país será capaz de absorver milhões de nossos irmãos, e a questão judaica será resolvida, de uma vez por todas. Não há outra saída.”

Weitz usa a palavra “transferência” quatro vezes, oito anos antes de o Estado de Israel declarar sua independência. Podemos voltar mais para trás. Há uma famosa declaração de Theodor Herzl, fundador do movimento sionista, sobre expropriar “suavemente” a propriedade árabe e tentar “atrair a população sem dinheiro através da fronteira, adquirindo emprego para ela nos países de trânsito, enquanto nega-se qualquer emprego em nosso próprio país... Tanto o processo de desapropriação quanto o de remoção dos pobres devem ser realizados de forma discreta e circunspecta”.

Também não devemos ignorar a esperança de Chaim Weizmann de que “a Palestina será tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa e a América é americana”.

Essa era a teoria. Ela foi fielmente realizada na prática. Antes e depois da guerra de 1948, os árabes foram despojados de suas terras e pertences e levados impiedosamente através das fronteiras. (Para detalhes, veja o excelente trabalho de Tom Segev, *1949: The First Israelis*, e minha revisão no capítulo 30.) Isso se repetiu em 1967.

E o tratamento dado aos judeus nos países árabes? Reich não disse qual país ele tinha em mente, mas como o êxodo de judeus do Iraque no início dos anos 1950 é bem conhecido, vejamos isso. O Iraque, é claro, tinha uma grande comunidade judaica que remonta à antiguidade. Apesar de alguns momentos ruins, os judeus do Iraque muitas vezes prosperaram, especialmente quando no alvorecer do século XIX. As Nobres Palavras do Decreto de 1839 introduziram um novo código civil que se aplicava a todos, independentemente da religião ou seita. De acordo com Nissim Rejwan, um judeu iraquiano que emigrou para Israel, a partir de 1876 os judeus serviram no parlamento e foram nomeados para tribunais governamentais e conselhos distritais e municipais. Um pequeno número de judeus ingressou no serviço público. Os judeus eram livres para educar seus filhos e fundar escolas. Isso não quer dizer que os judeus não sofreram discriminação, mas as condições eram tão favoráveis que alguns judeus da Europa Central se mudaram para o Iraque.

A situação mudou com o florescimento do sionismo. Um membro proeminente da comunidade judaica iraquiana, Menahem Salih Daniel, confirmando as previsões de judeus antissionistas no Ocidente, escreveu em 1922 que o sionismo prejudicava os judeus do mundo árabe: “Se [os judeus do Iraque] abraçarem tão publicamente e sem tato... uma causa que é considerada pelos árabes não apenas como estrangeira, mas como realmente hostil, não tenho dúvida de que eles conseguirão se tornar um elemento totalmente estranho neste país.” [Ver capítulo 4.]

O progresso sionista em direção ao Estado, incluindo a agressão acima mencionada contra os palestinos, piorou as coisas para os judeus do Iraque. Alguns judeus partiram para Israel, mas aparentemente não o suficiente para os sionistas. Eles decidiram dar-lhes um empurrão, porque, como disse um agente israelense, “a imigração em massa [para Israel] só chegará como resultado da angústia... Devemos considerar a possibilidade de provocar essa angústia.” Isso eles fizeram. De acordo com um funcionário da CIA no Iraque na época, Wilbur Crane Eveland, os israelenses transferiram armas para agentes sionistas no Iraque. Isso foi confirmado mais tarde por Yigal Allon. “Nas tentativas de retratar os iraquianos como antiamericanos e aterrorizar os judeus, os sionistas plantaram bombas na biblioteca do Serviço de Informação dos EUA e em sinagogas”, escreveu Eveland. A Embaixada dos EUA recebeu provas de que o terrorismo foi cometido por uma organização sionista clandestina. O governo iraquiano tentou desencorajar o êxodo, chegando a confiscar

a propriedade dos judeus em fuga. Todos, exceto cerca de 5.000 judeus partiram.

Assim, a mais célebre “transferência” de judeus de um país árabe teve suas raízes inteiramente no sionismo e em um esforço vergonhoso que violou a ressalva da Declaração Balfour sobre ações “que podem prejudicar os direitos e o status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país”.

35 - Embaixadora Jeane Kirkpatrick bate recorde de desinformação no Oriente Médio

Washington Report on Middle East Affairs. Abril de 1991

“Não é o que não sabemos que nos machuca”, teria dito Will Rogers. “É o que sabemos que não é bem assim.” Ele poderia estar pensando no Oriente Médio?

Quem mais “sabe” sobre o problema Israel-Palestina é Jeane Kirkpatrick, ex-embaixadora da ONU no governo de Ronald Reagan e hoje especialista em política externa. No *Washington Post* de 11 de fevereiro, Kirkpatrick juntou tanta desinformação em uma coluna de jornal quanto se pode imaginar. Intitulado “Raízes do Rejeitismo Árabe”, certamente merece um prêmio.

“O primeiro e mais importante aspecto do problema”, escreve ela, “é saber quando ele começou e quando não começou. O problema não começou quando Israel ocupou a Cisjordânia e Gaza após a guerra de 1967. Esta é a primeira e última verdade da coluna. “Começou”, continua ela, “em maio de 1948, quando os vizinhos árabes de Israel – Egito, Iraque, Síria, Líbano, Arábia Saudita e Transjordânia – rejeitaram a Partição da Palestina e travaram guerra para destruir o novo Estado judeu”.

Kirkpatrick está certa, é claro, que o problema não começou em 1967. Quem, pergunto-me, já disse que sim? Mas também não começou em 1948. Tudo começou na década de 1920 e ainda antes, quando os defensores do Estado judeu compraram terras de proprietários feudais (principalmente árabes) na Palestina e expulsaram os camponeses árabes palestinos, cujas famílias viviam naquela terra por gerações. Os palestinos não podiam sequer retornar como empregados, porque o movimento sionista não contrataria mão de obra árabe. Em maio de 1948, muitos palestinos, que não compartilhavam da visão de uma Palestina livre de árabes, já haviam se tornado vítimas de massacres e expulsões perpetrados por forças paramilitares sionistas.

O falecido historiador israelense Simha Flapan escreve em seu livro, *The Birth of Israel: Myths and Realities*, que as nações árabes queriam a paz com o novo Estado judeu e só relutantemente saíram em defesa dos palestinos quando as atrocidades contra eles não puderam mais ser ignoradas. Os israelenses haviam feito um acordo secreto com o rei Abdullah da Transjordânia que lhe permitiu tomar a Cisjordânia, que, de acordo com o plano de partilha da ONU, deveria fazer parte do Estado palestino. Israel tomou o resto do Estado palestino proposto, exceto a Faixa de Gaza, que acabou em mãos egípcias.

É importante perceber que os exércitos árabes não atacaram o Estado judeu, como foi definido no plano de partilha da ONU. Os combates ocorreram na parte palestina, para onde os israelenses haviam alargado suas fronteiras recomendadas pela ONU para realizar ambições expansionistas. O governo israelense havia deliberadamente se recusado a especificar suas fronteiras em sua declaração de Estado, a fim de não excluir oportunidades de expansão.

Quando a guerra terminou, Israel ampliou seu território de 57% da Palestina vinculativa para mais de 77% e criou milhares de refugiados impedidos de voltar para casa. Quanto aos árabes que permaneceram em Israel durante a guerra de 1948 e que se tornaram israelenses, viveram sob o regime militar até 1966. (Tornar-se um israelense não confere grandes benefícios a um árabe cristão ou muçulmano. Ser judeu é o que conta.)

Esse era, então, o problema antes de 1967: alguns palestinos eram refugiados, os demais eram cidadãos de segunda classe. O fato de a Cisjordânia e a Faixa de Gaza terem sido o foco desde 1967 mostra, ironicamente, até onde os palestinos estão dispostos a ceder. A solução

de dois Estados abandona essencialmente as legítimas reivindicações de propriedade anteriores a 1967. Quem é intransigente?

Kirkpatrick prossegue afirmando que os territórios ocupados não se tornaram “importantes para a relação árabe-israelense até depois que os vizinhos árabes de Israel lançaram novamente e perderam uma guerra agressiva em 1967 contra Israel”. Eis uma despuddorada invenção da história. Quem pode negar que o ataque de Israel ao Egito iniciou a Guerra dos Seis Dias? A Jordânia entrou na guerra somente após o ataque ao Egito, com quem o rei Hussein tinha um tratado de defesa mútua estipulando que um ataque a qualquer um dos Estados seria considerado um ataque a ambos. Os israelenses lançaram um ataque preventivo? O ex-primeiro-ministro David Ben-Gurion disse que “duvidava muito se [o presidente egípcio] Nasser queria ir para a guerra”. Yitzhak Rabin disse: “Não acredito que Nasser queria a guerra”.

Finalmente, Kirkpatrick escreve que “enquanto os governos árabes se recusarem a estabelecer relações diplomáticas e econômicas normais com Israel e a fazer a paz, os governos israelenses se sentirão ameaçados, provavelmente serão ameaçados e não farão concessões. Antes que se possa falar sobre a Cisjordânia, é preciso que haja conversa entre árabes e israelenses.” Essa é a posição dos principais apologistas americanos de Israel, como o Washington Institute for Near East Policy. Não poderia ser mais errôneo. Ironicamente, o ministro das Relações Exteriores do Iraque, Tariq Aziz, demonstrou isso. Após sua reunião fracassada com o secretário de Estado James Baker e pouco antes da Guerra do Golfo, Aziz foi questionado por que o Iraque não discute suas queixas com Israel. Aziz disse que o Iraque não tem queixas com Israel. As questões, segundo ele, são entre Israel e os palestinos. Ele acrescentou que o que satisfaria os palestinos satisfaria os iraquianos. Com uma guerra pendente, Aziz não tinha motivos para dizer isso além de que era verdade.

Com duas exceções, os árabes não têm disputa com os israelenses uma vez que a disputa palestina seja resolvida. As exceções, as Colinas de Golã e o Sul do Líbano, também estão relacionadas ao problema palestino.

Portanto, é um total absurdo para o vice-ministro da Defesa de Israel, Benjamin Netanyahu, dizer que a paz com as nações árabes deve vir antes de um acordo com os palestinos. Nenhuma pessoa informada

acredita seriamente que isso faz algum sentido. É simplesmente uma tática de paralisação.

Que posição irá o governo Bush tomar nesta matéria? O secretário Baker poderia avançar nas perspectivas de justiça e paz simplesmente reconhecendo essa realidade, que é confirmada por nossos aliados árabes, e não apenas por Tariq Aziz. Tal ação traria clareza incaracterística à confusão do Oriente Médio e poderia ter consequências terríveis. Seria o tipo de tremor que a terra poderia usar.

36 - Táticas dos advogados de tribunal, agenda do ideólogo

Washington Report on Middle East Affairs,
Abril/Maio de 1992

Os advogados de tribunal têm um ditado: se os fatos não sustentam seu caso, argumente a lei. Se a lei não apoiar o seu caso, argumente os fatos. E se nem a lei nem os fatos sustentam o seu caso, crie uma cortina de fumaça e obscureça tudo.

Cynthia Ozick pode não ser uma advogada de tribunal (diz-se que ela está escrevendo um artigo sobre o revisionismo do Holocausto). Seu artigo de opinião de 19 de fevereiro no *New York Times*, “The Territories Are Not Occupied”, é um exemplo que poderia constar nos livros didáticos de como obscurecer leis e fatos desfavoráveis.

O exercício de obscurantismo de Ozick começa com um mergulho na história. Ela afirma que, na década de 1930, o termo “palestino” se referia aos judeus e que aqueles que hoje conhecemos como palestinos se autodenominavam árabes. Em seguida, ela recua mais na história para afirmar que os romanos inventaram o nome Palestina (latim para filisteu) antes de expulsar os judeus. Qual o sentido de tudo isso? Ela dá a entender que tem algum paralelo com o fato de chamarmos a Cisjordânia de “ocupada”, mas isso está longe de ser claro.

Ozick aparentemente acha pouco importante que não-judeus com raízes profundas também vivessem na Palestina quando os romanos vieram; ela não tem nada a dizer sobre eles. Enquanto estivermos revisitando a história, no entanto, não faria mal lembrar que as pessoas viviam na Palestina (Canaã) antes de Josué e seu exército cometerem

seu pogrom sangrento, como relatado no Antigo Testamento. Os palestinos de hoje podem traçar suas raízes étnicas e culturais até essas pessoas e todos os outros povos que viveram lá antes ou depois, incluindo, é claro, os hebreus da Bíblia.

A verdadeira missão de Ozick, no entanto, não é histórica. É desafiar a noção de que a Cisjordânia é território ocupado. A ocupação, escreve ela, pressupõe soberania prévia. Após a queda do Império Otomano, não havia soberania sobre a Cisjordânia; portanto, não pode haver ocupação. “Os territórios não alocados conhecidos como Cisjordânia nunca tiveram qualquer status soberano reconhecido internacionalmente”, segundo Ozick.

Há vários problemas com sua análise. Em um sentido restrito e legalista, a legitimidade formal de um Estado palestino independente (independente de outros países árabes, bem como de Israel) é inseparável da legitimidade de Israel. As Nações Unidas, em 1947, recomendaram a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe. Alguém que aceite a autoridade da ONU não pode logicamente atacar a legitimidade de um dos Estados autorizados pela partilha (Palestina) sem atacar também a legitimidade do outro (Israel). No entanto, é precisamente isso que Ozick faz.

Ela continua dizendo que a “partição que designava uma parte árabe foi violentamente anulada pelos próprios árabes (...) O fato é que, há mais de 70 anos, nunca houve um pretendente *legalmente reconhecido* aos territórios a oeste do rio Jordão.” [Grifo nosso.] Note-se que ela escreve que “os próprios árabes” anularam a partição. Os partidários de Israel não se cansam de dizer ao resto de nós que não há um povo árabe unificado – até que seja conveniente para eles invocá-lo. Aqui é conveniente. Todos os árabes anularam a partição? Não. Como escreve o historiador Avi Shlaim em *The Politics of Partition*, diferentes árabes tiveram reações diferentes à ideia de partição. O Mufti de Jerusalém e líder do Comitê Superior Árabe, Hajj Amin Al-Husayni, se opôs à perda de qualquer terra. (Alguns sionistas, como Yitzhak Shamir, também rejeitaram a partição.)

Mas outros palestinos estavam dispostos a aceitar a partição como uma segunda melhor resolução. (A primeira melhor resolução teria sido que as potências imperialistas ocidentais tivessem praticado o *laissez faire* no Oriente Médio.) Os rivais do Mufti na família Nashashibi, escreve Shlaim em particular “expressaram sua preferência pela partilha

pacífica e coexistência pacífica entre os palestinos e as comunidades judaicas”.

Abdullah, o rei expansionista da Transjordânia, também apoiou a partição, mas apenas para estar em posição de tomar o território palestino e incorporá-lo ao seu reino. Nisso, escreve Shlaim, o rei contou com o apoio dos líderes sionistas, que em reuniões secretas com os conselheiros de Abdullah endossaram seu objetivo de “abortar o nascimento do Estado árabe palestino previsto na partição da ONU de 29 de novembro de 1947”. Mais tarde em seu livro, Shlaim aponta que “isso [o aborto do Estado] foi a solução pedida pelos judeus sobre Abdullah e a base de seu acordo com [a líder sionista] Golda Meir em Naharayhim”.

Assim, alguns árabes se opuseram à partição, alguns a aceitaram, e aqueles que aceitaram tinham razões diferentes para fazê-lo. As pessoas que são esquecidas nas grandes generalizações são os lavradores da terra, os fazendeiros, os árabes palestinos, que em vários momentos foram usados por seus companheiros árabes, bem como pelos israelenses.

Na época da partilha, os judeus eram apenas um terço da população e possuíam menos de 7% da Palestina. (É verdade que os britânicos haviam interrompido a compra de terras. Mas isso não era despropositado, considerando que os vendedores eram, proprietários feudais ausentes que não possuíam um título justo e seus compradores estavam especificando que os lavradores deveriam ser despejados para dar lugar à ocupação exclusivamente judaica.)

Se nenhuma soberania reconhecida foi estabelecida após a resolução da partilha, certamente não foi culpa dos palestinos. O conluio de Israel, Transjordânia e Grã-Bretanha não pode ser levantado contra as vítimas desse conluio. Isso os tornaria vítimas em dobro.

Ozick tem razão quando diz que não houve “pretendente legalmente reconhecido para os territórios a oeste do Jordão”. Por outro lado, aqueles que estão em posição de reconhecer legalmente a reivindicação dos palestinianos sobre as suas terras têm interesse em fazer o contrário. Os palestinos devem ser penalizados por isso? Uma coisa sabemos com certeza. O governo israelense não tem direito a essa terra.

Ozick, é claro, acrescenta a deturpação obrigatória das hostilidades árabe-israelenses de 1967 e 1973, que ela descreve como “guerras instigadas para acabar com o Estado judeu”. Mas nenhuma repetição mudará os fatos. Israel atacou primeiro em 1967, e muitos líderes militares israelenses desde então reconheceram que seu país não estava sob ameaça. A guerra de 1973, como os líderes israelenses admitiram, foi uma tentativa do Egito e da Síria de recuperar seus territórios ocupados, não de destruir Israel.

O artigo de Ozick é um em uma longa linha de tentativas de obscurecer a violação sistemática de Israel dos direitos naturais dos palestinos à vida, à liberdade e à propriedade. Deve ser reconhecido pelo que é.

37 - A direita cristã e a ADL: uma relação controversa

Washington Report on Middle East Affairs. Setembro/Outubro de 1994

A acusação feita pela Liga Antidifamação (ADL) contra “direita religiosa”, acusando-a de intolerante e até antissemita gerou, por sua vez, críticas de republicanos judeus e conservadores. De acordo com a Semana Judaica de Washington, alguns judeus americanos proeminentes têm conversado com a Coalizão Cristã, um dos principais alvos da ADL liderada pelo reverendo Pat Robertson, sobre como responder ao ataque. Entre eles estão Marshall Breger, da Heritage Foundation, William Kristol, do Projeto para o Futuro Republicano, e Matt Brooks, da Coalizão Nacional Judaica, afiliada aos republicanos. A Americanos por um Israel Seguro também pesou contra a ADL. Seu presidente, Herbert Zweibon, disse que “os maiores amigos que o Estado de Israel tem na América são os conservadores cristãos”.

A ADL começou a polêmica com a divulgação de seu relatório *The Religious Right: The Assault on Tolerance and Pluralism in America*. A reação dos judeus envolvidos na política republicana e conservadora foi rápida. Marshall Wittmann, diretor de assuntos legislativos judaico da Coalizão Cristã, disse: “Isso era o progressismo, não o judaísmo, falando”. Ele chamou o relatório de “McCarthyista” e um indício de “incrível intolerância”. Ele acrescentou: “É bastante irônico que a ADL, apesar de todos os vários antissemitas por aí, vá atrás das pessoas por suas opiniões políticas”. Ele acusou os autores do relatório de usar citações de Robertson fora de contexto.

De acordo com uma reportagem do *The Forward*, William Kristol, que foi chefe de gabinete do vice-presidente Dan Quayle, disse: “É tão míope e autodestrutivo para uma organização judaica como a ADL alienar injusta e gratuitamente os conservadores cristãos”. Kristol também disse que a ADL faz parte da estratégia do Partido Democrata para “demonizar os conservadores religiosos”. Um porta-voz de Kristol, que é filho do intelectual judeu Irving Kristol, disse que o estrategista republicano frequentemente consulta Ralph Reed, diretor executivo da Coalizão Cristã.

Breger, que foi o elo de ligação do presidente Reagan com a comunidade judaico-americana, comentou que o relatório da ADL “se prendeu aos detalhes e esqueceu do todo. Inferiu que a direita religiosa é antissemita, e não vejo como você pode fazer essa afirmação no relatório.” Ele disse que a crítica era política porque afirmava que “se você tem certas posições sobre questões como escolha escolar, direitos dos gays ou pornografia infantil, isso significa que você é intolerante”. Zweibon, cuja organização se opõe ao processo de paz árabe-israelense, disse que o relatório da ADL é um “tapa na cara” dos amigos de Israel e indicou “que a ADL desviou o rumo e adotou uma nova agenda ultraprogressista que não tem nada a ver com os propósitos declarados da ADL”. Ele elogiou a direita cristã por estar ao lado de Israel quando outros se revelaram “amigos do bom tempo”.

Elliot Abrams, outro ex-funcionário de Reagan, chamou o relatório de “desprezível”. “Acho que o problema hoje está essencialmente na comunidade judaica, porque há um medo profundo dos grupos evangélicos cristãos”, disse Abrams. “Não há dúvida de que há pessoas na direita cristã que têm táticas estridentes e com as quais discordo totalmente.” Mas ele acrescentou que os muitos republicanos judeus envolvidos com a Coalizão Cristã têm mais concordâncias do que divergências.

Abraham Foxman, diretor nacional da ADL, considerou o relatório “preciso e justo”. Ele disse que, embora “não estejamos atacando o Partido Republicano, [os republicanos] estão nos atacando em vez da direita religiosa. É fascinante.” Ele acrescentou que o apoio da direita cristã a Israel não exige que os judeus tolerem sua intolerância religiosa. Foxman e Robertson conversaram por telefone após a divulgação do relatório. Os dois tiveram um debate “amigável”, disse Foxman.

Steve Gutow, diretor executivo do Conselho Nacional Judaico Democrático, declarou que a direita religiosa é “muito, muito perigosa”. “Quando o pluralismo é desafiado”, disse ele, “a maioria de nós na comunidade judaica vai se levantar e dizer 'não'”.

Um coautor do relatório explicou que a reação dos republicanos judeus indicou a necessidade do Partido Republicano de apoio fundamentalista nas próximas eleições. “A maioria dos líderes republicanos está começando a circular seus vagões”, disse David Cantor, analista sênior de pesquisa da ADL. “Eles não podem ganhar sem esse enorme bloco no curto prazo.” Ele afirmou que Robertson “claramente fez uma série de comentários nos últimos cinco anos que são extremamente insensíveis ou antagônicos em relação aos judeus, e não vejo por que as pessoas no Partido Republicano precisam se desculpar por isso”.

Em seu prefácio ao relatório, Foxman escreveu: “O problema de emitir uma crítica ao movimento de direita religiosa é que muito do que esse movimento quer é certo. A maioria de nós valoriza famílias fortes, melhores escolas e um governo que mantenha seu compromisso com a liberdade religiosa.” Mas acrescentou que a direita cristã criou um clima de medo. Por exemplo, médicos que realizam abortos temem por sua segurança. “Desta forma”, escreveu Foxman, “seguimos o caminho para a 'nação cristã', alardeada por esses profetas da raiva”. O relatório da ADL reconheceu o apoio vigoroso da direita religiosa a Israel.

A reiteração do vice-ministro das Relações Exteriores de Israel, Yossi Beilin, de sua crença de que os judeus americanos deveriam usar seu dinheiro para curar sua própria comunidade, em vez de enviá-lo a Israel, gerou críticas de líderes judeus americanos. Beilin mais de uma vez disse aos judeus americanos que Israel não precisa de sua caridade e que os judeus nos Estados Unidos são mais ameaçados pela assimilação e casamentos mistos do que os judeus israelenses são ameaçados pelos árabes. Recentemente, ele recomendou que a arrecadação de fundos na diáspora judaica fosse interrompida. “Lá vai ele de novo”, disse Seymour Reich, chefe do Movimento Sionista Americano. Reich disse ao *The Forward* que “o que [Beilin] está propondo (...) é divisivo e, se realizado, separaria Israel da diáspora”. Brian Lurie, vice-presidente executivo do United Jewish Appeal, chamou Beilin de “ignorante”, mas concordou que Israel não precisa de caridade dos Estados Unidos.

Beilin recomendou a criação da Beit Yisrael, uma organização que promoveria a conexão da diáspora com Israel e trabalharia contra a

assimilação. A organização, disse ele, deveria oferecer a todos os judeus de 17 e 18 anos um voucher para uma viagem a Israel. Sob o plano de Beilin, Beit Yisrael substituiria a Agência Judaica e a Organização Sionista Mundial. Esse plano é contestado por funcionários dessas organizações e é criticado pelo primeiro-ministro Yitzhak Rabin. “Lamento dizer”, disse Rabin, “que há um homem, um vice-ministro, que achou por bem dizer coisas que não representam o governo israelense”.

38 - Antissionismo: reflexões analíticas

Washington Report on Middle East Affairs, Junho de 1989

Resenha do livro: *Anti-Zionism: Analytical Reflections*, editado por Roselle Tekiner, Samir Abed-Rabbo e Norton Mezvinsky. Amana Livros, Brattleboro, VT, 1988. 339 págs.

Desde meados da década de 1970, a Organização para a Libertação da Palestina expressou sua disposição de fazer a paz com Israel com base em uma solução de dois Estados. Nos últimos meses, a OLP pressionou essa solução com agressividade suficiente para obter o reconhecimento do governo dos EUA. Uma vez que o novo Estado palestino estaria na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, esta é uma concessão monumental: parece renunciar a todas as reivindicações anteriores a 1967, apesar do fato de a usurpação israelita dos direitos de propriedade ter criado o problema original dos refugiados palestinos.

Esta conciliação de Yasser Arafat e da OLP, por mais útil que possa ser para desarmar a bomba do Médio Oriente, ofuscou uma questão fundamental: o problema do sionismo. Para compreender a dificuldade inerente ao sionismo, considere o seguinte: o sionismo seria problemático mesmo que a terra que os sionistas queriam fosse desabitada.

Um homem que entendeu isso, e que trabalhou incansavelmente para que os outros o entendessem, é o rabino Elmer Berger. Este livro é um *festschrift* em sua homenagem. Poucas pessoas merecem ser homenageadas pela coragem e desenvoltura a serviço da justiça como faz o rabino Berger. Por mais de 40 anos, ele falou e escreveu eloquentemente contra a perniciosidade de duas cabeças do sionismo – a violência que causou aos palestinos e os danos que infligiu ao judaísmo. Entre seus livros e artigos estão as comoventes *Memórias de um judeu antissionista*.

Ele foi um dos fundadores do antissionista Conselho Americano para o Judaísmo e, mais tarde, Alternativas Judaicas Americanas ao Sionismo, que ele ainda dirige. Em uma época tão carente de heróis, o rabino Berger é uma inspiração.

O livro faz-lhe justiça. É, de fato, uma festa por escrito e uma introdução adequada a muitas questões envolvidas na questão Palestina/Israel. Começa com o ensaio clássico do rabino Berger “Ideologia Sionista: Obstáculo à Paz” e inclui novos ensaios de Israel Shahak, Sally e W. Thomas Mallison, Naseer Aruri, Roselle Tekiner, Shaw J. Dallal, Benjamin M. Joseph, Cheryl A. Rubenberg, Ruth W. Mouly e Norton Mezvinsky. Eles cobrem tópicos como o sionismo como um movimento recorrente, a controvérsia sobre “quem é um judeu?”, a alternativa democrática antissionista, as atitudes palestinas em relação às liberdades civis, a relação Israel-África do Sul, os esforços americanos pela paz no Oriente Médio, os apoiadores cristãos de Israel, o tratamento doméstico americano de sionistas e palestinos e a atitude do judaísmo reformista em relação ao sionismo.

Sai-se deste livro com uma nítida noção da iliberalidade fundamental do sionismo. Como explica Israel Shahak, foi uma reação explícita contra o iluminismo individualista e uma tentativa atávica de restaurar os sufocantes guetos da Polônia do século XVIII. Os pais do sionismo acreditavam que os judeus não poderiam viver vidas normais entre os gentios – mesmo em sociedades livres e democráticas – e propunham uma noção de “povo judeu”, com “direitos” nacionais que rejeitavam o espírito da época. O sionismo, escreve Shahak, “pode ser descrito como uma imagem espelhada do antissemitismo”, uma vez que, como os antissemitas, sustenta que os judeus são em toda parte estrangeiros que melhor seria se fossem isolados do resto do mundo. Além disso, “tanto os antissemitas quanto o sionismo assumem que o antissemitismo é inexorável e inevitável”. Essa atitude entre os judeus sionistas levou a uma capitulação ao antissemitismo na Europa, em vez de uma convicção de reunir as forças liberais do mundo contra ele. Não admira que alguns notórios antissemitas, Adolf Eichmann, por exemplo, tenham sido atraídos pelo programa sionista. Os resultados foram catastróficos.

O artigo de Shahak torna compreensível grande parte dos últimos 40 anos. Dadas as premissas do sionismo, não é surpreendente que os árabes tenham sido vistos como obstáculos a serem varridos impiedosamente e que o Estado de Israel seja administrado ostensivamente em benefício do “povo judeu”, não importa o custo nas vidas e liberdades

dos não-judeus. Alguns dos resultados horripilantes estão documentados no *Anti-Zionism*. O registro de insensibilidade e desonestidade é estarrecedor, ainda mais porque foi feito em nome do judaísmo. Como escreve o rabino Berger no primeiro capítulo, “a desumanização dos árabes pelo sionismo territorial nacionalista não foi uma resposta ou defesa contra a desumanidade árabe para com os judeus... A fonte do conflito sempre foi o sionismo.”

O relato de Norton Mezvinsky sobre o início da história do judaísmo reformista é um antídoto necessário para os relatos padrão do sionismo. Se o sionismo foi uma tentativa iliberal de reverter o Iluminismo no que diz respeito aos judeus, o judaísmo reformista foi um abraço glorioso dos valores liberais de liberdade e dignidade individuais. Em 1885, rabinos reformistas se reuniram em Pittsburgh e adotaram uma plataforma que declarou o judaísmo uma comunidade religiosa, não um povo ou uma nação. “Reconhecemos, na era da cultura universal do coração e do intelecto, a realização iminente da grande esperança messiânica de Israel para o estabelecimento do reino da verdade, da justiça e da paz entre todos os homens.” Seu primeiro livro de orações omitiu as referências usuais ao exílio judeu e à futura restauração de Israel. O judaísmo reformista era, em outras palavras, antissionista. Previu com perfeita precisão a violência que o sionismo faria ao judaísmo mesmo se não houvesse árabes na Palestina. Sem o rabino Berger seríamos menos conhecedores desse “outro” – o verdadeiro – judaísmo.

39 – Separação, não associação, requer força

The Libertarian Institute. 8 de junho de 2018

Sempre que escrevo sobre a Palestina, Israel e o sionismo – especialmente quando aponto que os judeus reformistas americanos em massa amordaçaram o pensamento de que os EUA não era sua “pátria”, eles insistiram que eram judeus americanos e não americanos judeus – me dão sermões no Facebook sobre como “manter a própria espécie” é uma inclinação natural e essa inclusão, não a exclusão, requer agressividade. Não devemos nos surpreender, então, que os tipos de direita alternativa que podem não gostar de judeus, no entanto, respeitem seu desejo expresso de viverem entre eles em um Estado judeu. Por que a direita alternativa não tomaria essa posição? Israel é um (pseudo)etno-Estado. É o identitarismo descontrolado.

Como relata o Foreign Policy in Focus (FPF), Richard Spencer, líder da direita alternativa do infame apoio a Trump, disse ao Canal 2 de Israel no ano passado: “Você pode dizer que sou um sionista branco“. Mais tarde, ele descreveu o Estado judeu como 'o etno-estado mais importante e talvez mais revolucionário' – aquele a que recorro para obter orientação“.

O que Spencer e sua equipe, ao contrário dos apoiadores de Israel, entendem é que Israel é um Estado de apartheid – mas com uma diferença. A África do Sul supremacista branca queria separar os brancos e os negros, mas eles precisavam dos negros para fazer os trabalhos sujos da sociedade. Em contraste, a elite israelense e grande parte do público querem que os muçulmanos e cristãos árabes vão embora. O trabalho sujo pode ser feito pelos judeus árabes (os chamados sefarditas, embora não tenham vindo da Espanha, mas de países árabes. O falecido judeu iraquiano que se tornou antissionista Naeim Giladi os chamou de “judeus islâmicos”.) e judeus negros africanos.

Mas tribalistas de todos os matizes erram, como um olhar para a história indicará. Não é a associação que exige agressividade, mas a dissociação. É verdade que a liberdade de associação implica a liberdade de dissociação, mas historicamente a luta liberal *não* tem sido sobre a liberdade de ficar longe do *Outro*, mas sim sobre a liberdade de se reunir de todas as maneiras.

Temos muitos relatos fictícios de facções em guerra sendo atacadas internamente justamente porque membros individuais não deram a mínima para as proibições contra a associação entre facções. É a velha luta entre tribalistas e assimilacionistas. As novas gerações sempre verão os tabus de seus pais velhos com outros olhos e verão que muitas ou a maioria das regras antigas são um lixo, existindo apenas para serem desafiadas. A redação de tais proibições em lei indicava que os poderes estabelecidos entendiam que os jovens (e não tão jovens) queriam ou um dia gostariam de se associar comercial e não comercialmente a quem quisessem, apesar das severas advertências de seus pais.

Pense em como *Romeu e Julieta* e *West Side Story* ressoam em tantos de nós. Pense no tão amado *Violinista no Telhado*. Ao contrário do equívoco popular, aquele fenomenal musical da Broadway – vagamente baseado nas histórias em iídiche de Sholem Aleichem – não é sobre os encantos dos *shtetls* do Império Russo. Pelo contrário, trata-se de como o *shtetl* – um gueto, afinal – foi sufocante para a nova geração. Os jovens adultos se rebelaram ao serem informados do que tinham que fazer e com quem poderiam amar e se casar. Quando o estranho professor judeu, Perchik, diz aos homens de Anatevka que as meninas também devem ser educadas, ele é denunciado como um “radical”. Quando ele pede à mulher por quem está se apaixonando, a Hodel de Tevya, para dançar com ele no casamento de sua irmã, é um escândalo, embora isso não impeça o subversivo relutante Tevye de se juntar a Perchik dançando desafiadoramente com sua esposa, Golde. Ai até o velho rabino se junta (mais ou menos).

Quando a filha mais nova de Tevye, Chava, se apaixonou e deseja se casar com o gentio russo Fyedka, é demais para Tevye. Ele diz à filha que “você não deve esquecer quem você é e quem é esse homem”, mas *Chavala* rebate:

“Ele tem nome, papai.”

“Claro. Todas as criaturas têm um nome.”

“Fyedka não é uma criatura, papai. Fyedka é um homem.”

“Quem disse que ele não é?”, admite Tevya, o homem mais razoável da aldeia. “Só que ele é um tipo diferente de homem. Como diz o Bom Livro: “Cada um buscará a sua própria espécie”. Em outras palavras, um pássaro pode amar um peixe, mas onde eles construiriam uma casa juntos?”

“O mundo está mudando, papai!”

“Não! Não. Algumas coisas não mudam para nós. Algumas coisas nunca vão mudar.”

“Nós não nos sentimos assim.”

“Nós?”

“Fyedka e eu.”

Quando Chava mais tarde diz a seu pai, que junto com seus companheiros judeus devem deixar sua aldeia sob o decreto do czar, que ela e Fyedka estão saindo voluntariamente, o jovem diz: “Não podemos ficar entre pessoas que podem fazer tais coisas com os outros”.

No final, o audacioso, mas respeitoso Tevye – que ousa falar francamente com Deus – não suporta continuar se sua filha está “morta” para ele, e ele sutilmente cede.

O amor vence o medo. Este é o homem que proclama no início do show: “Sem nossas tradições, a vida seria tão instável quanto um violonista em um telhado”. Este é o homem que orou a Deus para manter seus filhos “longe dos caminhos do estrangeiro”. Ao partir para a América (isso não acontece nas histórias originais), Tevye gesticula para o violinista simbólico seguir para o novo mundo, mas não é realmente o mesmo violinista que vimos no início, não é mesmo?

Se você precisa de um exemplo do mundo real, pense no Lovings, o homem branco e a mulher negra que, a muito custo, desafiaram a proibição do casamento inter-racial da Virgínia e acabaram conquistando uma vitória na Suprema Corte dos EUA – no final do século XX!

Relatos ficcionais de romance entre facções nunca nos parecem irrealistas porque nos identificamos facilmente com os desafiadores,

mesmo em lugares aparentemente mais improváveis. No Iraque de Saddam Hussein, o casamento entre xiitas e sunitas era comum e incontroverso. Depois da invasão dos EUA, com o rearranjo jacobino das relações de poder, tornou-se inadmissível, levando-me a brincar que a guerra de Bush deu um impulso ao casamento entre pessoas *do mesmo secto*. Em algum momento, um Hatfield se casou com um McCoy, e um palestino se casou com um judeu (ou “judeu secular”). Não foi em Israel, no entanto, onde o casamento civil não existe e o judeu não pode se casar com não-judeus (e as crianças não podem ler livros sobre romance entre judeus e árabes).

O amor (romântico, familiar, etc.) supera a diferença, o medo, o ódio. Nós sabemos disso. O medo e o ódio precisam do Estado; o amor e a cooperação só precisam de liberdade. Os demagogos sabem que se ganha poder semeando e reforçando divisões que, de outra forma, definhariam a cada geração.

Eu poderia apontar que Ludwig von Mises fez um argumento poderoso de que o que inicialmente superou o medo do *Outro* foi um vislumbre do potencial de ganhos do comércio. Ele escreveu:

“A lei de associação [os ganhos mútuos do comércio entre partes de recursos desiguais] nos faz compreender as tendências que resultaram na intensificação progressiva da cooperação humana. Concebemos que incentivo levou as pessoas a não se considerarem simplesmente rivais numa luta pela apropriação da oferta limitada de meios de subsistência disponibilizados pela natureza. Percebemos o que os impulsionou e os impele permanentemente a conviverem uns com os outros em nome da cooperação. Cada passo em frente no caminho para um modo mais desenvolvido de divisão do trabalho serve aos interesses de todos os participantes. Para compreender por que o homem não permaneceu solitário, procurando como os animais alimento e abrigo apenas para si mesmo e, no máximo, também para sua consorte e seus bebês indefesos, não precisamos recorrer a uma interferência milagrosa da Deidade ou à hipóstase vazia de um impulso inato de associação. Também não somos forçados

a supor que os indivíduos isolados ou hordas primitivas um dia se comprometeram por um contrato a estabelecer laços sociais. O fator que levou à sociedade primitiva e opera diariamente para sua progressiva intensificação é a ação humana que é animada pela percepção da maior produtividade do trabalho alcançada sob a divisão do trabalho.”

O comércio reunia os adversários quando percebiam os frutos prometidos pela divisão do trabalho. O comércio, no entanto, não é apenas uma troca de mercadorias; é também uma troca de ideias e outros valores imateriais. O comércio por natureza é propício à confiança, tolerância, amizade e muito mais, como os estudiosos observaram. Uma vez que os círculos de confiança começam a se expandir, não há como parar o processo, por mais que os tribalistas oportunistas tentem.

Assim, sem dúvida, logo após a primeira troca de bens fora do clã ou tribo, o menino conheceu a menina; menino e menina se apaixonaram; menino e menina começaram uma família. Bom, assim era a vizinhança! Já foi assim.

Os sionistas, como todos os particularistas, não estão apenas do lado errado da história; estão em guerra com a natureza humana.

40 – Uma centelha de esperança na sombria Palestina

The Libertarian Institute. 3 de agosto de 2018

A deterioração das condições dos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza dificulta até mesmo o otimismo de longo prazo. Nem uma resolução de um Estado liberal nem de dois Estados parece estar a caminho, porque (se não por outra razão) qualquer um deles parece significar suicídio político para qualquer governo israelense previsível. Os defensores do Estado único têm um bom argumento contra os defensores de dois Estados e vice-versa. Seria realmente mais fácil para um primeiro-ministro israelense expulsar 400.000 judeus israelenses da Cisjordânia (deixando de lado os mais de 200.000 em Jerusalém Oriental formalmente anexada) do que concordar com um Estado democrático laico no qual os não-judeus logo superariam os judeus se já não o fizessem? Não vejo como.

O pessimismo é reforçado pela lei do Estado-Nação recentemente aprovada, segundo a qual o Knesset tornou plenamente *de jure* o que há muito era verdade *de facto*: que Israel pertence apenas ao povo judeu (crentes religiosos ou não e em qualquer lugar do mundo em que vivam atualmente) e que a minoria de israelenses não judeus deve pensar em si mesmos como pouco mais do que hóspedes que vivem lá das boas intenções da supermaioria judaica.

“O direito de exercer a autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do povo judeu”, afirma a lei. Outra parte diz: “O Estado estará aberto à imigração judaica e à entrada de exilados”. E ainda: “O Estado atuará dentro da diáspora para fortalecer a afinidade entre o Estado e os membros do povo judeu”. E: “O Estado vê o desenvolvimento da colonização judaica como um valor nacional e atuará para incentivar e promover seu estabelecimento e consolidação.”

E pensávamos que as leis que especificavam grupos religiosos, étnicos, nacionais ou raciais para tratamento especial seguiam o caminho do pássaro dodô, pelo menos nos países de orientação ocidental. Israel é oficialmente um retrocesso a uma era não iluminada.

Para piorar, o árabe, língua de 20% da população, foi rebaixado de uma língua “oficial” para uma com apenas “status especial”.

Se a maior parte disso já era o estado de coisas reinante, por que a lei foi aprovada? Foi aprovada para constranger a Suprema Corte de Israel. Foi-se o espaço de manobra que o tribunal, por vezes independente, já teve.

A lei agora faz parte da Lei Básica de Israel, que funciona mais ou menos como uma constituição. A nova lei diz: “Esta Lei Básica não será alterada, a menos que por outra Lei Básica aprovada pela maioria dos membros do Knesset”. Em outras palavras, não há a menor chance de mudá-la, a menos que a elite dominante de Israel queira que ela mude.

Diante de um pessimismo tão forte, devemos levar as boas notícias que pudermos encontrar. Alguns de nós ansiamos pela emergência de uma figura palestina carismática que, ao mesmo tempo em que se opõe à opressão israelense e ao colonialismo dos assentamentos em todas as suas formas, também defenderia os direitos de propriedade *individuais* e a livre iniciativa, condenando tanto a ajuda externa dos doadores como indutora de dependência quanto a Autoridade Palestina (AP) corrupta, autoritária e não representativa.

Tal pessoa realmente surgiu: Khaled Al Sabawi. Al Sabawi tem uma história para contar. Em 1948, durante a violenta limpeza étnica da Palestina pelos sionistas e o estabelecimento do Estado de Israel, a família de seu pai foi expulsa de sua casa e fazenda de 50 acres na aldeia de Salama, a leste de Jaffa. A família fugiu para Gaza, juntamente com muitos outros refugiados. Então, em 1956, quando Israel, Grã-Bretanha e França lançaram uma guerra contra o Egito, o exército israelense invadiu Gaza (30 anos antes da formação do Hamas), saqueando e revisitando as casas dos refugiados, incluindo a casa da avó e do pai de Sabawi. Quando os soldados encontraram a escritura da avó em sua casa de Salama, confiscaram-na e partiram. Aparentemente, era exatamente isso que os soldados estavam procurando.

Quando seu pai, Mohamed Al Sabawi, cresceu e obteve diplomas universitários avançados, ele se mudou para o Canadá para criar sua família. Mas depois voltou para a Palestina e estabeleceu uma grande companhia de seguros na Cisjordânia e em Gaza. Seu filho Khaled, que nasceu no Kuwait, agora fez algo semelhante, graduando-se na Universidade de Waterloo, em Ontário. Depois de mudar da engenharia da computação para a engenharia geotérmica, ele embarcou em dois empreendimentos empresariais: energia geotérmica para os Territórios Palestinos Ocupados e em outros lugares do Oriente Médio e registro de títulos de propriedade individuais na Cisjordânia. Este último projeto é chamado TABO, a palavra árabe para “escritura do título”.

Antes da *Nakba*, da catastrófica limpeza étnica de 1948 e da conquista da Cisjordânia e de Gaza em 1967, os palestinos orgulhosamente possuíam casas e terras. Mas grande parte dessas terras não foi registrada no governo porque, sob o domínio otomano, isso teria tornado os proprietários sujeitos à tributação. Algumas parcelas individuais foram registradas em nome de proprietários feudais ausentes em Beirute e em outros lugares, mas os moradores, ou seja, os proprietários lockeanos reais, tiveram que pagar aluguel em dinheiro ou em espécie. (Livro de James C. Scott *Seeing Like a State* explica como as elites governantes há muito usam várias formas de registro para facilitar a tributação e o alistamento militar e, em geral, para vigiar o povo.)

O problema imediato com terras não registradas na Cisjordânia é que Israel pode decidir construir assentamentos judaicos nela. O Estado há muito reivindica propriedades palestinas em nome do povo judeu. Israel já construiu assentamentos para 400.000 judeus na Área C, que é os 60% da Cisjordânia que governa diretamente. (As áreas A e B têm algum grau de domínio interno da AP, que polícia os palestinos em nome do governo israelense. O direito internacional proíbe um país de mover população para territórios ocupados durante uma guerra.)

Um artigo sobre Sabawi na *Forbes Middle East* explicou a situação:

“Em teoria, a terra [na Cisjordânia] é intocável. Depois de Oslo [os acordos da década de 1990 que criaram a AP], os territórios palestinos foram divididos em três áreas: A, B e C, com apenas esta última ficando sob controle direto israelense. Al Sabawi trabalha apenas na Área

A, uma zona oficialmente sob administração da AP, mas não deixa nada ao acaso. ‘Se Israel tentar contornar o acordo, eles vão atrás de terras sem escritura, porque uma vez que você tem prova de propriedade de sua terra, é muito difícil para alguém colocar as mãos nela.’

E Al Sabawi quer mantê-la assim, garantindo terras palestinas orgulhosas com os documentos para prová-lo.”

Assim, seu projeto TABO tem o admirável objetivo de impedir mais assentamentos israelenses em terras que os palestinos possuem legitimamente. Ele e sua equipe trabalham para rastrear os últimos proprietários de propriedades ou seus herdeiros e traçar os limites. A *Forbes* relata que “depois de identificar terras para venda de palestinos que possuem documentos de herança, mas sem documentos oficiais, Al Sabawi começa a obter a aprovação de membros relevantes da família, antes de determinar as fronteiras de uma maneira mais precisa do que a abordagem ‘esta oliveira para aquela pessoa’”.

“Temos que andar por todos os cantos da terra com um GPS, o chefe do conselho da aldeia e cada vizinho”, disse Al Sabawi. Seu trabalho possui inimigos, e isso é algo que se poderia esperar, até que você saiba que “o problema não veio de Israel; veio da Autoridade Palestina”.

Como ele diz em seu TED Talk:

“Pela nossa franqueza [ou seja, sua crítica à AP], no entanto, pagamos um preço alto, que eu nunca imaginei. Por nossas críticas à sua liderança, indivíduos dentro da Autoridade Palestina abusaram de seu poder e suspenderam todas as transações de escritura de títulos da TABO. Pense nisso por um momento. Para nos punir por nossa liberdade de expressão, indivíduos poderosos dentro da Autoridade Palestina fizeram de tudo para impedir e suspender o registro de terras palestinas, impedindo assim a proteção das terras palestinas contra a expansão dos assentamentos israelenses.”

Em uma prova da determinação de Al Sabawi, o projeto avançou, no entanto. Primeiro, ele e sua equipe processaram a AP por abuso de poder no Conselho Superior da Corte palestina – e venceram. Com esse obstáculo superado, eles avançaram.

A *Forbes* diz:

“Três anos após o lançamento do TABO, a iniciativa permitiu que 250 famílias, residentes e na diáspora palestina, possuíssem 371 terrenos. Das vendas da TABO até agora, 30% foram geradas pela diáspora. E o custo fica muito aquém do preço milionário pedido por terras a poucos minutos de distância. A TABO oferece lotes entre US\$ 13.900 e US\$ 32.000, com pagamento sem juros financiado pela empresa por até quatro anos.”

Isso foi há três anos. Os números são maiores agora. Al Sabawi diz que o TABO protegeu mais de um milhão de metros quadrados de terra, pavimentou mais de 10.000 metros de estradas e ajudou mais de 400 famílias a adquirir 600 propriedades.

Enquanto a AP obstruiu o TABO, o mesmo aconteceu com o governo israelense, que persegue, interroga e prende Al Sabawi e sua equipe quando tentam viajar para a Cisjordânia.

Superar esses obstáculos tem sido uma conquista surpreendente. Quando Al Sabawi apareceu no programa de televisão *The Cafe*, da Al Jazeera, o apresentador Medhi Hasan disse: “Sabawi acredita que a corrupção é abundante dentro da Autoridade Palestina e diz que a ajuda externa prejudicou uma economia palestina independente”. No programa, Sabawi observou:

“A Autoridade Palestiniana tornou-se hoje essencialmente um subcontratante da ocupação israelita. Quando Oslo foi criado em 1993, e Israel estava arcando com o fardo econômico da ocupação. Era muito caro, mas quando a Autoridade Palestina foi criada, essencialmente começou a policiar as cidades palestinas. Mas quem pagou a conta? Todos os Estados doadores, os Estados

Unidos, o Canadá e toda a comunidade internacional, mas Israel manteve plenamente a sua ocupação. Israel ainda controlava fronteiras, espaço aéreo, água e praticamente todos os aspectos da vida do povo palestino, mas trouxe a Autoridade Palestina para administrar essas cidades. Então, foram cerca de 20 anos de gestão de ocupação, e isso nos levou de volta significativamente, e o que foi criado é essa entidade que se tornou, você sabe, focada mais em seu interesse próprio do que nos interesses do povo palestino...

A liderança palestina (...) não serviu para impulsionar a libertação palestina. Na sua forma atual, a Autoridade Palestiniana é completamente antidemocrática. Não tem mandato para o povo palestino. O povo que vai negociar com Israel, a liderança palestina que vai negociar com Israel, não tem mandato do povo palestino. Eles não os representam..."

Al Sabawi rejeita a sabedoria convencional de que a ajuda dos doadores é indispensável para o desenvolvimento econômico:

"Atualmente, cerca de 40% do PIB dos territórios palestinos é contabilizado pela ajuda de doadores. O povo palestino, como um resultado disso, também na Autoridade Palestina, tornou-se o maior beneficiário de ajuda externa no mundo per capita. Além disso, há uma enorme dependência da ocupação israelense. 95% de nossa energia vem de Israel; 80% das nossas importações vêm de Israel; 90% das nossas exportações vão para Israel. A economia palestina é uma subeconomia..."

Sabawi vê claramente as consequências perversas da chamada ajuda:

"Ela compromete a independência política e econômica do povo palestino. Então, se o povo palestino tomar um caminho independente ou eleger seu próprio

governo, como fez eloquentemente em 2006 [em Gaza], então os 80% dos eleitores compareceram, então a ajuda dos doadores foi cortada e o povo palestino foi punido por exercer seus direitos democráticos [,] por ser democrático. E apenas um pequeno ponto, a situação agora, economicamente, é muito pior do que era antes. A AP... está forçando os bancos palestinos a dar 50% de seus depósitos como linhas de empréstimo para o povo palestino. Por que? Porque a OPIC, a Corporação de Investimento Privado Ultramarino, que é uma organização de política externa americana, veio e forneceu garantias de empréstimos para bancos palestinos, para impulsionar a economia palestina a ser mais baseada em dívida. Agora, a dívida acumulou para US\$ 3 bilhões, dívida de consumo para o povo palestino... A Autoridade Palestiniana criou mais vítimas dependentes no povo palestino em vez de enfrentar a ocupação israelita.”

Os defensores da liberdade só podem esperar que Al Sabawi inspire uma nova geração de libertadores palestinos, que se dedique à liberdade e autonomia individuais por meio da propriedade privada e da livre iniciativa.

